



RELATÓRIO E CONTAS 2017

STANDARD BANK DE ANGOLA



Standard Bank Seguindo em Frente

ÍNDICE

MENSAGEM DO CEO

06 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO
ECONOMIA MUNDIAL
ECONOMIA ANGOLANA

22 PRINCIPAIS INDICADORES

27 ESTRATÉGIA PARA 2018

30 O STANDARD BANK DE ANGOLA
A NOSSA PROPOSTA DE VALOR
GOVERNAÇÃO CORPORATIVA
PERSONAL AND BUSINESS BANKING
CORPORATE AND INVESTMENT BANKING
CAPITAL HUMANO
MARKETING E COMUNICAÇÃO
RESPONSABILIDADE SOCIAL
PRÉMIOS E DISTINÇÕES

99 INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

107 SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

118 MODELO DE GESTÃO DE RISCO

145 ANÁLISE FINANCEIRA
ANÁLISE DO BALANÇO
ANÁLISE E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE
RESULTADOS

166 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E
PARECERES





MENSAGEM DO CEO

“APESAR DE UM AMBIENTE OPERACIONAL EXTREMAMENTE DESAFIANTE, O BANCO CONSEGUIU ALCANÇAR OS SEUS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS.”

ANTÓNIO COUTINHO
CHIEF EXECUTIVE OFFICER (CEO)

Um ano eleitoral é um período em que o crescimento económico tende a abrandar e no qual os investidores adoptam uma estratégia mais expectante, especialmente quando é esperada uma mudança na liderança do país. Angola não foi diferente, tendo-se efectuado a alteração na liderança do país, a qual se materializou num sentimento de incerteza. Para além desta incerteza, o impacto da queda no preço do petróleo em anos anteriores, enfraqueceu ainda mais a actividade económica, continuando a escassez de moeda estrangeira a influenciar negativamente a totalidade das áreas da economia.

O ano de 2017 caracterizou-se por uma transição política pacífica que culminou com um novo presidente, João Lourenço, a ser eleito após as eleições nacionais em Agosto.

O novo executivo anunciou um conjunto de reformas com o objectivo de melhorar tanto a governação como o ambiente de negócios em Angola e, bem assim, restaurar a estabilidade macroeconómica e diversificar a economia, o que se prevê que venha a ser conseguido através de uma melhor consolidação fiscal. O Orçamento de Estado de 2018 propõe uma redução do défice fiscal de Angola para os 3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018, num contexto onde é expectável que a inflação permaneça com 2 dígitos e que o crescimento económico seja lento. É ainda expectável que o BNA continue a prosseguir com medidas de flexibilidade cambial e com uma política monetária restritiva.

Em 2017, a economia global registou uma taxa de crescimento acelerado num contexto onde a inflação permaneceu benigna, permitindo que a maioria dos bancos centrais mantivessem políticas monetárias acomodaticias.

A Reserva Federal dos Estados Unidos (FED) continuou a aumentar gradualmente a taxa de juro dos *Fed Funds*, tendo realizado 3 aumentos de 25 pontos base cada, com variação entre os 1,25% e 1,50%. Já na Zona Euro, o Banco Central Europeu (BCE) decidiu manter a taxa de referência nos 0%, continuando assim a preservar os incentivos monetários, através do programa de compra de activos e anunciando que espera que as taxas de juros permaneçam baixas por um período de tempo relativamente longo.

Verificou-se um notável aumento na confiança dos cidadãos que se traduziu no aumento do investimento e do comércio global. O apetite de risco teve também um impulso que, juntamente com um melhor desempenho ao nível dos lucros das empresas, levou a uma recuperação substancial nos índices de acções nas principais bolsas de valores do mundo, o que, por sua vez, gerou um risco de ajustamento do mercado.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê, para 2018, um crescimento da economia global de 3,9%, após uma previsão preliminar de 3,7% em 2017 e 3,2% em 2016, alicerçado pelo estímulo fiscal nos EUA e pelo crescimento robusto e contínuo na Zona Euro e nas economias emergentes e em desenvolvimento, o que pode contribuir para que os preços das *commodities* permaneçam estáveis. É também expectável que os preços do petróleo continuem a beneficiar dos cortes de produção liderados pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que viu o preço do *Brent* crude aumentar 24% em 2017, o que equivale a 66 USD por barril.

A forte dependência de Angola no sector petrolífero, que é responsável por mais de 95% das exportações e por 50% das receitas fiscais, continua a afectar negativamente a *performance* económica do país.

Segundo dados preliminares publicados pelo Ministério das Finanças de Angola, em 2017 registou-se um decréscimo de 6,1% no volume de exportações de petróleo para 1,63 milhões de barris por dia (bpd) e um aumento no preço médio anual de 25,3%, para os 52,03 dólares por barril, o que permitiu a manutenção de uma variação positiva nas receitas anuais de exportações em Angola.

Não obstante, a balança de pagamentos manteve-se sob forte pressão, traduzindo uma quebra de 26,3% das reservas internacionais brutas do Banco Nacional de Angola (BNA) para 17,9 bilhões de dólares norte-americanos, correspondendo a menos de 6 meses de importações. Esta queda nas reservas reflecte o aumento de 13,1% na venda de moeda estrangeira pelo BNA, equivalente a 12,5 bilhões de dólares norte-americanos, num contexto onde a taxa de câmbio média oficial se manteve estável nos 165,9 kwanzas por dólar.

A contração na oferta de moeda, combinada com a melhoria relativa da oferta de moeda estrangeira e com a maior disponibilidade de produtos agrícolas, contribuiu para a desaceleração da inflação anual em Luanda, passando de 42% no final de 2016 para 26,6% no final de 2017, e de 41,1% para 23,7% a nível nacional. No entanto, a média anual manteve-se estável em 32%, em Luanda, e em 30,4% a nível nacional.

Apesar de um ambiente operacional extremamente desafiante, reflectido pela falta de crescimento económico, por um ambiente de inflação elevado e pela grave escassez de divisas estrangeiras, o Banco conseguiu alcançar os seus objectivos estratégicos. O difícil ambiente operacional manifestou-se de diversas formas, nomeadamente: a incapacidade das empresas terem acesso a moeda estrangeira e, como tal, terem dificuldade em realizar pagamentos externos; o atraso nos pagamentos em moeda local para os serviços prestados no país e o contexto de taxas de juro elevadas. Estes factores, encareceram os empréstimos concedidos, e aumentaram o desemprego em todos os sectores da economia.

Apesar destes desafios, o Standard Bank de Angola conseguiu gerir o seu balanço, os créditos malparados, as imparidades, o investimento em activos fixos relacionados com a melhoria da experiência do Cliente, bem como com o controlo dos seus custos operacionais. Deste modo, o Banco conseguiu atingir o maior resultado antes de impostos desde o início das suas operações em Angola.

O ano de 2017 foi, em termos financeiros, um ano ímpar para o Standard Bank de Angola, que se reflectiu na sua *performance* financeira e no reconhecimento que obteve por parte de entidades externas .

INDICADORES DE CRESCIMENTO

60%
**RETURN
ON EQUITY**
(+22% face a 2016)

17.276
milhões de AOA
**RESULTADO ANTES
DE IMPOSTOS**
(+107% face a 2016)

ALGUNS DOS PRÉMIOS RECEBIDOS EM 2017



O mercado de trabalho em Angola continua a exibir uma escassez de mão-de-obra qualificada, assim como custos elevados de um mercado de trabalho excessivamente regulado. Adicionalmente, este mercado continua a não corresponder aos requisitos da economia do país. Por forma a mitigar este efeito, o Standard Bank de Angola decidiu lançar diversos programas de desenvolvimento e pós-graduação através de parcerias com diferentes entidades, possibilitando o desenvolvimento de diferentes competências profissionais e a criação de emprego. No sector da saúde, o papel do governo precisa ser fortalecido através de um maior investimento, não apenas do ponto de vista financeiro, mas também ao nível das infra-estruturas, dado o seu papel importante na atracção e retenção de talentos-chave para Angola.

O Standard Bank de Angola definiu o seu apetite de risco para um conjunto de métricas, incluindo o risco de crédito, o risco operacional e o risco de mercado. Estes riscos foram aprovados pelo Conselho de Administração e desempenharam um papel importante na condução dos negócios adequados para o Banco. O apetite de risco do Standard Bank de Angola foi continuamente revisto durante o ano por forma a responder aos desafios constantes do ambiente operacional. Deste modo, o quadro de apetite de risco está agora totalmente integrado e continuará a desempenhar um papel importante em todas as ambições estratégicas do Banco.

Em Novembro de 2017, o Banco realizou testes de *stress* com o intuito de avaliar a sensibilidade do perfil de risco actual e futuro, em relação ao apetite definido pelo Conselho de Administração. Estes testes tornaram-se uma ferramenta-chave na gestão de risco, fornecendo informação para a tomada de decisões por parte da equipa de gestão do Banco.

Os resultados obtidos confirmaram que o Banco tem capacidade para suportar novos choques no ambiente económico. Estes resultados serão partilhados com o regulador no primeiro trimestre de 2018, estando, desta forma, em conformidade com o novo requisito regulamentar que prevê que as instituições financeiras realizem, pelo menos uma vez por ano, um teste de *stress*.

Adicionalmente, os sistemas e processos de todas as áreas do Banco foram aperfeiçoados e foi aumentada a capacidade nas áreas de Crédito, *Compliance*, Risco de Informação e Segurança de TI. As melhorias nos sistemas e nos processos envolveram a automatização de uma grande quantidade de processos manuais (fluxos de trabalho) e aumentou a capacidade de processamento do TI (actualização do T24).

Estes desenvolvimentos permitiram melhorar o ambiente de controlo do Banco, trazendo benefícios significativos na eficiência e eficácia do processamento das transacções, o que, conseqüentemente, vem beneficiar Clientes do Banco.

Em geral, o ambiente de controlo no Banco continuou a fortalecer-se, conforme reflectido nos melhores resultados de auditoria e outras avaliações internas. No entanto, há que reconhecer que, para que o Banco consiga gerir com sucesso o risco em todos os níveis da organização, a cultura de risco precisa de ser adoptada por todos os Colaboradores e os esforços terão de continuar a ser direccionados nesse sentido.

Olhando para 2018, as dificuldades no ambiente operacional irão continuar. O Standard Bank de Angola continuará focado em gerir o aumento do risco de crédito, o ambiente regulatório em evolução e os riscos globais acrescidos decorrentes do fracasso na gestão adequada das políticas de *Anti-Money Laundering* (AML) e *Know Your Customer* (KYC) e do risco cibernético, que continuará a ser um foco importante do Banco para os próximos anos. O Standard Bank de Angola continuará a concentrar-se no melhor atendimento ao Cliente através do desenvolvimento de pessoas e sistemas, bem como da adopção das melhores práticas internacionais nas áreas de Risco e *Compliance*.

É importante que o Standard Bank de Angola participe activamente na estratégia do Governo de Angola, por forma a diversificar a economia angolana para além do sector petrolífero, promovendo o investimento estrangeiro através de linhas de crédito, a assessoria aos diferentes sectores (agricultura, petróleo, gás ou indústria extractiva) e *road shows* com investidores estrangeiros.

O crescimento contínuo do Standard Bank de Angola depende do crescimento da economia angolana e da sua participação activa.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer aos Clientes pelo seu apoio contínuo em tempos economicamente difíceis, aos Colaboradores pelo seu incansável trabalho e dedicação num ano de sucesso para o Banco e ao Conselho de Administração pelo seu contínuo apoio.



Chief Executive Officer

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A RECUPERAÇÃO DOS
MERCADOS ECONÓMICOS, TANTO
A NÍVEL INTERNACIONAL COMO
NACIONAL, INFLUENCIOU A
PERFORMANCE DO STANDARD
BANK DE ANGOLA AO LONGO DO
EXERCÍCIO DE 2017.



ECONOMIA MUNDIAL



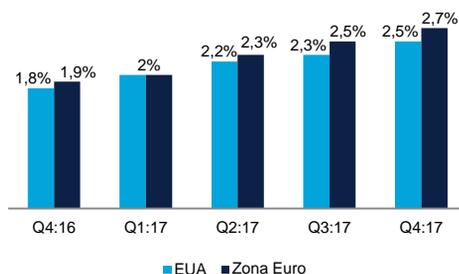
“O ANO DE 2017 FICOU MARCADO PELO CRESCIMENTO ECONÓMICO À ESCALA MUNDIAL, NÃO APENAS NOS PAÍSES DESENVOLVIDOS MAS TAMBÉM NAS ECONOMIAS EMERGENTES. A RECUPERAÇÃO DA CONFIANÇA NO INVESTIMENTO E A ESTABILIDADE DOS PREÇOS DAS PRINCIPAIS *COMMODITIES* AJUDAM A EXPLICAR ESTE COMPORTAMENTO.”

DOMINIC BRUYNSEELS

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2017 ficou marcado por uma aceleração generalizada no crescimento económico, motivada pelo aumento dos níveis de confiança, que se traduziu num aumento do investimento e reforço da actividade económica. A existência de condições financeiras favoráveis e a estabilidade dos preços das *commodities* contribuíram para a recuperação económica um pouco por todo o mundo.

VARIAÇÃO PERCENTUAL (%) DO PIB FACE AO PERÍODO HOMÓLOGO



Fonte: Departamento de Comércio dos EUA, Eurostat, Standard Bank Research

Nos **Estados Unidos da América** (EUA), o Departamento de Comércio estimava para o último trimestre de 2017, com dados ainda incompletos e sujeitos a revisão, um crescimento anualizado do PIB Mundial na ordem dos 2,6%. Apesar de se fixar um pouco abaixo das expectativas de crescimento previstas no trimestre anterior (3,2%), este indicador é elucidativo da actual solidez das condições económicas a nível global. O consumo privado, uma medida de procura interna que representa dois terços da actividade económica dos EUA, registou uma subida de 3,8%, a maior desde 2014.

O investimento em equipamento conheceu igualmente um aumento substancial, na ordem dos 11,4%, um máximo de 3 anos e para o qual contribuiu em grande parte o ressurgimento do sector imobiliário. As importações, que participam negativamente no cálculo do PIB, subiram 13,9%, o maior crescimento dos últimos 7 anos, abrandando o crescimento do PIB e demonstrando que a produção interna não foi capaz de satisfazer a respectiva procura. Por outro lado, registou-se um aumento de 6,9% nas exportações, alimentado pela recente desvalorização do dólar americano face a outras moedas de referência.

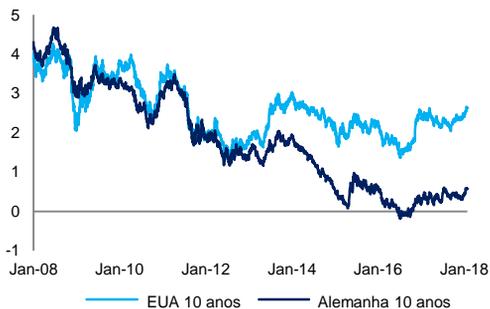
Deste modo, a economia dos **EUA** cresceu a uma taxa anual de 2,3%, que compara com os 1,8% de 2016. Condições tributárias mais vantajosas para o sector privado (o *Tax Cut Bill* aprovado pelo Presidente Donald Trump em Dezembro de 2017), a desvalorização do dólar americano, o aumento dos preços do petróleo e o fortalecimento da economia global, poderão fazer com que os EUA possam atingir um crescimento de 3% no próximo ano.

O BCE manteve inalteradas as suas taxas de juro de referência, e o Presidente Mario Draghi demonstrou a intenção de manter essa tendência para 2018, prevendo-se que a inflação se mantenha abaixo dos 2%.

Prevê-se igualmente que 2018 fique marcado por um abrandamento dos estímulos monetários por parte do BCE, que se traduzem na compra de activos por parte deste órgão supervisor. No que respeita aos EUA, a FED continua o processo de normalização da política monetária, tendo deixado inalterada a taxa dos fundos federais dos EUA que se mantém num intervalo compreendido entre os 1,25% e 1,5%. No entanto, o Comité Federal do Mercado Aberto (FOMC) já fez saber que planeia novas subidas dos juros a partir de Março, estando previstos 3 aumentos na taxa de juro, tal como aconteceu em 2017. O aumento recente das *yields* dos títulos do tesouro norte-americano já reflecte essas expectativas de uma aceleração da inflação.

A divergência na política monetária entre os EUA e a Zona Euro marcou o ano de 2017, e prevê-se que tal se mantenha para 2018.

YIELDS DAS OBRIGAÇÕES A 10 ANOS (%)



Fonte: Bloomberg, Standard Bank Research

ÍNDICE DO DÓLAR NORTE-AMERICANO



Fonte: Bloomberg, Standard Bank Research

O aumento recente das *yields* dos títulos do tesouro norte-americano já reflecte as expectativas de aceleração da inflação.

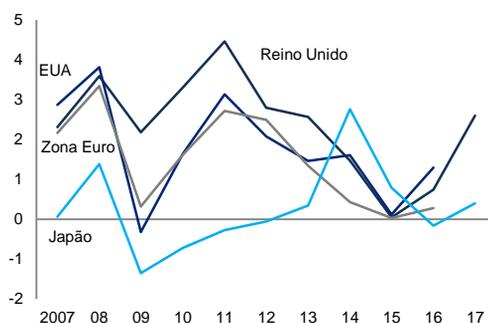
O dólar caiu 9,9% em 2017, de acordo com o *DXY Index*, que mede o valor desta moeda contra um conjunto de 6 moedas de referência (EUR, JPY, GDP, CAD, SEK e CHF).



Os dados económicos disponíveis para a **Zona Euro**, relativos ao terceiro trimestre de 2017 e publicados pelo Eurostat, revelam um crescimento de 2,5% ano a ano (a/a), face aos 2,4% do trimestre anterior, o que se traduziu numa melhoria geral da procura. O aumento do emprego e riqueza do sector privado têm conduzido a um aumento do consumo. A solidez da procura, condições financeiras favoráveis e rentabilidade corporativa fortaleceram os níveis de investimento na economia. A recuperação do comércio mundial contribuiu igualmente para o crescimento das exportações europeias. De acordo com o *HIS Markit's Purchasing Managers (PMI) Composite Output Index*, um índice composto, tido como referência para a análise de tendências económicas, a Zona Euro atingiu os 56,6 pontos índice em Janeiro de 2018, o melhor registo desde Junho de 2006, o que deixa antever um ano de crescimento económico.

A inflação harmonizada para a Zona Euro, a Dezembro de 2017, fixou-se nos 1,4% ano a ano (a/a).

INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (%)



Fonte: FMI, Standard Bank Research

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO

	2013	2014	2015	2016	2017
Câmbios					
EUR/USD	1,375	1,210	1,086	1,052	1,200
GBP/USD	1,656	1,558	1,474	1,234	1,351
USD/JPY	105,315	119,695	120,320	116,895	112,685
USD/CNY	6,054	6,206	6,494	6,945	6,507
USD/ZAR	10,497	11,571	15,477	13,739	12,372
Variação % anual					
EUR/USD	4,16	-11,99	-10,23	-3,17	14,09
GBP/USD	1,88	-5,94	-5,37	-16,29	9,53
USD/JPY	21,41	13,65	0,52	-2,85	-3,60
USD/CNY	-2,83	2,51	4,63	6,95	-6,31
USD/ZAR	24,12	10,23	33,75	-11,23	-9,94

Fonte: Reuters, Standard Bank Research

A maior economia da Zona Euro, a **Alemanha**, registou um evolução no PIB de 2,8% a/a no terceiro trimestre do ano, face aos 2,3% do trimestre anterior, potenciada pelo dinamismo das exportações e pelo aumento do investimento em equipamento. Para o Reino Unido, o Instituto Nacional de Estatística Britânico estimava uma taxa de crescimento do PIB de 1,5% a/a para o último trimestre do ano, o que corresponde a um crescimento anual na ordem dos 1,8%. O Reino Unido tem sido afectado por uma queda da libra face ao euro, desde o voto do *Brexit* em 2016.



O crescimento foi também uma realidade para a segunda maior economia à escala mundial, a **China**. De acordo com dados preliminares do *National Bureau of Statistics*, o PIB crescia a uma taxa real de 6,8% a/a no último trimestre do ano, o que corresponde a uma taxa de crescimento anual na ordem dos 6,9%. Esta foi a primeira aceleração do crescimento anual em 7 anos, sustentada pela subida de 8% nos serviços, 6,1% na indústria e 3,9% nas actividades primárias. Esta trajectória de crescimento da China pode, no entanto, ser travada por um conjunto de circunstâncias: subida dos custos de financiamento, maior controlo do governo sobre o crédito concedido e a preocupação crescente com os temas ambientais, que poderá ameaçar de forma significativa a *performance* da indústria.

SALVO RARAS EXCEPÇÕES, AS ECONOMIAS EMERGENTES E EM DESENVOLVIMENTO EXIBIRAM TAMBÉM UM COMPORTAMENTO POSITIVO NO QUE RESPEITA AO INVESTIMENTO. DE ENTRE OS BRICS, O BRASIL E A RÚSSIA ABANDONARAM RECESSÕES PROFUNDAS. NA ÍNDIA, O PIB CRESCER 6,3% NO ÚLTIMO TRIMESTRE DO ANO, FACE AOS 5,7% DO TRIMESTRE ANTERIOR.

Para a **Nigéria**, dados relativos ao penúltimo trimestre do ano indicavam um crescimento na produção de petróleo que se traduziu numa produção de 2,03 milhões de barris/dia (bpd), o nível mais elevado deste o início de 2016, o que contribuiu para um crescimento do PIB que atingiu os 1,4%.

Por outro lado, a **África do Sul** continua a exibir um crescimento anémico, afectada negativamente pelos baixos índices de confiança, fraco investimento, *downgrade* do *rating* do país e turbulência política. Dados provisórios publicados pela *Statistics SA* indicavam um crescimento médio nos três primeiros trimestres do ano na ordem dos 1%, uma ligeira subida de 10 pontos base face ao período homólogo. A agricultura foi o sector que apresentou a maior evolução, tendo crescido, em média,

20,2%.

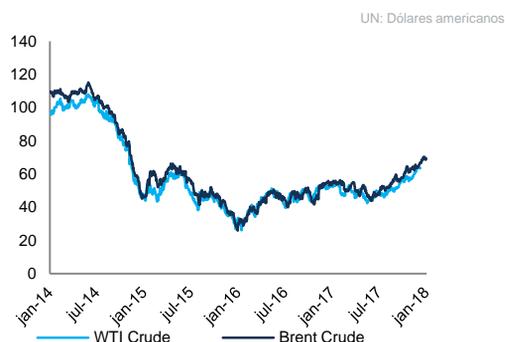
Analisando numa perspectiva sectorial, verifica-se que sector mineiro cresceu a uma taxa média de 4,4%, face à contracção de 5,3% verificada em 2016, beneficiando da recuperação da procura mundial e de uma evolução favorável dos preços das *commodities*. O sector industrial regrediu 1,2% em 2017, assim como o sector de produção eléctrica, que decaiu 0,6%.

A MAIORIA DAS ECONOMIAS DA ÁFRICA SUBSARIANA BENEFICIOU DA ESTABILIDADE DOS PREÇOS DAS COMMODITIES E DO AUMENTO NO COMÉRCIO MUNDIAL.



A avaliar pela resposta à queda dos preços do petróleo iniciada em 2014, observa-se um ajuste positivo da economia mundial ao longo dos últimos anos. Apesar disso, a actual subida do preço desta *commodity* poderá despoletar efeitos contraditórios para algumas áreas do globo, especialmente para as economias que não aproveitaram a conjuntura passada para implementar reformas energéticas. Consequentemente, poderá assistir-se uma pressão inflacionária sobre a economia, o que levaria à necessidade de adopção de políticas monetárias restritivas no futuro.

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO PETRÓLEO



Fonte: Bloomberg, Standard Bank Research

VARIAÇÃO PERCENTUAL (%) DO VOLUME DE COMÉRCIO DE BENS E SERVIÇOS



Fonte: FMI, Standard Bank Research

VARIAÇÃO REAL ANUAL DO PIB (%)

	2014	2015	2016	2017*	2018*	2019*
Mundo	3,6	3,4	3,2	3,7	3,9	3,9
Avançadas	2,1	2,2	1,7	2,3	2,3	2,2
EUA	2,6	2,9	1,5	2,3	2,7	2,5
Zona Euro	1,3	2,0	1,8	2,4	2,2	2,0
Reino Unido	3,1	2,2	1,9	1,7	1,5	1,5
Japão	0,3	1,1	0,9	1,8	1,2	0,8
Emergentes e em desenvolvimento	4,7	4,3	4,4	4,7	4,9	5,0
Brasil	0,5	-3,8	-3,5	1,1	1,9	2,1
Rússia	0,7	-2,8	-0,2	1,8	1,7	1,5
Índia	7,5	8,0	7,1	6,7	7,4	7,8
China	7,3	6,9	6,7	6,8	6,6	6,4
África subsariana	5,1	3,4	1,4	2,7	3,3	3,5
Nigéria	6,3	2,7	-1,6	0,8	2,1	1,9
África do Sul	1,7	1,3	0,3	0,9	0,9	0,9
SADC	3,5	2,7	1,5	2,2	2,5	-

Fonte: FMI, Standard Bank Research
Nota: (*) estimativa

Segundo previsões do FMI para 2018 (IMF *World Economic Outlook*), prevê-se uma aceleração de 3,9% para a economia mundial em 2018, face aos 2,7% de 2017. É expectável que as economias avançadas beneficiem do maior crescimento registado pelos EUA, no seguimento do *Tax Cut Bill* aprovado pelo Presidente Trump em Dezembro de 2017, que promete ser um importante catalisador para a economia norte-americana. Está também prevista uma onda de crescimento para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento, na ordem dos 4,9% em 2018 e 5% em 2019.



SADC (SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY):

A SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral – é uma organização inter-governamental dedicada à cooperação e integração socio-económica bem como à cooperação em matérias de política e segurança, dos países da África Austral.

O CRESCIMENTO DO VOLUME DE BENS E SERVIÇOS TRANSACCIONADOS MANTERÁ A SUA TENDÊNCIA DE CRESCIMENTO, ATINGINDO OS 4,6% EM 2018, E 4,4% EM 2019, UMA MELHORIA ASSINALÁVEL QUANDO COMPARADA COM O RITMO DE CRESCIMENTO DE 2016. DE QUALQUER MODO, A POPULARIDADE CRESCENTE DAS POLÍTICAS PROTECCIONISTAS PODERÁ COMPROMETER ESTAS PREVISÕES DE CRESCIMENTO. POR OUTRO LADO, O BANCO MUNDIAL ALERTA IGUALMENTE PARA O RISCO DE UMA EVENTUAL DESACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÓMICO POTENCIAL NO LONGO PRAZO, EM PREVISÕES PUBLICADAS A JANEIRO DE 2018 (*GLOBAL ECONOMIC PROSPECTS*).

SEGUNDO O BANCO MUNDIAL, METAS GLOBAIS COMO A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA E A REDUÇÃO DA POBREZA PODERÃO ESTAR COMPROMETIDAS, SENDO URGENTE A ADOÇÃO DE REFORMAS ESTRUTURAIS QUE AUMENTEM OS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE E *OUTPUT* POTENCIAL, À MEDIDA QUE A PRESSÃO DO ENVELHECIMENTO GEOGRÁFICO SE INTENSIFICA.



ESTE RELATÓRIO DO BANCO MUNDIAL APONTA TAMBÉM PARA A **IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO** NO ESBATIMENTO DE DESIGUALDADES SOCIAIS. SEM A ADOÇÃO DE MEDIDAS DE COMBATE À CORRUPÇÃO E PRECARIIDADE DA EDUCAÇÃO E INFRA-ESTRUTURAS, BEM COMO A IMPLEMENTAÇÃO DE **MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNANCE** (EM ESPECIAL PARA OS PAÍSES DE ÁFRICA), SERÁ DIFÍCIL CUMPRIR OS OBJECTIVOS DA AGENDA 2030 PARA O **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**, DEFINIDOS PELAS NAÇÕES UNIDAS EM 2015.



ECONOMIA ANGOLANA



“ANGOLA FAZ PARTE DO GRUPO DE PAÍSES QUE SEGUIU A TENDÊNCIA DO CRESCIMENTO MUNDIAL. A RECUPERAÇÃO DOS PREÇOS DO PETRÓLEO, ALIADA ÀS PROMESSAS DE REFORMAS ECONÓMICAS POR PARTE DO NOVO GOVERNO E A UMA POLÍTICA MONETÁRIA MAIS RIGOROSA, DEIXAM ANTEVER UM CRESCIMENTO AINDA MAIS PRONUNCIADO PARA OS PRÓXIMOS ANOS.”

CARLOS SÃO VICENTE
ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO

CRESCIMENTO DO PIB

O Orçamento de Estado do Governo angolano para o ano de 2018 revela um crescimento do PIB de 0,1% ano a ano (a/a) em 2016, contrariando, assim, a recessão de 4,3% prevista pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Este Orçamento constata igualmente a evolução positiva deste indicador em 2017, na ordem dos 1,1%, antecipando um crescimento de 4,9% para 2018. Esta parece ser, no entanto, uma previsão demasiado optimista, baseando-se no pressuposto de que a produção de petróleo apresentará uma taxa de crescimento a/a de 3,1%, crescendo a restante economia a uma taxa de 4,4%. O Banco adopta uma postura conservadora, assumindo que, provavelmente, o crescimento do PIB se irá situar abaixo dos 2% durante algum tempo.

Apesar da recuperação recente dos preços do petróleo, a procura agregada continuará, muito provavelmente, a ser negativamente afectada pela necessidade de manter uma política monetária rigorosa, de forma a combater a inflação e estabilizar os mercados cambiais. Prevê-se ainda a continuação de esforços de consolidação fiscal, que poderão ter impactos negativos na evolução da procura.

A despesa interna foi fortemente afectada pela escassez de recursos cambiais e pela elevada inflação, com as exportações líquidas a decair em virtude da queda na produção de petróleo, e as importações a revelarem um comportamento contrário, associado aos gastos incorridos na preparação das eleições gerais de Agosto de 2017.

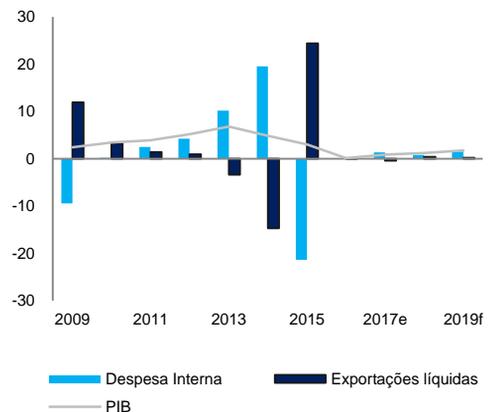
A baixa diversificação deverá também penalizar a *performance* da economia angolana, demasiado exposta às condicionantes do sector petrolífero, como a precariedade operacional, diminuição da produção em áreas sobreexploradas ou a subjugação a determinadas quotas de produção definidas pela OPEP.

O governo angolano espera uma descida acumulada de 6% na capacidade produtiva até 2023, para 1,60 milhões de bpd. Esta previsão já incorpora um investimento avultado no aumento da capacidade produtiva diária em 536 milhares de bpd, de forma a compensar a queda na produção de 635 milhares de bpd nas áreas sobreexploradas. Assim, a necessidade de diversificação da economia e de implementação de reformas estruturais, no sentido de garantir a estabilidade macroeconómica no longo-prazo, surgem como prioridades claras do novo executivo. Actualmente, as exportações de petróleo correspondem a mais de 90% das exportações totais da economia. Apesar da redução da contribuição deste sector nas receitas fiscais, de cerca de 75% em 2013 para 50% na actualidade, este sector ainda apresenta uma grande influência na economia.

O PIB ANGOLANO CRESCEU À TAXA ANUAL DE 1,1% EM 2017, FACE AOS 0,1% DO PERÍODO HOMÓLOGO.



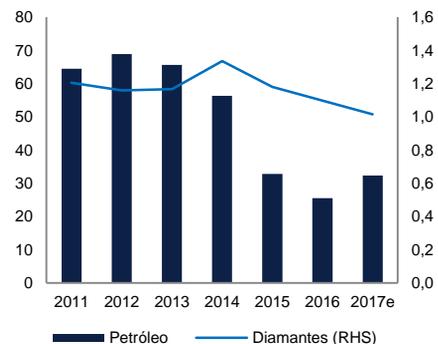
COMPOSIÇÃO DO PIB NA ÓPTICA DA DESPESA (%)



Fonte: INE, Standard Bank Research

PRINCIPAIS EXPORTAÇÕES

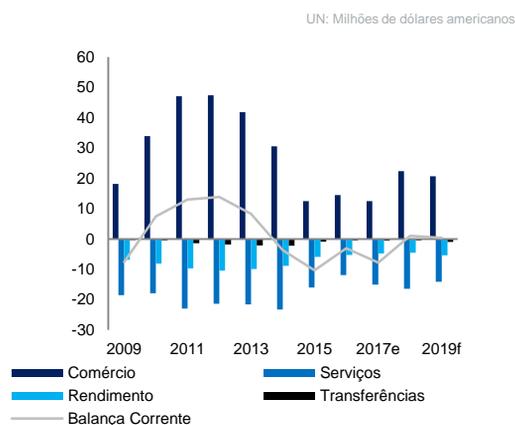
UN: Bilhões de dólares americanos



Fonte: BNA, Standard Bank Research

CONTEXTO POLÍTICO E BALANÇA DE PAGAMENTOS

CONTA CORRENTE DA BALANÇA DE PAGAMENTOS



Fonte: BNA, Standard Bank Research

O programa do Presidente eleito João Lourenço, apostado em conferir transparência às novas políticas e práticas de governação, tem reunido o apoio do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e sociedade civil em geral. Os seus 100 primeiros dias no cargo, ficaram marcados pela remodelação das estruturas directivas de um conjunto de entidades públicas, incluindo a Sonangol, o BNA e o Fundo Soberano. A 23 de Agosto de 2017, as eleições em Angola marcaram o fim de 38 anos no poder para José Eduardo dos Santos, que apoiou a campanha do seu sucessor, João Lourenço, antigo Ministro da Defesa e secretário geral do MPLA. Estas foram as terceiras eleições gerais em Angola desde a guerra civil, sendo reconhecidas como eleições legislativas e não presidenciais, na sequência da revisão constitucional operada em 2010. O Presidente e Vice-Presidente são nomeados de acordo com os cabeças de lista apresentados pelo partido mais votado.

O colapso dos preços do petróleo em meados de 2014 provocou um choque na balança de pagamentos que ainda carece de resolução, de modo a permitir maior liquidez de moeda estrangeira sem causar a deterioração das reservas nacionais. A resposta do BNA ao choque na balança de pagamentos provocado pela queda dos preços do petróleo em 2014, incluiu a desvalorização controlada do kwanza e o racionamento na disponibilização de moeda estrangeira. Esta realidade ajudou a diminuir o *deficit* da balança corrente de 10,3 biliões de dólares americanos em 2015, para 3,1 biliões de dólares americanos em 2016. No entanto, estima-se que o *deficit* da balança corrente tenha atingido os 7,8 biliões de dólares americanos em 2017.

CONTEXTO POLÍTICO E BALANÇA DE PAGAMENTOS

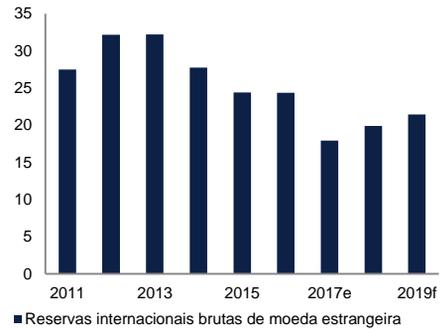
Para 2018, é esperado um *superavit* de 0,9% da balança corrente, resultado do efeito conjunto do aumento dos preços do petróleo, e subida moderada dos seus níveis de produção.

No que respeita à balança financeira como um todo, está também previsto um comportamento positivo, ainda que abaixo dos *superavits* registados em 2015 e 2016, de 6,9 e 6,0 biliões de dólares americanos, respectivamente, uma vez que os níveis de investimento se mantêm retraídos.

Esta trajectória recente da economia deverá aliviar, no futuro, a pressão a que têm estado sujeitas as reservas de moeda estrangeira. Os últimos dados disponíveis, correspondentes a Novembro de 2017, apontavam para reservas internacionais no valor de 18,8 biliões de dólares americanos, uma descida de 15,8% ano a ano, o que reflecte o aumento da oferta de moeda estrangeira no mercado para este período.

RESERVAS INTERNACIONAIS BRUTAS

UN: Milhões de dólares americanos



Fonte: BNA, Standard Bank Research

As vendas de moeda estrangeira por parte do BNA cresceram de 11,2 biliões de dólares americanos em 2016 para 12,2 biliões de dólares americanos em 2017.

O BNA introduziu um novo regime cambial em 2018, que permite que a taxa de câmbio flutue livremente dentro de um intervalo não comunicado, mediante os leilões de moeda estrangeira efectuados.

Uma depreciação máxima de 2% é permitida em cada leilão.

Enquanto isto pode ser visto como um avanço no sentido de atingir flexibilidade cambial, este deverá ser acompanhado de um conjunto de outras medidas estruturais que possam contribuir para o desejado ajuste na balança de pagamentos.

O par USD/AOA registou uma subida em Janeiro de 2018, atingindo uma média de 203,1 no leilão de 16 de Janeiro, depois de um período (desde Abril de 2016) em que se manteve constante no montante oficial de 165,9 USD/AOA. Apesar de esta ser uma desvalorização esperada não se perspectiva que as autoridades monetárias permitam que o kwanza dispare. A previsão do Banco para 2018 é que se verifique um aumento de 36% a/a para o par USD/AOA, fechando o ano em 225.

Esta perspectiva não deverá implicar um aumento muito acentuado na taxa de câmbio, especialmente caso se mantenha um controlo da liquidez do kwanza no mercado e um aumento da oferta de moeda estrangeira por parte do BNA, decorrente do aumento das receitas provenientes das exportações. A adopção de políticas que promovam a entrada de moeda estrangeira na economia e a consolidação fiscal continuará a ser determinante para que se possa atingir este objectivo.

POLÍTICA MONETÁRIA

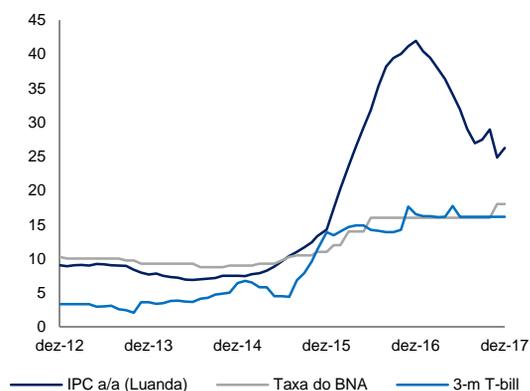
O Índice de Preços no Consumidor (IPC) de Luanda, que funciona como barómetro da inflação no país, fechou o ano de 2017 nos 26,3% a/a, apresentando assim um valor superior ao IPC nacional, que se fixou nos 23,7% a/a.

Tal como esperado, os dois valores indicados acima ficaram abaixo daqueles observados em 2016, de 42% a/a e 41,1% a/a, respectivamente. Este comportamento pode ser explicado pelo aumento da oferta de bens alimentares, resultante de uma mais profícua época chuvosa, e um comportamento positivo da taxa de câmbio, resultante do aumento da oferta de divisas estrangeiras e de um maior controlo na liquidez da moeda nacional.

Para 2018, e de acordo com o Orçamento Geral do Estado, é esperado um aumento da inflação para os 28,7%. No entanto, a previsão do Banco cifra-se nos 32,6% a/a, a que se deverá seguir uma redução em 2019, para os 14,6% a/a. Este comportamento surge na linha das previsões para a evolução da taxa de câmbio e hipotéticos cortes de subsídios, que poderiam levar a um aumento de preços no âmbito dos esforços de consolidação fiscal.

O BNA permitiu que as taxas de juro reais se mantivessem negativas em Junho de 2015, quando a inflação subiu acima da taxa de juro de referência de 9,75% do BNA. Desde essa altura, o BNA subiu a sua taxa de referência em 8,25 pontos percentuais, para os 18% em Novembro de 2017, mas que não se revelou suficiente para trazer a taxa de juro real para territórios positivos. De facto, não são esperados aumentos materiais nas taxas de juro, mesmo que as condições de liquidez se mantenham apertadas.

INFLAÇÃO E TAXAS DE JURO (%)



Fonte: BNA, INE, Standard Bank Research



ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR (IPC):

O IPC é um índice que quantifica o custo de um determinado cabaz fixo de bens de consumo em diferentes momentos. A utilidade do IPC reside no facto de ser através dele que é calculada a taxa de inflação: algebricamente, a taxa de inflação é calculada como a taxa de variação do IPC entre dois períodos.

PARA 2018, É ESPERADO UM AUMENTO DA INFLAÇÃO PARA OS 32,6% a/a, DE ACORDO COM AS PREVISÕES DO BANCO

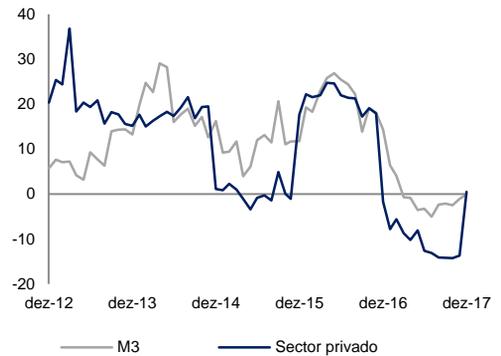
POLÍTICA MONETÁRIA

Contudo, condições de liquidez apertadas conduzem ao colapso do crescimento da oferta de moeda. A oferta de M3 contraiu 1,1% a/a em Novembro de 2017, depois de ter subido 18,1% a/a em Novembro de 2016. Para 2018, os efeitos da depreciação do kwanza far-se-ão sentir no crescimento do M3.

No encontro de Novembro de 2017, o BNA definiu a base monetária restrita como o instrumento preferencial de política monetária. Este agregado monetário exibiu uma contracção de 14,7% a/a, que compara com uma expansão de 62,5% no período homólogo.

Também se espera que o governo angolano continue a contrair empréstimos, despoletando assim um efeito de *crowding out* no crédito do sector privado.

EVOLUÇÃO ANUAL (%) DOS AGREGADOS MONETÁRIOS



Fonte: BNA, Standard Bank Research



MASSA MONETÁRIA:

A Massa Monetária é composta por três agregados monetários, M1, M2 e M3:

M1 (Moeda) - compreende as notas e moedas em poder do público, mais os depósitos à ordem de empresas, de particulares e do governo local, em moeda nacional e moeda estrangeira.

M2 (Moeda + quase Moeda) - M1 + os depósitos a prazo das empresas e de particulares, em moeda nacional e estrangeira, mais outras obrigações em moeda estrangeira de empresas e particulares.

M3 (Meios de pagamento) – M2 + Outros Instrumentos Financeiros, representados pelos títulos do Banco Central em poder de entidades privadas, mais os Empréstimos e Acordos de Recompra, quer em moeda nacional quer em moeda estrangeira, dos particulares e das empresas não financeiras privadas.



CROWDING OUT:

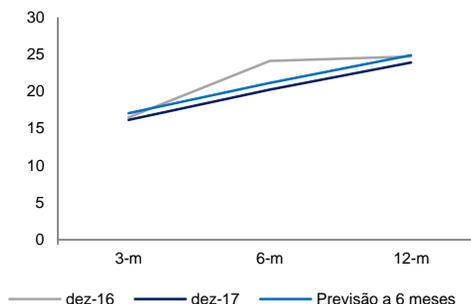
O efeito de *crowding out* corresponde a uma redução no investimento e noutras componentes da despesa agregada sensíveis às taxas de juro, sempre que o Estado aumenta a despesa pública.

POLÍTICA FISCAL

As *yields* das *T-bills* mantiveram-se relativamente constantes desde o início de 2017, com as 91-d *T-bills* a serem emitidas com uma *yield* de 16,2%, enquanto as 182-d e 364-d *T-bills* com 20,2% e 23,9%, respectivamente. Não são esperadas alterações materiais nas *yields* destes instrumentos, mesmo num contexto de aceleração da inflação.

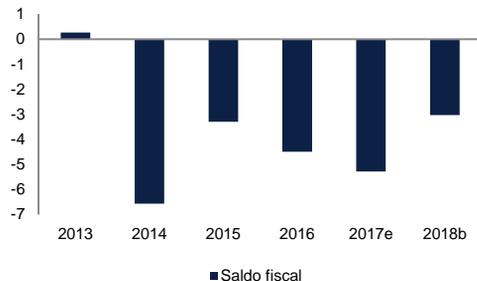
Esta perspectiva encontra-se alinhada com as expectativas de que a taxa de juro de referência se mantenha relativamente estável, independentemente da provável subida do kwanza. Por outro lado, é esperado que as taxas de juro reais se tornem positivas até ao final de 2019, uma vez que a inflação deverá convergir para valores inferiores às taxas de juro nominais. O Banco acredita que a redução do défice fiscal se tornará numa política-chave de combate à inflação. Numa altura em que a pressão eleitoral se encontra dissipada, o novo governo deverá centrar-se na implementação de reformas destinadas à sustentabilidade fiscal.

EVOLUÇÃO (%) DAS YIELDS



Fonte: BNA, Standard Bank Research

SALDO FISCAL (% DO PIB)



Fonte: Ministério das Finanças, Standard Bank Research

O serviço de dívida estimado para 2017 ascendia a 15% do PIB, sendo que se espera que este indicador atinga os 20% do PIB em 2018.

É esperado que o *stock* de dívida pública se mantenha relativamente estável em redor dos 60% do PIB para 2018. As previsões apontam para uma descida de 2,9 pontos percentuais na dívida interna, para 27,8% do PIB, e para um movimento contrário na dívida externa, que deverá subir 3,1 pontos percentuais e atingir os 32%. Estas evoluções já têm em conta o efeito cambial e os empréstimos líquidos efectuados pelo governo para fazer face ao défice, de 0,7% do PIB e 2,3% do PIB, respectivamente.

Em termos nominais, regista-se um aumento da dívida interna no montante de 929,9 biliões de AOA, superior aos 159,8 biliões previstos no Orçamento de Estado.

Em termos nominais, o Ministério das Finanças projecta um declínio no défice fiscal para 3% do PIB.

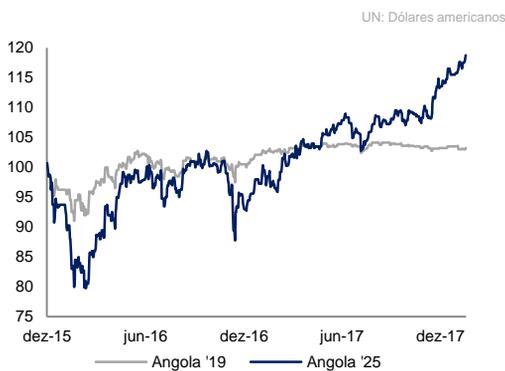
As receitas-alvo para 2018 ascendem a 4.404,3 biliões de AOA, o correspondente a 18,8% do PIB, sendo que 54,5% destas será proveniente do sector petrolífero. Antes do colapso mundial dos preços do petróleo, os impostos petrolíferos correspondiam a cerca de 75% do total da receita fiscal. A despesa total para 2018 está orçamentada nos 5.128,9 biliões de AOA, o equivalente a 23% do PIB de 2017. O último momento em que se verificou um saldo positivo na balança fiscal ocorreu em 2013, quando as receitas excederam as despesas em 3% do PIB. Não é expectável um regresso a esse cenário num futuro próximo, mas parece clara a necessidade de estancar o crescimento da dívida soberana, o que apenas será possível se forem implementadas reformas estruturais.

O Ministro das Finanças já se pronunciou sobre a necessidade de reestruturação do montante da dívida, revelando preocupação com a sustentabilidade da mesma no longo prazo.

MERCADO DE EUROBONDS

É expectável que Angola regresse ao mercado de *Eurobonds* até ao final do primeiro trimestre de 2018, atingindo um montante de 2 biliões de dólares americanos. Apesar dos problemas relacionados com a balança de pagamentos sentidos ao longo de 2017, os Angola'25 estiveram entre aqueles que exibiram a melhor *performance*. A procura por este tipo de obrigações deverá manter-se em níveis significativos, especialmente num contexto de subida dos preços do petróleo. Apesar de tudo, para a maioria das métricas, Angola compara de forma competitiva com as emissões dos restantes países da África subsariana. A subida dos preços do petróleo e um maior apetite ao risco prometem dinamizar o nível de crédito. Após um período de preocupação com os resultados eleitorais, o governo parece agora centrado na implementação de reformas estruturais, capazes de restaurar os índices de confiança no país.

PREÇO DAS EUROBONDS



PRINCIPAIS INDICADORES

OS RESULTADOS DE 2017 DO STANDARD BANK DE ANGOLA, CONTINUAM A REFLECTIR NÃO SÓ A SOLIDEZ DO BANCO EM MOMENTOS MACROECONÓMICOS DESAFIANTES, COMO TAMBÉM A SUA CAPACIDADE DE DAR RESPOSTA ÀS NECESSIDADES DOS SEUS CLIENTES.



INDICADORES GERAIS

	2017	2016	VARIAÇÃO
 MARGEM FINANCEIRA	28.815.355	16.144.691	↑ +78%
 RESULTADO DE OPERAÇÕES CAMBIAIS	2.718.234	3.822.090	↓ -29%
 RESULTADOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS	4.193.958	3.221.038	↑ +30%
 PRODUTO BANCÁRIO	33.808.522	22.088.306	↑ +53%
 RESULTADO LÍQUIDO	17.028.354	7.877.760	↑ +116%
 RETURN ON EQUITY (ROE)	60%	49%	↑ +22%
 RÁCIO DE EFICIÊNCIA (COST-TO-INCOME)	46%	59%	↓ -22%
 ACTIVO	317.824.392	367.804.710	↓ -14%
 PROVISÕES PARA IMPARIDADE DE CRÉDITO / CRÉDITO	6%	5%	↑ +25%
 RÁCIO DE SOLVABILIDADE REGULAMENTAR	33%	27%	↑ +24%
 NON-PERFORMING LOANS (NPL)	5%	5%	→ 0%

UN: Milhares de AOA



INDICADORES GERAIS



ACTIVO TOTAL

A redução dos depósitos de Clientes, durante o último trimestre de 2017, traduziu-se numa redução do activo total do Banco, maioritariamente nas rubricas de disponibilidades e aplicações de liquidez.



UN: Milhares de AOA



ACTIVO TOTAL

O activo total do Banco corresponde à soma do valor de todos os seus bens e direitos, tais como créditos concedidos a Clientes, investimentos, recursos em bancos centrais, entre outros.

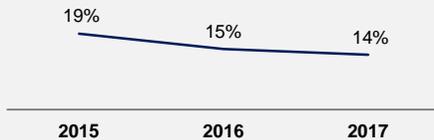
RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO

O rácio de transformação do Banco é dado pelo quociente entre os créditos antes de provisões concedidos a terceiros, e os depósitos efectuados pelos seus Clientes.



RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO

A diminuição do rácio de transformação em 2017 ficou a dever-se à redução do crédito concedido, proporcionalmente superior à redução dos depósitos de Clientes.



CLIENTES

O número de Clientes activos do Banco tem vindo a diminuir nos últimos dois anos. Não obstante, este valor tem sido compensado pelo aumento do envolvimento bancário dos Clientes existentes.



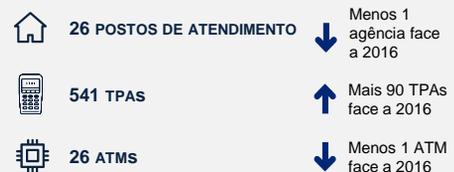
COLABORADORES

Verificou-se um acréscimo no número de Colaboradores do Standard Bank de Angola. Paralelamente, no ano de 2017 o Banco reforçou a sua aposta no investimento em formação e capacitação dos seus profissionais.



AGÊNCIAS, ATMs E TPAS

O número de postos de atendimento sofreu um ligeiro decréscimo face ao ano anterior e o número de TPAs activos aumentou em 20%. Em termos de ATMs existia menos 1 ATM activo no final de 2017, quando comparado com o ano transacto.



INDICADORES GERAIS



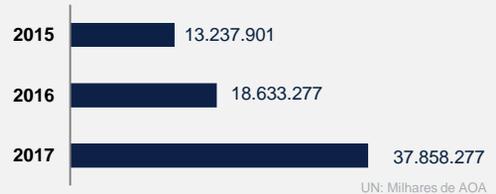
CANAIS DIGITAIS

Ambos os segmentos de negócio do Banco aumentaram a sua taxa de penetração na utilização do *internet banking*, destacando-se o segmento de *Corporate Investment Banking* (CIB) com uma taxa de 90%.



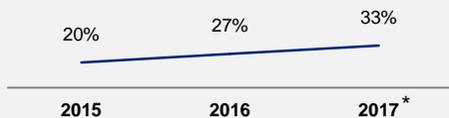
CAPITAIS PRÓPRIOS

Os capitais próprios do Standard Bank de Angola mantêm o ritmo de crescimento, por via da incorporação de resultados líquidos crescentes, consolidando a solidez e a posição do Banco no mercado, bem como demonstrando o seu comprometimento com o investimento em Angola.



RÁCIO DE SOLVABILIDADE

O rácio de solvabilidade manteve-se significativamente acima do limite de solvabilidade exigido pelo BNA(10%), apresentado uma tendência crescente nos últimos anos, e estando fixado em 33% no exercício de 2017. Calculando este indicador de acordo com o Aviso n.º 05/2007- base regulamentar para os exercícios anteriores - o seu valor seria 65%.



* Rácio calculado com base no Aviso n.º 02/2016 do BNA



RÁCIO DE SOLVABILIDADE

O rácio de solvabilidade indica a proporção relativa dos activos do Banco financiados por fundos próprios, tendo em conta a qualidade dos seus activos. O Banco deve manter um nível de fundos próprios compatível com a natureza e escala das suas operações, devidamente ponderado pelo risco inerente às operações.

Em 2017, o Standard Bank de Angola apresenta o rácio de solvabilidade apurado em conformidade com as regras presentes no Aviso n.º 02/2016 do BNA.



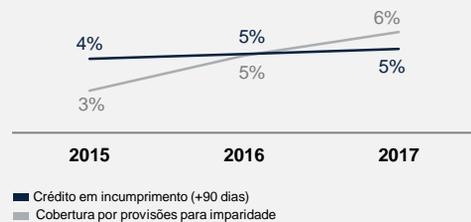
CRÉDITO CONCEDIDO

O crédito concedido a Clientes voltou a diminuir em 2017, com uma redução de 30% face a 2016. Esta tendência, conseqüente das condições macroeconómicas do país, traduz-se na suspensão de projectos de investimento por parte dos Clientes e resulta num excesso de liquidez em AOA para a maioria desses Clientes.



QUALIDADE DE CRÉDITO

O volume de crédito vencido no total da carteira do Banco manteve-se em valores reduzidos, estando devidamente compensados por um nível adequado de provisões derivado a perdas por imparidade.



INDICADORES GERAIS

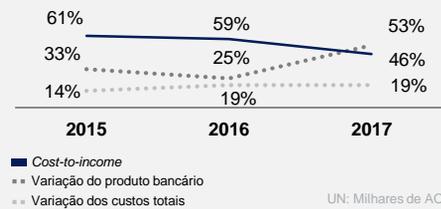
DEPÓSITOS / TÍTULOS CUSTODIADOS

No final de 2017, verificou-se um decréscimo nos depósitos, um aumento da compra de obrigações do tesouro indexadas ao USD sob custódia do Banco. Este movimento decorreu da expectativa do mercado de uma desvalorização do kwanza no início de 2018.



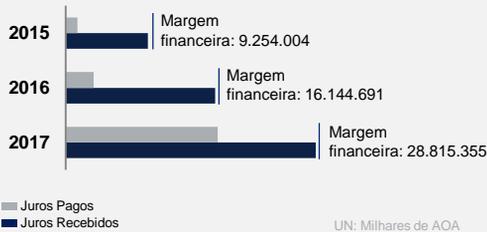
RÁCIO DE EFICIÊNCIA (COST-TO-INCOME)

Em 2017, a redução 13% no rácio de eficiência *cost-to-income* deveu-se à melhoria observada no produto bancário (53%), combinada com o esforço efectuado pelo Banco para manter a eficiência dos seus custos totais.



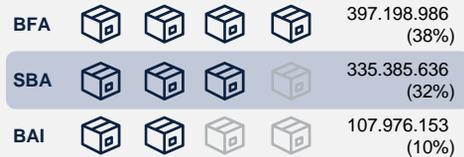
MARGEM FINANCEIRA

A proporção de juros pagos sobre depósitos a Clientes, e de juros recebidos nas operações de crédito aumentou, impactando significativamente a margem financeira (+78% face ao ano anterior).



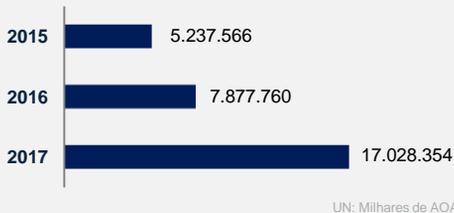
RANKING NEGOCIAÇÃO (BODIVA)

Em 2017, o Standard Bank de Angola manteve-se no 2º lugar do *ranking* em termos de volume de transacções intermediadas, com um aumento de 12% da sua quota de mercado, confirmando, desta forma, o reconhecimento do Banco pelos Clientes neste tipo de operações no mercado.



RESULTADO LÍQUIDO

Em 2017 o Standard Bank de Angola voltou a atingir o resultado líquido mais elevado da sua história, no montante de 17.028.354 milhares de AOA, traduzindo-se numa taxa de crescimento de 116% face ao ano anterior.



RESULTADO LÍQUIDO

Entende-se por resultado líquido do Banco o resultado residual obtido durante um ano, após terem sido deduzidos todos os gastos incorridos, aos rendimentos obtidos, nomeadamente, gastos com pessoal, gastos incorridos na melhoria de sistemas e processos, impostos, financiamentos, entre outros.

ESTRATÉGIA PARA 2018

A ESTRATÉGIA DO STANDARD BANK DE ANGOLA REFLECTE A ROBUSTEZ E EXPERIÊNCIA DO SEU PASSADO HISTÓRICO, BEM COMO O TRABALHO DE MELHORIA CONTÍNUA LHE CONFEREM COM A VISÃO DE SER A PRINCIPAL ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA, OFERECENDO SERVIÇOS EXCEPCIONAIS E COM VALOR SUPERIOR, ADEQUANDO AS NECESSIDADES DOS CLIENTES COM AS NOVAS TECNOLOGIAS E MELHORES PRÁTICAS.



“AFRICA IS OUR HOME, WE DRIVE HER GROWTH”

O propósito do Standard Bank de Angola, actua como um poderoso unificador numa organização verdadeiramente africana, ligada ao Mundo, com presença em 20 países africanos e 6 dos principais centros financeiros internacionais.

O Banco posiciona-se como uma instituição de confiança, um Parceiro da sociedade angolana, desmistificando a percepção pública negativa sobre as instituições financeiras, e apoiando as empresas na expansão dos seus negócios para outras geografias, e na satisfação das suas aspirações individuais.

África abriga diversos recursos naturais inexplorados, possui uma classe média crescente e uma população jovem cada vez mais qualificada. A melhoria na demografia do continente e a crescente estabilidade económica e social, tornam-no num mercado apetecível e rico em oportunidades, podendo o Standard Bank de Angola proporcionar aos seus Clientes, a experiência e o conhecimento local aprofundado, necessários para operar um negócio bem-sucedido em África.

“ÁFRICA É A NOSSA CASA, POTENCIAMOS O SEU CRESCIMENTO”

VALORES



VISÃO

“Ser líder nos serviços financeiros em Angola e África, através da excelência do serviço e da inovação, de forma a trazer valor acrescentado a todos os *stakeholders* e a fazer a ligação entre África e o resto do mundo”.

COMO CRIAR VALOR



ESTRATÉGIA 2018

A ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO PARA 2018 FOI DELINEADA COM BASE EM 6 OBJECTIVOS PRINCIPAIS:

I ABORDAGEM CENTRADA NO CLIENTE

- Continuar a apostar na melhoria dos níveis de serviço do Banco de modo a proporcionar a melhor experiência ao Cliente;
- Desenvolver soluções que aproximem os Clientes do Banco, e vice-versa, tornando as interações mais simples, fáceis e ágeis;
- Posicionar o Banco enquanto líder de qualidade de serviço, mantendo sempre os mais elevados níveis de confiança junto dos Clientes.

II APOSTA NOS CANAIS DIGITAIS

- Garantir uma experiência de utilizador única e consistente;
- Disponibilizar aos Clientes e Colaboradores, os serviços que necessitam, em qualquer lugar e a qualquer momento, independentemente do canal utilizado;
- Apostar na melhoria contínua das plataformas de *internet* e *mobile banking*.

III PESSOAS ENQUANTO ACTIVO FUNDAMENTAL

- Investir continuamente na formação dos Colaboradores;
- Desenvolver e colocar em prática, planos de carreira e de desenvolvimento pessoal, bem como identificar acções de desenvolvimento dos talentos observados;
- Participar activamente em projectos de educação financeira e noutras actividades que potenciem o desenvolvimento dos Colaboradores;
- Tirar proveito da presença geográfica do Grupo Standard Bank para potenciar o desenvolvimento profissional dos quadros do Banco.

IV UNIVERSALIDADE DOS SERVIÇOS FINANCEIROS

- Apresentar uma oferta de serviços financeiros consistente e eficiente, disponibilizando aos Clientes todos os serviços relevantes para suprir as suas necessidades;
- Colocar à disposição dos Clientes, a experiência do Grupo Standard Bank, bem como a capacidade de operar em vários mercados, em África e pelo Mundo, proporcionando aos Clientes o acesso, de forma ágil, a vários mercados financeiros.

V INVESTIMENTO NA AUTOMATIZAÇÃO

- Desenvolver soluções de automatização de procedimentos que agilizem o funcionamento do Banco;
- Definir novas formas de trabalhar, garantindo um ambiente de trabalho que incentive a criatividade e o pensamento digital;
- Adoptar soluções de *robotics* e preparar o caminho para a aplicação de inteligência artificial e de tratamento massivo de dados - *big data*;
- Continuar a melhoria e automatização dos sistemas de segurança, mantendo sempre os mais altos padrões de qualidade e segurança.

VI SOLIDEZ NOS RESULTADOS FINANCEIROS

- Assegurar um nível de rentabilidade que permita ao Standard Bank de Angola ser o Banco mais rentável do país, garantindo a solidez necessária do rácio de solvabilidade do Banco;
- Manter o rácio de liquidez do Banco;
- Preservar os níveis de rentabilidade, aumentando a remuneração do accionista e a eficácia na gestão de custos.

O STANDARD BANK DE ANGOLA

O CONSTANTE INVESTIMENTO EM TÉCNICAS INOVADORAS, COMBINADO COM A ADOÇÃO DAS MELHORES PRÁTICAS DE MERCADO FORAM OS PRINCIPAIS IMPULSIONADORES NA CONSTRUÇÃO DE UM BANCO CADA VEZ MAIS FOCADO NO CLIENTE, E NA RESPOSTA EFICAZ ÀS SUAS NECESSIDADES.



Standard Bank



A NOSSA PROPOSTA DE VALOR

“O STANDARD BANK DE ANGOLA É UMA INSTITUIÇÃO DE REFERÊNCIA NO MERCADO ANGOLANO, RECONHECIDA PELA SUA INTEGRIDADE, ENVOLVIMENTO, RIGOR E COMPETITIVIDADE NO CONTINENTE AFRICANO.

NOS ÚLTIMOS ANOS, TEM-SE DESTACADO PELA ADOÇÃO DE TECNOLOGIAS INOVADORAS, NECESSÁRIAS PARA FAZER FACE ÀS MUDANÇAS CONSTANTES DA ERA DIGITAL.

COM OS SEUS MODELOS OPERACIONAIS REDESENHADOS E COM OFERTAS CUSTOMIZADAS PARA OS SEUS CLIENTES, O BANCO CONSEGUE CUMPRIR COM O SEU OBJECTIVO PRIMORDIAL: PROVIDENCIAR UM SERVIÇO DE EXCELÊNCIA E RIGOR.”

ANTÓNIO COUTINHO
CHIEF EXECUTIVE OFFICER

QUEM SOMOS

O Standard Bank de Angola, S.A. (abreviadamente designado por “Standard Bank de Angola” ou “Banco”) é uma sociedade de direito angolano, com sede social em Talatona, Luanda, que iniciou a sua actividade em 27 de Setembro de 2010.

O Banco dedica-se ao exercício da actividade bancária nos termos permitidos e definidos por lei, através da obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no BNA, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e em outros activos.

Adicionalmente presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

O Standard Bank é um grupo financeiro com mais de 150 anos de história que tem o objectivo de impulsionar o desenvolvimento do continente africano e, conseqüentemente, contribuir para o crescimento do mercado angolano, respeitando os valores e princípios em que a sua sólida estrutura organizacional assenta.

Colocando os seus Clientes e Parceiros no centro da sua actividade, e em linha com realidades de risco, regulação, tecnologia e concorrência que moldam o panorama financeiro em África, o Banco aposta na diversificação da sua oferta, no investimento em operações, sistemas e infra-estruturas e na criação de um impacto positivo junto das comunidades locais, investindo de forma crescente e continuada na responsabilidade social corporativa em Angola.

MISSÃO

Ser a instituição financeira líder a nível continental, capaz de servir todo o território, oferecendo uma experiência diferenciada aos seus Clientes e criando valor para as sociedades envolventes.

VISÃO

Ser líder nos serviços financeiros em Angola e África, através da excelência do serviço e da inovação, de forma a trazer valor acrescentado a todos os *stakeholders*, e a fazer a ligação entre África e o resto do mundo.

VALORES

- Servir os Clientes;
- Desenvolver os Colaboradores;
- Criar valor para Parceiros;
- Ser proactivo;
- Trabalhar em equipa;
- Elevar constantemente a fasquia;
- Privilegiar o respeito mútuo;
- Defender os mais altos níveis de integridade.

QUEM SOMOS

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Dominic Bruynseels

Licenciado em História, com MBA na *Henley Management School* no Reino Unido, assume o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Standard Bank de Angola desde 2012. Acumula ainda a função de Presidente Regional de África Ocidental, no Grupo Standard Bank.

Experiência

Conta com mais de 25 anos de experiência no sector financeiro, tendo acumulado funções de liderança nos sectores bancários, de gestão de fundos e de grupos industriais.



António Caroto Coutinho

Licenciado em Comércio (Contabilidade) pela Universidade de Pretória na África do Sul, com formação em gestão pela *Henley Management School* no Reino Unido, e formação de Executivos na Universidade de *Harvard* nos EUA, é Administrador Executivo do Standard Bank de Angola desde 2010.

Experiência

Tendo desempenhado cargos de gestão em instituições financeiras internacionais, conta com uma vasta experiência no sector bancário e no mercado africano.



Octávio Castelo Paulo

Licenciado em Direito pela Universidade Lusitana de Lisboa, desempenha a função de Administrador Não Executivo independente no Standard Bank de Angola, desde 2015.

Experiência

Conta com uma vasta experiência no sector público português, tendo feito parte da Direcção do Instituto Português de *Corporate Governance*.



Ivo Emanuel de São Vicente

Licenciado em Sistemas de Informação & Gestão de Operações *Cum Laude* na *Suffolk University*, e com Mestrado em Administração de Empresas na *Hult University* em Boston nos EUA, assume a função de Administrador Executivo no Standard Bank de Angola.

Experiência

Ampla experiência no mercado angolano, tendo desempenhado funções de gerência na AAA Activos, Limitada.



Carlos Manuel de São Vicente

Licenciado em Economia pela Universidade Agostinho Neto em Angola e Mestrado com distinção em Gestão pela ADL/MEI nos EUA, desempenha a função de Administrador Não Executivo no Standard Bank de Angola.

Experiência

Ampla experiência no mercado angolano e internacional, tendo liderado a AAA Activos, Limitada em Angola, Reino Unido e Bermudas.

QUEM SOMOS

DE ÁFRICA PARA O RESTO DO MUNDO

O Grupo Standard Bank, partindo da sua vasta experiência no território africano, quer desempenhar um papel de relevo no crescimento que se perspectiva para o futuro e, para tal, assenta a sua estratégia em três pilares fundamentais:

O Banco mantém uma postura de melhoria contínua, evoluindo a sua actividade através do acompanhamento e adopção das melhores práticas da indústria.

ADOPÇÃO DAS MELHORES PRÁTICAS

A aposta na digitalização é fundamental para adaptar as melhores práticas, serviços e produtos do Banco a uma sociedade cada vez mais ágil. Esta aposta passa pelo desenvolvimento dos canais digitais e reformulação de processos internos bem como adaptação de novas tecnologias que desafiem a tradicional forma de relação entre o Banco e Cliente.

APOSTA NA DIGITALIZAÇÃO

No continente africano, está presente em 20 países, entre os quais, **Angola, Moçambique, África do Sul, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia, Uganda, Botswana, Quénia.**

Client centricity é o mote de actuação do Standard Bank de Angola. A criação de soluções centradas nas necessidades dos Clientes, é a principal prioridade.

FOCO NO CLIENTE

O Grupo Standard Bank tem presença activa nos maiores centros financeiros a nível mundial, nomeadamente, **China, USA, Emirados Árabes Unidos, Brasil, Reino Unido**, totalizando 8 países fora do continente africano.

O Standard Bank de Angola está presente em **7 províncias angolanas**, com **26 pontos de contacto com o Cliente:**

- 18 agências
- 3 postos de atendimento
- 3 centros de empresa
- 2 *suite private*

COMO CRIAMOS VALOR



RELAÇÃO COM PARCEIROS

O Standard Bank de Angola assenta a sua criação de valor nas sinergias criadas com os seus Parceiros. Através desta condição o Banco consegue identificar e responder eficazmente às diferentes oportunidades e desafios.



CLIENTES



COLABORADORES



FORNECEDORES



GOVERNO



ACCIONISTAS



A governança do Standard Bank de Angola promove decisões estratégicas de curto e médio-longo prazo, que conjugam os interesses do Banco e da sociedade, criando, assim, valor de forma sustentável.

Como complemento à cultura de rigor e exigência, o Banco promove igualmente a meritocracia, recompensando devidamente os Colaboradores cuja *performance* se distinga no que toca à criação de valor para o Grupo Standard Bank.

VALOR SUSTENTÁVEL

MARCOS HISTÓRICOS

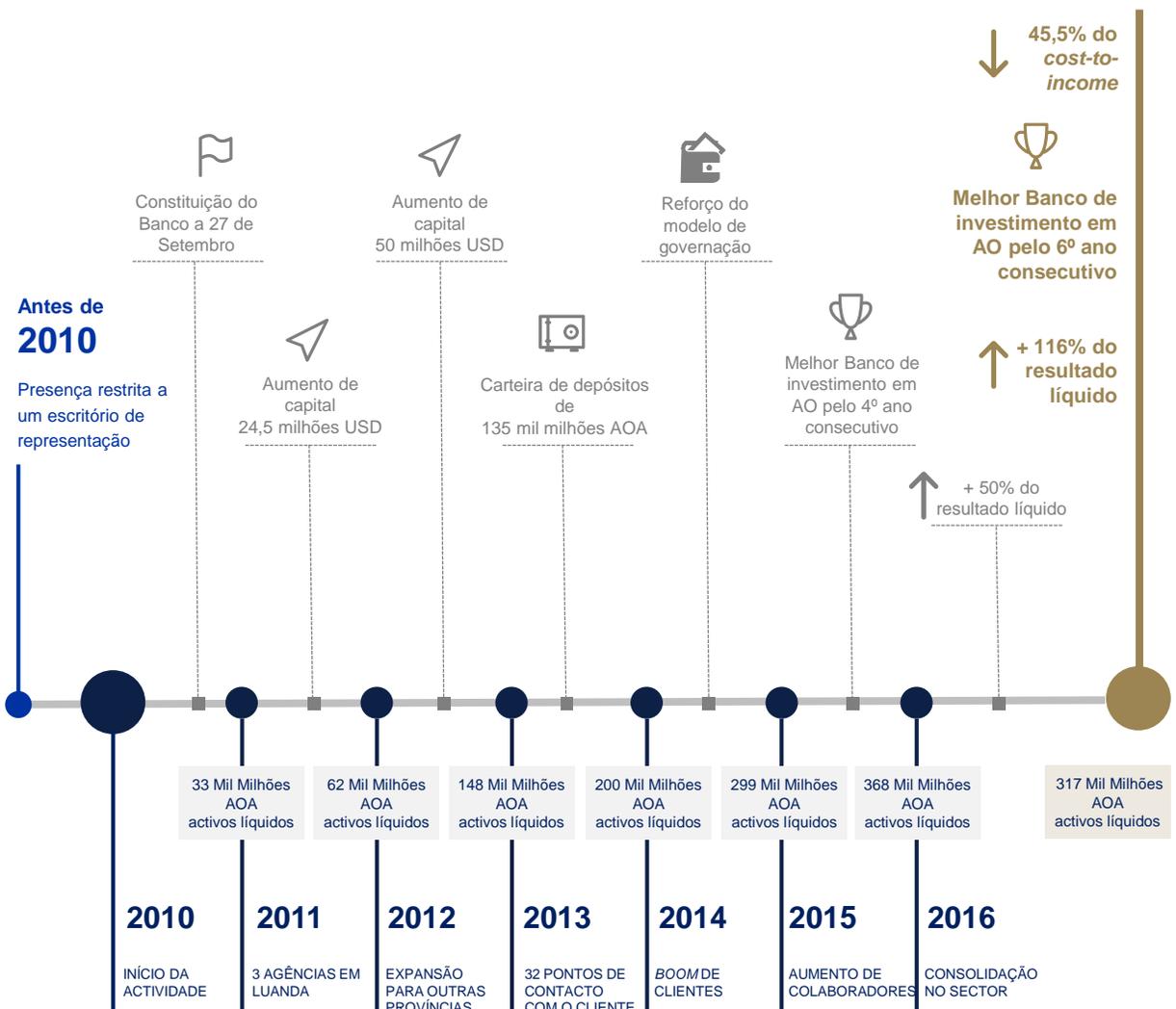


Desde a sua data de entrada no mercado angolano, o Standard Bank de Angola tem vindo a registar um rápido crescimento, distinguindo-se enquanto instituição financeira de cariz internacional. O mérito da sua actividade tem vindo a ser reconhecido ao longo dos anos, tendo sido, em 2017, distinguido pelo 6º ano consecutivo como “Melhor Banco de Investimento” nos *African Banking Awards*.

Adicionalmente, e espelhando o rigor e excelência dos seus serviços, foi ainda considerado como “Melhor Banco do Ano” pelo *The Banker*.

O Banco atingiu um resultado líquido de 17,028 mil milhões de AOA, o que representa um aumento de 116% face ao ano transacto. O *cost-to-income* apresentou igualmente um comportamento positivo, situando-se nos 45,5%. O ROE para o exercício de 2017 situou-se nos 60%, superior em 22% face a 2016.

2017



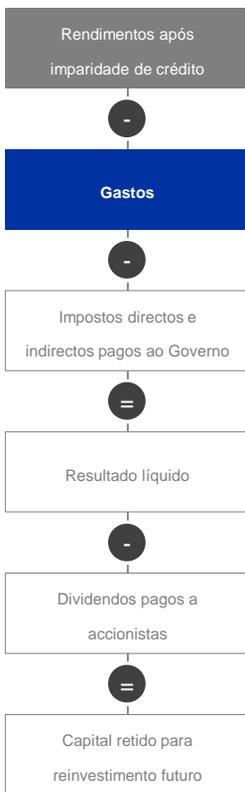


O QUE FAZEMOS

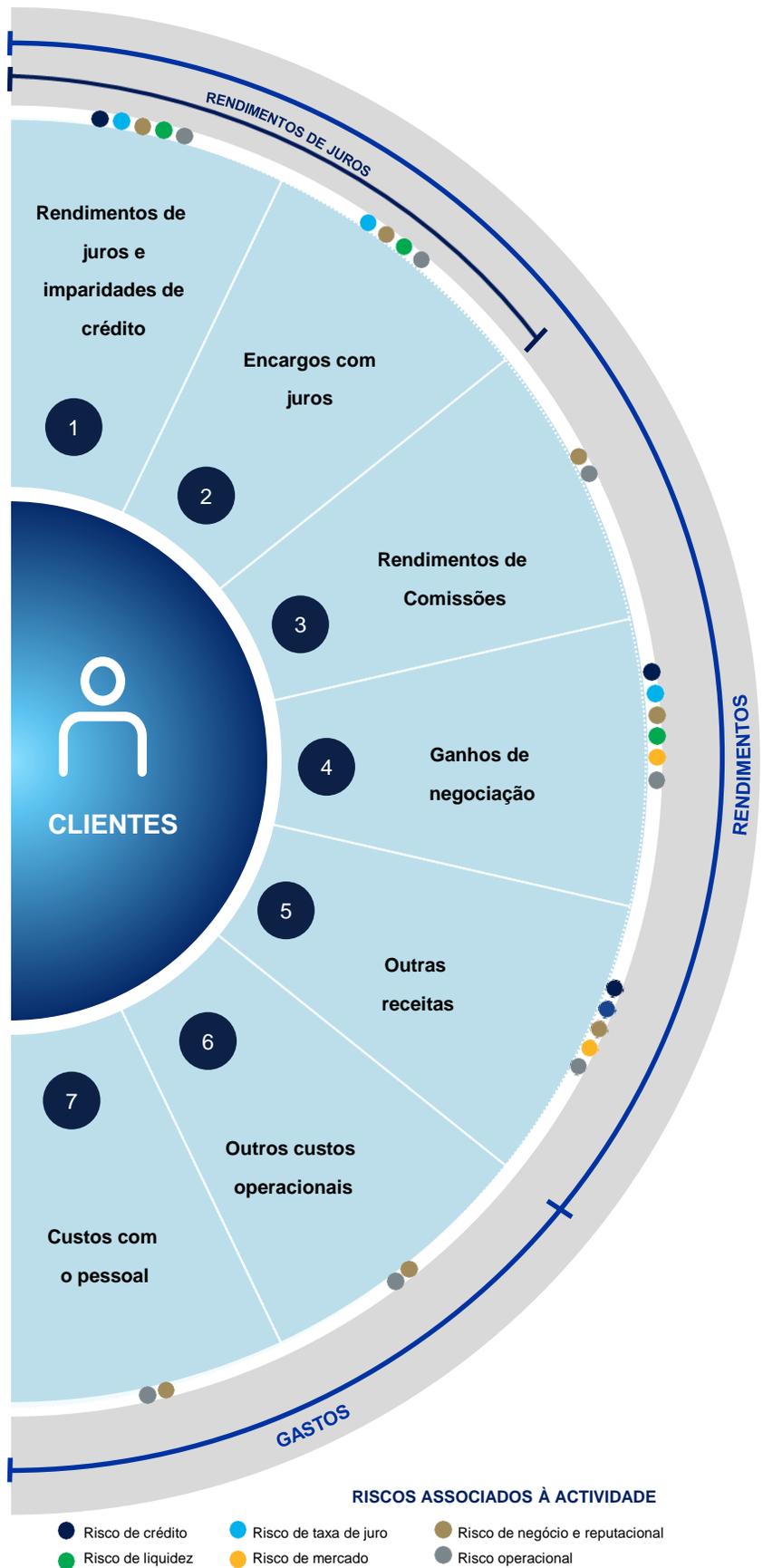
O principal foco do Standard Bank de Angola é servir os seus Clientes e ir de encontro às suas expectativas.

Para tal, é necessário que todas as unidades de negócio e serviços corporativos estejam alinhados e unam sinergias no sentido de satisfazer as necessidades dos Clientes.

COMO CRIAMOS VALOR



ACTIVIDADES DE NEGÓCIO



RISCOS ASSOCIADOS À ACTIVIDADE

- Risco de crédito
- Risco de taxa de juro
- Risco de negócio e reputacional
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Criação de valor na perspectiva do Banco

1

Rendimentos de juros e imparidades representam activos geradores de rendimentos (juros activos) no longo prazo.

2

Pagamento de juros passivos e encargos similares a Clientes em contrapartida dos depósitos efectuados.

3

Recebimento de comissões pela prestação de serviços de assessoria financeira e banca transaccional.

4

O papel de intermediação entre Clientes e o mercado de capitais é remunerado por meio de ganhos de negociação.

5

Outras receitas, tais como investimentos em propriedades e activos fixos tangíveis.

6

Outros custos operacionais, tais como, investimentos de actualização de sistemas e processos do Banco, destinados a aumentar a eficiência e *performance* do mesmo.

7

Investimentos associados ao desenvolvimento e retenção dos recursos humanos do Banco.

Relevância para o Cliente

O Banco representa para os Clientes uma fonte de financiamento, incentivando o desenvolvimento económico do país e, deste modo, o progresso da sociedade.

O Banco recompensa os Clientes através do pagamento de juros sobre os depósitos efectuados ajudando, desta forma, a mitigar os efeitos da inflação, promovendo a poupança através de produtos de risco reduzido.

O Banco disponibiliza aos seus Clientes um extenso conhecimento e uma vasta experiência acumulada na prestação de serviços de banca transaccional, promovendo a agilidade e segurança dos movimentos dos Clientes acelerando assim o progresso da sua actividade.

O Standard Bank de Angola garante aos seus Clientes o acesso a um mercado cambial, e a produtos de cobertura de risco que os apoiam na gestão do risco das suas actividades.

Parte dos rendimentos provenientes da carteira de investimentos do Banco são canalizados para a economia, contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico da região.

Com o propósito de oferecer produtos e serviços de excelência aos seus Clientes, e em linha com a cultura exigente e rigorosa vivida no Standard Bank de Angola, é feito um investimento a nível dos seus processos e sistemas.

O Banco investe no desenvolvimento e retenção das seu activo mais importante, as pessoas, de forma a executar a sua estratégia e a acrescentar valor aos Clientes.



GOVERNAÇÃO CORPORATIVA



OCTÁVIO PAULO
ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO

“O STANDARD BANK DE ANGOLA DEFINIU A SUA ESTRUTURA INTERNA TENDO EM CONTA AS CARACTERÍSTICAS DA ACTIVIDADE E DO MERCADO ANGOLANO, FOMENTANDO, ASSIM, O ALINHAMENTO DAS SUAS POLÍTICAS E PROCESSOS COM A ESTRATÉGIA DO BANCO.

O BANCO PRIVILEGIA A CLARA DIVISÃO DE RESPONSABILIDADES ASSENTE NUMA ESTRUTURA COERENTE, ONDE O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EQUILIBRA O SEU PAPEL DE SUPERVISÃO DE RISCO E DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA, COM A NECESSIDADE DE GARANTIR O CUMPRIMENTO DE REQUISITOS REGULAMENTARES E ACEITAÇÃO DE RISCO.

SIMULTANEAMENTE, O BANCO PREVÊ UMA DELEGAÇÃO DE PODERES NA COMISSÃO EXECUTIVA E EM COMITÉS (INTERNOS) DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, MANTENDO SEMPRE ESTE ÓRGÃO COM A RESPONSABILIDADE FINAL EM TODAS AS DECISÕES.”

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

O Standard Bank de Angola definiu um modelo de Governação Corporativa assente numa estrutura coerente de gestão de risco, com o objectivo de permitir a correcta implementação e monitorização do seu Sistema de Controlo Interno.

Com a publicação dos Avisos n.º 01 e n.º 02/2013 de 2013, o BNA veio estabelecer os pilares fundamentais da Governação Corporativa e Controlo Interno das instituições financeiras, definindo um conjunto de práticas no âmbito da estrutura de capital, estratégia, modelo de organização societária, transparência das estruturas orgânicas, políticas de gestão de risco, de remuneração e de conflito de interesses.

Os princípios orientadores da política de Governação Corporativa do Banco foram definidos nos termos da regulamentação emanada pelo BNA, e encontram-se alinhados com os do Grupo Standard Bank. A fim de assegurar a harmonização destes dois grupos de princípios orientadores, foram definidas responsabilidades hierárquicas e estabeleceram-se processos de monitorização, fiscalização e *compliance*, por forma a difundir a transparência e a responsabilização da gestão do Banco. Deste modo, o Standard Bank de Angola consegue garantir a manutenção das melhores práticas de mercado, assegurar o equilíbrio dos direitos entre accionistas, garantir a prestação de contas e potenciar um negócio sustentável.

Enquanto órgão decisório máximo, o Conselho de Administração do Banco procura equilibrar o seu papel de supervisão de risco e de orientação estratégica com a necessidade de garantir o cumprimento de requisitos regulamentares, privilegiando a clara divisão de responsabilidades.

Com o objectivo de assegurar o controlo efectivo e a responsabilidade final em todas as decisões por parte do Conselho de Administração, encontra-se prevista a delegação de poderes na Comissão Executiva e em comités (internos) do Conselho de Administração.

Visando a garantia do cumprimento dos avisos acima mencionados, o Conselho de Administração do Banco tem vindo a submeter ao BNA, a Dezembro de cada ano, relatórios anuais sobre a Governação Corporativa e eficácia do Sistema de Controlo Interno, onde se incluem os pareceres do auditor externo e do Conselho Fiscal.

A Governação Corporativa contribui para a criação de valor efectivo no Standard Bank de Angola, fomentando através das suas políticas, uma tomada de decisão holística com resultados sustentáveis a médio e longo prazo.



LIDERANÇA



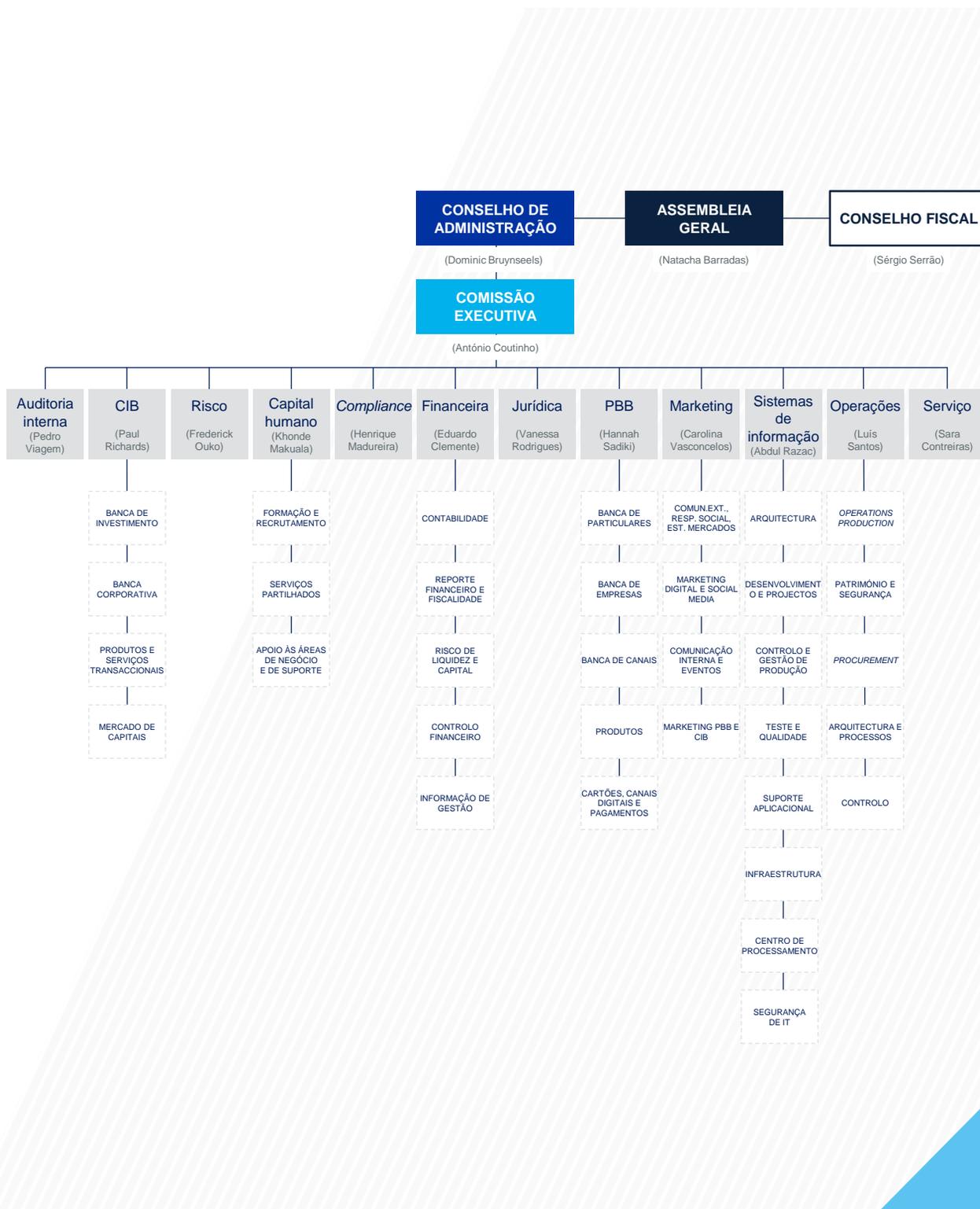
TRANSPARÊNCIA



GESTÃO CLARA DE DESEMPENHO

ORGANOGRAMA

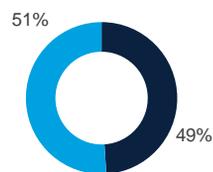
O organograma do Standard Bank de Angola baseia-se numa estrutura funcional, que permite uma clara segregação de funções e responsabilidades entre as diversas direcções do Banco.



ESTRUTURA ACCIONISTA

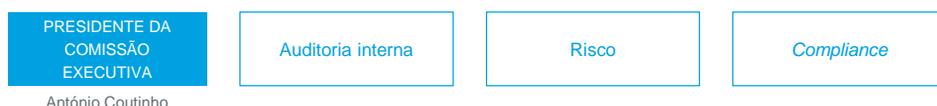
O Standard Bank de Angola é uma sociedade de direito angolano, sediada no município de Belas, Talatona, registada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda sob o número 631-10. O BNA emitiu a respectiva licença bancária no dia 9 de Março de 2010, tendo o Banco iniciado a sua actividade operacional a 27 de Setembro de 2010.

O capital social do Banco, equivalente ao custo histórico, em AOA, a 100 milhões de USD, encontra-se repartido por 2 accionistas, designadamente, o *Standard Bank Group Limited*, e a *AAA Activos Limitada*, com 51% e 49%, respectivamente.



■ AAA Activos, Lda.
■ Standard Bank Group Limited

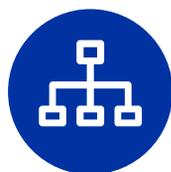
ÁREAS DE CONTROLO INTERNO



ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO CORPORATIVA



ÓRGÃOS SOCIAIS



Os deveres de confidencialidade são fulcrais na conduta pela qual os membros dos órgãos sociais do Banco se regem, de modo a respeitar um conjunto de regras que visam prevenir situações de abuso de informação privilegiada, e de conflitos de interesses.

Complementarmente à elevada experiência profissional e competência técnica, os órgãos sociais do Standard Bank de Angola caracterizam-se pela idoneidade moral, podendo, deste modo, ser reconhecidos enquanto membros íntegros que cumprem as normas e padrões do Banco.

A estrutura de Governação Corporativa do Standard Bank de Angola, segrega as funções e responsabilidades entre os diversos órgãos sociais do Banco, nomeadamente, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, a Comissão Executiva e o Conselho Fiscal.



*BEST WAYS OF
WORK*

MELHORIA CONTÍNUA DA
SATISFAÇÃO DO CLIENTE

OPTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS
OPERACIONAIS E GESTÃO DO RISCO
ASSOCIADO ÀS OPERAÇÕES DIÁRIAS DO
NEGÓCIO

ALINHAMENTO DAS MELHORES PRÁTICAS DO BANCO
COM AS DO MERCADO

**PRINCIPAIS ÁREAS DE FOCO DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO PARA 2017**

ÓRGÃOS SOCIAIS



Presidente



Administrador Executivo



Administrador Não Executivo



Secretária

ASSEMBLEIA GERAL

ÓRGÃO SOCIAL CONSTITUÍDO POR TODOS OS ACCIONISTAS DO STANDARD BANK DE ANGOLA, CUJO FUNCIONAMENTO É REGULADO PELOS ESTATUTOS DO BANCO.



NATACHA DA SILVA BARRADAS

Nacionalidade: Angolana
 1ª Nomeação: 2014
 Mandato: 4 anos



TATIANA FARIA SERRÃO

Nacionalidade: Angolana
 1ª Nomeação: 2017
 Mandato: 4 anos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ÓRGÃO DECISÓRIO MÁXIMO COM A RESPONSABILIDADE ÚLTIMA PELO CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES E REGRAS ESTABELECIDAS PELA LEI E PELOS ESTATUTOS DO BANCO. OS ADMINISTRADORES TÊM ACESSO ILIMITADO À EQUIPA DE GESTÃO E ÀS INFORMAÇÕES SOBRE O BANCO, BEM COMO, A TODOS OS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA O DESEMPENHO DAS SUAS RESPONSABILIDADES.



DOMINIC BRUYNSEELS

Nacionalidade: Britânica
 Última nomeação: 2017
 Mandato: 4 anos



ANTÓNIO CAROTO COUTINHO

Nacionalidade: Moçambicana
 Última nomeação: 2017
 Mandato: 4 anos



OCTÁVIO CASTELO PAULO

Nacionalidade: Angolana
 Última nomeação: 2015
 Mandato: 4 anos



IVO EMANUEL DE SÃO VICENTE

Nacionalidade: Angolana
 Última nomeação: 2018
 Mandato: 4 anos



CARLOS MANUEL DE SÃO VICENTE

Nacionalidade: Angolana
 Última nomeação: 2018
 Mandato: 4 anos

COMISSÃO EXECUTIVA

A COMISSÃO EXECUTIVA COMPREENDE TODOS OS PODERES DE GESTÃO NECESSÁRIOS OU CONVENIENTES PARA O EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA, NOS TERMOS E COM A EXTENSÃO COM QUE A MESMA É CONFIGURADA NO MANDATO DESTES ÓRGÃO E NA LEI. FOI CRIADA COM O INTUITO DE GARANTIR O CORRECTO ACOMPANHAMENTO DO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, ATRAVÉS DA DELEGAÇÃO DOS PODERES DE GESTÃO, NO ÂMBITO DOS LIMITES ESTIPULADOS POR LEI E PELOS ESTATUTOS DO BANCO. NELA PARTICIPAM O PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA, ADMINISTRADORES EXECUTIVOS E MEMBROS CONVIDADOS INDICADOS PELOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS.



ANTÓNIO CAROTO COUTINHO

Nacionalidade: Moçambicana
 1ª Nomeação: 2015
 Mandato: 4 anos



IVO EMANUEL DE SÃO VICENTE

Nacionalidade: Angolana
 1ª Nomeação: 2018
 Mandato: 4 anos

CONSELHO FISCAL E AUDITOR EXTERNO



CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal tem como principais funções fiscalizar a gestão do Banco, zelar pela observância da lei e dos estatutos, e verificar os registos contabilísticos e financeiros do Standard Bank de Angola.

Actualmente este órgão social é composto por 3 membros nomeados para um mandato de 4 anos, e o seu funcionamento e composição rege-se pelo disposto em legislação aplicável e nos estatutos do Banco.



AUDITOR EXTERNO

A fiscalização externa do Banco actualmente é assegurada pela empresa de auditoria KPMG Angola.

Em conformidade com as orientações do Grupo Standard Bank, e da regulamentação aplicável, designadamente o Aviso do BNA n.º 04/2014, de 22 de Abril de 2014, o Standard Bank de Angola acautela a independência e a objectividade dos seus auditores externos através da selecção de empresas de auditoria com reconhecimento internacional, cumprindo com os requisitos internos de independência e rotatividade a cada 4 anos.

A KPMG é o auditor externo do Banco, desde o exercício de 2014.

COMITÉS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

COMITÉ DE AUDITORIA

O Comité de Auditoria reúne-se de forma ordinária, no mínimo quatro vezes ao ano e tem como principais competências:

- Auxiliar no cumprimento das obrigações relativas à salvaguarda de activos, e avaliação do Sistema de Controlo Interno;
- Assegurar que os riscos inerentes à actividade do Banco são adequadamente geridos e monitorizados;
- Analisar a situação financeira do Banco;
- Dirigir recomendações ao Conselho de Administração relativas a assuntos de natureza financeira, risco, controlo interno, fraude e risco informático, assegurando uma comunicação eficaz entre o Conselho de Administração, a equipa de gestão, os auditores internos, os auditores externos e as entidades reguladoras.



1 Administrador Não Executivo independente
1 membro do Conselho Fiscal



Presidente da Comissão Executiva
Director Auditoria Interna
Director Risco
Compliance Officer

Director jurídico
Chief Financial Officer
Auditores externos

COMITÉ DE CAPITAL HUMANO

Este comité reúne-se semestralmente e tem as seguintes competências:

- Analisar e aprovar a política de remuneração do Banco, bem como zelar pela nomeação, avaliação e remuneração dos Colaboradores;
- Gerir a componente de recursos humanos nas suas várias vertentes, nomeadamente na definição de políticas e procedimentos;
- Nomear directores e acompanhar a componente da avaliação de desempenho;
- Definir as políticas de recrutamento e contratação do Banco.



Presidente da Comissão Executiva
3 Administradores (dos quais 1 Não Executivo)



Presidente



Membros



Convidados

COMITÉ DE RISCO

O Comité de Risco reúne com uma periodicidade mínima trimestral, e tem como principais competências:

- Assegurar a qualidade, integridade e fiabilidade da gestão de risco;
- Aconselhar o Conselho de Administração quanto à estratégia de risco;
- Supervisionar a implementação da estratégia de risco;
- Supervisionar a função de gestão de risco.



1 Administrador Não Executivo
Administradores Executivos (Controlo Interno e áreas de negócio)



Chief Financial Officer
Director Risco
Director Operações
Director PBB
Director CIB

Compliance Officer
Director da Sala de Mercados
Director de Sistemas de Informação

COMITÉ DE GOVERNAÇÃO DE CRÉDITO

O Comité de Governação de Crédito reúne-se com uma regularidade trimestral, e tem como principais competências:

- Assegurar uma efectiva governação de crédito;
- Garantir uma adequada gestão da carteira de crédito;
- Monitorizar o crédito concedido;
- Controlar o risco de crédito.



Presidente do Conselho de Administração
3 Administradores Não Executivos



Director PBB
Director CIB
Director Capital Humano
Director Crédito

COMITÉS DA COMISSÃO EXECUTIVA

COMITÉ DE GESTÃO

O Comité de Gestão reúne com uma periodicidade mensal, e tem como principal competência impulsionar a implementação e execução das directrizes e projectos aprovados pela Comissão Executiva.



Presidente da Comissão Executiva
Membros indicados pelos directores das respectivas unidades de negócio

COMITÉ DE ACTIVOS E PASSIVOS (ALCO)

O estabelecimento das linhas orientadoras da gestão do risco de liquidez, risco de taxa de juro e cambial, é o principal objectivo deste comité.

A periodicidade das reuniões do ALCO é mensal.



Presidente da Comissão Executiva
Chief Financial Officer
Director CIB

Director PBB
Director risco
Director Sala de Mercados



Presidente



Membros



Convidados

COMITÉ DE GESTÃO DE RISCO

O Comité de Gestão de Risco reúne-se mensalmente e tem como principais competências:

- Formular estratégias de gestão de risco;
- Desenvolver políticas de gestão de risco para aprovação do Conselho de Administração, obedecendo aos requisitos regulamentares vigentes;
- Rever e avaliar o ambiente de controlo do Banco, incluindo (mas não se limitando) ao quadro de risco;
- Garantir a integridade dos sistemas de controlo de risco, políticas, procedimentos, processos e estratégias, sendo geridos de forma eficaz, e em linha com os níveis de risco aprovados pela Administração.

Presidente da Comissão Executiva
Director PBB
Director CIB
Director Banca de Retalho
Director Banca Transaccional

Director Sistemas de Informação
Chief Financial Officer
Director Risco
Director Operações
Director Risco operacional

Director Capital Humano
Compliance Officer
Director Jurídico

COMITÉ DE RISCO DE CRÉDITO

O Comité de Risco de Crédito reúne-se com uma regularidade mensal, e tem como principais competências:

- Estabelecer os princípios de assunção de risco de crédito, bem como o quadro geral de identificação, e avaliação, garantindo uma gestão consistente e unificada;
- Delegar responsabilidade aos subcomités e/ou indivíduos, dentro dos mandatos definidos e das competências delegadas.

Director Risco
Presidente da Comissão Executiva
Director CIB

Director PBB
Director Crédito

COMITÉ DE PRICING

Este comité reúne com uma periodicidade trimestral, sendo que a sua principal função passa por definir e rever a estratégia de *pricing* do Banco, tendo em conta os produtos e segmentos em que o Banco se pretende posicionar, a análise da concorrência e outras condicionantes do mercado.

Chief Financial Officer
Director Risco
Director PBB
Director CIB

Director Sistemas de Informação
Compliance Officer
Responsável banca transaccional
Responsável banca de investimento

Director da Sala de Mercados
Responsável desenvolvimento de negócio

COMITÉ DE NOVOS PRODUTOS

Este comité é presidido pelo *Chief Financial Officer* (CFO), e tem como membros os Directores de CIB e PBB, o Director de Operações, o *Compliance Officer*, o Director Jurídico, o Director de Risco e os responsáveis pelas áreas de Sistemas de Informação, de Produtos e Desenvolvimento de Negócio. Este comité tem como principal objectivo a avaliação e aprovação de novos produtos, canais e propostas de serviços.

Chief Financial Officer
Director PBB
Director CIB
Director Sistemas de Informação
Director Marketing

Director Jurídico
Director Risco
Director Operações
Compliance Officer
Director da Sala de Mercados

Responsável banca de investimento
Responsável banca transaccional
Responsável desenvolvimento de negócio

COMITÉ DE PROJECTOS

O comité reúne-se todos os meses, tendo como principais competências:

- Alinhar o investimento nas áreas de Sistemas de Informação e de negócio, com as iniciativas estratégicas adoptadas pelo Standard Bank de Angola. Posteriormente, e se for pertinente, este alinhamento deve ser efectuado com o Grupo Standard Bank;
- Garantir que os projectos são executados de acordo com os parâmetros acordados em termos de qualidade, custo, âmbito e prazos e que eventuais desvios aos parâmetros estabelecidos são adequadamente geridos e aprovados.



Presidente da Comissão Executiva
Director Sistemas de Informação
Director Operações
Director PBB
Director CIB



Director Risco
Director Auditoria Interna
Chief Financial Officer
Responsável Gestão de Projectos

COMITÉ DE PROCUREMENT

O Comité de Procurement reúne com uma periodicidade mínima mensal e tem como principais competências:

- Aprovar as propostas de adjudicação de bens e serviços de terceiros, de acordo com os objectivos do Banco a curto, médio e longo prazo;
- Assegurar que todas as propostas, alterações aos contratos, e reclamações são resolvidos seguindo um procedimento justo e imparcial em que todas as ocorrências são sujeitas a uma avaliação adequada;
- Alinhar as estratégias de contratação e de celebração de contratos com os objectivos do negócio.

Chief Financial Officer
Director Jurídico



Director CIB
Director PBB
Director Risco
Responsável Procurement

COMITÉ DE ACEITAÇÃO DE CLIENTES

O Comité de Aceitação de Clientes reúne-se com regularidade mensal, e tem como principais competências:

- Aprovar as relações com Clientes que possam ter implicações, a nível de risco para o Banco;
- Garantir que o processo de revisão é realizado para todas as relações relevantes, designadamente, Clientes categorizados como de alto risco para o Banco e Pessoas Politicamente Expostas (PEP).



Presidente da Comissão Executiva
Director PBB
Director CIB
Director Risco



Compliance Officer

COMITÉ DE CONTROLO FINANCEIRO

O Comité de Controlo Financeiro reúne-se mensalmente e tem como principal objectivo avaliar a proporcionalidade, eficiência e adequação dos controlos internos financeiros do Banco, e reduzir a tolerância para o risco operacional e financeiro.

Chief Financial Officer
Director Auditoria Interna
Director Sistemas de Informação
Director PBB
Director CIB



Director Operações
Director Risco
Responsável Contabilidade
Responsável Procurement
Responsável Controlo Financeiro



Presidente



Membros



Convidados

PRINCIPAIS POLÍTICAS

O principal objectivo desta política prende-se com a definição do quadro de governação, gestão de riscos e comunicação de transacções com partes relacionadas, e os empréstimos a partes associadas e relacionadas.

O Standard Bank de Angola coloca o Cliente no centro da sua actividade, dando primazia aos seus interesses e fazendo do dever de lealdade para com este, o pilar que define o seu modo de actuação.

O Banco tem uma **política de conflito de interesses implementada que se rege pelos mais altos padrões éticos e deontológicos**. Esta política procura por um lado, identificar, monitorizar e mitigar situações de potenciais conflitos de interesse protegendo o Banco, os seus Colaboradores e os seus Clientes, de eventuais danos, e por outro lado, assegurar o estrito cumprimento com as leis e regulamentos aplicáveis.

De forma a poder conduzir a sua actividade de forma coerente, foram identificadas directrizes comuns, tais como a visão de valores e a identidade da marca Standard Bank, que implicam um quadro comum de tomada de decisão. Este quadro está definido com maior clareza no **Código de Ética, que foi concebido para facilitar uma maior descentralização e consequente tomada de decisões de forma mais rápida e eficiente em todos os níveis do Banco**.

Os princípios norteadores da conduta do Standard Bank de Angola são as seguintes:

- Garantir diligência e competência profissional, devendo os Colaboradores pautar a sua conduta pelos mais altos padrões de lealdade e transparência;
- Garantir o cumprimento do dever de sigilo profissional;
- Proibir benefícios ilegítimos e abuso de posição.



Desde o início da sua actividade que o Standard Bank de Angola **não distribuiu quaisquer dividendos**. Ao invés de adoptar essa estratégia, o Banco tem investido os lucros anuais obtidos no seu país, nomeadamente através da formação dos seus quadros, reforçando, deste modo, a sua presença em Angola.

O Conselho de Administração prevê poder iniciar a distribuição de dividendos a partir de 2018.

No Standard Bank de Angola a política de remunerações e benefícios é fundamental na contratação e retenção de quadros do Banco, visando, desta forma, **garantir a motivação dos seus Colaboradores e proporcionando-lhes boas oportunidades de remuneração e benefícios**.

Para a realização e efectiva execução da política, são seguidos os seguintes princípios orientadores:

- Cultura de responsabilidade e excelência, através do desempenho individual, competências adquiridas, capacidades técnicas e experiência demonstrada;
- Abordagem de remuneração com o objectivo de atrair e reter os Colaboradores-chave, e motivar e premiar o desempenho de excelência;
- Valor do trabalho, que é definido pelo Banco com base nas capacidades, nomeadamente: (i) competência, (ii) capacidade técnica, (iii) experiência e desempenho e (iv) posição ocupada nos diferentes níveis organizacionais;
- Respeito pelos princípios de remuneração do mercado, de forma a garantir que as diferenças relativas ao valor de mercado são suportadas e justificadas, e que as práticas de remuneração garantem níveis adequados de competitividade;
- Capacidade financeira da instituição;
- Garantia de remuneração (fundamentalmente no que se refere a benefícios), a qual se encontra dependente da contribuição dos Colaboradores para a concretização dos objectivos do Banco.

PRINCIPAIS POLÍTICAS

REMUNERAÇÕES PAGAS EM 2017



Em 2017, a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Comissão Executiva atingiu os 503.950 milhares de AOA, distribuídos nos seguintes termos:

unf. Milhares de AOA

	ADMINISTRADORES EXECUTIVOS	ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	CONSELHO FISCAL	COMISSÃO EXECUTIVA
REMUNERAÇÕES E OUTROS BENEFÍCIOS DE CURTO PRAZO	68.578	10.217	7.800	366.235
REMUNERAÇÕES VARIÁVEIS	63.953	4.633	3.865	45.160
BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO E OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	46.558	-	-	10.888

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

• Administradores Executivos

No Standard Bank de Angola a remuneração dos membros da Comissão Executiva, tem composição mista, i.e., apresenta uma componente fixa complementada por uma componente variável, determinada em função da conjugação de várias factores, tais como:

- Desempenho individual de cada administrador referente não apenas ao ano precedente, mas à consistência de desempenho em anos anteriores;
- Desempenho geral do Banco;
- Respeito pelas regras e normativos inerentes à actividade desenvolvida pelo Banco, bem como pelo Código de Conduta.

• Administradores Não Executivos e membros da mesa da Assembleia Geral

- Com excepção do Administrador independente, os membros Não Executivos do Conselho de Administração, não são remunerados pelas funções exercidas;
- O Administrador Não Executivo independente, recebe uma remuneração fixa definida directamente pelos accionistas.

CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal são remunerados mediante um valor fixo por presença em reunião.

Não estando eleita uma Comissão de Remunerações, os valores destas são aprovados pelos accionistas através de deliberação da Assembleia Geral.

COMISSÃO EXECUTIVA

Os membros da Comissão Executiva são remunerados de acordo com o desempenho das suas funções, sendo a sua remuneração composta por um valor fixo. Contudo, podem estar sujeitos a uma componente variável na sua remunerações, mediante a sua assiduidade e participação.

PARECER DO COMITÉ DE AUDITORIA

1. SUMÁRIO DA ACTUAÇÃO DO COMITÉ DE AUDITORIA (1/2)

O parecer seguinte é disponibilizado pelo Comité de Auditoria relativamente ao ano fiscal de 2017 do Standard Bank de Angola, em conformidade com os deveres de diligência e opinião inerentes ao seu mandato. A estrutura deste relatório segue, em linhas gerais, as directrizes para as quais o comité se encontra mandatado. Relativamente às suas funções, o Comité de Auditoria executou os seus deveres e responsabilidades durante o ano fiscal, em concordância com o seu mandato, respeitando os seus deveres de diligência em matérias de contabilidade, auditoria interna, controlo interno e práticas de reporte financeiro.

Durante o ano fiscal de 2017, o Comité de Auditoria reuniu-se de forma regular, nomeadamente através do seu Presidente, com o Director de Auditoria Interna, com o Director da área de PBB, com o Director da área de CIB, com o responsável do *Financial Crime Control (FCC)* e com outros Directores Executivos do Banco. O Comité de Auditoria, através do seu Presidente, reuniu-se também com os auditores externos.

Durante o ano fiscal sob revisão (2017), o comité, entre outros, abordou os seguintes temas:

EM RELAÇÃO AOS AUDITORES EXTERNOS E À AUDITORIA EXTERNA:

- Aprovou o plano de auditoria para o ano de 2017;
- Reviu os processos de auditoria e avaliou a efectividade da mesma;
- Reuniu com os auditores externos e discutiu as conclusões materialmente relevantes.

EM RELAÇÃO AOS REPORTES FINANCEIROS:

- Acompanhou a preparação das demonstrações financeiras anuais;
- Reviu relatórios em termos da adequabilidade das provisões aos empréstimos em curso, e aos de cobrança duvidosa;
- Verificou que os reportes financeiros anuais representavam de forma justa a posição financeira do Banco no final do ano fiscal, com base na opinião dos auditores externos;
- Verificou que os reportes financeiros anuais se encontravam em conformidade com as normas de relato financeiro, com base na opinião dos auditores externos;
- Reviu e discutiu o relatório de auditoria dos auditores externos.

EM RELAÇÃO AO CONTROLO INTERNO, AUDITORIA INTERNA E CONTROLO DO CRIME FINANCEIRO:

- Aprovou o plano de auditoria interna e avaliou a independência, efectividade e *performance* da Direcção de Auditoria Interna;
- Considerou os relatórios dos auditores internos e externos relativamente ao Sistema de Controlo Interno do Banco, incluindo os controlos financeiros internos e a manutenção do próprio sistema;
- Analisou os alertas levantados pelas diligências realizadas pelas equipas de auditoria interna, bem como as medidas correctivas adoptadas para colmatar os alertas identificados;
- Examinou a adequabilidade da *performance* da função de auditoria interna e a adequabilidade dos recursos disponíveis, tendo considerado ambos como satisfatórios;
- Recebeu a garantia de uma correcta e apropriada manutenção dos registos contabilísticos do Banco;
- Discutiu temas importantes relativamente ao crime financeiro, e ao reforço dos controlos implementados.

EM RELAÇÃO AOS REQUISITOS LEGAIS, REGULAMENTARES E DE COMPLIANCE:

- Monitorizou a conformidade da aplicação da Lei n.º 12/2015, de 17 de Junho, das instituições financeiras, bem como os diferentes avisos emitidos pelo BNA, e outras legislações e políticas internas aplicáveis e, bem assim, reviu relatórios de auditoria interna, dos auditores externos e o seu grau de conformidade;
- Reviu o plano anual de *compliance*.

Destaca-se que o Comité de Auditoria não recebeu reclamações relativas a temas contabilísticos, de auditoria interna, controlos financeiros internos, conteúdo dos reportes financeiros ou potenciais infracções à lei.

PARECER DO COMITÉ DE AUDITORIA

1. SUMÁRIO DA ACTUAÇÃO DO COMITÉ DE AUDITORIA (2/2)

EM RELAÇÃO À GESTÃO DE RISCO E ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO:

- Analisou os relatórios referentes à gestão de risco, nomeadamente ao nível de risco de fraude e risco de tecnologias de informação, por forma a atestar a qualidade de reporte financeiro do Banco.

EM RELAÇÃO À COORDENAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE SEGURANÇA, O COMITÉ:

- Analisou os planos e *outputs* do trabalho dos auditores externos e internos, bem como o nível de *compliance* e controlo do crime financeiro, tendo concluído que estes fornecem uma base sólida para endereçar os riscos financeiros materialmente relevantes que o negócio enfrenta.

2. TERMOS DE REFERÊNCIA PARA O MANDATO DE AUDITORIA INTERNA CONSIDERADOS E RECOMENDADOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA APROVAÇÃO

A auditoria interna do Banco actua em concordância com o manual de actividades e procedimentos de auditoria interna do Standard Bank de Angola. O referido manual foi preparado no âmbito do *Group Internal Audit Charter*.

Não foram adoptados ou aprovados quaisquer mandato ou termos formais de referência específicos à auditoria interna em Angola.

3. NOMES E QUALIFICAÇÕES DOS MEMBROS DO COMITÉ PARA O PERÍODO SOB REVISÃO

Durante o ano fiscal de 2017, o Comité de Auditoria foi composto por:

- OCTÁVIO MANUEL DE CASTRO CASTELO PAULO**, de nacionalidade angolana, actualmente desempenha a função de Administrador Não Executivo independente no Standard Bank de Angola e Sócio da Sociedade Rebelo de Sousa & Advogados Associados, RL. É Licenciado em Direito pela Universidade Lusíada de Lisboa.

Funções anteriores:

- Assessor do Secretário de Estado dos Transportes (Portugal);
- Assessor do Secretário de Estado da Habitação e Comunicações (Portugal);
- Advogado dos CTT - Correios e Telecomunicações de Portugal, S.A. e da Portugal Telecom, S.A.;
- Membro da Direcção do Instituto Português de *Corporate Governance*;
- Membro do Conselho Fiscal e Presidente/Secretário de várias sociedades comerciais, algumas cotadas na *NYSE Euronext Lisbon*.

- MIGUEL DA SILVA ALVES**, de nacionalidade Portuguesa, actualmente desempenha a função de CFO da ZAP (Portugal, Angola e Moçambique). É licenciado em Economia pelo Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e possui ainda um mestrado em Controlo de Gestão e *Performance* pelo INDEG.

Funções anteriores:

- *Controller* financeiro do Grupo Logoplaste;
- Auditor financeiro na Deloitte Associados SROC, S.A.

PARECER DO COMITÉ DE AUDITORIA

4. NÚMERO DE REUNIÕES E ASSIDUIDADE

Durante o ano fiscal de 2017, o Comité de Auditoria reuniu 4 vezes. Para além dos membros do Comité de Auditoria, as reuniões do Comité de Auditoria contaram com a presença de:

- Director de Auditoria Interna;
- Director de *Compliance*;
- Director de Risco;
- Director Jurídico;
- Director de Operações;
- CFO;
- Responsável do FCC.

As quatro reuniões contaram também com a presença do Presidente do Conselho de Administração e com dois Administradores Executivos, sendo um o CEO. Foram ainda convidados a participar nas reuniões, os Directores responsáveis pelas áreas de CIB, PBB, Operações e Sistemas de Informação.

O auditor externo esteve também presente nas 4 reuniões, numa delas por telefone.

5. DESCRIÇÃO DA RELAÇÃO DE TRABALHO COM O DIRECTOR DE AUDITORIA INTERNA

O Dr. Pedro Viagem foi nomeado Director de Auditoria Interna, tendo iniciado as suas funções em Janeiro de 2017. A relação do Comité de Auditoria com o Director de Auditoria Interna foi excelente.

As discussões realizadas foram positivas, transparentes e abertas. O Director de Auditoria Interna tem colaborado com o Comité de Auditoria sempre que solicitado, demonstrando um elevado nível de independência, profissionalismo e prontidão.

6. DECLARAÇÃO RELATIVA AO CUMPRIMENTO DAS RESPONSABILIDADES LEGAIS, REGULAMENTARES E OUTRAS

Tanto quanto é do seu conhecimento, o Comité de Auditoria tem cumprido as suas obrigações legais e regulamentares, bem como os seus deveres, tal como emergem no mandato.

7. DECLARAÇÃO RELATIVA À RECOMENDAÇÃO OU NÃO DO RELATÓRIO ANUAL PARA APROVAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comité de Auditoria recomenda, para aprovação pelo Conselho de Administração, o relatório anual relativo ao ano fiscal de 2017.

PARECER DO COMITÉ DE AUDITORIA

8. OPINIÃO DO COMITÉ DE AUDITORIA

O desempenho da auditoria externa e interna, foi adequado, efectivo e independente. O exercício de 2017 ficou marcado por uma evolução positiva no que respeita aos *audit findings* resultantes da actividade de controlo dos auditores. Em Dezembro de 2017, encontravam-se por mitigar 17 *audit findings* (face aos 86 de Dezembro de 2016), sendo que, para 3 deles, a resolução foi posterior à data inicialmente estimada (a adicionar ao número de 2016).

Ao longo de 2017, no decurso das 8 auditorias realizadas, 38 novos *audit findings* foram levantados (um número que se mantém considerável). No entanto, neste exercício procedeu-se à resolução de 107 *audit findings*, o que revela uma atitude positiva por parte das diferentes funções e áreas de negócio do Banco, no sentido de reconhecer a importância da função de auditoria interna e da correcta implementação e cumprimento da legislação aplicável.

Apesar dos sinais positivos revelados ao longo de 2017, o Comité de Auditoria é de opinião de que ainda existe margem de progressão neste âmbito. De entre as 8 auditorias realizadas em 2017, 3 foram classificadas como insatisfatórias, 1 delas relativa ao PBB (num total de 3 específicas deste segmento) e 2 relativas a serviços corporativos (num total de 5 auditorias realizadas a estas áreas).

Tendo em conta estes dados, o Comité de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração e, em particular, aos Directores Executivos, que se continue a prestar uma atenção especial ao controlo interno, nomeadamente no que diz respeito à (i) educação e formação dos Colaboradores, (ii) implementação e revisão dos manuais, políticas e procedimentos e (iii) cultura de risco em geral.

No que se refere ao IT, o panorama evoluiu favoravelmente ao longo de 2017, com o *hardware* e *software* a serem devidamente melhorados / actualizados, e os sistemas, em geral, a apresentar um desempenho superior, e maior estabilidade. Do mesmo modo, a equipa de IT parece agora mais consistente e melhor coordenada em comparação com anos anteriores. Assim sendo, o Comité de Auditoria defende que, dada a sua importância estratégica e operacional, o IT, incluindo as áreas de risco cibernético e ciber-segurança, deverá continuar a ser alvo de atenção especial por parte da Comissão Executiva, por via do Comité de Risco do Conselho de Administração.

O relatório de Governação Corporativa e Controlo Interno entregue ao BNA em Dezembro de 2017 denota ainda algumas fraquezas evidenciadas pelo Standard Bank de Angola (embora menos que no exercício de 2016), sobre as quais o Banco deve actuar, de forma a que as estas já não constem do relatório a ser entregue relativo ao exercício de 2018.

O Comité de Auditoria tem tido uma *performance* em conformidade com as suas responsabilidades legais, regulamentares e de governação tal como se encontram estabelecidas no mandato.





PERSONAL AND BUSINESS BANKING (PBB)



HANNAH SADIKI
DIRECTORA PBB

“NUM MERCADO EM CONSTANTE EVOLUÇÃO, A PRIORIDADE DO BANCO É O DESENVOLVIMENTO DE RELAÇÕES DE PARCERIA COM OS CLIENTES, PARTICULARES E EMPRESAS, DESENVOLVENDO AS SOLUÇÕES FINANCEIRAS QUE MELHOR RESPONDAM ÀS SUAS NECESSIDADES E AO DESENVOLVIMENTO DO SEU PATRIMÔNIO.

O BANCO TEM COMO OBJECTIVO A PRESTAÇÃO DE UM SERVIÇO DE EXCELÊNCIA NOS VÁRIOS CANAIS, ATRAVÉS DO SERVIÇO PRESTADO PELOS COLABORADORES, PELOS CANAIS DIGITAIS, E DA DISPONIBILIZAÇÃO DE PRODUTOS FINANCEIROS ADEQUADOS, COM QUALIDADE, SIMPLICIDADE E RAPIDEZ.”

VISÃO GERAL

Em linha com as orientações estratégicas do Grupo Standard Bank, o segmento de *Personal and Business Banking* (PBB) adopta um modelo de negócio centrado no Cliente, tendo por base o lema “*Africa is our home, we drive her growth*” (África é a nossa casa, potenciamos o seu crescimento).

Num mercado cada vez mais exigente, o apoio ao Cliente numa perspectiva transversal, suprimindo não só as suas necessidades de serviços financeiros básicos, como também as de serviços mais complexos que requerem um maior aconselhamento, torna-se essencial para a construção de um relacionamento duradouro.

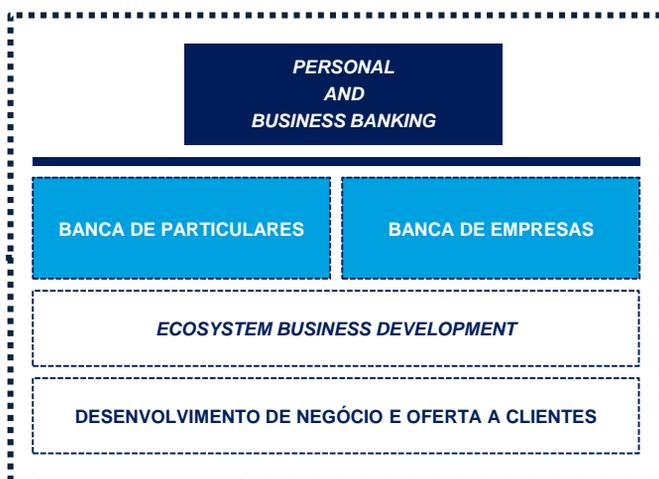
Enquanto Parceiro de referência, o Standard Bank de Angola desenha soluções customizadas para o crescimento e sucesso dos seus Clientes, através do *know-how* adquirido, do conhecimento das suas necessidades primordiais, ambições e objectivos pessoais e profissionais.

Complementarmente, o empenho do Banco em identificar o ecossistema em que o Cliente se insere é outra das práticas institucionais que permite a construção de um relacionamento de longo prazo, oferecendo serviços de excelência baseados em soluções inovadoras e personalizadas.

Ao longo do exercício de 2017, o segmento de PBB investiu nos canais digitais, de modo a permitir uma eficiente execução de transacções, e um acesso simplificado à gama de produtos e serviços que se encontram à disposição do Cliente.

Este segmento encontra-se organizado entre banca de particulares e banca de empresas (Pequenas e Médias Empresas (PME)) e tem ainda uma área transversal – *Ecosystem Business Development* – que tem como principal função garantir o alinhamento da estratégia de negócio do Banco e a sua operacionalização.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SEGMENTO PBB



A OFERTA DO SEGMENTO PBB



MEIOS DE PAGAMENTO

Emissão de cartões de débito e crédito, *internet e mobile banking*, ATM e serviços de TPAs para comerciantes.



PRODUTOS DE CRÉDITO

Financiamentos (habitação, automóvel, consumo, entre outros), produtos estruturados e soluções diferenciadoras de curto prazo e médio/longo prazo para particulares e empresas.



SEGUROS

Seguros de curto e longo prazo para particulares (vida, saúde, automóvel, viagem, imóveis, multi-riscos e planos de protecção a despedimentos colectivos) e empresas (colectivo de saúde, transporte, activos, imóveis e acidentes de trabalho).



PRODUTOS DE POUPANÇA E INVESTIMENTO

Depósitos a prazo, contas-poupança, contas de investimento para particulares e empresas, em moeda nacional e estrangeira.



PRODUTOS TRANSACCIONAIS

Produtos transaccionais de comércio internacional, operações cambiais, pagamentos e soluções de gestão de liquidação.

DESEMPENHO 2017

A trajectória de crescimento que se tem vindo a verificar nos últimos anos na banca de retalho do Standard Bank de Angola manteve-se em 2017, tendo o seu produto bancário aumentado em 14% face ao ano anterior, fixando-se num total de 7.808 milhões de AOA.

O foco do Banco nos segmentos de Clientes prioritários, combinado com a estratégia prudente de concessão de crédito e de gestão de risco, espelham o resultado positivo atingido ao longo do ano.

Operando num enquadramento macroeconómico adverso, destaca-se a erosão da base de Clientes activos do Banco, a qual ficou igualmente reflectida na diminuição do envolvimento dos Clientes.

O rácio de transformação do PBB, dado pelo quociente entre os créditos concedidos e os depósitos efectuados pelos Clientes, sofreu também um decréscimo face ao período homólogo, passando de 21% para 18%. Esta redução justificou-se pelo decréscimo do crédito concedido proporcional ao abrandamento verificado no total dos depósitos (15%) efectuados pelos Clientes.

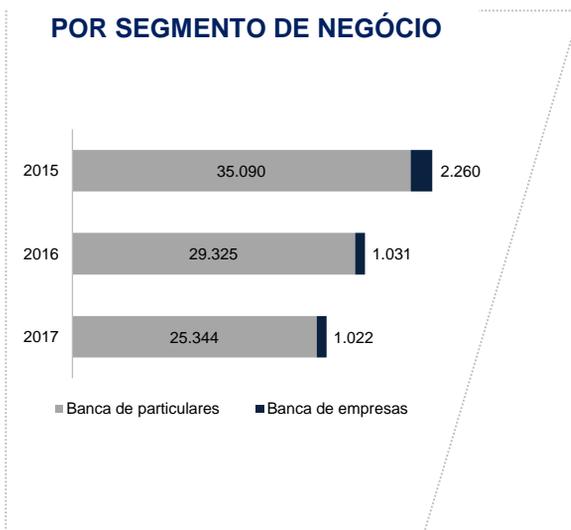


CLIENTES

A base de Clientes PBB registou um decréscimo de 13%, tendo no final do exercício de 2017, uma base de 26.366 Clientes activos.

Este resultado advém, na sua maioria, da diminuição verificada no segmento particulares, fruto de um contexto macroeconómico adverso.

BASE DE CLIENTES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO



DESEMPENHO 2017

DEPÓSITOS

Em 2017 registou-se um decréscimo de 15% nos recursos de Clientes, impulsionado, na sua maioria, pela redução dos depósitos à ordem nos Clientes empresa, que se traduziu num montante total de depósitos de 48.831 milhões de AOA, face aos 57.383 milhões de AOA do ano anterior.

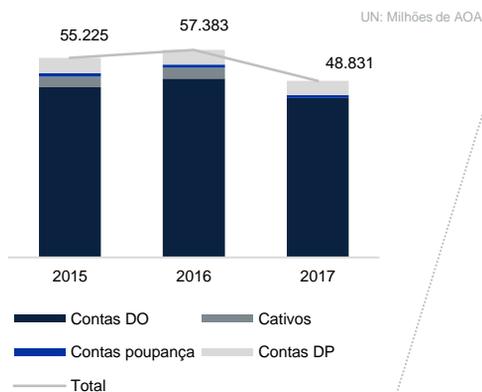
Relativamente aos saldos médios por Cliente, verificou-se um decréscimo de 2%, apesar de também se ter registado um decréscimo de 13% no número total de Clientes, quando comparado com 2016.

Registou-se um decréscimo de 19% no envolvimento com o Banco, nos Clientes empresa, cujos depósitos representaram 54% do total de depósitos da banca de retalho.

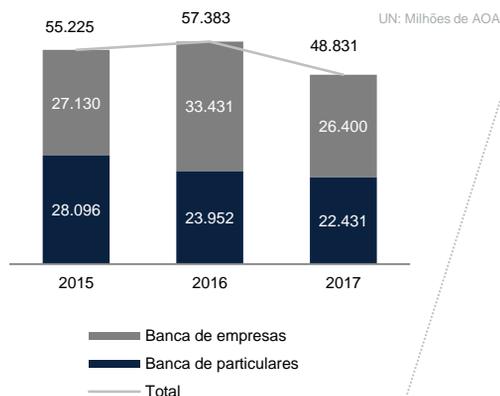
Analisando a distribuição dos depósitos efectuados em função da moeda contratada, verificou-se a manutenção da concentração dos depósitos realizados na moeda nacional, embora o seu valor percentual tenha sofrido um decréscimo de 3 pontos percentuais face a 2016.

O montante líquido de depósitos em moeda estrangeira efectuados por Clientes atingiu os 8.790 milhões de AOA, sendo que o Standard Bank de Angola mantém o compromisso de movimentação das contas em moeda estrangeira dos seus Clientes sem qualquer restrição, desde que se verifique o cumprimento da lei e normas vigentes.

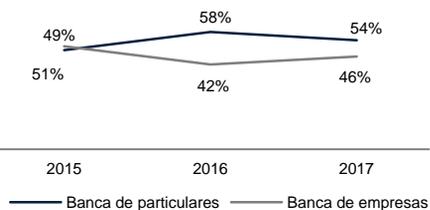
DEPÓSITOS POR PRODUTO



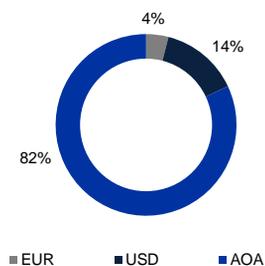
DEPÓSITOS POR TIPOLOGIA DE CLIENTE (VOLUME)



DEPÓSITOS POR TIPOLOGIA DE CLIENTE (%)



DEPÓSITOS POR MOEDA



DESEMPENHO 2017

CARTEIRA DE CRÉDITO

De um modo geral a desaceleração do ritmo de concessão de crédito manteve-se, estando, uma vez mais, a maior fatia da carteira de crédito alocada ao segmento de particulares (64%).

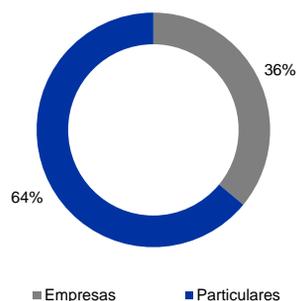
De entre os diversos produtos de crédito que compõem a oferta do Banco, e comparando com o ano anterior, verificaram-se crescimentos ao nível dos descobertos (+35%) e cartões de crédito (+2%).

O decréscimo do crédito concedido, combinado com o abrandamento verificado no total dos depósitos efectuados pelos Clientes, resultou numa diminuição do rácio de transformação de 21% para 18%.

No que respeita a desembolsos (excluindo descobertos), o segmento de empresas representou, em 2017, 44%, reflectindo a aposta neste segmento.

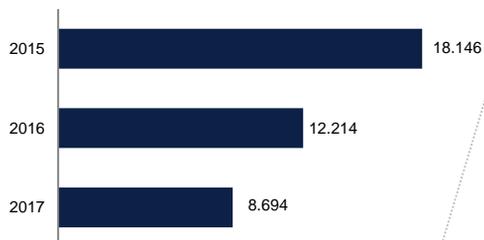
Em 2017, o Banco continuou a reforçar as imparidades para a sua carteira de crédito que se traduziu num rácio de cobertura de imparidades de 13%, para fazer face ao aumento de crédito vencido em resultado do ambiente macroeconómico local.

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO POR SEGMENTO DE CLIENTE

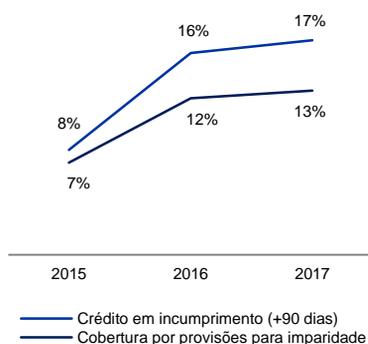


EVOLUÇÃO DO CRÉDITO CONCEDIDO

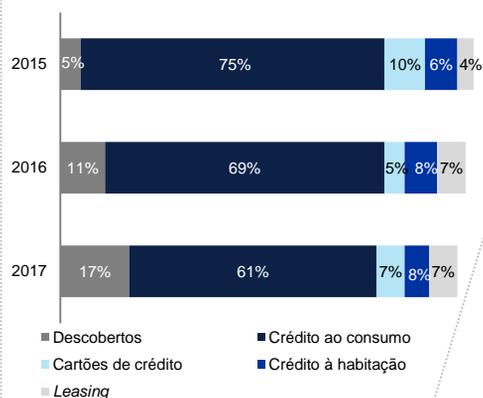
UN: Milhões de AOA



QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO



EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS DE CRÉDITO



DESEMPENHO 2017

CARTÕES, ATMs e TPAs

Apesar da erosão da base de Clientes, e do contexto macroeconómico vivido, o número de cartões activos aumentou 20% em 2017, fixando-se em 29.872 cartões.

Os cartões de débito activos registaram um aumento de 32%, fechando o ano com 25.191 cartões activos, exibindo uma melhoria de 33% na taxa de penetração (número de cartões activos / número de Clientes activos) fixando-se em 96%.

O número de cartões de crédito activos decresceu 18% face ao período homólogo. Este decréscimo resulta maioritariamente dos limites de transaccionalidade impostos pelo Standard Bank de Angola para movimentação de divisas fora do território nacional, em resultado das políticas adoptadas de gestão de liquidez em moeda estrangeira.

O número de TPAs activos sofreu um incremento de 20%, tendo o número médio diário de transacções efectuadas através de TPAs aumentando 26%, fruto da crescente utilização destes terminais por parte dos Clientes.

Em 2017, 26 ATMs mantiveram-se operacionais, tendo havido o decréscimo de 1 ATMs face a 2016.



CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO

A proximidade junto do Cliente e a resposta eficiente às suas necessidades e expectativas, é um dos princípios basilares do modelo de actuação do Standard Bank de Angola.

Por forma a cumprir com este princípio, o Banco encontra-se adequadamente posicionado no território angolano, contando com uma rede comercial composta por **18 agências, 3 centros de empresa, 3 postos de atendimento e 2 suite private.**

Com esta distribuição de 26 canais físicos espalhados por 7 províncias angolanas, o Banco consegue, no seu dia-a-dia, gerir as necessidades dos seus Clientes e oferecer um serviço de excelência que lhe permite, cada vez mais, ser a primeira escolha dos seus Clientes no momento da realização de transacções financeiras.

CANAIS PRINCIPAIS



O Standard Bank de Angola está presente nas seguintes províncias: **Luanda, Cabinda, Kwanza Sul, Namibe, Huíla, Benguela e Huambo.**

CANAIS COMPLEMENTARES



Como complemento à rede física, o Banco dispõe ainda de serviços de *call center* e *PME online*.

CANAIS PRINCIPAIS

O Standard Bank de Angola dispõe de uma rede comercial que engloba diferentes formas de servir os Clientes (agências, centros de empresa e *suite privadas*).

Em conformidade com a estratégia adoptada no ano anterior, também em 2017 o Banco decidiu rever a sua rede de agências, tendo procedido ao encerramento de uma agência (Praia do Bispo). Entretanto, no âmbito da visão do negócio, está previsto a abertura de uma agência nova numa zona mais estratégica para 2018.

CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO

CANAIS COMPLEMENTARES

CALL CENTER

O Standard Bank de Angola tem uma linha de atendimento ao Cliente que tem como principais objectivos, aproximar o Banco dos seus Clientes através da prestação de informação sobre os produtos do Banco, dar resposta ás necessidades e esclarecimentos decorrentes das suas operações bancárias diárias, analisar eventuais reclamações.

DADOS 2017

	2016	2017
CHAMADAS RECEBIDAS 	53.743	46.398
TAXA DE EFICÁCIA 	84,7%	97,4%

Principais motivos de contacto:

- Consulta de saldo, movimentos de conta e extractos bancários;
- Activação de cartões.

Ao longo do exercício de 2017, o *call center* respondeu a várias chamadas, tendo sido registada uma distribuição relativamente homogénea ao longo do ano, sendo que o mês de Novembro registou um pico de chamadas, motivado pelo lançamento do *internet e mobile banking*.

Face ao número de chamadas recebidas em 2016 verificou-se uma redução de 14%, a qual se justifica pela melhoria no serviço de atendimento prestado. Um serviço de resposta ao Cliente mais eficiente e eficaz contribuiu para a obtenção de uma taxa de eficácia de 97,4%.

Na sequência da melhoria do serviço de atendimento, e com o objectivo de fidelizar os Clientes foram lançadas, em Julho, duas campanhas *outbound*, uma "**Seguro Viva +**" que visava apresentar um produto em comercialização, e outra "**Actualização de dados**" para a actualização de dados de Clientes particulares.

Para o ano de 2018, o Banco pretende continuar a investir no *call center* e prevê o alargamento da actual cobertura dos serviços providenciados, garantindo, desta forma, uma maior qualidade e eficácia na experiência do Cliente.



CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO

.....● **PME ONLINE**

Complementarmente ao canal de *call center*, e numa perspectiva de customizar o atendimento a Clientes com rendimentos pequenos e médios, o Banco criou, em 2017, um canal de atendimento *online* específico para os Clientes PME. Esta acção decorre do processo de melhoria contínua dos serviços, adoptado pelo Banco, e da aposta nos canais digitais. Este canal apresenta como principais vantagens:



CONTACTO FÁCIL E RÁPIDO COM O GESTOR DE CLIENTE



SOLICITAÇÃO E RECEPÇÃO DE EXTRACTOS BANCÁRIOS E
COMPROVATIVOS DE PAGAMENTO



REALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS E TRANSFERÊNCIAS



ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS *ON REAL TIME*

Tendo em consideração o **objectivo estratégico** do Banco de proporcionar a melhor experiência possível aos seus Clientes, torna-se essencial criar mecanismos de avaliação da relação com os mesmos, de forma a actuar prontamente na resolução de problemas. Deste modo, ao longo dos últimos anos, o Banco tem dedicado especial atenção à **monitorização da qualidade de atendimento** aos Clientes, com vista à optimização do nível de satisfação dos mesmos.

QUALIDADE DE ATENDIMENTO AO CLIENTE

Um bom atendimento ao Cliente, é indispensável para o sucesso de uma relação sustentável e duradoura entre o Banco e os seus Clientes.

Com Clientes cada vez mais exigentes e com um mercado cada vez mais competitivo, a área de atendimento ao Cliente tem merecido uma atenção significativa por parte do Standard Bank de Angola, não tendo sido o ano de 2017 uma excepção.

A aposta contínua na melhoria da qualidade do serviço prestado no atendimento ao Cliente, conjugada com práticas rigorosas implementadas pelo Grupo Standard Bank, deram origem ao processo de melhoria contínua de atendimento ao Cliente iniciado no ano passado e que ficou finalizado no exercício de 2017.

Em 2017, a área de qualidade e atendimento ao Cliente esteve focada nos seguintes aspectos:

GESTÃO DAS RECLAMAÇÕES

Para satisfazer os Clientes, o Standard Bank de Angola não se limita a registar as reclamações recebidas e a dar-lhes o devido tratamento no prazo estabelecido. Complementarmente, são analisados os motivos-base das reclamações com o intuito de encontrar soluções efectivas e eventuais acções de melhoria.

Para evitar que a mesma reclamação volte a acontecer repetidas vezes, desgastando o Cliente e aumentando o seu nível de insatisfação, foram implementadas diferentes dinâmicas de fecho de reclamações que exigem uma análise detalhada de factos, a recolha de evidências específicas e o contacto directo com o Cliente.

Para alguns dos casos analisados é gerado um plano de acção específico que será acompanhado e discutido, mensalmente, com as várias áreas envolvidas.

CONTROLO E GARANTIA DA QUALIDADE

O Banco garantiu um acompanhamento constante das respostas dadas aos Clientes, por forma a garantir a sua qualidade.

Para além da ênfase dada ao fecho das reclamações em tempo útil, fomentou-se o aumento da visibilidade destes resultados, através da publicação e partilha de relatórios, fomentando assim uma maior atenção por parte dos gestores e gerentes.

ESTRUTURAÇÃO DE REUNIÕES E RELATÓRIOS

Para um melhor acompanhamento das solicitações recebidas e das questões que se encontram pendentes de resolução, o Standard Bank de Angola envia, com uma periodicidade semanal, um relatório detalhado com o número de reclamações efectuadas (por gestor, por balcão e por Cliente) aos gestores e gerentes dos balcões e respectivas chefias hierárquicas.

Paralelamente a esta acção, foi também implementada a realização de uma reunião mensal com as áreas responsáveis pela análise de reclamações e de pedidos de esclarecimento, onde também são discutidos os respectivos planos de acção e as acções de melhoria previstas.

Nesta reunião participam os responsáveis de cada área sendo convidados, sempre que necessário, todos os envolvidos na solução dos assuntos em discussão.

QUALIDADE DE ATENDIMENTO AO CLIENTE



SESSÕES DE FORMAÇÃO COMPORTAMENTAL

Os Colaboradores do Banco que contactam directamente com o Cliente são especialmente responsáveis por promover a imagem e valores do mesmo, sendo a sua formação uma actividade crucial.

Neste sentido, e dada a necessidade de instruir os Colaboradores para a importância da adopção de uma atitude e comportamentos apropriados, foram planificadas várias sessões de formação comportamental para todos os gestores e gerentes das agências do Banco.

Estas sessões cujos temas diferem entre comportamentos, responsabilidades e comprometimento do Colaborador, tiveram início no mês de Novembro de 2017 e prevê-se a sua conclusão em Março de 2018.

CLASSIFIQUE O MEU SERVIÇO

Em 2017 foi também criada uma ferramenta de avaliação de serviços que permite, tanto a Clientes externos como a Clientes internos, avaliar a qualidade de atendimento dos seus gestores, gerentes ou colegas.

Para incentivar os Colaboradores com melhor *performance* no atendimento ao Cliente, passou a ser premiado, mensalmente, o Colaborador que alcance uma melhor classificação com base na resposta às seguintes questões:

1. "Classifique o meu nível de competências e habilidades."
2. "Será que a minha resposta foi atempada?"
3. "Classifique o nível ao qual fui prestativo e amigável."
4. "Quão prontamente poderia recomendar o meu serviço a outros?"

Em **2018** o Banco irá continuar no seu esforço de melhoria contínua, melhorando eventuais constrangimentos nos serviços prestados. O Banco encontra-se a preparar a definição de um padrão de serviços, e a criação de mecanismos de interacção proactiva com os Clientes.

Adicionalmente, estima fomentar uma maior interacção com o BNA, garantindo não só o alinhamento com as normas regulamentares, como também, a partilha de conhecimentos e experiências.

ESTRATÉGIA 2018

A ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO DO PBB FOI DELINEADA COM BASE EM 4 OBJECTIVOS PRINCIPAIS:

I ADOÇÃO DAS MELHORES PRÁTICAS

O Banco mantém uma postura de melhoria contínua, evoluindo a sua actividade através do acompanhamento e adopção das melhores práticas da indústria.

II DIGITALIZAÇÃO

A melhoria dos sistemas internos do Banco, combinada com o lançamento de uma plataforma electrónica e digital que agrega serviços de *internet* e *mobile banking*, foram acções adoptadas pelo Banco ao longo de 2017, com o intuito de utilizar as novas soluções digitais, para melhorar o serviço prestado ao Cliente. No contexto actual, em que os Clientes apresentam uma postura cada vez mais receptiva à adopção dos canais digitais e de tecnologias inovadoras, esta actualização constante assume um papel preponderante na actuação do Banco.

III EFICIÊNCIA DOS PROCESSOS

O Standard Bank de Angola efectuou a revisão do seu processo de abertura de conta de Clientes particulares, tendo como principal objectivo a redução do tempo de activação da conta e a simplificação do processo, aumentando a conveniência e facilidade do mesmo. Com esta acção, o tempo médio de activação de conta reduziu significativamente, passando de 49 dias para 1 dia.

Em 2018 serão efectuados novos desenvolvimentos neste processo, nomeadamente ao nível da criação de um *workflow* de abertura de contas-empresa, e da digitalização do processo abertura de conta.

IV EXPERIÊNCIA DO CLIENTE

Compreender as exigências do Cliente e oferecer um serviço de excelência que garanta qualidade e satisfação foram os vectores orientadores da actividade ao longo do exercício de 2017.

A criação de um ponto de contacto exclusivo, através do atendimento personalizado nas diversas agências, *suite private* e centros de empresa, permitiu ao Banco disponibilizar um serviço de excelência, com simplicidade e rapidez, fortalecendo assim a relação de proximidade com os Clientes, o que se traduziu num sentimento de confiança e segurança.

Com o intuito de melhorar a qualidade do serviço, o Banco continuou a investir na formação dos seus Colaboradores, executando um vasto programa de formação e capacitação das suas equipas.

Paralelamente, o Banco mantém uma postura de revisão contínua dos seus processos internos, garantindo a conformidade com as melhores práticas de mercado e com a regulamentação em vigor.

CORPORATE AND INVESTMENT BANKING (CIB)



PAUL RICHARDS
DIRECTOR CIB

“DESDE O INÍCIO DAS OPERAÇÕES DO STANDARD BANK DE ANGOLA, QUE O SEGMENTO DE CIB REGISTA UM CRESCIMENTO SUSTENTADO, APESAR DAS CONDIÇÕES DE MERCADO DESAFIANTES.

PROPORCIONAR UM SERVIÇO DE EXCELÊNCIA AOS SEUS CLIENTES, É UM DOS OBJECTIVOS PRIMÁRIOS DO CIB, SENDO O REFORÇO DO INVESTIMENTO EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E A AUTOMATIZAÇÃO DE PROCESSOS, AS PRINCIPAIS ALAVANCAS DA MELHORIA CONTÍNUA DOS NÍVEIS DE SERVIÇO E DA EXPERIÊNCIA DO CLIENTE.

ESTE SEGMENTO TRABALHA DIARIAMENTE PARA ELEVAR A CONFIANÇA DOS SEUS CLIENTES, MESMO EM TEMPOS DE ADSEVIDADES. O BANCO ORGULHA-SE DE CONSEGUIR PROPORCIONAR UMA PLATAFORMA SÓLIDA DE CONFIANÇA JUNTO DOS SEUS CLIENTES, BASEADA NO SEU CONHECIMENTO PROFUNDO E NA SUA EXPERIÊNCIA NO CONTINENTE AFRICANO.”

VISÃO GERAL

O CIB continua a crescer a um ritmo considerável, desempenhando um papel de relevância, naquele que é um mercado fundamental para o Grupo Standard Bank.

Este segmento possui uma vasta gama de produtos, proporcionando um serviço de excelência, direccionado para as necessidades das grandes empresas nacionais e multinacionais a operar no mercado angolano.

Tendo como foco um conjunto de Clientes estratégicos, com os quais mantém uma relação de proximidade e recorrência, o Banco capacita os seus Colaboradores e implementa produtos e serviços inovadores que assentam em processos eficientes.

Um conjunto de gestores especializados actua nos principais sectores da economia angolana, nomeadamente no sector petrolífero, energia e infra-estruturas, indústria e bens de grande consumo, com o principal objectivo de responder e antecipar as necessidades dos Clientes.

Adicionalmente, o Banco dispõe também de equipas dedicadas aos diferentes produtos e serviços financeiros.

O Banco continua a reunir a preferência das principais multinacionais petrolíferas a operar no mercado angolano, como resultado do rigor, prudência e cumprimento das normas legais por que pauta a sua actuação.

A sua capacidade para integrar os diferentes mercados africanos com as principais economias a nível mundial, alicerçada à reputação de solidez internacional que detém, coloca o Banco numa posição de grande competitividade no contexto do mercado angolano.

O ano de 2017 ficou marcado pela adopção de uma estratégia específica para o relacionamento mantido com o mercado Chinês, em virtude do seu potencial, evidenciado pelo crescente envolvimento deste mercado em Angola e do papel que o Banco pode ter na sua integração em Angola e em África.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SEGMENTO CIB



A OFERTA DO SEGMENTO CIB



FINANCIAMENTO

Estruturação de produtos financeiros, concessão de empréstimos, *leveraged & acquisition finance*, *project finance* e financiamento imobiliário.



ADVISORY

Avaliações de empresas, fusões e aquisições, dívida de mercado de capitais, *capital raising* e assessoria de *rating*.



TRADING

Comercialização de instrumentos de dívida pública (bilhetes do tesouro, obrigações do tesouro e títulos do BNA) e de mercado cambial.



MERCADO MONETÁRIO E DERIVADOS

Mercado monetário, mercado cambial, taxa de juro, *global markets research*.



PRODUTOS E SERVIÇOS TRANSACCIONAIS

Soluções integradas e inovadoras de pagamento e transferência, produtos para gestão de fluxos de tesouraria, incluindo soluções de financiamento de curto prazo, *trade finance*, produtos de apoio ao comércio intenacional, garantias bancárias e transporte de valores.

DESEMPENHO 2017

O CIB registou um desempenho notável durante o ano de 2017, reflectido na trajetória positiva da maioria dos indicadores analisados, não se deixando afectar pela adversidade do contexto macroeconómico do mercado angolano.

Os resultados atingidos pelo CIB ao longo dos últimos anos, derivam da *performance* ao nível da intermediação financeira, do foco na optimização da eficiência da organização, e da tendência decrescente dos custos operacionais, fruto de um trabalho contínuo de optimização.

O exercício de 2017 caracterizou-se, assim, por um aumento da rentabilidade do segmento – o produto bancário exibiu uma subida de 71% –, confirmando a preponderância crescente do Banco no tecido empresarial angolano.

Importa salientar a trajetória decrescente do *cost-to-income*, e a expressão residual de incumprimento.



CLIENTES E PRODUTO BANCÁRIO

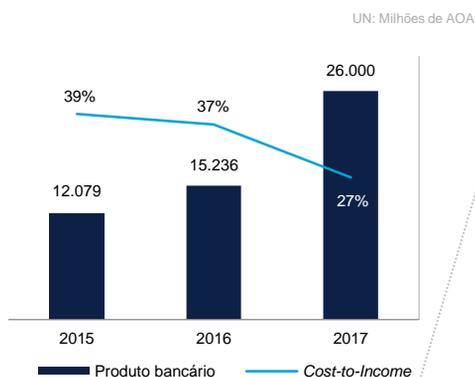
A base de Clientes CIB registou um aumento de 8% tendo, no final do exercício de 2017 uma base de 323 Clientes activos.

No que respeita ao produto bancário, o seu crescimento foi notável tendo atingido 71%, que compara com os 26% do período homólogo.

Relativamente ao rácio de *cost-to-income*, verificou-se uma redução de 10% em relação a 2016, passando de 37% para 27%.

Estes indicadores dão nota da estabilidade e solidez que o Standard Bank de Angola denota actualmente no contexto angolano.

PRODUTO BANCÁRIO E DO COST-TO-INCOME



DESEMPENHO 2017

DEPÓSITOS

O montante total de depósitos do CIB decresceu 23% face a 2016, totalizando 216.827 milhões de AOA.

O volume de depósitos sofreu, assim, o primeiro decréscimo após três anos de considerável crescimento.

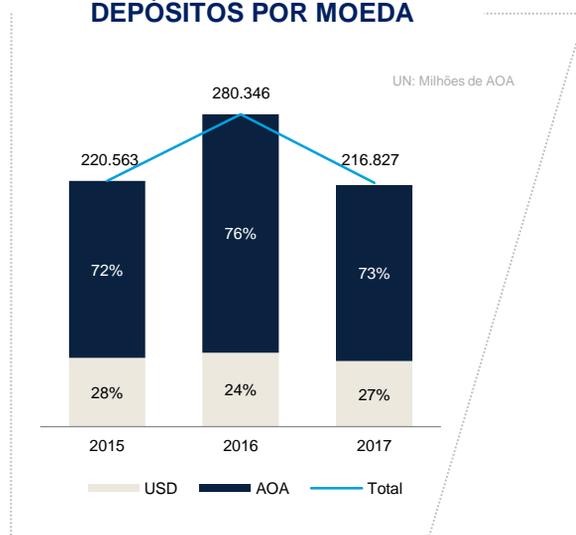
Esta queda deveu-se a uma alteração da estratégia de cobertura de risco adoptada pelos Clientes, que apresentaram uma tendência de investimento dos seus depósitos em valores mobiliários públicos.

Os montantes depositados pelos Clientes que se encontravam cativos para garantia de operações cambiais, anteriormente contemplados na rubrica de outros depósitos, passaram a ser reconhecidos como depósitos à ordem. Este ajuste na categorização dos depósitos deveu-se a uma nova disposição regulamentar emitida pelo BNA, que passou a permitir a movimentação destes capitais, quer por parte dos Clientes, quer por parte do Banco.

Os depósitos a prazo corresponderam, em 2017, a 29% do total de recursos obtidos junto dos Clientes, totalizando 61.804 milhões de AOA, um crescimento de 11% em relação ao ano transacto.

Os depósitos à ordem, adicionados a outros depósitos, exibiram um decréscimo na ordem dos 45%, atingindo o montante de 154.704 milhões de AOA. Esta tipologia de depósitos, representou, para o exercício de 2017, 71% do total de recursos captados pelo CIB.

DEPÓSITOS POR MOEDA



DEPÓSITOS POR PRODUTO (%)



DEPÓSITOS POR PRODUTO (VOLUME)



DESEMPENHO 2017

CARTEIRA DE CRÉDITO

O crédito concedido a Clientes CIB registou uma queda de 5% face a 2016, como consequência da situação financeira delicada de algumas das empresas, e de uma política de gestão de risco mais criteriosa por parte do Banco.

A diminuição do montante de crédito concedido deve-se, em parte, à amortização antecipada de empréstimos por parte de Clientes que detinham excesso de liquidez em kwanzas.

O crédito concedido em moeda estrangeira (USD) registou um aumento no montante de 20.333 milhões de AOA, comparados com os 14.973 milhões de AOA em 2016.

A composição da carteira de crédito revelou-se, na sua maioria, constituída por moeda estrangeira, tendo o peso das operações de crédito concedido em moeda estrangeira registado 73% do crédito total.

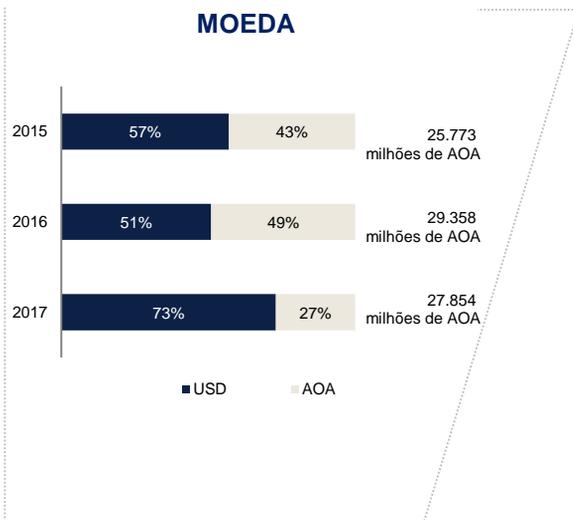
Durante o ano de 2017 a área de CIB manteve o nível de qualidade da carteira de crédito concedido, verificando-se a inexistência de crédito vencido, o que reflecte uma gestão de risco adequada e alinhada com o contexto económico actual.

A 31 de Dezembro de 2017, a carteira de crédito de CIB estava dispersa por diferentes sectores do tecido empresarial angolano, ainda que com uma maior predominância do sector petrolífero (40%).

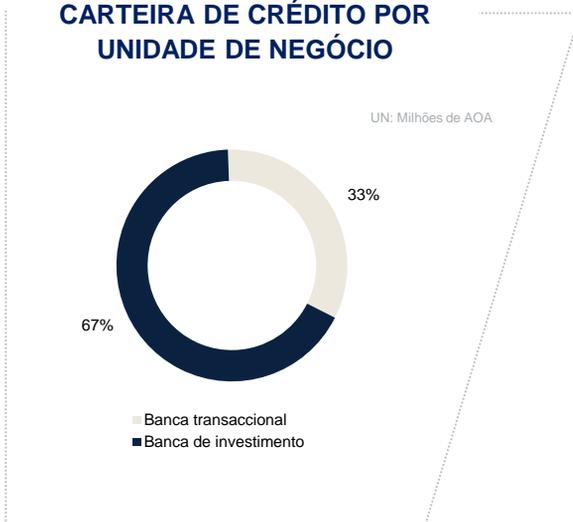
Por outro lado, o crédito de curto prazo concedido pela banca transaccional, evidenciou um decréscimo de 13%.

O peso relativo da banca transaccional no CIB cifrou-se nos 33%.

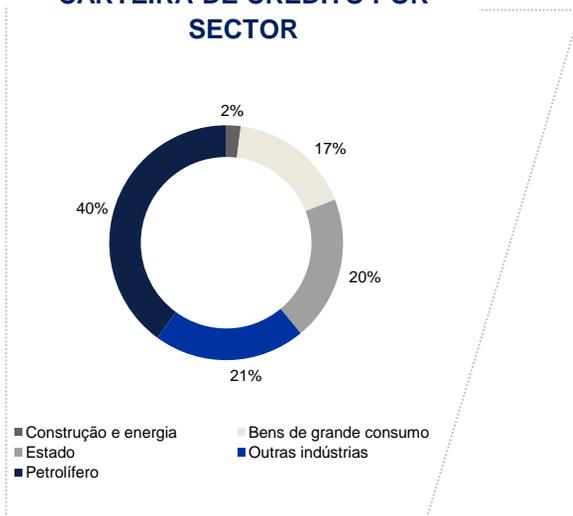
ESTRUTURA DO CRÉDITO POR MOEDA



CARTEIRA DE CRÉDITO POR UNIDADE DE NEGÓCIO



CARTEIRA DE CRÉDITO POR SECTOR



DESEMPENHO 2017

MERCADO CAMBIAL

A queda nos preços do petróleo na primeira metade do exercício de 2017 tem impactado negativamente o volume de receitas do Estado, traduzindo-se numa menor e mais eficiente alocação de moeda estrangeira na economia.

Durante o ano de 2017, apesar de se ter verificado um ligeiro aumento no montante de venda de moeda estrangeira realizada pelo BNA, observou-se um decréscimo de 38% no montante de moeda estrangeira alocado ao Standard Bank de Angola, de 287 milhões de USD contra os 461 milhões de USD do ano anterior.

O Banco movimentou mais de 1.200 milhões de AOA em transacções no mercado cambial, o que representa um aumento de 49% face a 2016, devido à compra directa da moeda estrangeira.

Assim, mesmo com a diminuição das alocações do BNA em 2017 verificou-se um aumento das vendas de moeda estrangeira aos Clientes do Banco.

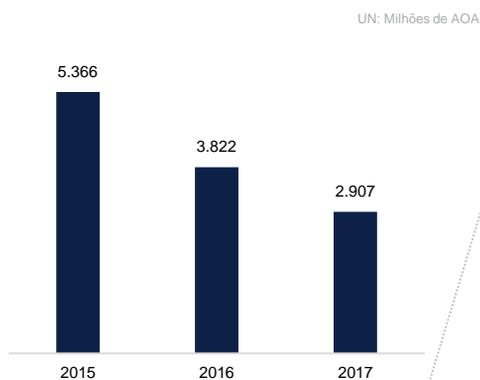
A taxa de câmbio acabou por se manter relativamente estável ao longo do ano, apesar da antecipada desvalorização do kwanza, tendo os resultados das operações cambiais em 2017 ascendido a 2.907 milhões de AOA.

Importa ainda referir que os resultados em operações cambiais são, na sua maioria, provenientes de operações de compra e venda de moeda.

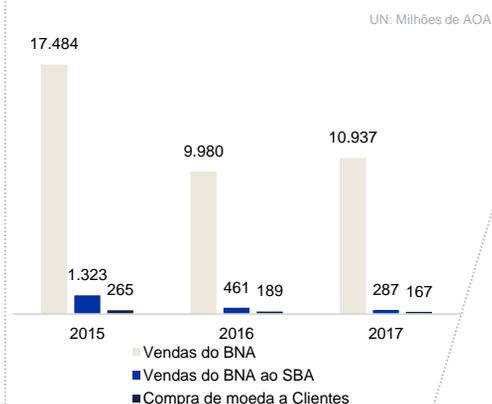
COMPOSIÇÃO DOS RESULTADOS EM OPERAÇÕES CAMBIAIS



RESULTADOS EM OPERAÇÕES CAMBIAIS



EVOLUÇÃO DO MERCADO CAMBIAL



DESEMPENHO 2017

TRADE FINANCE

O Standard Bank de Angola aprovou em 2017 operações de crédito documentário para Clientes CIB, no montante total de 1.387 milhões de AOA, que compara com 1.606 milhões de AOA em 2016. Esta diferença deve-se à conjuntura económica adversa nos últimos anos, designadamente, a escassez de moeda estrangeira que limita a capacidade do Banco para a emissão de créditos e remessas documentárias dentro dos limites de exposição cambial definidos pelo BNA.

Durante o exercício de 2017, registou-se um aumento no volume de garantias concedidas no suporte a operações de importação e execução de contratos. A 31 de Dezembro de 2017, o valor destas garantias ascendia a 12.171 milhões de AOA, face aos 9.209 milhões em 2016.

BANCA TRANSACCIONAL

O Banco participou na estruturação financeira de um empréstimo de 169 milhões de USD, no âmbito de um projecto do Estado angolano. Esta iniciativa promete fomentar o crescimento da economia nacional, e contribuir para a melhoria das condições de vida da população.

O Banco realizou também operações de características semelhantes para Clientes do sector privado, proporcionado a liquidez necessária ao desenvolvimento de alguns negócios.

Adicionalmente, o Banco forneceu serviços de *advisory* financeiro a um conjunto de Clientes, destacando-se as operações de fusão e aquisição, mas também de investimento directo estrangeiro.

A actividade da banca de investimento em 2017 ficou também marcada pela colaboração com *Capital Market Commission* (CMC), no âmbito de projectos de desenvolvimento de instrumentos financeiros e mercados de capitais alternativos.

MERCADO DE CAPITAIS

Ao longo do ano de 2017, o Banco participou activamente na promoção do mercado secundário, tendo intermediado a venda de 335.385 milhões de AOA de títulos de dívida soberana.

Importa também salientar que o montante negociado pelo Banco em 2017 representou 32% do montante total negociado pelos membros da BODIVA.



CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO

O Banco encontra-se adequadamente posicionado no território angolano, com o principal objectivo de manter a proximidade junto dos seus Clientes, e dar uma resposta cada vez mais eficaz a todas as suas necessidades.

Para este efeito, possui serviços específicos para segmentos de Clientes, conseguindo oferecer um serviço de excelência.

ON-SITE TELLERS

Com o objectivo de se aproximar dos seus Clientes, o Standard Bank detém 3 postos de atendimento simplificado localizados nas instalações de Clientes empresa denominados *on-site tellers*.

Estes postos de atendimento contribuem para o crescimento do número de transacções e volumes de numerário recolhido e a sua evolução ao longo dos últimos anos tem vindo a evidenciar o sucesso deste canal.



10.661 TRANSACÇÕES EM 2017



3.850 MILHÕES DE AOA EM
TRANSACÇÕES REALIZADAS EM 2017

BANCA TRANSACCIONAL

O serviço de CCTV permite aos Clientes visualizarem as contagens de numerário efectuadas, através de uma câmara. Caso se verifiquem disparidades entre o valor contado pelo Banco e o valor entregue pelo Cliente é possível consultar uma gravação com a contagem efectuada, evitando deslocações ao Banco.

Em 2017 este serviço foi outro dos serviços-chave utilizados junto dos Clientes empresa tendo sido realizadas, em média, 4.620 recolhas de valores que totalizam um volume médio mensal transportado de 5.254 milhões de AOA.



55.438 RECOLHAS EM 2017



63.047 MILHÕES DE AOA EM
TRANSACÇÕES REALIZADAS EM 2017

ESTRATÉGIA 2018

A ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO DO CIB FOI DELINEADA COM BASE EM 5 OBJECTIVOS PRINCIPAIS:

PROVIDENCIAR A MELHOR EXPERIÊNCIA POSSÍVEL AOS CLIENTES

O CIB pretende oferecer um serviço de excelência aos seus Clientes, executado de forma rigorosa pelos diferentes Colaboradores do Banco e com um nível de falhas praticamente nulo. Manter uma cultura de foco no Cliente e garantir o desenvolvimento de novos produtos financeiros, que acrescentem valor ao Cliente, irá permitir a manutenção deste nível de serviço.

PESSOAS – O RECURSO MAIS VALIOSO DO BANCO

Contratar os melhores profissionais do mercado, implementar um plano de formação eficiente, promover um plano de desenvolvimento pessoal, fomentar a liderança e um ambiente colaborativo, são algumas das iniciativas actualmente em curso que irão continuar a integrar a estratégia de CIB em 2018.

INVESTIR NA DIGITALIZAÇÃO E PERMANENTE AUTOMATIZAÇÃO DE PROCESSOS

Criar um sistema informático adaptado à realidade do Banco, que seja robusto e escalável, representa um dos elementos-chave para a estratégia de 2018 do Standard Bank de Angola. O Banco pretende digitalizar e automatizar parte dos seus processos (realização de pagamentos, concessão de crédito, abertura de conta, mercado cambial) e rever outros, numa perspectiva de aumentar a sua eficiência e satisfazer os Clientes.

MANTER UMA GESTÃO DE RISCO PRUDENTE

O rigor e critério por que se rege a gestão de risco do Banco, têm ajudado a criar uma imagem de confiança e solidez no mercado. Manter o rácio de perdas operacionais a um nível mínimo, e garantir o cumprimento da regulamentação e legislação aplicáveis são práticas recorrentes que o Banco deseja manter para o futuro.

POTENCIAR OS RESULTADOS

Aumentar a base de Clientes e o envolvimento destes com o Banco, através da captação de mais depósitos e/ou venda de produtos relacionados, manter o rácio de *cost-to-income* em valores inferiores a 40%, e atingir um crescimento sustentável do resultado operacional são alguns dos objectivos do CIB para 2018.

Para além disso, a apresentação de um resultado líquido que ultrapasse os custos fixos e a diversificação das fontes de receita constitui outro dos objectivos estratégicos do Banco.



CAPITAL HUMANO

“O ANO DE 2017 REPRESENTOU MAIS UMA ETAPA NA EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO DO STANDARD BANK DE ANGOLA, ONDE SE ESTABELECEM COMO PRINCIPAIS OBJECTIVOS O CRESCIMENTO DE QUOTA DE MERCADO E REFORÇO DA NOSSA POSIÇÃO COMPETITIVA NO MERCADO FINANCEIRO ANGOLANO.

APESAR DO CONTEXTO COMPETITIVO DESAFIANTE, OS BONS RESULTADOS QUE O BANCO TEM VINDO A ALCANÇAR, PERMITEM-LHE ENCARAR O FUTURO COM JUSTIFICADO OPTIMISMO E O CAPITAL HUMANO, PELAS AS ACTIVIDADES QUE TEM VINDO A DESENVOLVER, TEVE UM PAPEL FUNDAMENTAL NA MOBILIZAÇÃO DOS COLABORADORES, PASSANDO A MENSAGEM QUE JUNTOS VÃO TODOS FAZER O BANCO CRESCER. PARA PASSAR ESTA MENSAGEM FOI NECESSÁRIO UMA BOA COMUNICAÇÃO DO DESEMPENHO FINANCEIRO E OPERACIONAL DA EMPRESA, A REALIZAÇÃO DE INICIATIVAS QUE PROMOVERAM A IDENTIFICAÇÃO DOS COLABORADORES COM A MESMA E O ESTABELECIMENTO DE UMA POLÍTICA DE INCENTIVOS IDÊNTICA PARA TODOS COLABORADORES QUE DEPENDERAM DO CUMPRIMENTO DOS RESULTADOS ESPERADOS.”

KHONDE MAKUALA
DIRECTOR CAPITAL HUMANO

VISÃO GERAL

O STANDARD BANK DE ANGOLA ESTÁ EMPENHADO NA CRIAÇÃO DE UM BOM AMBIENTE DE TRABALHO, ONDE OS COLABORADORES SE REVEJAM VERDADEIRAMENTE NOS SEUS PRINCÍPIOS E SE SINTAM CONECTADOS COM OS CLIENTES. OS COLABORADORES DEVEM SER RECONHECIDOS PELO SEU TOTAL ALINHAMENTO AOS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DO BANCO, APROVEITANDO TODAS AS OPORTUNIDADES PARA ALCANÇAR O SEU MÁXIMO POTENCIAL.

O Standard Bank de Angola acredita que o bem-estar dos Colaboradores e das suas famílias deve ser estimulado e reconhecido como parte integrante da sua estratégia, a qual articula a necessidade de atrair, desenvolver e reter talentos, com o objectivo final de proporcionar um serviço e uma experiência de excelência ao Cliente.

A criação de um bom ambiente de trabalho, onde os Colaboradores se revejam verdadeiramente nos princípios do Banco, aproveitando as oportunidades concedidas para alcançar o seu máximo a nível pessoal e profissional, traduz uma gestão de recursos humanos próxima que valoriza o desenvolvimento humano e promove o reconhecimento do mérito.

No ano de 2017 o Banco apostou, uma vez mais, na criação e manutenção de equipas com competências multidisciplinares, focando-se na captação e desenvolvimento de jovens talentos.

A 31 de Dezembro de 2017, o quadro de pessoal era composto por 571 Colaboradores, tendo-se registado um aumento de 6 Colaboradores (1%) face ao valor registado no ano de 2016.

No que respeita ao género dos Colaboradores, verificou-se um equilíbrio, sendo 43% dos seus Colaboradores do género feminino e 57% do género masculino. Esta tendência de distribuição mantém-se também nos cargos de gestão, sendo a percentagem de Colaboradoras femininas de 42%. Do total de Colaboradores, 85% têm uma idade inferior a 40 anos, e 95% têm até 6 anos de experiência, o que demonstra a intenção do Banco em manter uma equipa jovem, dinâmica e capaz de responder tanto aos desafios de mercado, como aos desafios internos.

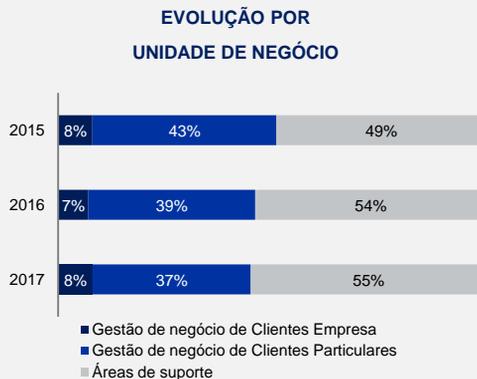
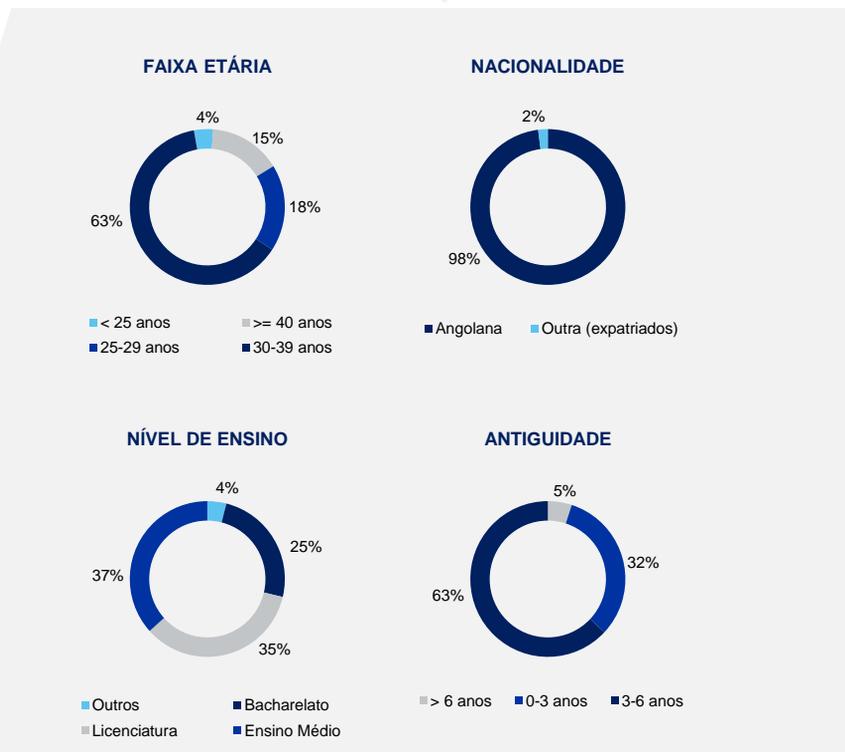
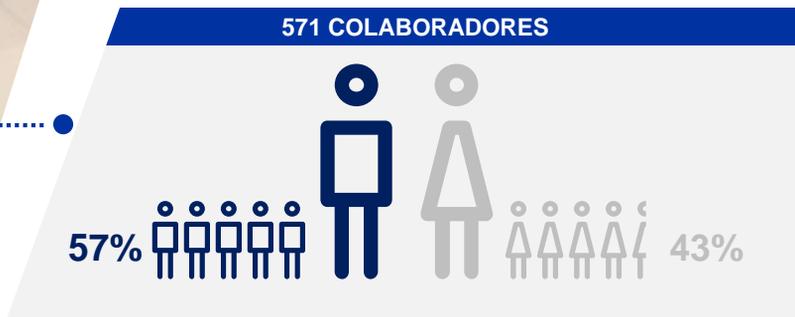
O nível de ensino dos Colaboradores do Standard Bank de Angola é também outro indicador de referência. Verificou-se que 60% do total dos Colaboradores do Banco possui curso superior ou frequência universitária.

Note-se que para a identificação e integração dos candidatos no processo de recrutamento do Banco, as universidades locais têm um papel importante, sendo grande parte do recrutamento externo efectuado junto das mesmas.

Dada esta prática do Banco, o claro investimento nos quadros angolanos reflecte-se numa percentagem de 98% contra apenas 2% de Colaboradores expatriados (11 Colaboradores).

Em função das competências dos Colaboradores e das necessidades das diferentes áreas, o Standard Bank de Angola procura realizar uma alocação adequada do seu quadro de pessoal, garantindo sucesso nos resultados a que se propõe atingir. Para tal, a alocação entre a gestão de negócio de Clientes empresa e particulares e as áreas de suporte do Banco foi de 45% e 55%, respectivamente.

DADOS 2017



DESTAQUES 2017

PARTICIPAÇÃO DE 80% DOS COLABORADORES EM WORKSHOPS DE CULTURA ORGANIZACIONAL

DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO E MENTORING PARA ESTAGIÁRIOS

PARTICIPAÇÃO DE PROGRAMAS AVANÇADOS DE LIDERANÇA, GESTÃO E PRÁTICAS BANCÁRIAS

PARTICIPAÇÃO DE 2,5% DOS COLABORADORES EM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO BANCÁRIA EM ANGOLA.

CRIAÇÃO DO POSTO MÉDICO STANDARD BANK BLUE CARE

UPGRADE DO SEGURO DE SAÚDE

SELECÇÃO DE QUADROS ANGOLANOS PARA POSIÇÕES-CHAVE NO GRUPO STANDARD BANK

SELECÇÃO DE QUADROS ANGOLANOS PARA O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EM BANCA DE EMPRESAS

A DIRECÇÃO DE CAPITAL HUMANO (DCH)

A DCH do Standard Bank de Angola é responsável pelas políticas, processos e práticas de gestão de pessoas, servindo como órgão de consulta e aconselhamento dos órgãos de gestão do Banco nos temas relacionados com o capital humano.

O seu foco é a qualidade de serviço, equilibrando os objectivos de longo prazo do Banco, com o desenvolvimento de soluções inovadoras, para a resolução das questões do dia-a-dia.

Ao longo de 2017, a DCH levou a cabo uma estratégia alinhada com a do Grupo Standard Bank, conduzindo diversas iniciativas no sentido de apoiar as unidades de negócio na prossecução dos seus objectivos.

Complementarmente, a DCH manteve o forte investimento na formação e desenvolvimento dos Colaboradores, proporcionando oportunidades de crescimento pessoal e profissional, suportadas por uma estratégia de remuneração muito competitiva.



PRINCIPAIS RESPONSABILIDADES

GERIR O PROCESSO DE RECRUTAMENTO DO STANDARD BANK DE ANGOLA, NOMEADAMENTE, CONTRATAÇÃO DE NOVOS COLABORADORES, GESTÃO DE MOBILIDADES INTERNAS E GESTÃO DA SAÍDA DE COLABORADORES;

DESENVOLVER E RETER OS COLABORADORES DO BANCO, ATRAVÉS DA GESTÃO DA FORMAÇÃO DE COLABORADORES, DA GESTÃO DE TALENTOS, DA DEFINIÇÃO DE PLANOS PARA RETENÇÃO E/OU SUCESSÃO DE COLABORADORES;

GERIR O PROCESSO DE REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS, NOMEADAMENTE, PROCESSAMENTO DE SALÁRIOS E SUBSÍDIOS E ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS AOS COLABORADORES;

MONITORIZAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REVISÃO SALARIAL E DE ATRIBUIÇÃO DE BÓNUS AOS COLABORADORES

SEGUINDO EM FRENTE COM UMA ABORDAGEM WIN-WIN

OPTIMIZAÇÃO DE POLÍTICAS



Mudanças nas **estruturas de remuneração**;



Promoção de uma política de **boa governança e adesão a controles**;



Valorização do **capital humano enquanto Parceiro estratégico**;



Utilização de **sistemas específicos** para a monitorização das actividades de gestão de capital humano.

CRIAÇÃO DE UM AMBIENTE FAVORÁVEL



Promoção da **saúde e bem-estar do Colaborador**;



Construção da **cultura organizacional certa** alinhada com a estratégia definida;



Desenvolvimento de actividades para incrementar o **envolvimento dos Colaboradores**;



Digitalização do capital humano;



Desenvolvimento de uma forte **cultura de formação e capacitação**.

GESTÃO E MOTIVAÇÃO DE TALENTOS



Realização de programas de desenvolvimento **bancário empresarial avançado** com 12 a 18 meses de duração em diversos países africanos;



Realização de programas **avançados de liderança, gestão e práticas bancárias** administrados na academia do Grupo Standard Bank;



Realização de programas de **pós-graduação e mestrado** para Colaboradores de diversas áreas;



Desenvolvimento de programas de **responsabilidade social e educação**, através de parcerias com diversas instituições.



CULTURA ORGANIZACIONAL

Uma forte cultura organizacional permite elevar o grau de compromisso de cada Colaborador, aumentando a capacidade de resposta aos constantes desafios do dia-a-dia.

Tendo como premissa o fortalecimento da unidade organizacional e empresarial, o Standard Bank de Angola deu início a um projecto transversal a todos as áreas e que visa elevar a cultura organizacional e gerar um sentimento positivo entre os Colaboradores.

A partilha de experiencias colectivas decorrentes da realização de *workshops* de cultura organizacional permitiu a criação de um barómetro eficaz e que servirá de base ao desenho da segunda fase deste projecto. Nesta fase será traçado o caminho que permitirá ao Banco alcançar a cultura desejada.



ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Fortalecimento da DCH enquanto direcção-chave para a implementação da estratégia do Banco;
- Elevação da cultura organizacional e promoção de um sentimento positivo e de companheirismo entre Colaboradores.



RESULTADOS

- Alinhamento e calibração com os objectivos estratégicos do Banco;
- Criação de um barómetro eficaz para que seja traçado o caminho ideal para o alcance da cultura desejada.



PRINCIPAIS DESTAQUES

- Participação de 80% dos Colaboradores em *workshops* de cultura organizacional;
- Os Colaboradores foram unânimes na identificação de 2 características a manter para o futuro:
 - Forte investimento na formação dos seus quadros;
 - Qualidade e coberturas do seguro de saúde 100% subsidiado pelo Banco.

O STANDARD BANK DE ANGOLA É O BANCO
ONDE AS PESSOAS SÃO O ACTIVO MAIS VALIOSO

CAPTAÇÃO E RETENÇÃO

RECRUTAMENTO E SELECÇÃO

A atracção dos melhores candidatos é fundamental para o desenvolvimento e *performance* do Banco. Quanto maior a visibilidade e transparência nos processos de candidatura e recrutamento, maior a probabilidade de conseguir identificar e atrair os recursos certos para as posições-chave do Banco. Com o intuito de recrutar profissionais com elevados níveis de qualificação, o Standard Bank de Angola utiliza rigorosos critérios de selecção, no seu processo de recrutamento.



ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Lançamento do portal de carreiras Standard Bank de Angola;
- Gestão segmentada de candidatos em base de dados;
- Optimização e dinamização do processo de recrutamento.



RESULTADOS

- Aumento de visibilidade das vagas existentes;
- Maior fluxo de candidaturas.



PRINCIPAIS DESTAQUES

- A implementação de uma ferramenta de gestão de recrutamento integrada com o portal de carreiras do Standard Bank de Angola traduziu-se numa optimização clara dos processos de recrutamento e acolhimento, com ganhos muito significativos a nível de eficiência e eficácia na gestão do capital humano.



PARALELAMENTE, A DCH APRESENTA OS SEGUINTE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO:

PROGRAMA DE ACOLHIMENTO PARA NOVOS COLABORADORES

- No programa de integração de novos Colaboradores é dada a oportunidade de conhecer a cultura, o modelo organizativo e o *modus operandi* do Banco, facilitando uma melhor adaptação dos recém-Colaboradores.

PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO E MENTORING PARA ESTAGIÁRIOS

- O programa de integração e acompanhamento para jovens recém-licenciados tem 12 meses de duração e permite a rotatividade por várias áreas do Banco. O estagiário tem um mentor que o acompanha durante todo o período de estágio, definindo objectivos, avaliando e alinhando o seu desempenho ao longo do estágio.

PROGRAMA DE NACIONALIZAÇÃO

- Em linha com o crescimento do Standard Bank de Angola, tem sido notável o crescimento dos Colaboradores nacionais dentro do Banco. Esta prática promove de forma uma saudável a evolução profissional em termos de responsabilidades e funções internas. Por forma a destacar e valorizar o talento angolano, o Banco procura direccionar o seu recrutamento aos talentos nacionais qualificados;
- Em 2017, a percentagem de Colaboradores nacionais ascendeu a 98%.

CAPTAÇÃO E RETENÇÃO

FORMAÇÃO

Fruto da aposta numa equipa jovem e da vontade do Banco em proporcionar um serviço de excelência ao seu Cliente, torna-se imperativo o investimento do Standard Bank de Angola na formação e capacitação dos seus Colaboradores. O orçamento de formação apresentou em 2017 um valor equivalente a mais do dobro do valor de 2016, tendo-se verificado um investimento total de 183.728 milhares de AOA.



ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Elaboração e execução de um plano de formação ambicioso, com vista ao desenvolvimento e capacitação dos Colaboradores;
- Promoção de sessões de formação na academia do Grupo Standard Bank, em Joanesburgo (*Global Leadership Center*);
- Promoção de formações *on-line* na plataforma de *e-learning* do Grupo Standard Bank (*NetworkNext*).



RESULTADOS

- Estabelecimento de um protocolo com o Instituto Superior Politécnico de Tecnologia e Ciências (ISPETC) para criação de um centro de formação Standard Bank de Angola;
- Aumento de 75% em formações administradas.



PRINCIPAIS DESTAQUES

- Participação de 25 quadros superiores em programas avançados de liderança, gestão e práticas bancárias, na academia do Grupo Standard Bank;
- Participação de 14 Colaboradores num programa de pós-graduação bancária em Angola, custeado na totalidade pelo Banco.

183.728
Milhares de AOA

DESENVOLVIMENTO DOS COLABORADORES

76 FORMAÇÕES PRESENCIAIS

118 FORMAÇÕES ON-LINE

26.616 HORAS DE FORMAÇÃO



PARALELAMENTE, A DCH APRESENTA OS SEGUINTE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO:

ACADEMIA DE LIDERANÇA DO GRUPO STANDARD BANK

O Grupo Standard Bank tem diversos programas para promover o desenvolvimento de *skills* de gestão e liderança junto dos seus Colaboradores.

PROGRAMA 70:20:10

O Banco acredita que 70% da aprendizagem dos Colaboradores decorre dos desafios profissionais que encara ao longo da sua rotina diária, 20% correspondem à aprendizagem construída pela interacção com as demais pessoas e 10% referem-se à formação complementar recebida;

O programa 70:20:10 tem como objectivo criar um ambiente laboral convidativo à troca de ideias e à partilha de informação no local de trabalho, através de *coaching* e *training on the job*.

CAPTAÇÃO E RETENÇÃO

DESEMPENHO E AVALIAÇÃO

Para garantir a implementação da estratégia definida pelo Banco, a DCH procura desenvolver diversos princípios que constituem uma mais-valia para o desempenho individual dos Colaboradores, designadamente: 1) foco na entrega dos resultados; 2) melhoria contínua e 3) incentivos motivacionais.

Neste sentido, a gestão do desempenho torna-se crucial para a concretização do negócio do Standard Bank de Angola, havendo para tal, um programa de avaliação de desempenho que visa assegurar que todas as unidades de negócio se encontram alinhadas com as prioridades e objectivos definidos pelo Conselho de Administração.

O processo de avaliação é composto por uma fase inicial na qual são estabelecidos: os objectivos de negócio, os objectivos de equipa, e os objectivos individuais, alinhados com a estratégia do Banco. Adicionalmente, nesta fase são também definidas as expectativas comportamentais do Colaborador, garantido assim o alinhamento do Colaborador com os objectivos a alcançar.

Ao longo do tempo é realizada a monitorização e acompanhamento do desempenho do Colaborador, por forma a facultar um apoio contínuo e a disponibilizar um *feedback* regular.

Por último, o Banco efectua uma análise do desempenho alcançado, resultando numa avaliação que terá influência nos incentivos de cada Colaborador.

PROCESSO DA GESTÃO DE DESEMPENHO



A ESTRUTURAÇÃO DESTE PROCESSO POTENCIA A COERÊNCIA NA GESTÃO DE DESEMPENHO, REVELANDO-SE UMA VANTAGEM PARA O DESENVOLVIMENTO DOS QUADROS DO BANCO.

CAPTAÇÃO E RETENÇÃO

BENEFÍCIOS

O Standard Bank de Angola investe significativamente em acções que contribuam para o bem-estar dos seus Colaboradores.

Adicionalmente o Banco apresenta uma política de remunerações e incentivos muito competitivos, o qual tem um peso significativo no montante total dos custos incorridos, de 62% em 2017.



ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Melhoria do plano de saúde do Colaborador;
- Implementação do projecto de criação de um posto médico com gabinete médico, sala de enfermagem e espaço reservado às Colaboradoras lactantes, que em 2017 representaram 10% do total de quadros do género feminino.



RESULTADOS

- *Upgrade* do plano de saúde e extensão do mesmo até 4 familiares;
- Extensão da apólice de seguro de saúde, a familiares não dependentes directos, com tarifa preferencial;
- Disponibilização dos serviços de primeiros socorros, tratamentos, medicina geral e familiar, triagem e aconselhamento médico no posto médico do Standard Bank de Angola.



PRINCIPAIS DESTAQUES

- O investimento médio do seguro de saúde e do posto médico foi de 685 milhares de AOA, por Colaborador;
- Acesso dos Colaboradores aos melhores serviços de saúde a nível internacional, através do *upgrade* do seguro de saúde para cobertura internacional.
- Lançamento do posto médico Standard Bank *Blue Care*.



391.102
milhares de AOA

**INVESTIMENTO NO
BEM-ESTAR DOS
COLABORADORES**

CAPTAÇÃO E RETENÇÃO

PLANO DE CARREIRA E SUCESSÃO

A integração dos melhores talentos contribui de forma indubitável para o sucesso de uma instituição. Como tal, o Banco investe no desenvolvimento da carreira dos Colaboradores planeando, de forma personalizada, as suas oportunidades de crescimento.

Assim sendo, para todas as posições-chave é desenvolvido um plano de sucessão onde são identificados os potenciais sucessores, bem como o seu plano de formação e desenvolvimento.



ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Aumento da exposição dos Colaboradores a outros mercados;
- Aumento da visibilidade dos Colaboradores junto das entidades do Grupo Standard Bank noutras geografias;
- Criação e lançamento de programas de desenvolvimento avançado em regime de rotação.



RESULTADOS

- Lançamento de um programa de desenvolvimento em banca corporativa para recém-licenciados, em regime de rotação (Angola + Grupo Standard Bank);
- Concepção de um programa de desenvolvimento em banca de empresas, em regime de rotação (Angola + Grupo Standard Bank).



PRINCIPAIS DESTAQUES

- Seleção de 2 quadros angolanos para posições-chave no Grupo Standard Bank.
- Participação de 5 Colaboradores Angolanos em programas de mobilidade internacional;
- Participação de 6 Colaboradores angolanos no programa de desenvolvimento em banca corporativa;
- Seleção de 14 quadros angolanos para o programa de desenvolvimento em banca de empresas.



PARALELAMENTE, A DCH APRESENTA OS SEGUINTE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO:

PROGRAMA DE MOBILIDADE INTERNACIONAL

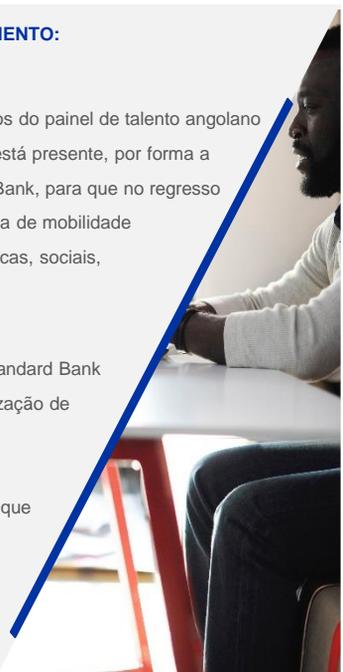
- O Banco instituiu um programa de mobilidade que tem como objectivo permitir que quadros do painel de talento angolano possam passar períodos de 6 a 36 meses deslocados em países onde o Standard Bank está presente, por forma a otimizar as suas competências, experiência e integração na cultura do Grupo Standard Bank, para que no regresso a Angola possam assumir cargos de maior responsabilidade. A participação num programa de mobilidade internacional potencia competências relevantes dos Colaboradores do Banco (ex: linguísticas, sociais, comportamentais);

DESLOCAÇÕES A ÁREAS DE EXCELÊNCIA DO GRUPO STANDARD BANK

- O programa de intercâmbio de Colaboradores entre as diferentes geografias do Grupo Standard Bank tem como principal objectivo a partilha de experiências e práticas, que resultem na optimização de tarefas e na elevação dos níveis de desempenho.

PROGRAMA DE IDENTIFICAÇÃO DE TALENTOS INTERNOS

- O Standard Bank de Angola tem implementado um programa de identificação de talentos que avalia o desempenho e o potencial dos Colaboradores;
- Em 2017, foram identificados 76 Colaboradores como potenciais talentos do Banco, os quais participaram em formações de especialidade, sendo expostos a experiências desafiantes.



MARKETING E COMUNICAÇÃO SOCIAL



"AO LONGO DO ANO DE 2017, O STANDARD BANK DE ANGOLA ORIENTOU A SUA ACTUAÇÃO DE ACORDO COM AS SUAS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS E COM A CULTURA CORPORATIVA DE UMA INSTITUIÇÃO QUE SE ASSUME COMO SEGURA, PRÓXIMA E INOVADORA.

DESTE MODO, MANTEVE A SUA APOSTA NA DIVERSIFICAÇÃO DAS SUAS ACÇÕES DE MARKETING E COMUNICAÇÃO, REFORÇANDO, ASSIM, O SEU POSICIONAMENTO ENQUANTO MARCA CONSISTENTE, CREDÍVEL, FOCADA NUM SERVIÇO DE EXCELÊNCIA AO SEU CLIENTE."

CAROLINA VASCONCELOS
DIRECTORA MARKETING E COMUNICAÇÃO

Em 2017 o Standard Bank de Angola desenvolveu um conjunto significativo de acções de marketing e comunicação que tiveram como objectivo reforçar o posicionamento da marca e o sentido de identidade nacional e capitalizar a imagem enquanto instituição financeira consistente e credível.



CAMPANHAS

CAMPANHA VISA PLATINUM E VISA GOLD

Promover e incentivar o uso frequente do cartão de crédito no mercado angolano, foi o principal objectivo desta campanha.

O Standard Bank de Angola propõe ao Cliente a utilização dos cartões de crédito, no seu dia-a-dia, tanto local como internacionalmente de acordo com as necessidades e especificidades de cada Cliente.



CAMPANHA CANAIS DIGITAIS

Os novos canais representam um passo importante na modernização e adaptação à era digital. Atento a isto, o Standard Bank de Angola continua a apostar no desenvolvimento dos serviços ao Cliente, privilegiando o desenvolvimento dos canais *internet e mobile banking*. Em 2017 foi lançada uma campanha que visou a promoção destes, comunicando as soluções vanguardistas que o Banco providencia.

CAMPANHAS SMART E EXECUTIVE

Tendo por base as características e necessidades de cada Cliente, o Standard Bank de Angola categoriza os seus Clientes em 4 segmentos distintos.

Desta forma, o Banco disponibiliza serviços concebidos tendo em conta tipologias específicas de Clientes, com diferentes necessidades, nomeadamente ao nível de produtos de investimento, poupanças, empréstimos, entre outros.

Numa perspectiva de divulgação de dois destes segmentos, *Smart* e *Executive*, o Banco realizou duas campanhas que procuram divulgar, a existência de serviços integrados com elevado grau de customização.



EVENTOS

EVENTOS PARA CLIENTES

Com o intuito de manter e estreitar as relações comerciais com Clientes de diversos segmentos, o Standard Bank de Angola organizou diferentes eventos ao longo do exercício de 2017, destacando-se:

- Apresentação da proposta de valor ao Cliente *Commercial*;
- Assinatura de um memorando de entendimento com a empresa Chinesa AVIC-ENG;
- Apresentação da proposta do *Africa China Banking* juntamente com o Banco Chinês ICBC.



EVENTOS PARA COLABORADORES

Os Colaboradores são um activo fundamental do Banco, sendo necessário promover um espírito de coesão, união e proximidade. Ao longo de 2017 o Banco realizou diversos eventos internos, com o principal propósito de difundir o lema “Um Só Banco, Uma Só Equipa”. Concretizaram-se, entre outros, os seguintes eventos:

- Festa de aniversário de celebração do 7º ano de actividade comercial do Banco em Angola;
- Evento *Beyond Excellence*;
- Celebração do Dia de África;
- Eventos de apresentação de resultados do Banco;
- *Mark of Excellence*, que teve como objectivo reconhecer o esforço, dedicação e *performance* dos Colaboradores do Banco.



PATROCÍNIOS



O Standard Bank de Angola patrocinou diversos eventos que visaram promover e consolidar a sua relação com os Clientes. De entre os eventos patrocinados, destacam-se:

- 4ª edição da clínica de golfe no Mangais;
- *Ucolor Run*;
- Festival de Jazz 25 Anos da Luanda Antena Comercial.





RESPONSABILIDADE SOCIAL

“O STANDARD BANK DE ANGOLA, PARTICIPA ACTIVAMENTE NUM CONJUNTO DE INICIATIVAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, ACTUANDO JUNTO DA COMUNIDADE, E DE ACORDO COM O NÍVEL DE EXCELÊNCIA DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS E SOCIAIS, PELOS QUAIS SE REGE.

ESTA PREDISPOSIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DAS COMUNIDADES EM QUE OPERA, SURGE COMO CONSEQUÊNCIA NATURAL DA IDENTIDADE DO BANCO, EMPENHADO EM CRIAR UM IMPACTO RELEVANTE NO DECURSO DA SUA ACTIVIDADE.”

NUNO MONTEIRO

DIRECTOR RESPONSABILIDADE SOCIAL

Em linha com a política adoptada pelo Grupo Standard Bank, o Standard Bank de Angola aposta na dimensão social, procurando criar um impacto positivo junto da comunidade angolana, quer por via de acções, quer por via do apoio aos mais carenciados.

No seguimento da sua estratégia de responsabilidade social, o Banco tem vindo a investir em diversos projectos, seguindo os padrões éticos e sociais pelos quais se rege.

A aposta na protecção social, através do apoio a crianças, jovens e adultos carenciados, traduz-se numa preocupação actual que se materializa nas diversas acções que se têm vindo a promover pelo território nacional.

As acções de responsabilidade social em que o Banco participa segregam-se em 2 vectores fundamentais: Saúde e Educação.



Foram várias as iniciativas sociais implementadas ao longo de 2017, a maioria partilhada com a Liga Angolana Contra o Cancro (LACC), com a qual o Banco mantém uma parceria. As acções de maior destaque traduziram-se na realização de palestras, rastreios, encontros de reflexão e *workshops*.

APOIO AO HOSPITAL PEDIÁTRICO DE LUANDA

O principal hospital pediátrico de Luanda, Hospital David Bernardino, contou com o apoio do Standard Bank de Angola, enquanto patrocinador, na organização de uma "Colour Run" que envolveu mais de 800 voluntários.

Mais do que uma corrida que se concentra na velocidade, esta proporcionou momentos coloridos de diversão aos seus participantes.

SORRISO DE NATAL

Em parceria com a LACC, o Standard Bank de Angola apoiou a realização de duas festas de Natal solidário. A primeira foi, pelo 2º ano consecutivo, organizada em Luanda e abrangeu uma centena de crianças afectadas pelo cancro.

A segunda festa, na província do Cuanza Sul, envolveu crianças e idosos carenciados, nomeadamente 30 crianças da REMAR - Casa de abrigo de Porto Amboim e 15 do lar da terceira idade de Porto Amboim.





WORKSHOP “SAÚDE E ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL”

O Standard Bank de Angola participou, enquanto patrocinador, no primeiro *workshop* de “Saúde e Alimentação Saudável” em parceria com a LACC.

Para além de formar os seus participantes acerca das melhores práticas alimentares, o evento teve ainda como objectivo a apresentação pública da farinha de múcua e das respectivas vantagens associadas ao seu consumo.

Esta proposta foi apresentada pela reconhecida nutricionista angolana, Angelina de Sales.

PEDALADA CONTRA O CANCRO

No dia 12 de Novembro de 2017 foi realizada a 4ª edição do evento Pedalada Contra o Cancro, que teve como principal objectivo alertar para os riscos de um dos mais agressivos dos tumores de pele, o melanoma.

Esta corrida envolveu cerca de 100 atletas que percorreram 107 quilómetros ao longo da província de Luanda.

PROJECTO SAÚDE NA COMUNIDADE

Com o apoio da organização Médicos pela Vida, o Standard Bank de Angola realizou uma acção destinada a crianças e adolescentes em regime de internato no Lar da Nazaré, no município de Cacuaco.

Os 500 menores tiveram acesso a atendimento médico personalizado, nomeadamente consultas de clínica geral, pediatria, otorrinolaringologia e estomatologia.

Adicionalmente, foram ainda distribuídos, de forma gratuita, alimentos, medicamentos e materiais hospitalares de maior consumo.



EDUCAÇÃO

O ano de 2017 ficou também marcado pela participação do Banco num conjunto de iniciativas de cariz educacional. Esta intervenção por parte do Standard Bank de Angola pretendeu fornecer acções de formação para as populações mais carenciadas, alertando para a importância das mesmas para o desenvolvimento da sociedade.

ABC ALFABETIZAR

Com objectivo de alfabetizar jovens e adultos, um grupo de estudantes universitários criou a associação ABC Alfabetizar, que pelo segundo ano consecutivo mereceu o incondicional apoio do Standard Bank de Angola. Esta iniciativa providenciou aulas de alfabetização totalmente gratuitas, de segunda a sexta-feira, em vários pontos de Luanda.

APOIO AO CENTRO DE ACOLHIMENTO LAR DA NAZARÉ

Em parceria com a Embaixada da África do Sul, o Banco distribuiu diversos donativos ao Centro de Acolhimento Lar da Nazaré, nas celebrações do dia de Nelson Mandela.

APOIO À COMUNIDADE DO WACO KUNGO

Com o intuito de proporcionar algum conforto e esperança no processo de educação e formação das crianças carenciadas, o Standard Bank de Angola continuou a prestar apoio ao Centro Comunitário Paroquial da Sé Nova, localizado na aldeia do Wako Kungo na província do Cuanza Sul.

Neste projecto foram doados conjuntos de material escolar, aos alunos do ensino geral e aos respectivos professores.



PRÉMIOS E DISTINÇÕES

“A GESTÃO DO STANDARD BANK DE ANGOLA ASSENTA EM PRINCÍPIOS DE RIGOR E RESPONSABILIDADE, CONTRIBUINDO PARA UMA RELAÇÃO DE TRANSPARÊNCIA COM O MERCADO.

O BANCO RECONHECE, ASSIM, A IMPORTÂNCIA DA OPINIÃO DE ENTIDADES INDEPENDENTES, VALORIZANDO O SEU POTENCIAL PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA RELAÇÃO DE CONFIANÇA COM OS CLIENTES.

ENQUANTO INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE REFERÊNCIA, A SUA REPUTAÇÃO TEM VINDO A ALCANÇAR UM PATAMAR QUE PROPICIA A CONSOLIDAÇÃO DA MARCA NO MERCADO ANGOLANO, E, SIMULTANEAMENTE, FACILITA A ADAPTAÇÃO AOS CONSTANTES DESAFIOS.”

IVO SÃO VICENTE
ADMINISTRADOR EXECUTIVO

BANCO DO ANO 2017



MELHOR PROVEDOR DE TRADE FINANCE



MELHOR BANCO DE INVESTIMENTO



4º ANO CONSECUTIVO

MELHOR PROVEDOR DE TESOURARIA E GESTÃO DE CAIXA



3ª DISTINÇÃO NA CATEGORIA

MELHOR BANCO DE INVESTIMENTO



6º ANO CONSECUTIVO

MELHOR RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS



O ANO DE 2017 FICOU MARCADO PELA CONSOLIDAÇÃO DO CRESCIMENTO DO BANCO, PERSPECTIVANDO-SE UM CRESCIMENTO SUSTENTADO PARA O FUTURO.

O DESEMPENHO OBTIDO PELO STANDARD BANK DE ANGOLA NO DECORRER DO EXERCÍCIO DE 2017 FOI DEVIDAMENTE RECONHECIDO POR UM CONJUNTO DE INSTITUIÇÕES DE REFERÊNCIA, QUE O DISTINGUIRAM PELA SUA PERFORMANCE EM 6 DIFERENTES CATEGORIAS.

Standard Bank

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

A REVOLUÇÃO DIGITAL ESTÁ A TRANSFORMAR A SOCIEDADE E, CONSEQUENTEMENTE, A ACTIVIDADE BANCÁRIA PARA A MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE EXCELÊNCIA AO CLIENTE, É IMPERATIVA UMA ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTO TECNOLÓGICO.



A IMPORTÂNCIA DA DIGITALIZAÇÃO



Os Clientes constituem o elemento fundamental de toda a actividade do Banco, pelo que a correcta avaliação dos seus comportamentos é decisiva para a prestação de um serviço de excelência.

A revolução digital que ocorre nos nossos dias, aumenta a exigência dos Clientes que, cada vez mais, procuram soluções inovadoras que lhes tragam maior conveniência, verificando-se uma crescente adopção da banca digital.

Se, por um lado, as inovações tecnológicas podem funcionar como um incentivo para o estabelecimento de serviços bancários mais seguros, transparentes, eficientes; por outro são levantadas preocupações relativamente à segurança da informação, à confidencialidade dos Clientes ou à capacidade de resposta dos sistemas informáticos.

Por esta razão, o Standard Bank de Angola, que tem o reconhecimento enquanto Banco de cariz digital como um dos seus principais objectivos, iniciou em 2017 um processo de actualização e melhoria dos seus sistemas informáticos, com o objectivo de detectar, evitar e/ou corrigir potenciais ameaças.

Complementarmente, e seguindo a estratégia de digitalização adoptada pelo Grupo Standard Bank, foram também efectuados desenvolvimentos nas plataformas digitais ao serviço dos Clientes, aumentando a qualidade do serviço prestado.

Durante o próximo ano será dado seguimento ao investimento digital iniciado em 2017, mantendo sempre a satisfação do Cliente como centro da estratégia corporativa.

CANAIS DIGITAIS



Actualmente, o processo de digitalização desempenha um papel preponderante no serviço ao Cliente. À data de hoje, os utilizadores têm acesso ilimitado (24 horas / 7 dias por semana) a diversos serviços nos seus dispositivos móveis.

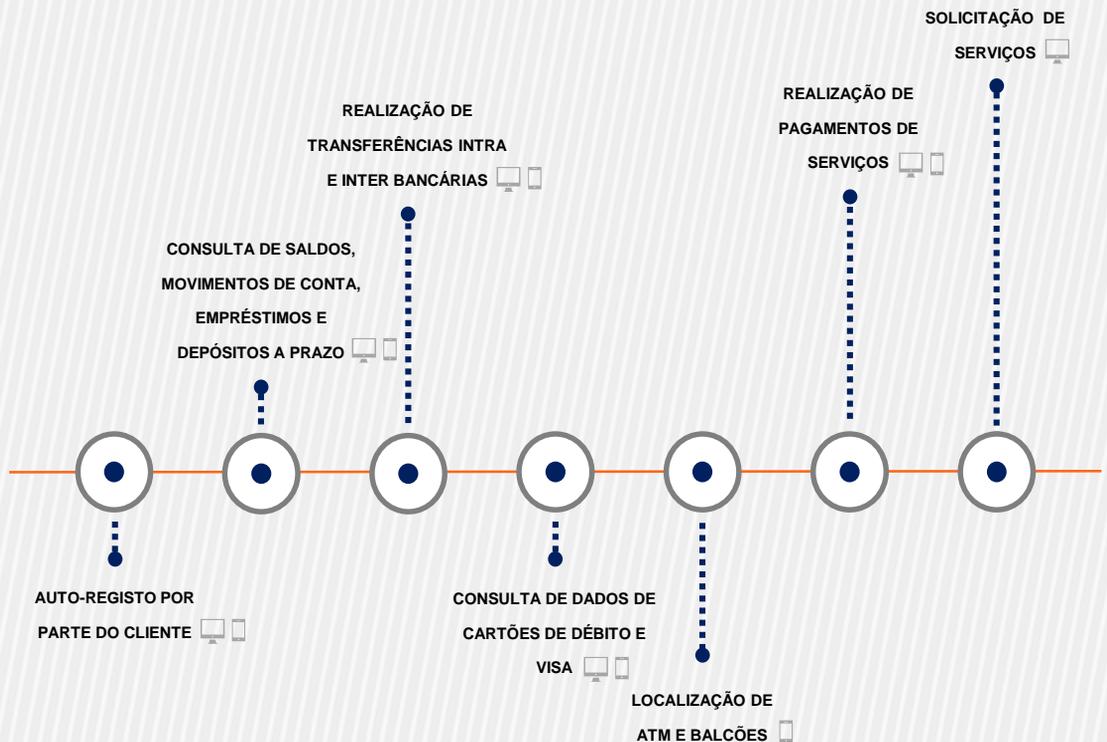
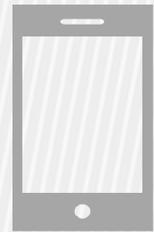
O investimento no reforço e melhoria da infra-estrutura electrónica do Banco, foi uma acção premente em 2017.

Em 2017, o Standard Bank de Angola implementou com sucesso uma plataforma inovadora e totalmente funcional, de *internet* e *mobile banking*. Com este investimento, o Banco pretende responder às expectativas e exigências crescentes dos seus Clientes, oferecendo soluções mais rápidas e robustas, e aumentando, simultaneamente, a eficiência das agências e das actividades de suporte.



O **internet banking** permite que os Clientes giram as suas finanças de forma remota e autónoma, em qualquer momento. Encontra-se subdividida em duas plataformas, “*E-Banking*” e “*Netplus*”, direccionadas para Clientes particulares e Clientes empresa, respectivamente, apresentando funcionalidades diferenciadas.

O desenvolvimento da aplicação de **mobile Banking**, surge na sequência da crescente aceitação deste canal por parte dos Clientes do Banco. Esta aplicação pretende complementar o *internet banking*, concedendo aos Clientes total flexibilidade na gestão das suas operações financeiras.



Legenda: Funcionalidades *internet banking* Funcionalidades *mobile banking*

CANAIS DIGITAIS

Por forma a acompanhar e a quantificar o sucesso da implementação das plataformas de *internet e mobile banking* do Standard Bank de Angola, foi efectuado um questionário interno aos Colaboradores, de forma a aferir a sua percepção quanto às funcionalidades das plataformas, enquanto utilizadores finais.

Os resultados deste questionário apresentaram-se bastante positivos, espelhando a utilidade dos serviços lançados pelo Standard Bank de Angola, no mês de Outubro de 2017.



Paralelamente à implementação da plataforma digital de *internet e mobile banking*, o ecossistema digital do Banco é composto por outros indicadores relevantes, nomeadamente:

REDES SOCIAIS

As redes sociais são também parte integrante da estratégia de comunicação do Standard Bank de Angola, sendo o *Facebook* aquela que permite uma maior interacção com os Clientes. Através desta rede social foram partilhadas diversas publicações com o intuito de divulgar o lançamento dos canais digitais.

Durante o ano de 2017, foi também criada uma conta de *Instagram* para partilhar eventos e acções sociais realizadas, e foi mantida a rede social *LinkedIn*, utilizada para promover a identidade corporativa do Banco e dinamizar o processo de recrutamento.

	f	ig	in
Nº DE UTILIZADORES	64.248	162	3.480
ALCANCE P/PUBLICAÇÃO	12.000	-	2.000

TRANSACÇÕES EFECTUADAS

O Standard Bank de Angola pretende que num futuro próximo os Clientes consigam ter acesso *online* à quase totalidade dos seus serviços, promovendo uma maior comodidade e facilidade nas interacções com o Cliente. Em 2017, o montante médio de operações realizadas através dos canais digitais aumentou 54% face ao ano transacto, tendo sido transaccionados 560 mil milhões de AOA (face a 365 mil milhões de AOA em 2016).

SERVIÇOS ADICIONAIS

O Banco tem apostado consecutivamente no aumento da digitalização, com vista a melhorar o serviço prestado aos seus Clientes. A implementação de novas plataformas dedicadas ao envio de extractos bancários, de alertas automáticos por SMS e de pagamento de impostos, *online* são exemplos disso mesmo.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

O exercício de 2017 ficou marcado por um investimento significativo no reforço e melhoria da infra-estrutura electrónica do Banco, de modo a garantir a concretização de quatro objectivos principais, decorrentes dos desafios colocados pela digitalização.

CAPACIDADE DE RESPOSTA DE SISTEMAS E APLICAÇÕES

Por forma a melhorar a infra-estrutura do Banco e garantir a capacidade de resposta dos seus sistemas e aplicações, foram realizadas diversas acções ao longo de 2017, das quais se destacam:

- Substituição de diversos servidores utilizados nas diferentes plataformas;
- Aumento da capacidade das linhas de rede, e instalação de dispositivos de gestão e optimização das mesmas;
- Aumento da capacidade de armazenamento das diferentes aplicações;
- Instalação de novas linhas de rede dedicadas a instituições como o Ministério das Finanças.



CORE BANKING GATEWAY

Com o objectivo de melhorar a *performance* das aplicações do Banco e, por consequência, o serviço prestado aos Clientes, foi implementado um canal intermédio (*middleware*), que permite criar estabilidade sobre a integração entre o sistema *core* do Banco e as restantes aplicações como a de *workflow* de pagamentos.



HOST TO HOST

Por forma a permitir a realização de todas as operações disponíveis na rede multicaixa através das plataformas do Banco, foi efectuada uma parceria com a Empresa Interbancária de Serviços (EMIS) através do *Protocol Real Time*. Desde a implementação deste sistema, já foram realizados mais de 2.000 pagamentos de serviços por parte dos utilizadores.



ACTUALIZAÇÃO DO STANDARD SWIFT

Com o objectivo de garantir o alinhamento com os *standards* definidos pela rede *Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication (SWIFT)* e de assegurar, em simultâneo, a melhoria desta via de pagamento, o *Standard SWIFT* foi alvo de revisão.

Por outro lado, foram criadas novas aplicações de monitorização (*Portnox* e *Forecepoint*), de forma a garantir a segurança nas transacções e gestão da informação.



ROBOTICS PROCESS AUTOMATION (RPA)

A crescente competitividade do sector, aliada aos desenvolvimentos tecnológicos mais recentes, têm levado o Standard Bank de Angola a automatizar parte dos seus processos, com o objectivo de aumentar a eficiência dos mesmos. O investimento tecnológico inerente a esta estratégia de transformação será compensado por um conjunto de benefícios de curto e longo prazo.



O ano de 2017 correspondeu a um ano de consolidação de conhecimentos relativos ao RPA, que permite a robotização de actividades diárias de menor complexidade e de baixo valor acrescentado.

Foram já efectuados testes à fiabilidade desta tecnologia, bem como ponderada a existência de recursos e capacidades internas necessários à sua implementação.

Ao longo do ano o Banco avaliou também a melhor forma de adopção deste *software*, por forma a definir um processo futuro de crescimento e optimização de processos internos.

Para tal, consultou estudos internacionais, elaborou casos de estudo e analisou as melhores práticas de mercado.

ROBOTICS PROCESS AUTOMATION (RPA)

Numa perspectiva de futuro, prevê-se que o RPA possa ser utilizado não apenas na automatização de tarefas rotineiras, mas também como ferramenta diferenciadora, que permita ao Banco um conhecimento mais aprofundado dos seus Clientes, a delineação de ofertas com maior nível de customização e o aumento da satisfação dos Clientes.

2018

IMPLEMENTAÇÃO EFECTIVA DO RPA

FORMAÇÃO AOS COLABORADORES PARA PERMITIR A CORRECTA UTILIZAÇÃO DO SOFTWARE

CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE EXCELÊNCIA I.E., UMA ÁREA DE SUPORTE TRANSVERSAL AO BANCO RESPONSÁVEL POR ESTA TEMÁTICA

PLANO ESTRATÉGICO

Em 2017 foi delineado um plano estratégico para o departamento de IT, com um horizonte temporal de aplicação de 5 anos, que assenta nos seguintes pilares:



FOCO NO CLIENTE



ESTABILIDADE DE SISTEMAS



CAPACIDADE DE RESPOSTA



FORMAÇÃO DE PESSOAS



INOVAÇÃO

Com estes 5 pilares estratégicos, o Standard Bank de Angola pretende manter o reconhecimento no mercado enquanto Banco de cariz digital, sendo capaz de proporcionar soluções de serviços financeiros inovadoras para os seus Clientes.

Em linha com os pilares estratégicos definidos, e sempre com a premissa de providenciar um serviço de excelência ao Cliente, o Banco desenhou os seus objectivos para 2018 garantindo que o cumprimento dos mesmos permita melhorar a sua relação com os Clientes, melhorar a gestão dos seus recursos informativos e implementar iniciativas inovadoras.

CANAIS DIGITAIS

Para o ano de 2018 é esperada a continuação do desenvolvimento dos canais digitais do Banco, fornecendo aos Clientes um conjunto de novas funcionalidades, como a **constituição de depósitos** e a **abertura de conta digital**.

Será igualmente criado, no âmbito das mesmas plataformas, um **sistema de gestão de reclamações**, capaz de monitorizar as diferentes ocorrências.

INFRA-ESTRUTURAS E APLICAÇÕES

O Banco irá também prosseguir com o investimento nas infra-estruturas e aplicações adjacentes ao sistema *Core*, aumentando a capacidade de armazenagem de dados e melhorando, assim, o serviço prestado aos Clientes. De entre as iniciativas previstas, destacam-se as seguintes:

- **Aperfeiçoamento das interfaces de ATM**, no sentido de reduzir as falhas de sistema;
- Criação de um **workflow para a abertura de conta de Clientes empresa**;
- Melhoria da aplicação de **gestão de pedidos de créditos** diversos, incluindo a automatização da recuperação de crédito;
- **Automatização, via RPA, de processos internos** como o fecho de balcão ou a recuperação de crédito;
- **Integração com aplicações do BNA**;
- Melhoria dos processos de **disaster recovery**;
- **Instalação de balcões digitais**, que incluam máquinas para a realização de depósitos.

OBJECTIVOS PARA 2018

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O SISTEMA DE CONTROLO INTERNO DO BANCO ENCONTRA-SE ALINHADO COM AS MELHORES PRÁTICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, INCORPORANDO POLÍTICAS, PROCESSOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO QUE GARANTEM A SUSTENTABILIDADE DO BANCO.



VISÃO GERAL

A contínua aposta do Standard Bank de Angola no seu Sistema de Controlo Interno, através do aumento da eficácia das políticas, processos e procedimentos de controlo permite ao Banco obter uma maior robustez no desenvolvimento da sua actividade.

Com o principal propósito de gerir e mitigar os potenciais riscos que possam surgir no decorrer da sua actividade, o Sistema de Controlo Interno do Banco encontra-se em conformidade com os princípios estabelecidos no Aviso n.º 02/2013 do BNA e alinhado com as melhores práticas internacionais.

O Standard Bank de Angola detém um Sistema de Controlo Interno composto pelas funções que definem as 3 linhas de defesa do Banco – 1) Colaboradores, direcções e órgãos de estrutura, 2) *Compliance* e gestão de risco e 3) Auditoria interna – as quais, de forma articulada, identificam, avaliam, monitorizam e comunicam os potenciais riscos inerentes à actividade do Banco.

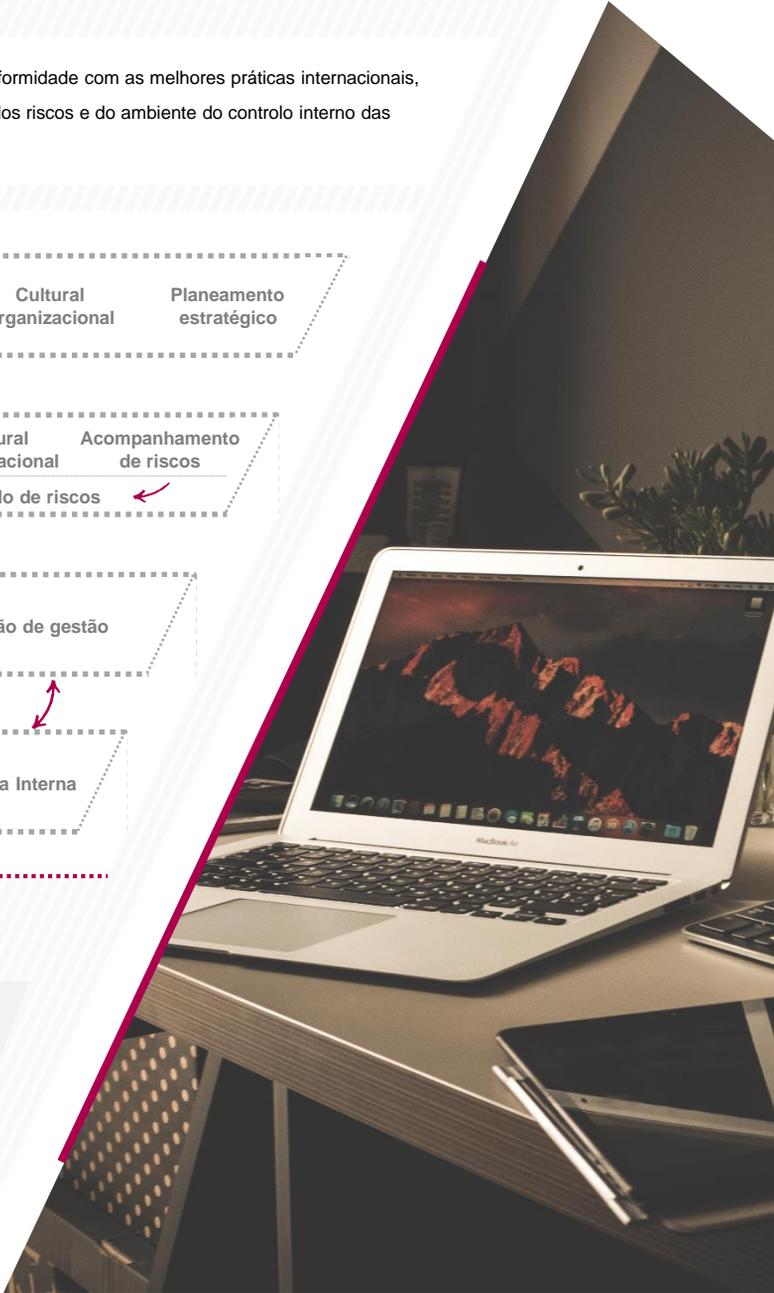
Por forma a alcançar um Sistema de Controlo Interno em conformidade com as melhores práticas internacionais, deve ser efectuada uma monitorização e avaliação contínua dos riscos e do ambiente do controlo interno das actividades do Banco.



REPORTING

RELATÓRIOS:

- Contributo de *compliance*
- Contributo da gestão de risco
- Contributo da Auditoria Interna
- Opinião Global da Administração



VISÃO GERAL

O Standard Bank de Angola continua a implementar processos e políticas no âmbito do Sistema de Controlo Interno de modo a acompanhar o crescimento da actividade, e assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos e operacionais, salvaguardando a segurança da actividade.

As políticas e processos instruídos no âmbito do Sistema de Controlo Interno do Banco, respeitam os princípios estabelecidos no Aviso n.º 02/2013, de 19 de Abril, do BNA, mais propriamente no artigo 4.º e artigo 5.º.

Ainda no âmbito deste aviso, o Sistema de Controlo Interno do Banco opera sob 3 linhas de defesa distintas assegurando a gestão e monitorização dos riscos da actividade do Banco.

Os processos e políticas implementados complementam as estratégias e sistemas de controlo interno do Standard Bank de Angola que em conjunto salvaguardam o seguinte:

-  Garantir o cumprimento das normas e regulamentos;
-  Proteger os activos do Banco;
-  Prevenir e detectar fraudes e erros;
-  Criar um sistema de reporte cada vez mais robusto;
-  Assegurar o registo apropriado das transacções nos registos contabilísticos, que por sua vez permite a preparação de demonstrações financeiras fidedignas.

LINHA DE DEFESA

1ª

• TODOS OS COLABORADORES, DIRECÇÕES E ÓRGÃOS DE ESTRUTURA

2ª

• COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCO

3ª

• AUDITORIA INTERNA

A primeira linha de defesa executa os controlos de primeiro nível, sendo estes controlos definidos, monitorizados e avaliados pela segunda linha de defesa. A terceira linha de defesa avalia a eficácia e adequação de todo o Sistema de Controlo Interno, face à actividade do Standard Bank de Angola.

Nestes termos, por forma a garantir a independência e uma linha de reporte independente, as funções de controlo reportam ao Conselho de Administração, Comité de Auditoria, Comité de Risco e Comissão Executiva.



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Reporte Trimestral)

COMITÉ DE AUDITORIA
(Reporte Trimestral)

COMITÉ DE RISCO
(Reporte Trimestral)

COMISSÃO EXECUTIVA
(Reporte Mensal)

As funções e respectivos reportes asseguram o desenvolvimento e a melhoria contínua das actividades no âmbito do Sistema de Controlo Interno, aumentando a eficácia do Banco na minimização de potenciais perdas decorrentes de riscos.

Suportado por uma estrutura e cultura claras de controlo interno, o Sistema de Controlo Interno do Standard Bank de Angola coloca em prática as actividades de gestão de riscos, de monitorização, comunicação, e reporte, assegurando deste modo, a sustentabilidade da actividade, tendo por base uma melhoria permanente e contínua da sua prática.

FUNÇÃO DE AUDITORIA INTERNA

A missão da função de auditoria interna consiste em fornecer uma garantia independente e objectiva sobre a adequação da governação e eficácia dos controlos implementados para a gestão e mitigação dos riscos associados à actividade do Banco, bem como prestar serviços de consultoria com vista à introdução de melhorias e ganhos de eficiência nos processos e procedimentos em vigor.

A independência da função é garantida através do reporte directo ao Comité de Auditoria do Banco, dirigido por um administrador independente e complementado pelos membros do Conselho de Administração, apenas responsáveis por assuntos de natureza administrativa.

Adicionalmente a função de auditoria interna reporta igualmente ao grupo de auditoria interna do Grupo Standard Bank com sede em Joanesburgo, África do Sul, para questões de natureza técnica e administrativa.

RESPONSABILIDADES

- ✓ Avaliar os processos de governação do Banco, incluindo os princípios de ética e conduta em vigor, com vista à salvaguarda de activos, protecção da reputação do Banco e sustentabilidade do negócio e da organização;
- ✓ Executar uma avaliação objectiva da efectividade da gestão do risco, do Sistema de Controlo Interno e da função de *compliance*;
- ✓ Verificar a existência de oportunidades de melhoria no processo de governação de risco;
- ✓ Analisar e avaliar de forma contínua os processos das áreas de negócio e seus procedimentos de controlos;
- ✓ Actuar como uma fonte de informação, quando apropriado, relativamente a situações de fraude, corrupção, comportamentos não éticos e irregularidades.

PLANO ANUAL DAS ACÇÕES DE AUDITORIA

Anualmente é aprovado o plano de acções de auditoria, que se rege pelos seguintes factores:

- Foco na avaliação de risco de cada um dos processos de forma a determinar quais os riscos a incluir na auditoria anual do Banco e do Grupo Standard Bank;
- Com base na avaliação consolidada de cada risco, as áreas e processos que comportam riscos elevados são seleccionados para inclusão no plano de auditoria anual, assegurando que todos os processos críticos e/ ou aqueles identificados como de elevado risco, são avaliados com uma periodicidade mínima trianual;
- Garantia de que o plano de auditoria do Banco em Angola está coordenado com o plano anual de auditoria do Grupo Standard Bank, bem como com a estratégia de negócio, contribuindo para o esforço de cumprimento das metas estratégicas e garantindo que todos os desafios de *Governance*, gestão de risco e Sistema de Controlo Interno associados são efectivos.

ACÇÕES DE ACOMPANHAMENTO

Com o intuito de controlar o seu grau de implementação, apurar desvios e definir medidas correctivas quando necessário, a equipa de Auditoria Interna efectua o acompanhamento regular das acções acordadas para resolução das constatações identificadas no decorrer das várias acções de auditoria.

2017 EM ANÁLISE

- 8** auditorias realizadas em 2017
- 80%** de *audit findings* por mitigar, face a 2016
- +2** *audit findings* com resolução fora de prazo, face a 2016

12 Auditorias a realizar em 2018
(+25% face a 2016
+50% face a 2017)

FUNÇÃO DE GESTÃO DE RISCO

A função de gestão de risco do Banco, enquanto linha secundária de defesa, visa garantir uma gestão integrada dos diversos riscos a que o Banco se encontra exposto. O objectivo primordial da função é o de mitigar o impacto de eventos de risco, internos ou externos, na *performance* do Standard Bank de Angola.

A Direcção de Risco apresenta sob sua responsabilidade directa a gestão dos riscos de crédito, risco de mercado e risco operacional (incluindo o risco reputacional, risco de continuidade de negócios, risco de informação, risco gestão de coberturas, risco de *compliance* e risco de fraude). Os riscos remanescentes são geridos directamente por outras áreas do Banco, como a Direcção Financeira que assume a gestão do risco de liquidez, taxa de juro e património.

Ainda assim, a Direcção de Risco pode intervir em operações, projectos ou decisões, onde exista potencial risco financeiro ou outro. Desta forma, a função de risco é um membro activo e obrigatório nos comités que reportam à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração.



RESPONSABILIDADES

A função de gestão de risco define a estrutura de gestão de risco do Banco, bem como as políticas subjacentes, aprovando os riscos assumidos e proporcionando uma visão objectiva e completa da eficácia da gestão de risco da primeira linha de defesa.

- ✓ Elaborar/ recolher modelos, metodologias, dados e informação, interna e externa a servir de suporte à tomada de decisão e avaliação de risco;
- ✓ Aconselhar as unidades de negócio e o Conselho de Administração em relação a políticas e práticas de gestão de risco a adoptar;
- ✓ Definir indicadores e limites de risco;
- ✓ Realizar mensurações periódicas dos diversos riscos do Banco, tanto numa perspectiva quantitativa como qualitativa;
- ✓ Realizar testes de *stress*;
- ✓ Identificar debilidades no modelo de gestão de risco e formular e implementar as respectivas medidas correctivas;
- ✓ Documentar os processos associados à sua intervenção;
- ✓ Monitorizar o cumprimento dos limites definidos dos diversos riscos, bem como a efectivação do modelo de gestão de risco;
- ✓ Comunicar transversalmente o perfil de risco assumido, os riscos mais emergentes e respectivas acções de mitigação;
- ✓ Elaborar documentos periódicos referentes ao perfil de risco e ao modelo de gestão de risco.

FUNÇÃO DE COMPLIANCE

Esta função tem como propósito alinhar processos e assegurar o cumprimento de normas e procedimentos por meio de um ambiente de controlo eficaz, preservando a reputação do Banco. A sua missão é zelar pelo cumprimento de leis, normas internas e ainda, pelo cumprimento dos mais altos padrões éticos. A consciencialização de implementação de uma cultura de *compliance* transversal à estrutura do Standard Bank de Angola é uma ferramenta fundamental para a prevenção de actividades e condutas que podem pôr em risco o Banco, os Clientes, os Colaboradores, os Parceiros e os Accionistas.

Paralelamente ao reporte efectuado junto do Grupo Standard Bank de Angola, a função de *compliance* reporta, a nível interno, à Comissão Executiva, ao Comité de Gestão de Risco e ao Conselho de Administração.

RESPONSABILIDADES

- ✓ Interagir com entidades reguladoras;
- ✓ Acompanhar o desenvolvimento de nova legislação;
- ✓ Aferir a implementação de controlos e o cumprimento de normas internas e da legislação em vigor;
- ✓ Gerir o *framework* e matriz de gestão de risco de *compliance*;
- ✓ Garantir o cumprimento das políticas sob a sua gestão;
- ✓ Monitorizar a transparência na relação com o Cliente, bem como o processo de gestão de reclamações;
- ✓ Gerir os reportes obrigatórios às entidades reguladoras;
- ✓ Gerir o *Compliance Risk Management Plan*.

No sentido de ir de encontro às exigências do BNA e de outras entidades reguladoras, no que diz respeito à implementação de uma cultura de *compliance*, o Standard Bank de Angola continua a apostar numa abordagem de tolerância zero, à não aderência às formações obrigatórias de *compliance*, assim como, ao cumprimento de políticas e procedimentos. O Banco governa-se por uma cultura de *compliance* e a sua implementação e gestão são visíveis através de (i) Acções de formação e sensibilização e (ii) políticas e procedimentos internos implementados.

ACÇÕES DE FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

As formações e acções de sensibilização são os pilares basilares para a implementação de uma cultura de *compliance* robusta, sendo estas de cariz obrigatório no Standard Bank de Angola.

O objectivo da sua aplicabilidade transversal tem na sua base a compreensão e conhecimento fundamental necessários ao desempenho das responsabilidades dentro do Banco, sendo que as formações podem compreender diversos formatos, nomeadamente, via *e-learning*, presencialmente, auto-estudo e programas de indução.

2017

FORMAÇÕES REALIZADAS VIA E-LEARNING

90% 
TAXA DE SUCESSO

12 FORMAÇÕES

563 COLABORADORES
ELEGÍVEIS EM MÉDIA POR FORMAÇÃO

FORMAÇÕES REALIZADAS PRESENCIALMENTE

95% 
TAXA DE SUCESSO

10 FORMAÇÕES

16 COLABORADORES ELEGÍVEIS
EM MÉDIA POR FORMAÇÃO

FUNÇÃO DE COMPLIANCE

POLÍTICAS E MANUAIS

Por forma a garantir a eficiência efectiva da função, encontram-se agregadas à mesma um conjunto de políticas e manuais vigentes, tais como:

- Manual de *compliance*;
- Gestão de risco de *compliance*;
- Modelo de governação da gestão de risco de *compliance*;
- Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo (BC/FT);
- Gestão de conflito de interesses;
- Privacidade de dados;
- Controlo de abuso de mercado;
- Controlo de práticas anti-concorrenciais;
- Política de interesses comerciais externos;
- Política de transacções a título pessoal - *Personal Account Trading*;
- Política de presentes e entretenimentos;
- Política de informação estritamente necessária;
- *Standards* mínimos de *sanções* – normas operacionais de *Sanções*;
- Política *Chinese Walls* (barreiras de informação);
- Política de *sanções*;
- Processo *Safewatch*;
- Matriz de risco de *compliance* para BC/FT;
- Processo de aprovação de KYC.

PREVENÇÃO DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO (PBC/FT)

SISTEMAS OPERACIONAIS DE PBC/FT

Ao longo dos anos o Banco tem vindo a apostar na optimização de sistemas operacionais de suporte à PBC/FT, assegurando a filtragem e monitorização contínua da actividade transaccional e comportamento dos Clientes do Banco.

Neste sentido, estes sistemas de monitorização identificam, com base em parâmetros e cenários de risco pré-definidos, transacções e comportamentos potencialmente suspeitos, possibilitando uma atempada e efectiva detecção de actividades e transacções que possam configurar a prática de BC/FT.

KNOW YOUR CUSTOMER (KYC)

O Standard Bank de Angola tem implementada uma política rigorosa de KYC, que abrange o conhecimento do Cliente, da sua actividade e da origem dos respectivos fundos. Para além de ser uma medida eficaz de combate às actividades de BC/FT, permite também ao Banco entender as obrigações e necessidades gerais dos seus Clientes.

O principal objectivo consiste em assegurar que todos os Clientes com os quais o Standard Bank de Angola estabelece uma relação de negócio são devidamente identificados e sujeitos a revisões periódicas com base no risco, cumprindo com as obrigações regulamentares estabelecidas.

A adopção de medidas exigentes de KYC não tem por objectivo proibir potenciais Clientes de estabelecer uma relação comercial com o Banco ou de realizar operações, mas sim aplicar medidas que mitiguem os potenciais riscos de BC/FT a que o Banco possa vir a ser exposto.

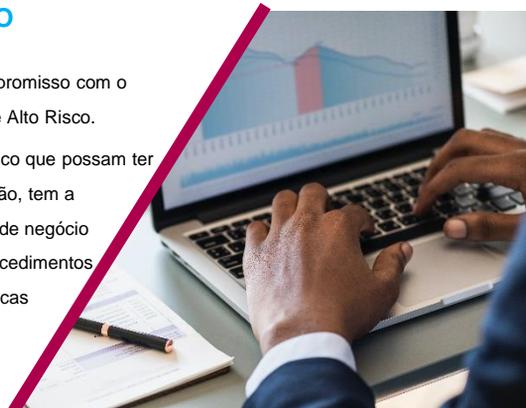
Uma abordagem baseada na monitorização do risco permite ao Banco concentrar-se nos Clientes e operações que potencialmente apresentam maior risco, possibilitando uma eficiente prevenção e detecção de operações ou actividades que possam configurar a prática de BC/FT. Tal não significa que os relacionamentos não identificados como sendo de risco alto sejam ignorados.

FUNÇÃO DE COMPLIANCE

COMITÉ DE ACEITAÇÃO DE CLIENTES DE ALTO RISCO

Ao longo de 2017 a administração do Standard Bank de Angola reforçou o seu compromisso com o cumprimento das regras de PBC/FT, através do Comité de Aceitação de Clientes de Alto Risco.

O Comité de Aceitação de Clientes de Alto Risco visa analisar os Clientes de alto risco que possam ter um impacto na reputação do Banco. Nestes termos, este comité, no acto de avaliação, tem a prerrogativa, não só, de decidir o início, encerramento e/ou manutenção da relação de negócio com determinado perfil de Cliente, bem como, solicitar a revisão de processos e procedimentos afectos ao perfil de Clientes de alto risco, analisando e propondo alterações às políticas existentes, e sistemas em uso.



CLIENTES DE ALTO RISCO SUBMETIDOS AO COMITÉ NO EXERCÍCIO DE 2017

No decorrer de 2017 foram submetidos ao presente comité, não só os Clientes particulares e empresas de alto risco que apresentaram a sua intenção de abertura de conta com o Standard Bank de Angola, como também, os Clientes pré-existent de alto risco, nomeadamente:



Para o exercício de 2017, foram submetidos e avaliados pelo comité, aproximadamente 216 Clientes, tendo sido alvo de encerramento das contas por incompatibilidade de regras de *compliance*, 4 Clientes.

LISTAS INTERNACIONAIS DE SANÇÕES E PEP

O Standard Bank de Angola, bem como o Grupo Standard Bank reconhecem o regime de sanções e efectuam a monitorização contínua - *Customer Due Diligence* (CDD) através dos seus sistemas, tanto a nível de pagamentos, como nos seus processos de abertura de conta. Para execução do processo, são reconhecidas as seguintes listas internacionais de PEP:

- *HTM: Her Majesty's Treasury* (UK);
- *EU: European Union*;
- *OFAC: Office of Foreign Assets Control* (US);
- *UNSC: United Nations Security Council*;
- *MINEFI: French Ministry of Economics, Finances and Industry*.

Destaca-se que este reconhecimento não afasta a inclusão e reconhecimento de outra lista que o Estado angolano venha a considerar

REPORTE DE OPERAÇÕES SUSPEITAS

De acordo com a legislação sobre o combate ao BC/FT, no âmbito da obrigação de reporte, o Standard Bank de Angola comunicou à UIF 41 operações suspeitas de estarem relacionadas com práticas de branqueamento de capitais, essencialmente por execução de transacções fora do perfil financeiro inicialmente declarado pelos Clientes.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES EM 2017

ASSEMBLEIA NACIONAL

Lei n.º 07/2017, de 16 de Fevereiro	Lei da protecção das redes e sistemas informáticos
Lei n.º 09/2017, de 13 de Março	Lei geral da publicidade
Lei n.º 10/2017, de 13 de Setembro	Lei de alteração à lei das micro, PME
Lei n.º 14/2017, de 7 de Agosto	Lei geral dos arquivos
Lei n.º 18/2017, de 17 de Agosto	Lei que altera o código geral tributário (n.ºs 2 e 3 do artigo 55.º e artigo 59.º)
Lei n.º 19/2017, de 25 de Agosto	Lei sobre a prevenção e o combate ao terrorismo
Lei n.º 20/2017, de 31 de Agosto	Lei que altera o regime jurídico da identificação civil e emissão do bilhete de identidade

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 01/2017, de 3 de Janeiro	Regras anuais de execução do orçamento geral do estado
Decreto Leg. Presidencial n.º 01/2017, de 20 Junho	Regime de reporte fiscal de informações financeiras no âmbito do FATCA
Decreto Leg. Presidencial n.º 02/2017, de 9 Agosto	Regime jurídico das sociedades gestoras de capitais
Decreto Presidencial n.º 24/2017, de 17 de Fevereiro	Regimento interno do conselho nacional de estabilidade financeira
Decreto Presidencial n.º 28/2017, de 22 de Fevereiro	Lista de trabalhos proibidos ou condicionados às mulheres
Decreto Presidencial n.º 30/2017, de 22 de Fevereiro	Lista de trabalhos proibidos ou condicionados a menores
Decreto Presidencial n.º 31/2017, de 22 de Fevereiro	Regulamento do regime jurídico de cedência temporária de trabalhadores
Decreto Presidencial n.º 40/2017, de 6 de Março	Paradigmas dos contratos de trabalho por tempo determinado e por tempo indeterminado
Decreto Presidencial n.º 43/2017, de 6 de Março	Regula o exercício da actividade profissional do trabalhador estrangeiro não residente
Decreto Presidencial n.º 75/2017, de 7 de Abril	Regulamento procedimentos administrativos de licenciamento de importações e (re)exportações
Decreto Presidencial n.º 115/2017, de 8 de Junho	Aprova as instruções para a elaboração do orçamento geral do estado para 2018
Decreto Presidencial n.º 125/2017, de 12 de Junho	Regulamento sobre o registo dos actos relativos aos direitos de autor e conexos
Decreto Presidencial n.º 151/2017, de 4 de Julho	Alteração ao artigo 75.º do regulamento do regime jurídico de estrangeiros
Decreto Presidencial n.º 152/2017, 15 de Abril	Regulamento da lei da nacionalidade
Decreto Presidencial n.º 193/2017, de 22 de Agosto	Regulamento do licenciamento dos estabelecimentos e actividade comercial e serviços mercantis
Decreto Presidencial n.º 202/2017, de 6 de Setembro	Cria sistema nacional de contratação pública electrónica e aprova o respectivo regulamento

COMISSÃO DO MERCADO DE CAPITAIS

Regulamento n.º 01/2017, de 7 de Dezembro	Estabelece os requisitos e procedimentos relativos ao registo dos responsáveis com função de gestão relevante nas instituições financeiras não bancárias ligadas ao mercado de capitais e ao investimento, bem como dos directores e gerentes das sucursais ou dos escritórios de representação
Regulamento n.º 02/2017, de 7 de Dezembro	Disciplina os mercados regulamentados, a estrutura de acesso aos referidos mercados, define os valores mobiliários passíveis de serem admitidos à negociação e regula o processo de registo

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES EM 2017

ÓRGÃOS MINISTERIAIS

Decreto Executivo n.º 67/2017, de 14 de Fevereiro	Novo formulário de declaração aduaneira (DU) para a tributação de mercadorias
Decreto Executivo n.º 249/2017, de 25 de Abril	Regulamento da auditoria ambiental para a certificação
Decreto Executivo n.º 290/2017, de 11 de Maio	Regulamento sobre os procedimentos de arbitragem e Código de Ética e Deontologia dos árbitros
Decreto Executivo n.º 293/2017, de 30 de Maio	Regulamento sobre a emissão, atribuição e uso do alvará industrial
Decreto Executivo n.º 338/2017, 12 de Julho	Regulamento aplicável aos cartórios notariais de competência especializada e privativos
Decreto Executivo n.º 345/2017, de 14 de Julho	Aprova o modelo de título de registo automóvel e o modelo único de requerimento de registo
Decreto Executivo n.º 363/2017, de 26 de Julho	Regime jurídico da tramitação e registo electrónico dos procedimentos e processos tributários
Decreto Executivo n.º 365/2017, de 27 de Julho	Normas sobre a arrecadação de receitas públicas
Decreto Executivo n.º 366/2017, de 27 de Julho	Regime jurídico do número de identificação fiscal (NIF)
Decreto Executivo n.º 660/2017, de 27 de Novembro	Taxa de circulação e fiscalização de trânsito
Decreto Executivo n.º 662/2017, de 12 de Dezembro	Determina a aplicação acordos de isenção vistos com as repúblicas da África do Sul e Moçambique
Decreto Executivo n.º 667/2017, de 14 de Dezembro	Regulamento da inspecção da segurança social

BANCO NACIONAL DE ANGOLA

Aviso n.º 01/2017, de 3 de Fevereiro	Procedimentos para a realização de investimentos, transferências de capitais, juros, dividendos e outros rendimentos relacionados com transacções de valores mobiliários por parte de entidades não residentes cambiais, admitidos à negociação na Bolsa da Dívida e de Valores de Angola e demais mercados regulamentados geridos por sociedades gestoras registadas na Comissão do Mercado de Capitais
Aviso n.º 02/2017, de 3 de Fevereiro	Regras aplicáveis à abertura e movimentação de contas de depósito domiciliadas junto das instituições financeiras bancárias nacionais, tituladas por não residentes cambiais, denominadas em moeda nacional e estrangeira
Aviso n.º 03/2017, de 30 de Março	Estabelece as regras e os procedimentos aplicáveis à isenção de cobrança de comissões, bem como os deveres de informação a observar no âmbito dos serviços mínimos bancários
Aviso n.º 04/2017, de 28 de Junho	Estabelece as regras e os procedimentos a observar na realização de operações cambiais destinadas à recepção de receitas de exportação e reexportação de mercadorias na República de Angola
Aviso n.º 05/2017, de 10 de Julho	Regulamenta as actividades de emissão, aceitação e utilização de cartões de pagamento e os princípios de funcionamento do subsistema multicaixa
Aviso n.º 06/2017, de 10 de Julho	Define os níveis de serviços das operações em tempo real da rede multicaixa
Aviso n.º 07/2017, de 12 de Setembro	Regulamenta a prestação de serviços de pagamentos no âmbito do Sistema de Pagamentos de Angola (SPA)
Aviso n.º 08/2017, de 12 de Setembro	Regula a classificação dos subsistemas de compensação e de liquidação SPA, tendo em vista a adopção de mecanismos de controlo de riscos, bem como dispor sobre o funcionamento e operacionalização dos referidos subsistemas, e sobre as responsabilidades dos respectivos operadores

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES EM 2017

BANCO NACIONAL DE ANGOLA (Cont.)

Aviso n.º 09/2017, de 12 de Setembro	Estabelece os prazos para a execução de transferências e de remessas de valores, bem como para a disponibilização de fundos ao beneficiário, em resultado de depósitos de numerário e de cheques, de transferências ou de remessas de valores
Instrutivo n.º 01/2017, de 10 de Janeiro	Estabelece limites valor para emissão de cheques, compensação no STC e liquidação por bruto no SPTR
Instrutivo n.º 02/2017, de 30 de Janeiro	Estabelece a obrigatoriedade de realização dos testes de esforço, nomeadamente os riscos a considerar, a tipologia e periodicidade, as metodologias e a prestação de informação
Instrutivo n.º 03/2017, de 30 de Janeiro	Prestação de informação sobre limites prudenciais aos grandes riscos
Instrutivo n.º 04/2017, de 3 de Fevereiro	Operações de mercadorias - suspensão temporária da aplicação dos números 3 e 5 do artigo 14.º do Aviso n.º 19/2012, de 25 de Abril
Directiva n.º 01/DMA/2017	Facilidades Permanentes de Cedência (FCO) e de Absorção de Liquidez (FAO) - taxas de juros das operações
Directiva n.º 02/DMA/2017	Taxa Básica de Juro do BNA
Instrutivo n.º 05/2017, de 1 Dezembro	Revogação do Instrutivo n.º 12/2015 e dos pontos 4.1.4, 4.1.5, 4.1.6 e 4.1.7 do Instrutivo n.º 10/2015, de 04 de Junho
Instrutivo n.º 06/2017, de 1 Dezembro	Actualização das normas de apuramento e cumprimento das Reservas Obrigatórias
Directiva n.º 08/DMA/2017	Taxa Básica de Juro do BNA e Taxas de Juro das Operações de Facilidades Permanentes de Cedência (FCO) e de Absorção de Liquidez (FAL7 e FAO)



MODELO DE GESTÃO DE RISCO

O STANDARD BANK DE ANGOLA IMPLEMENTOU UM MODELO DE GESTÃO DE RISCO CONSISTENTE, BASEADO EM CRITÉRIOS BEM DEFINIDOS QUE PERMITEM MITIGAR OS DIFERENTES RISCOS DECORRENTES DA SUA ACTIVIDADE, AUMENTANDO A SUA EFICÁCIA E MINIMIZANDO POTENCIAIS PERDAS.



VISÃO GERAL

O Standard Bank de Angola mantém uma forte cultura de gestão de risco, na qual a resiliência é a principal prioridade para a gestão efectiva do risco.

O Banco monitoriza, gere e mitiga os riscos a que se encontra exposto, tendo por base princípios de consistência, rigor e transparência. Deste modo, rege-se por um modelo de gestão de risco que garante um equilíbrio entre o risco e a rentabilidade, sendo este definido de acordo com o perfil conservador do Banco e com a adequada relação entre os capitais próprios e a actividade desenvolvida.

O modelo de gestão de risco tem por base uma estrutura organizativa clara, em que todas as unidades de negócio participam de forma estruturada no reporte e medição dos riscos decorrentes de factores externos ou internos que impactam a actividade do Banco.

Os diferentes tipos de risco, tanto actuais como potenciais, são identificados, avaliados, acompanhados e mitigados com uma periodicidade regular e, consequentemente, sendo produzidos relatórios periódicos, avaliando a materialidade dos riscos detectados. Estes relatórios não só cumprem com os requisitos internos do Banco, como também com as imposições estabelecidas na política de risco do Grupo Standard Bank.

De acordo com a estrutura do Banco, o Conselho de Administração é o responsável máximo pelo sistema de gestão de riscos do Banco, suportado por cada Director responsável pela sua linha de actuação, garantindo um desenho adequado e a operacionalidade dos controlos, com base nos requisitos e orientações do Grupo Standard Bank e tendo em conta os Avisos n.º 01 e 02/2013 do BNA.

Note-se que os riscos contemplados no modelo de gestão de risco - risco de mercado, risco de crédito, risco operacional, risco de taxa de juro, risco de liquidez, risco de *compliance* e risco reputacional - são materialmente relevantes para o Banco.



O modelo de gestão de risco do Standard Bank de Angola é transversal a todo o Banco, actuando tanto nas suas áreas de negócio, como nas áreas de suporte.

Deste modo, a articulação entre os diversos intervenientes do Banco, através da uma estrutura devidamente delineada, permite a eficácia dos procedimentos de mitigação de risco.

Adicionalmente, o alinhamento e aplicabilidade do modelo de gestão de risco com o Sistema de Controlo Interno do Banco, mais concretamente, com as suas linhas de defesa, permitem minimizar os impactos dos riscos detectados.

Neste sentido, o modelo de gestão de risco do Standard Bank de Angola requer o desenvolvimento de actividades periódicas de identificação, avaliação, acompanhamento e mitigação dos riscos identificados.

GOVERNAÇÃO E ESTRUTURA DE GESTÃO DE RISCO

A estrutura organizativa do Standard Bank de Angola assenta numa gestão de riscos avançada que preserva a independência da função de gestão de risco e mantém a proximidade junto das áreas de negócio de onde os riscos são originados.

A presente estrutura promove uma eficiente gestão de riscos ao garantir que as actividades façam parte do plano e responsabilidades de cada área. Neste sentido, o Standard Bank de Angola detém um conjunto de políticas e procedimentos de governação para cada tipologia de risco que permitem alinhar as actividades a ser desenvolvidas.

O Conselho de Administração é apoiado nesta responsabilidade pelo Director de Risco, que faz parte do órgão independente responsável pela função de gestão de risco do Banco.



O MODELO DE GESTÃO DE RISCO E ORGANIZAÇÃO

O modelo de gestão de risco constitui parte integrante do Sistema de Controlo Interno estando organizado em conformidade com as suas linhas de defesa. Estas linhas de defesa têm actividades ao nível da gestão de riscos que garantem que os riscos são identificados e mitigados com a maior brevidade possível e o mais próximo da fonte de origem.

No âmbito do modelo de gestão de risco, determina-se que a **primeira linha de defesa** é a principal responsável pela gestão de risco do Banco, sendo a apreciação, avaliação e mensuração de riscos um processo contínuo que está integrado nas actividades quotidianas do negócio.

As responsabilidades da **segunda linha de defesa** compreendem a definição da estrutura de gestão de risco e políticas, que permitem a supervisão e recolha de informação independente para a gestão executiva através dos comités da Comissão Executiva apresentados acima e para o Conselho de Administração através dos comités de Governação de Crédito e do Comité de Risco de Crédito.

A **terceira linha de defesa** averigua a eficácia do Sistema de Controlo Interno como um todo, bem como de cada componente do mesmo. Desta forma, a terceira linha de defesa fornece uma avaliação independente da adequação e eficácia do quadro global de gestão de riscos e relatórios para o Conselho de Administração através do Comité de Auditoria.

GOVERNAÇÃO E ESTRUTURA DE GESTÃO DE RISCO

ACTIVIDADES INERENTES AO MODELO DE GESTÃO DE RISCO

O Modelo de Gestão de Risco do Standard Bank de Angola compreende as actividades de identificação, avaliação, acompanhamento e mitigação dos actuais e potenciais riscos, de forma contínua.

IDENTIFICAÇÃO

As actividades de identificação de riscos têm técnicas específicas definidas e têm por base a disponibilização de informação actualizada e correcta. Neste sentido, encontra-se definida uma estratégia de detecção de riscos e processos inerentes à mesma. Os processos são desenvolvidos analisando a informação recolhida das diversas áreas e tendo em consideração os indicadores e limites de risco do Standard Bank de Angola.

AVALIAÇÃO

Os riscos identificados são posteriormente hierarquizados de modo a proceder, de forma tempestiva, à sua avaliação. A avaliação desenvolvida encontra-se suportada por modelos de mensuração de risco que contemplam análises qualitativas e quantitativas que, por conseguinte, permitem perceber a probabilidade de ocorrência de perdas e respectiva magnitude. Adicionalmente a avaliação dos riscos inclui a realização de exercícios de testes de esforço.

ACOMPANHAMENTO

De modo a assegurar a sustentabilidade e eficácia do Modelo de Gestão de Risco este é regularmente revisto e actualizado em conformidade com as melhorias identificadas. O acompanhamento da exposição a cada risco encontra-se suportado por um processo sistematizado que inclui a elaboração de relatórios periódicos e tempestivos com base em informação fiável.

MITIGAÇÃO

Após os procedimentos de comunicação dos riscos, são definidos, implementados e executados os controlos adequados à sua mitigação, permitindo a adopção de medidas correctivas face a factores externos ou internos.

RISCO DE MERCADO

A área de risco de mercado, efectua um controlo diário das suas operações, que incluem todos os riscos de mercado relevantes para a actividade do Banco e as respectivas exposições e sensibilidades de risco futuro.

O risco de mercado engloba não só o impacto dos factores de risco sobre o valor de mercado dos instrumentos negociados, mas também o impacto sobre a margem do Banco, como consequência do risco de taxa de juro a que estão sujeitos os activos e passivos da carteira bancária.

A identificação, gestão, controlo, medição e reporte do risco de mercado encontra-se categorizada da seguinte maneira:



RISCO DE MERCADO

Consustancia o risco de uma alteração no justo valor, no valor efectivo de mercado ou nos resultados de uma carteira de instrumentos financeiros, causada por movimentos adversos de variáveis do mercado (i.e. preços de acções, obrigações ou matérias-primas, taxas de câmbio, taxas de juro, *spreads* de crédito, taxas de recuperação e correlações e volatilidades implícitas nas variáveis de mercado).

RISCO DE MERCADO



GOVERNAÇÃO

O Conselho de Administração aprova o apetite de risco de mercado e os requisitos definidos para todos os tipos de risco de mercado e é responsável pela definição de políticas de risco de mercado, de forma a assegurar que a medição, reporte, monitorização seguem uma política de governação comum.

O Conselho de Administração atribui ao ALCO autoridade geral para a gestão da exposição ao risco de mercado, o qual, por sua vez, reporta ao Comité Executivo e ao Comité de Risco do Conselho de Administração.

A unidade de gestão de risco, que é independente das actividades de negociação e que reporta ao ALCO, monitoriza as exposições ao risco de mercado decorrente das actividades do Banco. Esta unidade monitoriza diariamente as exposições e respectivos excessos, reportando mensalmente ao ALCO, e numa base trimestral ao Comité de Gestão de Risco do Conselho de Administração.

Note-se que, posteriormente, a gestão de risco do Standard Bank de Angola está sujeita à supervisão do Grupo Standard Bank, de forma a garantir o cumprimento das suas normas e *standards*.

RISCO DE MERCADO

TÉCNICAS PARA MEDIR E CONTROLAR O RISCO DE MERCADO

POSIÇÃO CAMBIAL DIÁRIA

O Conselho de Administração, sob sugestão do ALCO, define os limites para o nível de exposição por moeda, e para as posições *overnight* de forma agregada. Os limites para as posições *overnight* estão alinhados com o limite para a posição aberta líquida especificada pelo BNA, a qual corresponde normalmente a uma proporção do capital do Banco.

VALUE-AT-RISK (VaR) DIÁRIO

O VaR é uma técnica que estima as perdas potenciais que possam ocorrer em resultado de movimentos do mercado, durante um período de tempo específico e com uma probabilidade pré-determinada. Os limites definidos para o VaR e para a medição do nível de risco encontram-se estipulados para todos os riscos de mercado a que o Banco se encontra exposto. Para chegar a medidas quantitativas para o risco de mercado, o Standard Bank de Angola utiliza, em condições normais de mercado, a abordagem do VaR histórico, que se baseia em correlações históricas e na volatilidade dos preços de mercado. No entanto, a utilização do VaR histórico, por se basear no pressuposto de que a volatilidade e preços futuros vão seguir a distribuição histórica observada, apresenta algumas limitações. Deste modo, surge a necessidade de realizar exercícios de *backtesting* periódicos a esta abordagem. O Banco implementa ainda o VaR normal, assumindo um nível de confiança de 95%. Perdas diárias em montantes superiores ao VaR ocorrem, em média, 13 vezes em cada 250 dias.

BACKTESTING DO VAR

De forma a avaliar a capacidade previsional do modelo e a precisão dos dados por si facultados, o Banco realiza exercícios regulares de *backtesting* do VaR. Nestes exercícios são comparadas as perdas previstas no modelo e as perdas efectivas, através de uma comparação *ex-post* dos lucros e perdas diárias hipotéticas, de acordo com o pressuposto de compra e detenção por 1 dia, seguindo o VaR do dia anterior. Os lucros ou perdas para o *backtesting* baseiam-se nos lucros ou perdas teóricos derivados dos movimentos de mercado (i.e., movimentos cambiais e de taxas de juro) e calculam-se para 250 dias de negociação acumulados, com um intervalo de confiança de 95%.

TESTES DE STRESS

Os testes de *stress* fornecem uma indicação das perdas potenciais que poderiam ocorrer em condições de mercado extremas.

Estes incluem testes individuais aos factores de risco de mercado e a combinações de factores de mercado para classes individuais de activos, mas também uma combinação de simulações históricas e hipotéticas.

MARGEM FINANCEIRA

Consiste numa previsão dinâmica e prospectiva da margem financeira para quantificar a exposição antecipada do Banco à taxa de juro. Envolve a previsão de alterações da estrutura do balanço e dos cenários de taxa de juro, para determinar o efeito que estas alterações possam ter em receitas futuras. A análise é realizada para condições de mercado normais e para condições de mercado extremas.

PV01

O PV01 é uma medida de risco utilizada para avaliar o efeito de uma alteração de um ponto base, numa determinada taxa sobre o preço de um activo. Este limite é definido para as carteiras de rendimento fixo, de negociação no mercado monetário, de negociação de crédito, de derivados e de negociação cambial.

RISCO DE MERCADO

OUTRAS MEDIDAS DE RISCO DE MERCADO

Algumas das medidas de risco de mercado, específicas para as unidades de negócio, incluem a utilização de instrumentos admissíveis, a concentração de exposições ou a automatização dos limites máximo e mínimo para a exposição ao risco de mercado. Por outro lado, apenas produtos que estejam aprovados e correctamente processados poderão ser alvo de negociação.

Os modelos de *pricing* e as métricas de gestão de risco, em vigor no Banco, desenvolvidas pelo Standard Bank de Angola ou por entidades externas, são avaliados de forma independente pela área de risco de mercado, cujo parecer é decisivo para a sua posterior utilização.

Para além disso, estes modelos são também alvo de acções de revisão periódica, de forma a assegurar a permanente aplicabilidade dos mesmos. Do mesmo modo, a área de risco de mercado avalia o preço líquido de fecho do dia dos *inputs* utilizados no *pricing* dos diferentes instrumentos, realizando uma revisão menos razoável dos preços relativos dos instrumentos menos líquidos, numa base quinzenal.

Sempre que sejam identificadas diferenças significativas, são executados os ajustes *mark-to-market* necessários.

MONITORIZAÇÃO E REPORTE

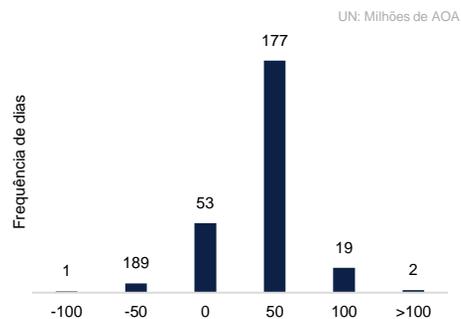
O controlo e acompanhamento do risco de mercado é realizado mensalmente através do ALCO e trimestralmente através do Comité de Risco.

ANÁLISE DO RISCO DE MERCADO EM 2017

O histograma abaixo apresenta a distribuição dos ganhos e perdas diárias relativos ao exercício de 2017. Esta análise revela a volatilidade dos resultados provenientes das actividades de negociação, pormenorizando o número de dias para os quais a receita se fixou dentro dos intervalos assinalados.

Como é visível na figura, a distribuição encontra-se ligeiramente concentrada no lado direito, evidenciando a *performance* positiva do Banco com um rendimento positivo em 198 dos 259 dias analisados.

DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS DE OPERAÇÕES DE NEGOCIAÇÃO



RISCO DE MERCADO

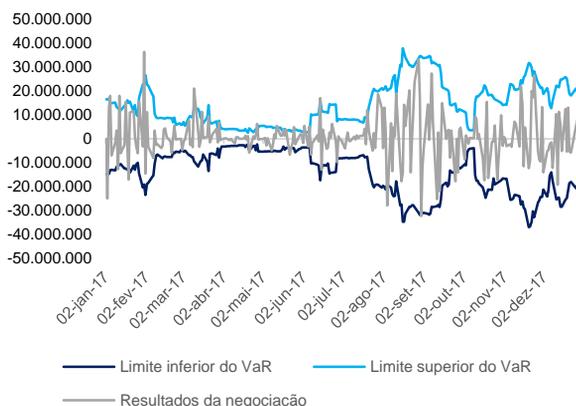
ANÁLISE DO VaR E DO RENDIMENTO REAL

O gráfico à direita analisa a evolução do VaR e do rendimento real da carteira de negociação durante o exercício de 2017.

É notório um crescimento progressivo do VaR ao longo do ano, o que pode ser justificado pelo aumento da exposição cambial do Banco, numa altura em que se perspectiva uma desvalorização futura do kwanza.

Adicionalmente, o VaR normal diversificado ao longo dos diferentes pontos de negociação encontra-se representado na tabela abaixo. Para o exercício de 2017, este indicador oscilou entre os 2,2 e os 37 milhões de AOA, o que representa uma média anual de 14,3 milhões de AOA, traduzindo-se numa base limite de utilização do VaR de 8,2%, em média.

NEGOCIAÇÃO E VAR DIVERSIFICADO NORMAL 2017



VARIAÇÃO DO VAR NORMAL DIVERSIFICADO

	MÁXIMO	MÍNIMO	MÉDIA	2017	2016	LIMITE
NEGOCIAÇÃO TOTAL (BANCO)	36.969	2.189	14.273	18.419	14.520	173.200
NEGOCIAÇÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA	34.553	454	11.654	14.917	10.725	129.800
NEGOCIAÇÃO RENDIMENTO FIXO	9.172	319	3.196	5.363	3.795	113.000

ANÁLISE DO PV01

A tabela abaixo apresenta os valores para o PV01 da carteira de negociação do mercado monetário e da carteira de negociação de rendimento fixo.

A exposição no PV01 da carteira de negociação de rendimento fixo aumentou para 1,13 milhões de AOA, como resultado da compra de obrigações em moeda estrangeira no valor de 26 milhões de USD. Por outro lado, a exposição do PV01 na carteira de negociação do mercado monetário decresceu para 4,1 milhões de AOA, consequência da passagem à maturidade de vários instrumentos, da venda de obrigações do tesouro e da redução da duração das obrigações. Para os casos em que se verificou um valor superior ao estabelecido pelos limites internos, foram obtidas as autorizações adequadas.

VARIAÇÃO DO PV01

	2017	2016	LIMITE
NEGOCIAÇÃO DE RENDIMENTO FIXO	-1.132	-767	-
TAXA DE JURO	-1.134	-931	1.528
NEGOCIAÇÃO MERCADO MONETÁRIO	-4.101	-5.220	4.700

RISCO DE MERCADO

POLÍTICAS DE RISCO DE MERCADO

Para a identificação, monitorização e mitigação do risco de mercado, o Standard Bank de Angola recorre às seguintes políticas:

- **Política de risco de mercado**

Existe risco de mercado sempre que o Standard Bank de Angola tenha posições de negociação, bancárias ou de investimento; assim o âmbito da presente política é de cobrir todo o risco de mercado incluído nos livros de negociação e bancário do Banco.

- **Norma de gestão de risco de mercado**

A norma sobre risco do mercado garante que os riscos do mercado são claramente identificados, avaliados e geridos com prudência, garantindo assim que a mensuração, o reporte, a monitorização e a gestão do mesmo obedece a um quadro de governação comum ao Grupo Standard Bank, em cumprimento com a regulamentação angolana.

- **Procedimento de *backtesting***

O presente documento define o procedimento de *backtesting* do Standard Bank de Angola e deve ser lido em conjugação com a política de risco do mercado, à qual está subordinado.

- **Princípios de VaR**

Os princípios centrais constantes do presente documento devem ser utilizados como base no cálculo do VaR e na elaboração dos correspondentes relatórios visando as actividades de negociação, sendo aplicáveis aos motores VaR existentes e aos novos implementados.

- **Procedimento de testes de *stress***

Este documento define os procedimentos de testes de *stress* que devem ser conduzidos em complemento de outras medidas de análise do risco utilizadas pelo Banco, como o VaR e a sensibilidade a factores de risco do mercado.

2017 EM ANÁLISE

- A experiência de utilização do modelo do VaR saiu beneficiada com a introdução de dados históricos relativos à economia Angolana, que vieram substituir os dados menos precisos anteriormente utilizados como *proxy*;
- A automatização do processo de *dataroll* do VaR contribuiu, por outro lado, para assegurar a fiabilidade dos dados históricos utilizados como *inputs* neste modelo.

FOCO PARA
2018

OPTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS GARANTINDO UMA GOVERNANÇA APROPRIADA

PROMOÇÃO DA DIGITALIZAÇÃO E DE UMA CULTURA INOVADORA

CRIAÇÃO DE UM SISTEMA DE AGREGAÇÃO DE DADOS E DE REPORTE DE RISCO.

RISCO DE CRÉDITO

Num contexto macroeconómico adverso, o risco de crédito assume particular importância, sendo a admissão de novas operações e o acompanhamento das carteiras de crédito de extrema importância, bem como a sua monitorização e a mitigação de quaisquer riscos emergentes.

A gestão de risco de crédito no Standard Bank de Angola fundamenta-se numa abordagem global que abrange cada uma das fases do processo de gestão, nomeadamente, i) análise, ii) aprovação, iii) monitorização e, quando necessário, iv) recuperação. Esta gestão é efectuada mediante a segmentação dos Clientes, i.e. difere entre Clientes particulares e empresa, e tem por base:

i

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito corresponde à probabilidade de incumprimento efectivo da contraparte e é um dos riscos mais relevantes da actividade do Banco. Dada a sua materialidade, a formalização de políticas, procedimentos, metodologias, ferramentas e sistemas torna-se vital para assegurar a estabilidade financeira e a solvabilidade do Banco.

- Sólida estrutura de análise e avaliação de riscos que abrange processos integrados de monitorização diária das exposições creditícias;
- Utilização de sistemas internos de *rating* e *scoring* adequados aos diversos segmentos do negócio e de um modelo de monitorização de portfólio de detecção antecipada de potencial risco de incumprimento;
- Unidades estruturais exclusivamente dedicadas à recuperação de crédito para as situações de incumprimento incorridas;
- Acompanhamento regular da evolução da carteira.

O apetite ao risco de crédito e a necessidade de evitar a concentração do risco leva a que sejam fixados determinados limites de risco pelo Banco, de acordo com a exposição total ao risco de crédito e com a absorção de capital relativo ao total do capital disponível para todas as contrapartes. Estes limites devem ser cumpridos tanto nas medidas de concessão de crédito, como na gestão da carteira de crédito.

Adicionalmente, a chave para um crescimento sustentável e para o aumento da rentabilidade, passa por garantir uma associação entre o apetite de risco e a estratégia definida pelo Banco.

Neste sentido, o ano de 2017 foi um ano para rever o apetite de risco de crédito, o qual deriva de 3 dimensões:



RISCO DE CRÉDITO

AVALIAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

O Standard Bank de Angola detém modelos de *scoring* e *rating* que permitem avaliar a probabilidade de incumprimento de um Cliente a partir de elementos qualitativos e quantitativos, atribuindo-lhe uma notação de risco.

A matriz utilizada pelo Grupo Standard Bank, que tem equivalência para as matrizes internacionais de agências de *rating External Credit Assessment Institutions (ECAI)* é a base desta avaliação.

Os níveis de aprovação são quantificados de acordo com as classes de risco das contrapartes, sendo atribuída uma classificação de risco a cada contraparte com exposição ou limite de risco alocado.

Adicionalmente, a partir de diagnósticos internos e cumprindo as orientações do supervisor em matéria de crédito, o Standard Bank de Angola definiu modelos de avaliação de crédito para atribuição do nível de risco para o segmento de Clientes empresa.

AVALIAÇÃO DE GARANTIAS HIPOTECÁRIAS

O Standard Bank de Angola tem um modelo de avaliação de garantias hipotecárias que depende de pareceres externos especializados efectuadas por peritos designados, em estreito cumprimento com as orientações emanadas pelo BNA nesta matéria, no âmbito do processo de adopção plena das IAS/IFRS.

Para que as garantias sejam consideradas como medidas mitigadoras de risco, as suas avaliações devem ser realizadas de acordo com os métodos de avaliação já aprovados e utilizados pelo Banco.

Sempre que possível, o Banco procura mitigar o risco de crédito identificado para qualquer contraparte, transacção ou sector, uma forma de alcançar um equilíbrio entre risco, custo, utilização de capital e recompensa.

Em circunstância alguma, os valores dos colaterais podem ser influenciados por imperativos de áreas de negócio ou de preço.

APROVAÇÃO DE CRÉDITO

A delegação de poderes definida na norma de crédito do Banco tem por objectivo garantir que as pessoas e comités com qualificações e mandatos adequados cumprem os seus deveres, otimizando a eficiência operacional da concessão, da gestão de contas e da função de cobrança dos departamentos de crédito, assentando os mesmos em sólidos princípios de prudência.

Os poderes são conferidos a cada pessoa individualmente e mantêm-se em vigor enquanto vigorar a sua nomeação para determinado cargo.

A política define ainda a realização de testes regulares (de 2 em 2 anos) para garantir que os mandatos de crédito são alocados a Colaboradores devidamente preparados.



RISCO DE CRÉDITO

PROVISÕES PARA PERDAS DE IMPARIDADE DE CRÉDITO

Como parte integrante do Grupo Standard Bank, o Standard Bank de Angola, executou, ao longo do exercício de 2017, o seu processo de reporte de informação financeira efectuando o cálculo em paralelo dos requisitos entre a norma IAS39 e nova norma IFRS9.

Este processo foi adoptado com o principal intuito de garantir a correcta implementação da IFRS9, que entra em vigor a 1 de Janeiro de 2018. O período de reporte paralelo iniciado a 1 de Janeiro de 2017 e os respectivos resultados serão utilizados para actualizar a metodologia de acordo com a IFRS9, para validar o modelo, para fazer face aos desafios de tratamento de dados e, bem assim, para fomentar o *know-how* relativo às implicações comerciais da adopção desta norma.

O modelo de apuramento de perdas por imparidade teve por base o modelo já existente para reporte das contas para efeitos de consolidação ao Grupo Standard Bank, o qual se traduz na definição de metodologias internas ajustadas ao mercado e com base em dados históricos e características da carteira de crédito.

As orientações do BNA, relativas a informação mínima de metodologia e pressupostos assumidos, foram tidas em consideração no modelo adoptado. Este modelo permite aferir a probabilidade de incumprimento da carteira (*Probability of Default*) e a sua percentagem de perda (*Loss Given Default*).

No caso dos Clientes que se encontram com um incumprimento igual ou superior a 90 dias é realizada uma análise individual que permite determinar o justo valor da carteira de crédito tendo em consideração o valor actual dos *cash-flows* futuros estimados.

De acordo com a legislação, são ainda sujeitos a um processo de análise individual todos os Clientes com uma exposição igual ou superior a 0,5% dos fundos próprios do Banco caso não evidenciem sinais de imparidade ou 0,1% dos fundos próprios do Banco caso detenham sinais de imparidade.

RISCO DE CONCENTRAÇÃO

Além da monitorização da qualidade do crédito, o Standard Bank de Angola avalia e reporta regularmente as grandes exposições de crédito, face ao nível de fundos próprios do Banco de forma a salvaguardar potenciais incumprimentos dos requisitos regulamentares e/ou os limites definidos pelo Conselho de Administração.

MONITORIZAÇÃO E REPORTE DO RISCO DE CRÉDITO

O Standard Bank de Angola desenvolveu ao longo de 2017 um conjunto de iniciativas, de modo a acompanhar a evolução do risco da carteira de crédito, nomeadamente:

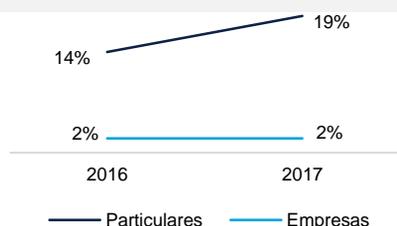
- **Testes de stress:** avaliam individualmente cada Cliente num cenário macroeconómico desfavorável e quantificam os possíveis impactos no desempenho desses Clientes em matéria de qualidade do seu crédito. Estes testes são uma ferramenta-chave de apoio a processos de negócio para efectuar: (i) planeamento estratégico e financeiro; (ii) planeamento de gestão de capital; (iii) planeamento e gestão de liquidez; (iv) actualização e definição do apetite de risco; (v) identificação e mitigação pro-activa de riscos através de limites dinâmicos.
- **Análise/impacto do risco de país à carteira:** estima quais os Clientes da carteira de crédito que terão impacto negativo numa eventual descida da notação de risco do país.
- **Gestão de contratos:** monitoriza continuamente os termos e condições dos contratos celebrados.
- **Avaliação de garantias:** actualiza as avaliações de garantias hipotecárias, em estreito cumprimento com as orientações emanadas pelo BNA.

RISCO DE CRÉDITO

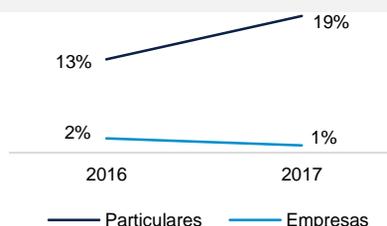
QUALIDADE DE CRÉDITO

2017 EM ANÁLISE

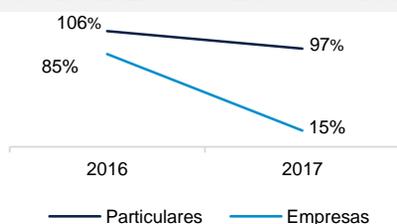
COBERTURA DA CARTEIRA DE CRÉDITO



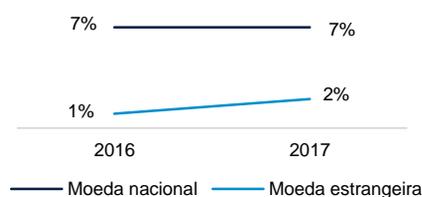
INCUMPRIMENTO SUPERIOR A 90 DIAS



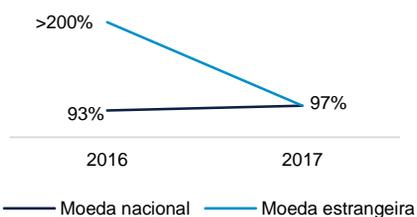
COBERTURA PARA CRÉDITO EM INCUMPRIMENTO SUPERIOR A 90 DIAS



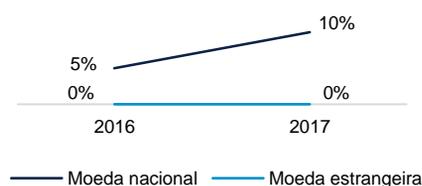
COBERTURA DA CARTEIRA DE CRÉDITO



COBERTURA PARA CRÉDITO EM INCUMPRIMENTO SUPERIOR A 90 DIAS



INCUMPRIMENTO SUPERIOR A 90 DIAS



Nos gráficos acima é apresentada a distribuição por qualidade de crédito medida pelo incumprimento e nível de provisionamento em 31 de Dezembro de 2017.

Em linha com o ambiente macroeconómico desafiante vivido em 2017, o nível de provisionamento do Banco no segmento de Clientes particulares aumentou de 14% em 2016, para 19% em 2017. Contrariamente, o segmento de Clientes empresa manteve o nível de aprovisionamento, fixando-se em 2%.

O rácio de cobertura para crédito em incumprimento superior a 90 dias no segmento de particulares registou um valor de 97%. No segmento de empresas verificou-se novamente um comportamento contrário com o valor do rácio a diminuir de 85% para 15%, em resultado do reforço dos colaterais associados aos créditos em incumprimento bem como da redução do volume de incumprimento.

No incumprimento superior a 90 dias, nos últimos dois anos verificou-se uma estabilidade nos contratos de crédito em moeda nacional, sendo de 10% em 2017 para crédito em moeda estrangeira.

Em todo o caso, o nível de provisionamento manteve-se adequado face à dimensão do incumprimento registado e garante uma protecção adequada da estabilidade do Banco.

RISCO DE CRÉDITO

Relativamente à distribuição da carteira de crédito por nível de risco, o Standard Bank de Angola adoptou os seguintes níveis de qualidade do risco de crédito nos seus activos financeiros:

**60,8 milhões
de AOA**

**RECUPERAÇÕES DE
CRÉDITO (WRITE-
OFF)**

**2.352 milhões
de AOA**

**CRÉDITO
ABATIDO AO
ACTIVO
(WRITE-OFF)**

EXPOSIÇÃO LÍQUIDA POR NÍVEL DE RISCO

UN: Milhares de AOA

	2017	2016
Nível A – Nulo	27.406.527	15.959.489
Nível B – Muito reduzido	7.421.143	32.881.953
Nível C – Reduzido	154.483	311.255
Nível D – Moderado	622.595	189.537
Nível E – Elevado	218.463	133.268
Nível F – Muito elevado	85.295	61.769
Nível G – Risco de perda	613.748	693.987

POLÍTICAS DE CRÉDITO

O Standard Bank de Angola rege-se pela política do Grupo Standard Bank que estabelece e define os princípios e métodos de gestão unificada utilizados na identificação, monitorização e reporte do risco de crédito.

A política do Grupo Standard Bank aplica-se a todas as unidades de negócio, entidades jurídicas e funções de apoio com actividades relacionadas com a gestão de risco de crédito e explicita, entre outros:

- Processos e princípios de avaliação e medição do risco de crédito;
- Delegação de autoridade e poderes na gestão de risco de crédito;
- Definição das principais responsabilidades;
- Estrutura de reporte a utilizar.

Paralelamente a esta política, cada sector de negócio do Banco (PBB e CIB) define políticas internas

que regulam as práticas específicas para os Clientes particulares e empresas auxiliando, deste modo, o processo de decisão de operações da carteira de crédito.

RISCO OPERACIONAL

A função de risco operacional analisa proactivamente as causas dos incidentes de acordo com a metodologia de gestão de incidentes, com as tendências e ameaças emergentes, e efectua recomendações para a remediação de controlos e implementação de melhores práticas, através de auto-avaliações de risco, do controlo às unidades de negócio e da monitorização de *Key Risk Indicators* (KRI).

A gestão de continuidade de negócio também faz parte desta função, identificando potenciais disrupções operacionais e providenciando bases para a mitigação destas lacunas.

O modelo de gestão do Banco prepara a resposta em casos de emergência, bem como a capacidade de resposta em situações de crise do negócio desde a sua ocorrência até à recuperação da operacionalidade das actividades do Banco, dispondo de:

- Mecanismos de mitigação para eventos externos, nomeadamente, mecanismos de segurança física e electrónica eficazes;
- Plano de Continuidade de Negócio (foco em programas de primeiros socorros e evacuação ou centros de dados alternativos);
- Sistemas de detecção de fraude e branqueamento de capitais.



RISCO OPERACIONAL

Incorpora o risco de perdas oriundas da inadequação, ou falha de processos internos, pessoas, sistemas, eventos externos.

Sendo este risco parte natural de qualquer actividade de negócio, o objectivo do Banco consiste na sua monitorização, identificando e mitigando o seu impacto.

GOVERNAÇÃO

A função de risco operacional é independente da gestão do negócio e faz parte da 2ª linha de defesa, sendo responsável por desenvolver e manter o modelo de governação de risco operacional e facilitar a sua adopção.

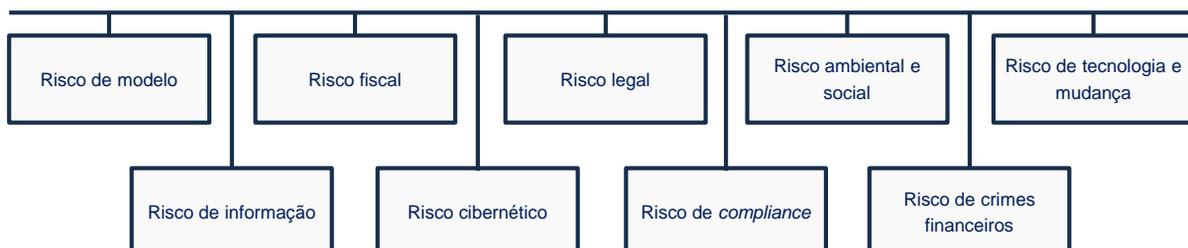
Existem equipas dedicadas a cada unidade de negócio, bem como a áreas de suporte (*i.e.* Direcção de Finanças, de Tecnologias de Informação e de Capital Humano) que facilitam a adopção do modelo de governação de risco operacional.

O Departamento de risco operacional, monitoriza, supervisiona e reporta temas de risco operacional nos seguintes fóruns:

- Gestão de continuidade de negócio;
- Comité de Gestão de Risco (presidido pelo Presidente da Comissão Executiva e em agregação com outros tipos de risco);
- Comissão Executiva.

DIRECÇÃO DE RISCO

DEPARTAMENTO DE RISCO OPERACIONAL



RISCO OPERACIONAL

Para a identificação, monitorização e mitigação do risco operacional, o Standard Bank de Angola recorre a 3 instrumentos de gestão de risco:

- **Política de gestão de incidentes**

Política que regula a identificação, registo, investigação, quantificação e reporte de incidentes de risco operacional e subsequente implementação de medidas correctivas. Os incidentes devem ser reportados em 48 horas e introduzidos numa aplicação informática que permite a sua gestão centralizada.

- **Key risk indicators (KRI)**

Implementação de indicadores-chave de risco operacional que permitem monitorizar adequadamente os níveis de risco a que o Banco se encontra exposto, bem como todos os processos dos controlos implementados.

- **Risk control self-assessment**

Metodologia de auto-avaliação de risco na qual são analisados os processos de negócio para identificar os riscos inerentes e actividades de controlo necessárias para a mitigação desses riscos.

2017 EM ANÁLISE

Por forma a melhorar o seu ambiente de Controlo Interno, reduzindo perdas oriundas de risco operacional, o Banco, em 2017:

- **Investiu na criação de um centro de recuperação** (*Work Area Recovery Site*) que permitirá a continuidade das operações do Banco em caso de indisponibilidade do edifício sede;
- **Executou simulações de crise**, de forma a testar a preparação e os tempos de resposta tanto das suas pessoas, como dos seus sistemas;
- **Garantiu a criação e publicação de um leque de procedimentos** que vieram auxiliar a correcta execução de tarefas de forma transversal;
- **Aumentou o investimento em tecnologia** para suportar a sua estratégia de negócio.

GARANTIR A INTRODUÇÃO DE PROCESSOS E PLATAFORMAS ADEQUADAMENTE ESTRUTURADOS, DE FORMA A GARANTIR A REDUÇÃO DE ERROS DE UTILIZAÇÃO, E CONSEQUENTE REDUÇÃO NO IMPACTO AO CLIENTE;

CONTINUAR A GARANTIR A ADEQUAÇÃO E CONTINUIDADE DA ESTABILIDADE DOS SISTEMAS DE MONITORIZAÇÃO DE RISCO OPERACIONAL;

CONTINUAR A ASSEGURAR A CONTINUIDADE DO NEGÓCIO, COM ESPECIAL FOCO NO SISTEMA INFORMÁTICO.

FOCO PARA
2018

RISCO DE TAXA DE JURO

O Standard Bank de Angola identifica, avalia, monitoriza, controla e reporta as exposições decorrentes de alterações nas taxas de juro.

Este risco deriva dos diferentes prazos de vencimento ou da reavaliação dos activos, passivos e posições fora do balanço do Banco, face a alterações na inclinação da curva de taxas de juro e a variações na relação entre as curvas de mercado que afectam as distintas actividades bancárias.

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do valor actual de *cash-flows* futuros de um instrumento financeiro sofrer flutuações, em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado.

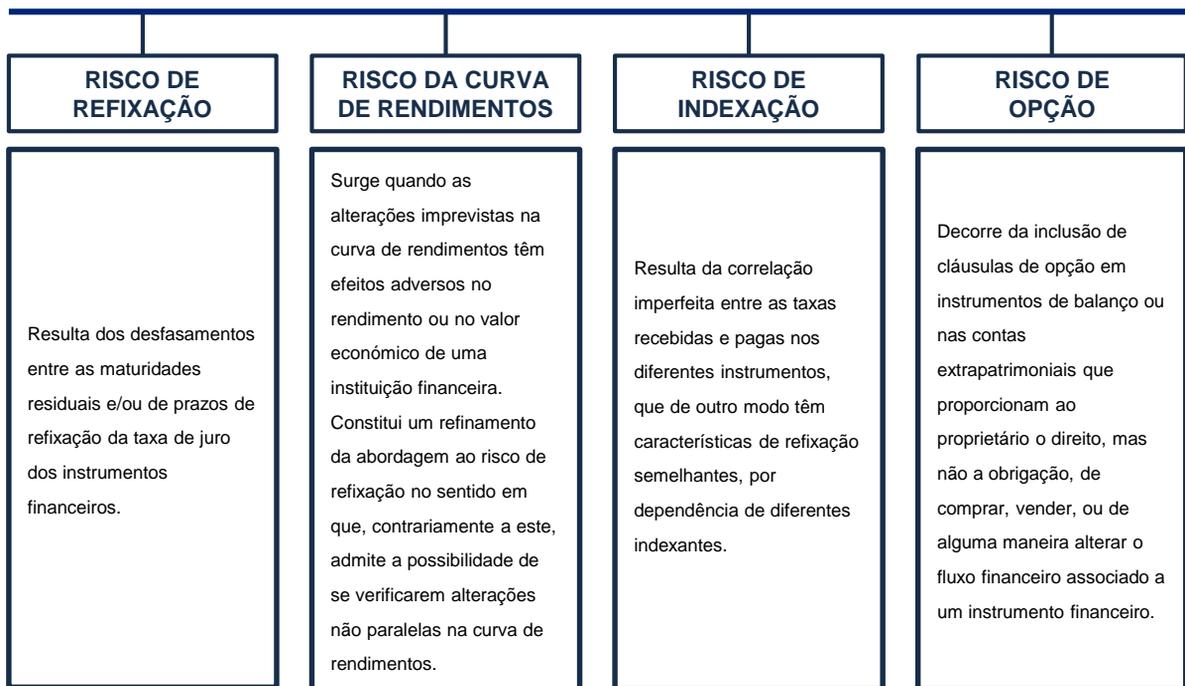
Ao longo da sua actividade diária, o Banco necessita de quantificar e gerir diferentes tipos de risco de taxa de juro, sendo a sua monitorização efectuada com uma periodicidade mensal.



RISCO DE TAXA DE JURO

Consiste no risco de redução da margem de juros da carteira bancária e/ou a redução do valor económico dos fundos próprios de uma instituição financeira devido a alterações das taxas de juro.

GESTÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO



GOVERNAÇÃO

No Standard Bank de Angola cabe ao ALCO o estabelecimento de linhas orientadoras de gestão do risco de taxa de juro na carteira bancária, de modo a proteger a margem financeira e o valor económico dos fundos próprios do Banco.

A gestão do risco de taxa de juro na carteira bancária (*Interest Rate Risk of Banking Book - IRRBB*) é da responsabilidade da área de Gestão de Activos e Passivos (ALM) que monitoriza e mede o risco de taxa de juro na carteira bancária a que o Banco está exposto e reporta os resultados ao ALCO.

RISCO DE TAXA DE JURO

PRINCÍPIOS DE GESTÃO DE RISCO DE TAXA DE JURO NA CARTEIRA BANCÁRIA

ANÁLISE ESTÁTICA DE GAPS

Esta abordagem quantifica o impacto das alterações das taxas de juro na margem de juros.

Os activos, passivos e elementos extrapatrimoniais sensíveis a taxa de juro, são colocados em bandas temporais com base nas respectivas características de refixação de taxa de juro. Deste modo, os passivos em cada uma das bandas temporais são subtraídos aos activos correspondentes gerando um *gap* de refixação de taxa de juro para cada banda temporal.

Estes *gaps* podem ser multiplicados por uma suposta alteração nas taxas de juro para dar um número aproximado da alteração na margem de juros que resultaria do referido movimento das taxas de juro.

Devido às limitações desta metodologia, não são especificados quaisquer limites de tolerância ou alertas de apetência ao risco.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DO VALOR ECONÓMICO

A variação nas taxas de juro do mercado afecta o valor económico do activo e do passivo das instituições financeiras. O valor económico de um instrumento financeiro representa uma avaliação do valor actual dos seus fluxos de caixa líquidos futuros. A perspectiva do valor económico oferece uma visão mais abrangente dos potenciais efeitos a longo prazo das alterações das taxas de juro do que a perspectiva de sensibilidade da margem de juros.

O risco do valor económico é medido com base no cálculo da alteração do valor económico devido ao choque padrão das taxas de juro. Deste modo, é efectuada uma quantificação dos efeitos das variações da taxa de juro no valor económico através da aplicação de ponderadores de sensibilidade para cada banda temporal. O alerta de apetência ao risco aplicável à alteração do valor económico devido a um choque padrão das taxas de juro do Standard Bank de Angola é 20% da soma dos fundos próprios de base (Nível 1) e fundos próprios complementares (Nível 2).

A ABORDAGEM DO STANDARD BANK DE ANGOLA PARA A GESTÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO PASSA PELA APLICAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL E É, NATURALMENTE, INFLUENCIADA PELO AMBIENTE COMPETITIVO EM QUE OPERA.

A MONITORIZAÇÃO DO RISCO É EFECTUADA COM UMA PERIODICIDADE MENSAL, OPERANDO SOB A SUPERVISÃO DO ALCO.

RISCO DE TAXA DE JURO

PRINCÍPIOS DE GESTÃO DE RISCO DE TAXA DE JURO NA CARTEIRA BANCÁRIA

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DA MARGEM DE JUROS

É utilizada uma previsão dinâmica e prospectiva da margem de juros para quantificar a exposição prevista do Banco às taxas de juro.

Esta abordagem envolve um balanço reinvestido e a previsão de cenários de taxas de juro para determinar o efeito que estas alterações possam ter na margem de juros futura.

O impacto na margem de juros e nos preços de mercado dos instrumentos da carteira bancária resultante das alterações das taxas de juro deve abranger pelo menos 12 meses de previsão. Esta análise permite a interação dinâmica de pagamentos e taxas de juro, capturando ainda os efeitos das opções incorporadas e explícitas.

São necessários três tipos de análise, nomeadamente:

MEDIÇÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO NA CARTEIRA BANCÁRIA EM CONDIÇÕES NORMAIS DE MERCADO

Quantificação e relato mensal ao ALCO da exposição ao risco de taxa de juro na carteira bancária nos cenários de taxa de juro otimista, esperado e em baixa. O cenário de taxas de juro deve ser específico para o tipo de moeda (nacional ou estrangeira) e basear-se em alterações possíveis das taxas de juro no curto prazo (devidas a, por exemplo, aumentos ou cortes das taxas de referência pelo Banco Central e/ou alterações das taxas de juro de mercado no curto prazo).

MEDIÇÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO NA CARTEIRA BANCÁRIA PARA EFEITOS DE TESTE DE ESFORÇO MACROECONÓMICO

Os testes de esforço macroeconómico devem ser realizados pelo menos uma vez por ano, conforme exigido nos termos do regime de governação de testes de esforço do Grupo Standard Bank.

MEDIÇÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO NA CARTEIRA BANCÁRIA EM CONDIÇÕES DE MERCADO ADVERSAS

Quantificação e relato mensal ao ALCO da exposição ao risco de taxa de juro na carteira bancária em condições de mercado adversas. Nesta análise são aplicados choques paralelos (*up and down*) de taxa de juro nos activos e passivos, sendo que o limite de tolerância é um máximo de alteração negativa correspondente a 10% da margem de juros prospectiva para 12 meses.

O princípio orientador é que o choque de taxa de juro deve reflectir um ambiente de taxas razoavelmente incomum e adverso que seja suficientemente significativo para capturar, para além do delta, os efeitos das opções incorporadas e da convexidade existente nos activos e passivos do Banco.



RISCO DE LIQUIDEZ

Em virtude da gestão prudente do risco de liquidez adoptada, o Banco apresenta uma elevada solidez e estabilidade.

Na análise ao risco de liquidez, do ponto de vista operacional, distingue-se o risco de liquidez de financiamento - risco de as contrapartes que financiam o Banco retirarem ou não renovarem o seu financiamento - e o risco de liquidez de mercado - risco de ocorrência de uma perturbação generalizada dos mercados de activos que transforme activos normalmente líquidos em activos ilíquidos e que leva à perda potencial, através da venda forçada de activos que resulte em rendimentos abaixo do seu justo valor de mercado.

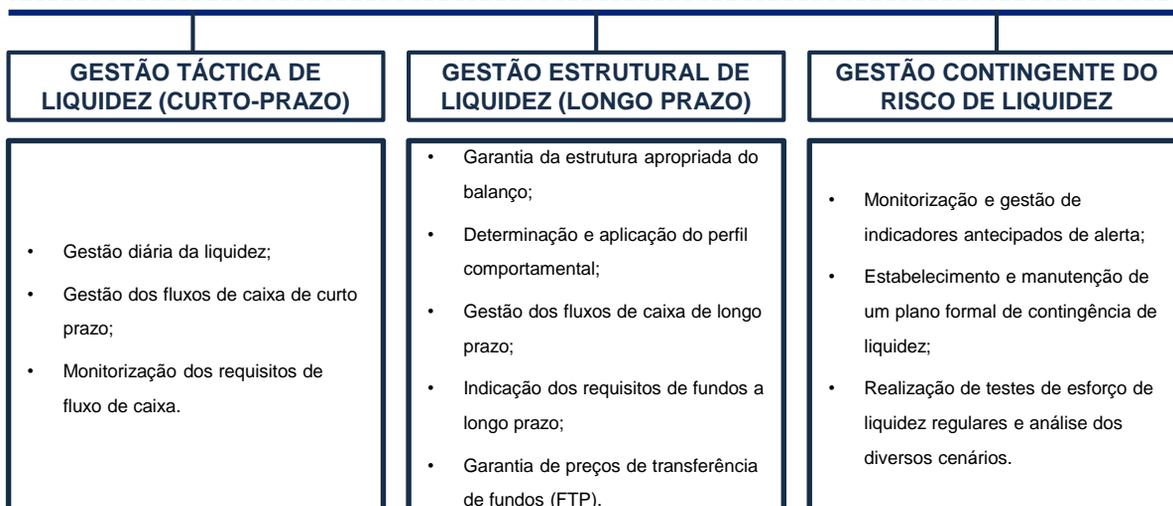
Com efeito, a natureza dos serviços financeiros oferecidos pelo Standard Bank de Angola expõe o Banco ao risco de liquidez.



RISCO DE LIQUIDEZ

Representa o risco de uma entidade, não obstante a solvabilidade do seu balanço, não conseguir manter ou gerar recursos financeiros suficientes para fazer face às suas obrigações de pagamento na totalidade, à medida que estas vão vencendo, ou apenas o possa fazer em termos significativamente desvantajosos.

GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ



A gestão de liquidez do Standard Bank de Angola foi desenhada para assegurar uma gestão abrangente do risco de liquidez garantindo o cumprimento dos rácios prudenciais e dos requisitos internos mínimos, tanto em moeda nacional como em moeda estrangeira.

Os limites de tolerância, os alertas de apetência ao risco, os elementos de monitorização e os requisitos adicionais aplicam-se separadamente a cada moeda material. Note-se que uma moeda é considerada material sempre que os depósitos totais específicos nesta moeda excederem 5% do total do passivo relacionado com Clientes. Adicionalmente são ainda analisadas as exposições ao risco de liquidez em conjunto com outros riscos, nomeadamente riscos de crédito, de mercado, taxa de juro, operacionais e legais.

A gestão do risco de liquidez do Banco está formalmente definida através de:

- Norma de risco de liquidez:** estabelece e define tanto os princípios em que o Standard Bank de Angola assume riscos de liquidez, como também o quadro geral para governação, identificação, mensuração, monitorização, gestão e reporte de forma consistente e uniforme.
- Política de risco de liquidez:** define os princípios de gestão de risco de liquidez específicos para o Standard Bank de Angola, em conformidade com a norma de risco de liquidez definida pelo Grupo Standard Bank.
- Documento de métodos de criação do perfil comportamental face ao risco de liquidez:** tem como objectivo criar um perfil de maturidades dos activos e passivos para análise de risco de liquidez.
- Plano de contingência de liquidez:** tem como objectivo atenuar, tanto quanto possível, o impacto de uma crise de liquidez através da definição de uma estrutura de governação.

RISCO DE LIQUIDEZ

GOVERNAÇÃO

No Standard Bank de Angola cabe ao ALCO o estabelecimento de linhas orientadoras de gestão do risco de liquidez, para que exista uma adequada e atempada gestão dos recebimentos e pagamentos.

A gestão do risco de liquidez é da responsabilidade da área de ALM que monitoriza e mede o risco de liquidez a que o Banco está exposto e reporta os resultados ao ALCO.

PRINCÍPIOS DE GESTÃO DE RISCO DE LIQUIDEZ

- PLANOS DE FINANCIAMENTO
- GESTÃO DO DESFASAMENTO ESTRUTURAL DE LIQUIDEZ
- GESTÃO DO FLUXO DE CAIXA DIÁRIO
- GESTÃO DE GARANTIAS (COLATERAIS)
- MANUTENÇÃO DE NÍVEIS MÍNIMOS DE ACTIVOS LÍQUIDOS
- GESTÃO DE LIQUIDEZ INTRA-DIÁRIA
- RESTRIÇÕES À CONCENTRAÇÃO DE DEPÓSITOS
- PLANO DE CONTINGÊNCIA DE LIQUIDEZ
- TESTES DE ESFORÇO E ANÁLISES DE CENÁRIOS
- QUANTIFICAÇÃO DO RISCO DE FINANCIAMENTO
- PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA DE FUNDOS (FTP)
- DEPENDÊNCIA DO MERCADO INTERBANCÁRIO
- RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO DOS DEPÓSITOS EM MOEDA LOCAL
- RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO DOS DEPÓSITOS EM MOEDA ESTRANGEIRA
- RÁCIO DE FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO

RISCO DE LIQUIDEZ

PRINCÍPIOS DE GESTÃO DE RISCO DE LIQUIDEZ

Apresentam-se de seguida os princípios com maior relevância na actividade de gestão de risco de liquidez do Standard Bank de Angola:

GESTÃO DO DESFASAMENTO ESTRUTURAL DE LIQUIDEZ

Esta abordagem mede a liquidez do Banco através da avaliação do desfasamento entre as entradas e saídas de caixa dentro de bandas temporais diferentes, numa escala de maturidades até 12 meses.

O desfasamento estrutural de liquidez tem como base os fluxos de caixa ajustados ao perfil comportamental dos activos e passivos, sendo estes enquadrados nas várias bandas temporais de acordo com a sua probabilidade de vencimento.

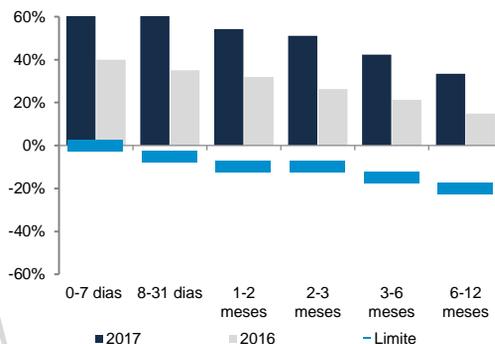
A análise do desfasamento estrutural de liquidez é realizada regularmente para antecipar disparidades entre entradas e saídas de caixa e, conseqüentemente, evidenciar potencial risco de liquidez.

As saídas agregadas de fluxo de caixa são subtraídas às entradas agregadas em cada banda temporal, sendo a posição de liquidez do Banco avaliada através do desfasamento cumulativo líquido em cada banda temporal como percentagem do total do passivo relacionado com Clientes.

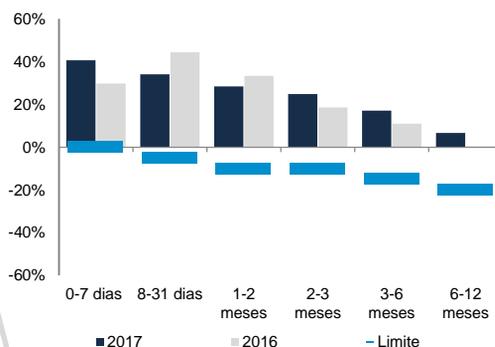
Adicionalmente, são definidos limites internos para restringir o desfasamento acumulado nas diferentes bandas temporais.

Os gráficos apresentados reflectem os desfasamentos estruturais do Banco entre activos e passivos de 0-12 meses, para os balanços em moeda nacional e estrangeira, após aplicação do perfil comportamental.

DESFASAMENTO ESTRUTURAL DE LIQUIDEZ (MOEDA NACIONAL)



DESFASAMENTO ESTRUTURAL DE LIQUIDEZ (MOEDA ESTRANGEIRA)



PLANO DE CONTINGÊNCIA DE LIQUIDEZ

O principal objectivo do Plano de Contingência de Liquidez prende-se com garantir que a liquidez adequada esteja disponível durante situações adversas de liquidez, tanto temporárias como de longo prazo.

Adicionalmente pretende ainda proporcionar um mecanismo de resposta pré-planeado de gestão destas situações adversas.

O plano incorpora os vários elementos necessários para identificar, avaliar, comunicar e remediar um evento de crise de liquidez, de modo a facilitar uma resposta rápida e eficaz durante períodos de crise de liquidez.

O plano é revisto, pelo menos uma vez por ano, pela área de ALM, carecendo aprovação do ALCO.

Posteriormente deve ser formalmente reconhecido e adoptado pelo Conselho de Administração do Banco.

RISCO DE LIQUIDEZ

Relativamente aos princípios internos mencionados anteriormente apresentam-se abaixo aqueles com maior relevância na actividade de gestão de risco de liquidez do Standard Bank de Angola:

TESTES DE ESFORÇO DE LIQUIDEZ E ANÁLISES DE CENÁRIO

O Standard Bank de Angola realiza testes de esforço de liquidez internos que incluem cenários específicos ao Banco e sistémicos (individualmente e combinados, quando possível) de modo a identificar potenciais fontes de crise de liquidez e para assegurar que as exposições actuais se mantêm dentro dos limites de tolerância e do perfil de risco definido pelo Banco.

Os testes de esforço de liquidez e análise de cenários são baseados tanto em eventos hipotéticos como históricos e, quando aplicável, devem estar em conformidade com os requisitos regulamentares. Os testes de esforço são realizados diariamente para os balanços em moeda nacional e estrangeira de forma separada e o seu resultado é obtido através da divisão da quantidade disponível de liquidez de contingência (activos líquidos não onerados) pelas saídas de caixa líquidas em situação de esforço.

O horizonte de sobrevivência dos testes de esforço internos para o Banco é de 1 mês, sendo que são considerados apenas fluxos de caixa dentro do horizonte temporal de 1 mês, e o limite de tolerância estipulado corresponde a 100% com uma margem adicional de pelo menos 5%. Neste cenário, o Banco estaria apto para sobreviver a uma crise de liquidez durante 1 mês, sem que nesse período fossem afectados os seus níveis de reservas de caixa e de activos prudenciais.

Na tabela abaixo são apresentados os resultados dos testes de esforço em moeda nacional e estrangeira referentes a 31 de Dezembro de 2017:

RESULTADOS DOS TESTES DE ESFORÇO

	MOEDA NACIONAL	MOEDA ESTRANGEIRA
TOTAL DE LIQUIDEZ DE CONTINGÊNCIA	175.768	55.621
SAÍDAS DE CAIXAS LIQUIDAS	56.057	46.611
RÁCIO	314%	119%

MANUTENÇÃO DE NÍVEIS MÍNIMOS DE ACTIVOS LÍQUIDOS

O Banco mantém um portefólio de activos líquidos com o intuito de manter os requisitos prudenciais e de teste de esforço interno e de se proteger contra perturbações inesperadas nos fluxos de caixa.

O valor agregado dos activos líquidos do Standard Bank de Angola não onerados, às cotações de fecho do dia, menos um desconto de venda forçada, deve sempre exceder o maior entre 5% dos passivos relacionados com os Clientes e o limite prudencial imposto pela entidade reguladora.

Na tabela abaixo apresenta-se o detalhe dos activos líquidos do Banco a 31 de Dezembro de 2017.

ACTIVOS LÍQUIDOS

	MOEDA NACIONAL	MOEDA ESTRANGEIRA
NOTAS E MOEDAS	2.224	680
DISPONIBILIDADE NO BNA	6.743	6.769
CONTAS NOSTRO	-	40.263
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO (ATÉ 1 MÊS)	-	-
APLICAÇÕES EM TÍTULOS	166.801	-
OUTROS ACTIVOS LÍQUIDOS	-	7.909
TOTAL DE ACTIVOS LÍQUIDOS (TAL)	175.768	55.621
MÍNIMO (TPRC X5%)	9.917	3.621
TAL/TPRC	89%	77%
TOTAL DO PASSIVO RELACIONADO COM O CLIENTE (TPRC)	198.332	72.412

RISCO REPUTACIONAL

O principal objectivo do Standard Bank de Angola é manter o foco na excelência do serviço prestado junto do Cliente e impulsionar melhorias constantes na experiência do Cliente.

Com o intuito de garantir que as actividades que afectam os Clientes estão alinhadas com os procedimentos internos do Banco, é adoptado um guia interno com os procedimentos e legislação subjacentes.

Deste modo, o Standard Bank de Angola consegue gerir as situações de risco reputacional a que se encontra exposto, minimizando, desta forma, a percepção negativa dos *stakeholders*.

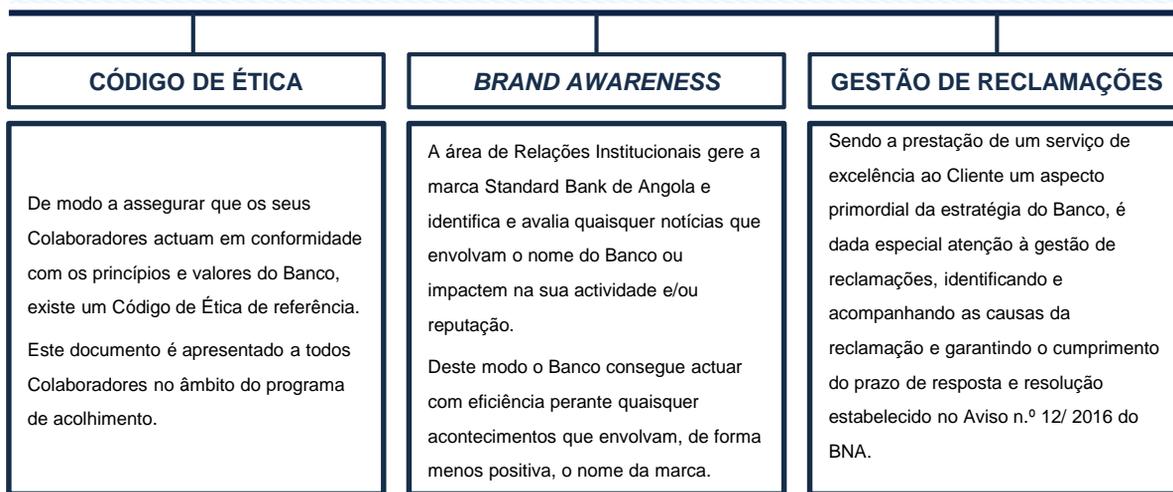
De entre os diversos métodos de gestão do risco reputacional, o Código de Ética é o principal meio, uma vez que é transversal a todo o Banco e deve ser cumprido por todos os seus Colaboradores.



RISCO REPUTACIONAL

Consiste na ocorrência de um evento que promove um dano real ou potencial para a imagem do Banco que pode prejudicar a rentabilidade e/ou sustentabilidade dos seus negócios através de uma quebra de confiança dos Clientes, Fornecedores, Contrapartes, Accionistas, Investidores ou Reguladores. Em casos extremos pode mesmo afectar a capacidade de manter a actividade de uma instituição financeira.

GESTÃO DO RISCO REPUTACIONAL



GOVERNAÇÃO

Em linha com a crescente preocupação do Banco com a sua reputação junto dos Clientes, Fornecedores, Contrapartes, Accionistas, Investidores e Reguladores, existe uma área específica encarregue de efectuar a gestão do risco reputacional.

Esta área procura identificar potenciais situações com impacto para o Banco e promove diversas actividades que garantam uma adequada gestão do risco reputacional.

Adicionalmente, é efectuada também a gestão das reclamações efectuadas pelos Clientes, garantindo o seu acompanhamento e resolução.

RISCO REPUTACIONAL

PROCEDIMENTOS DE QUALIDADE DE SERVIÇO

Por forma a avaliar o risco reputacional a que o Banco se encontra exposto, são realizados diversos procedimentos para avaliar a qualidade do serviço prestada aos Clientes, os quais são revistos consoante necessidades dos serviços, dos departamentos e dos segmentos.

ATENDIMENTO AO CLIENTE

- Aplicação da estratégia Cliente mistério;
- Realização de inquéritos a Clientes;
- Realização de entrevistas em agências do Banco;
- Monitorização de telefonemas.

MÉTODOS E SISTEMAS DE TRANSAÇÃO

Avaliação da eficiência e eficácia dos diversos sistemas de transacção, nomeadamente:

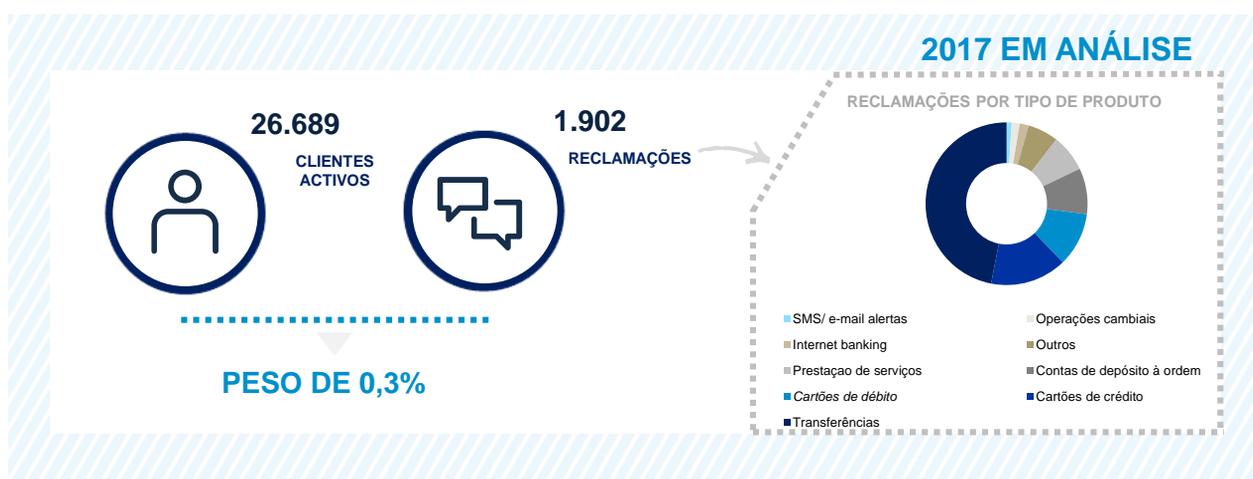
- Medição do *Turn Around Time* (TAT);
- Avaliação das reformulações efectuadas;
- Avaliação das plataformas de *internet* e *mobile banking* e dos serviços associados.

RECLAMAÇÕES E PEDIDOS DE RESOLUÇÃO

- Análise do número de reclamações e de pedidos de resolução registados;
- Avaliação do TAT na resolução de reclamações e pedidos de resolução;
- Análise das principais causas de reclamações;
- Definição de planos de acção;
- Análise do número de reclamações repetidas;
- Realização de entrevistas aleatórias a Clientes.

EFICIÊNCIA DOS SISTEMAS

- Análise da operacionalidade dos sistemas do Banco (*uptime* e *downtime*);
- Análise do funcionamento de ATMs.



RISCO DE COMPLIANCE

A abordagem proactiva do Banco para gerir o risco de *compliance* está alinhada com os padrões do Grupo Standard Bank que se baseiam em princípios internacionais de *compliance*.

O objectivo de gestão de risco de *compliance* é atingido através da adopção da *risk based approach* que permite ao Banco identificar, gerir e mitigar eficazmente o risco de *compliance*.

Paralelamente aos procedimentos internos adoptados pelo Standard Bank de Angola, a comunicação regular e transparente, baseada na confiança mútua com as entidades reguladoras é uma mais-valia para a gestão deste risco.



RISCO DE COMPLIANCE

Compreende o risco de ocorrência de sanções legais ou regulamentares que pode resultar em perdas financeiras materiais ou na perda da reputação da instituição financeira, graças à incapacidade de cumprir com leis, regulamentos, regras e normas de conduta aplicáveis à sua actividade.

GESTÃO DO RISCO DE COMPLIANCE

ACOMPANHAMENTO CONTÍNUO EM VÁRIAS FRENTES DE ACTUAÇÃO:

- Monitorização das áreas de negócio;
- Alinhamento das políticas internas com a legislação e regulamentação em vigor;
- Monitorização do reporte prudencial;
- Comunicação contínua com as entidades reguladoras;
- Adequação contínua dos procedimentos afectos às operações de invisíveis correntes, mercadorias e capitais;
- Monitorização das transacções transfronteiriças;
- Gestão documental.

GOVERNAÇÃO

A estrutura organizacional da Direcção de *Compliance* foi designada para assistir o Conselho de Administração do Banco na gestão do risco de *compliance*.

Esta direcção apoia de forma proactiva o Conselho de Administração e as unidades de negócio de modo a garantir que todo o negócio é conduzido em conformidade com os requisitos exigidos e adopta uma abordagem construtiva, pragmática e independente, interagindo activamente com outras áreas de risco, assim como com outras unidades de negócio.

A governação não se limita apenas ao cumprimento de requisitos legais, mas requer igualmente um sistema rigoroso e robusto onde são definidas directrizes e indicadores para a medição do risco associado ao desenvolvimento da actividade bancária nos seus vários eventos.

Nestes termos, há a efectiva garantia da gestão de risco e da adesão requisitos legais, bem como das boas práticas bancárias e do cumprimento do Código de Ética do Banco.

RISCO DE COMPLIANCE

ESCALA DE RISCO SOBRE O IMPACTO DE INCUMPRIMENTO

De seguida, apresenta-se a escala com os diferentes níveis de risco relativos ao incumprimento:

	<ul style="list-style-type: none"> • Potencial perda devido a multas (directa ou indirecta) por violação da obrigação legal, danos desastrosos ou catastróficos que requeira um longo período de recuperação; • Mudanças significativas no sistema; • Custos e penalidades excessivos; • Suspensão ou perda da licença do Banco, alerta escrito do Regulador, multas ou penalidades severas (por exemplo, 10% do volume de negócios anual); danos graves à reputação;
	<ul style="list-style-type: none"> • Potencial perda devido a multas (directa ou indirecta) por violação do cumprimento regulatório significativo ou material; • Dificil recuperação ou implementação de mudanças; chamada de atenção por escrito do regulador, multas significativas ou penalizações, dano significativo à reputação;
	<ul style="list-style-type: none"> • Potencial perda devido a multas (directa ou indirecta) como consequência do baixo cumprimento regulamentar, custos mínimos facilmente recuperáveis, danos menores à reputação.

Legenda:  Risco alto  Risco médio  Risco baixo

ANÁLISE FINANCEIRA

OS RESULTADOS HISTÓRICOS
ALCANÇADOS PELO STANDARD
BANK DE ANGOLA EM 2017
SOLIDIFICAM A SUA PRESENÇA
NO MERCADO ANGOLANO E SÃO
O CULMINAR DE UMA STRATÉGIA
DA APOSTA NAS BOAS PRÁTICAS
DE GESTÃO E NO SERVIÇO DE
EXCELÊNCIA PRESTADO
AOS SEUS CLIENTES.



CONTINUIDADE, CRESCIMENTO E AFIRMAÇÃO



28.815
milhões de AOA

**MARGEM
FINANCEIRA**

(+78% face a 2016)



33.809
milhões de AOA

**PRODUTO
BANCÁRIO**

(+53% face a 2016)



17.028
milhões de AOA

**RESULTADO
LÍQUIDO**

(+116% face a 2016)

Em 2017 o Standard Bank de Angola demonstrou o seu foco na remuneração aos accionistas, atingindo um ROE de 60%.

A capacidade de manutenção e crescimento do nível de depósitos durante grande parte do ano associada a uma excelente gestão de liquidez, resultou num crescimento do produto bancário de 53% face a 2016, suportado pelo crescimento significativo da margem financeira em 78%.

No último trimestre de 2017 verificou-se, no entanto, um decréscimo do montante de depósitos, justificado pelo comportamento dos Clientes, que utilizaram a sua liquidez em AOA para a aquisição de dívida pública (maioritariamente indexada ao USD), com o intuito de se protegerem relativamente à desvalorização da moeda nacional prevista para o início do exercício 2018.

Esta redução no nível de depósitos é compensada pelo crescimento do saldo de títulos indexados sob custódia do Banco, que apresentou um aumento de 116% quando comparado com o ano transacto, situando-se nos 232 milhões de AOA.

Embora o crédito líquido tenha decrescido 30% face ao valor registado em 2016, a rentabilidade dos activos do Banco aumentou de 2% para 5%, reflectindo uma melhoria na *performance* do Standard Bank de Angola.

CONTINUIDADE, CRESCIMENTO E AFIRMAÇÃO

46%

COST-TO-INCOME

(-22% face a 2016)



33%

RÁCIO DE SOLVABILIDADE

(+24% face a 2016)



60%

RETURN ON EQUITY

(+22% face a 2016)



O Banco tem procurado otimizar a sua estrutura de custos através do investimento em tecnologia, da automatização de processos, e do encerramento estratégico de agências. Esta estratégia, conjugada com o esforço de melhoria da qualidade de serviço tem permitido aumentar a eficiência do Banco que se traduz numa evolução muito positiva do seu rácio de eficiência (*cost-to-income*).

No exercício de 2017 o *cost-to-income*, atingiu um valor de 46%, apresentando uma diferença de 13 pontos percentuais face ao ano transacto.

O resultado líquido do exercício apresentou um crescimento notável de 116%, passando de 7 biliões de AOA em 2016, para 17 biliões de AOA em 2017.

A estrutura financeira do Banco revela novamente uma elevada solidez.

Com efeito, o rácio de solvabilidade atingiu em 2017 um valor de 33%, apresentado um crescimento de 24% face a 2016. De notar que este valor é consideravelmente superior ao limite de solvabilidade exigido pelo BNA, que corresponde a 10%.

Face ao panorama de indicadores apresentado conclui-se que 2017 foi um ano de crescimento e afirmação do Banco, que se consubstanciou na reafirmação de solidez e reforço da sua *performance*.

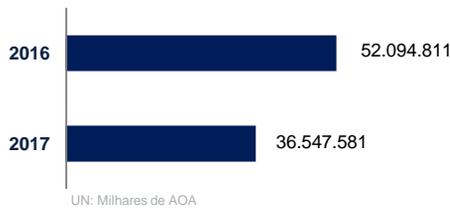
AS NOSSAS CONTAS

DETERMINANTES DAS ACTIVIDADES DO BALANÇO

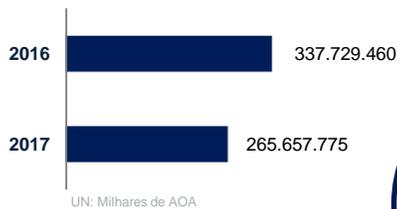
O aumento dos investimentos financeiros do Banco e da margem financeira, permitiu ao Banco aumentar o seu resultado líquido em cerca de 116% em 2017.



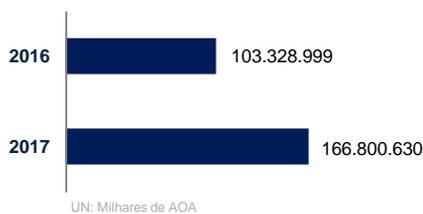
CRÉDITO CONCEDIDO



DEPÓSITOS



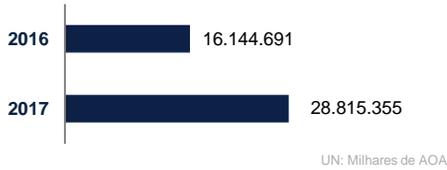
INVESTIMENTOS FINANCEIROS



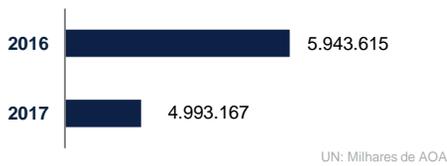
AS NOSSAS CONTAS



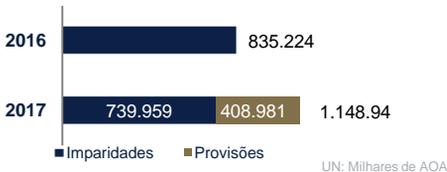
MARGEM FINANCEIRA



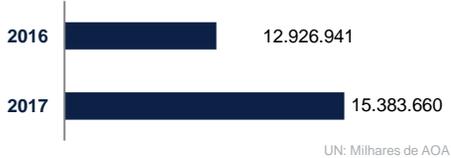
MARGEM COMPLEMENTAR



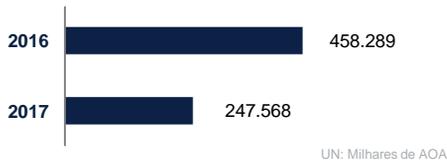
PROVISÕES E IMPARIDADES



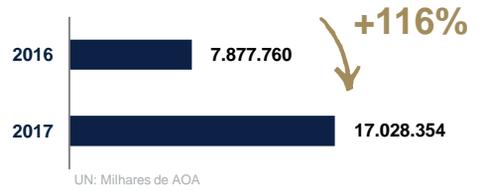
DESPESAS OPERACIONAIS



IMPOSTOS



RESULTADO LÍQUIDO



CLIENTES



COLABORADORES



GESTÃO EFECTIVA DE RISCO

Estes foram os 3 principais pilares para a melhoria progressiva do ROE do Banco, alcançando em 2017:



ROE

60%



22% face a 2016



ANÁLISE DO BALANÇO

“APESAR DO CONTEXTO DE INCERTEZA MACROECONÓMICA VIVIDO, O STANDARD BANK DE ANGOLA REFORÇOU A SUA SOLIDEZ ASSENTE NUMA GESTÃO RIGOROSA DOS RISCOS ASSOCIADA A UMA GESTÃO ÁGIL E ATENTA AS ALTERAÇÕES VERIFICADAS NO MERCADO AO LONGO DE TODO O EXERCÍCIO DE 2017.

DA *PERFORMANCE* REGISTRADA AO LONGO DO ANO DESTACA-SE A EFICIENTE GESTÃO DE LIQUIDEZ E O FOCO NA RENTABILIDADE DOS SEUS ACCIONISTAS, DEMONSTRADO POR UM ROE DE 60%, UM RÁCIO DE SOLVABILIDADE SIGNIFICATIVAMENTE SUPERIOR AO LIMITE ESTABELECIDO PELA ENTIDADE REGULADORA, (33%), E UM SÓLIDO AUMENTO NOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS.”

RAQUEL BASTOS
DIRECTORA FINANCEIRA

BALANÇO

	UN: Milhares de AOA			UN: Milhares de USD		
	2017	2016	Variação	2017	2016	Variação
Disponibilidades	109.265.716	187.440.531	-42%	658.529	1.129.820	-42%
Aplicações de liquidez	-	20.758.102	-100%	-	125.122	-100%
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	8.576.461	9.944.275	-14%	51.689	59.940	-14%
Activos financeiros disponíveis para Venda	79.422.026	73.074.604	9%	478.665	440.466	9%
Investimentos detidos até à maturidade	78.802.143	20.310.120	288%	474.929	122.422	288%
Créditos	35.070.318	50.231.258	-30%	211.364	302.775	-30%
Activos não correntes detidos para venda	1.332.934	1.494.234	-11%	8.033	9.007	-11%
Imobilizações	2.974.399	2.585.412	15%	17.926	15.584	15%
Outros activos	2.380.395	1.966.174	21%	14.346	11.851	21%
 TOTAL DO ACTIVO	317.824.392	367.804.710	-14%	1.915.482	2.216.986	-14%
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	733.524	708.032	4%	4.421	4.268	4%
Recursos de Clientes e outros empréstimos	265.657.775	337.729.460	-21%	1.601.081	2.035.704	-21%
Provisões	889.384	402.188	121%	5.360	2.424	121%
Passivos por impostos correntes	1.369.883	493.891	177%	8.256	2.977	177%
Passivos subordinados	5.050.620	5.045.386	-	30.439	30.412	-
Outros passivos	6.264.929	4.792.476	31%	37.758	28.887	31%
 TOTAL DO PASSIVO	279.966.115	349.171.433	-20%	1.687.315	2.104.672	-20%
Capital social	9.530.007	9.530.007	-	57.436	57.443	-
Reservas e resultados transitados	11.915.145	4.036.364	195%	70.620	23.785	197%
Reservas de reavaliação	-615.229	-2.810.854	-78%	-3.708	-16.943	-78%
Resultado líquido do exercício	17.028.354	7.877.760	116%	103.140	48.029	115%
 TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	37.858.277	18.633.277	103%	227.488	112.314	103%
 TOTAL DO PASSIVO + FUNDOS PRÓPRIOS	317.824.392	367.804.710	-14%	1.914.803	2.216.986	-14%

ANÁLISE BALANÇO

A 31 de Dezembro de 2017 o Standard Bank de Angola apresentou no seu activo líquido um montante de 317.824 milhões de AOA, registando uma diminuição de 14% face ao período homólogo, resultante da diminuição das rúbricas de crédito líquido e disponibilidades, que apresentaram uma variação negativa de 30% e 42%, respectivamente.

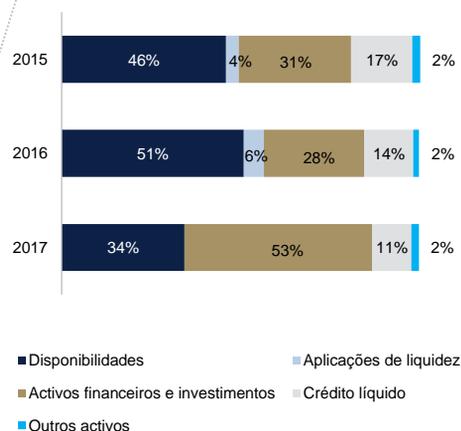
Embora o crédito concedido tenha apresentado um decréscimo, verificou-se que a rentabilidade dos activos aumentou de 2% para 5%, evidenciando, assim, a melhoria da *performance* do Standard Bank de Angola.

Relativamente à rúbrica de investimentos financeiros detidos até à maturidade, foi registada uma variação positiva de 288% face ao exercício de 2016.

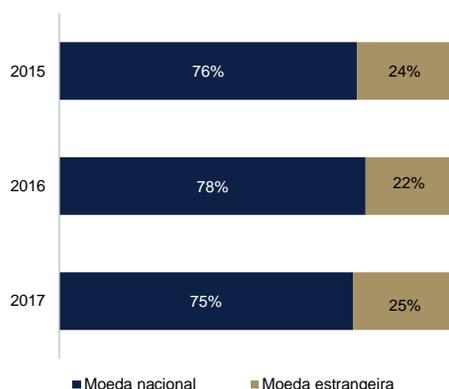
Nesta medida, aproximadamente metade do activo do Banco é composto por activos financeiros e investimentos, continuando a manter-se o investimento em dívida soberana da República de Angola.

A eficiente gestão de liquidez do Banco, verificada pela capacidade de transformação de disponibilidades em activos financeiros e investimentos é um dos motores responsáveis pelo aumento da rentabilidade do Banco.

COMPOSIÇÃO DO ACTIVO



EVOLUÇÃO DOS RECURSOS POR MOEDA



O rácio de transformação, em 2017, foi de 14% reflectindo uma *performance* pouco satisfatória em relação à concessão de crédito nas actuais condições de mercado, onde o risco, a incerteza e a subida das taxas de juro dificultam um maior peso do crédito no balanço do Banco.

Assim, o total do passivo apresentou uma diminuição de 20% face ao ano anterior, atingindo os 279.966 milhões de AOA face ao montante de 349.171 milhões de AOA registado no final de 2016.

Relativamente aos depósitos, estes apresentaram um decréscimo de 21% verificado no último trimestre de 2017, directamente relacionado com o facto de os Clientes se encontrarem a utilizar a sua liquidez em AOA para a aquisição de títulos de dívida pública indexados ao USD. Neste ano assistiu-se a uma diminuição, tanto em termos absolutos como percentuais, dos depósitos em moeda nacional face aos depósitos em moeda estrangeira fixando-se o montante de depósitos em moeda nacional em 198.533 milhões de AOA (o que representa um peso de 75% no total de depósitos). Por sua vez, os depósitos em moeda estrangeira, com um peso de 25%, ascenderam a 67.125 milhões de AOA.

CARTEIRA DE TÍTULOS

	Yields		UN: Milhares de AOA			UN: Milhares de USD		
	2017	2016	2017	2016	VARIAÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE								
- Bilhetes do tesouro	24%	22%	67.042.495	20.310.120	230%	404.055	122.422	230%
- Obrigações do tesouro	12%	-	11.759.648	-	-	70.874	-	-
ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS								
- Obrigações do tesouro indexadas	6%	6%	7.678.694	6.364.500	21%	46.278	38.363	21%
- Bilhetes do tesouro	-	-	897.767	3.579.775	-75%	5.411	21.578	-75%
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA								
- Bilhetes do tesouro	23%	19%	65.018.919	58.807.895	11%	391.860	354.472	11%
- Obrigações do tesouro em moeda nacional	7%	7%	14.403.107	14.266.709	1%	86.805	85.994	1%
TOTAL			166.800.630	103.328.999	61%	1.005.283	622.829	61%

Uma componente relevante do activo do Standard Bank de Angola (53%) é representada por títulos e valores mobiliários, em resultado das limitadas opções de investimento existentes no país.

Os títulos do Banco estão distribuídos por tipologia da seguinte forma: 86% em obrigações do tesouro e 14% em bilhetes do tesouro.

Ao analisar a carteira de títulos do Standard Bank de Angola, verifica-se que o Banco aumentou o seu volume total de títulos em 61% face ao montante do ano anterior, registando em 2017 um montante de 166.801 milhões de AOA.

O crescimento da carteira foi suportado por títulos de curto prazo (inferiores a um ano), nomeadamente através do acréscimo do valor investido em bilhetes do tesouro.

O montante de bilhetes do tesouro em moeda nacional disponíveis cresceu 11% face ao exercício anterior, atingindo 65.019 milhões de AOA.

DISTRIBUIÇÃO DA
CARTEIRA DE TÍTULOS

CARTEIRA DE TÍTULOS

PERFIL DE TÍTULOS POR MATURIDADE CONTRATUAL

	1 a 3 meses	3 a 6 meses	6 meses a 1 ano	1 a 5 anos	TOTAL
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE					
- Bilhetes do tesouro	7.973.320	59.069.175	-	-	67.042.495
- Obrigações do tesouro indexadas	-	-	-	11.759.648	11.759.648
ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS					
- Obrigações do tesouro indexadas (USD)	2.407.653	5.271.041	-	-	7.678.694
- Bilhetes do tesouro	897.767	-	-	-	897.767
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA					
- Bilhetes do tesouro	8.751.536	56.267.383	-	-	65.018.919
- Obrigações do tesouro em moeda nacional	-	-	-	14.403.107	14.403.107
TOTAL	20.030.276	120.607.599	-	26.162.755	166.800.630

CRÉDITO

	UN: Milhares de AOA			UN: Milhares de USD		
	2017	2016	VARIAÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO
- Operações de crédito	24.683.250	39.240.360	-38%	148.762	236.526	-37%
- Moeda nacional	14.349.344	23.610.645	-40%	86.481	142.316	-39%
- Moeda estrangeira	10.333.906	15.629.715	-34%	62.281	94.210	-34%
- Operações de crédito em incumprimento	1.340.486	1.901.769	-18%	8.097	11.463	-30%
- Outros	-	459.316	-100%	-	2.769	-100%
- Títulos - carteira contas a receber em moeda estrangeira	10.523.845	10.522.513	0%	63.426	63.250	0%
CRÉDITO TOTAL	36.547.581	52.094.812	-30%	220.267	550.534	-60%
- Provisões específicas para crédito	-1.477.263	-1.863.554	-21%	-8.903	-11.233	-21%
CRÉDITO LÍQUIDO	35.070.318	50.231.258	-30%	211.364	539.301	-61%
CRÉDITO POR ASSINATURA	2.537.957	9.147.374	-72%	15.296	55.137	-72%
PROVISÕES PARA CRÉDITO POR ASSINATURA	-54.891	-90.692	-39%	-331	-547	-39%
QUALIDADE DE CRÉDITO	-	-	-	-	-	-
- Crédito em incumprimento/ crédito total *	5%	5%	1%	6%	3%	4%
- Cobertura de crédito vencido provisões específicas	110%	98%	-3%	95%	161%	-66%
- Cobertura de crédito vencido provisões totais	114%	103%	-4%	98%	175%	-77%
- Cobertura de crédito total provisões específicas *	6%	4%	1%	6%	4%	2%
- Cobertura de crédito total provisões totais *	6%	5%	1%	6%	4%	2%

* Rácios apurados sem Títulos - Carteira - contas a receber

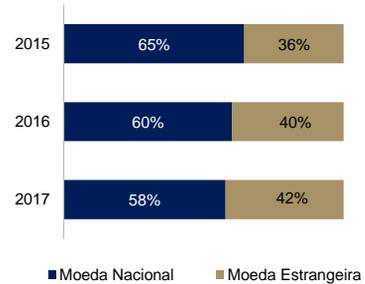
CRÉDITO

CRÉDITO CONCEDIDO

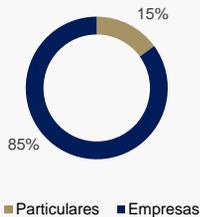
Em 2017, o crédito concedido, líquido de provisões para perdas por imparidade apresentou um decréscimo de 30% face ao ano anterior, passando de 50.231 milhões de AOA para 35.070 milhões de AOA. Adicionalmente, a composição da carteira de crédito por moeda demonstrou uma ligeira diminuição de 2 pontos percentuais no montante de crédito em moeda nacional, e um aumento proporcional no valor das operações em moeda estrangeira, passando a registar 58% e 42%, respectivamente.

Este movimento está maioritariamente ligado à redução da carteira de crédito em moeda nacional, consequência de um aumento dos reembolsos antecipados motivados pelo aumento de liquidez em AOA no mercado, associados a um menor ritmo de concessão de crédito.

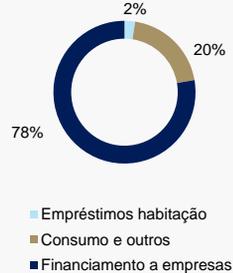
EVOLUÇÃO DO CRÉDITO POR MOEDA



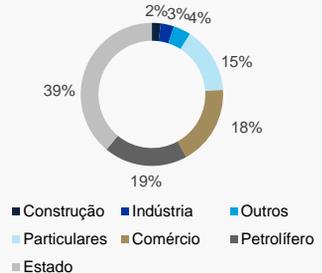
CRÉDITO CONCEDIDO POR TIPO DE CLIENTE



TIPOLOGIA DE CRÉDITO CONCEDIDO



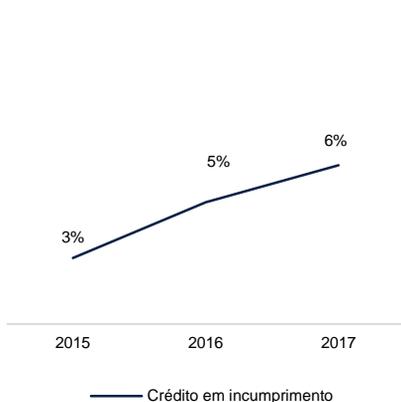
CRÉDITO CONCEDIDO POR SECTOR DE ACTIVIDADE



QUALIDADE DE CRÉDITO



EVOLUÇÃO DO INCUMPRIMENTO DE CRÉDITO



O Standard Bank de Angola adopta políticas internas conservadoras de concessão de crédito, nomeadamente ao nível da análise de risco dos Clientes e das garantias recebidas, dado o contexto macroeconómico que, por si, proporciona o crescimento do nível de incumprimento.

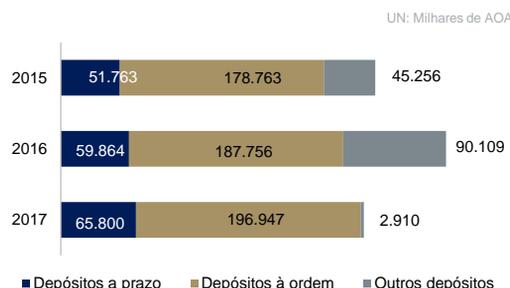
O volume de crédito vencido no total da carteira do Banco tem-se mantido com valores aceitáveis para o actual momento, ainda que, devidamente compensados por um nível adequado de provisões para perdas por imparidade.

Com efeito, em 2017 verificou-se um incremento do crédito em incumprimento que ascendeu a 1.559 milhões de AOA (6% da carteira total de crédito) que compara com 1.901 milhões de AOA (5% da carteira de crédito total) em 2016.

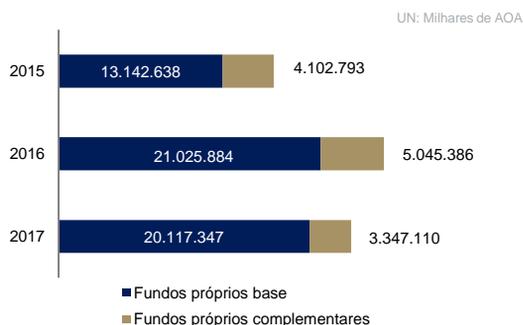
DEPÓSITOS

A 31 de Dezembro de 2017, a carteira de depósitos era composta maioritariamente por depósitos à ordem (196.947 milhões de AOA), representando estes 74% do total dos depósitos de Clientes.

No caso dos depósitos a prazo, verificou-se um aumento do seu peso no total de depósitos passando de 18% em 2016 para 25%, tendo aumentado também em termos de valor absoluto para 65.800 milhões de AOA. Assim sendo, o Banco registou um montante total de depósitos de 265.657 milhões de AOA, com a rubrica outros depósitos a atingir um montante de 2.910 milhões de AOA. A redução verificada nesta rubrica deriva da desmobilização dos cativos anteriormente efectuados nas contas dos Clientes para o efeito de cobertura de operações cambiais.



FUNDOS PRÓPRIOS



O total dos capitais próprios atingiu em 31 de Dezembro de 2017 37.858 milhões de AOA, representando um aumento de 103% face ao ano anterior. Este registo deveu-se essencialmente ao lucro do exercício obtido, o qual reforça a solidez e a posição do Banco no mercado. Os fundos próprios regulamentares diminuíram, com a entrada em vigor em 2017 do Instrutivo n.º 02/2016, que define a dedução as reservas resultantes da valorização ao justo valor de activos financeiros disponíveis para venda, razão pela qual estes apresentam um decréscimo de cerca de 10%. Adicionalmente, registou-se um crescimento nos outros elementos dedutíveis em 294 milhões de AOA.

O ritmo de crescimento dos depósitos, quando comparado com o ritmo de crescimento do crédito concedido, resultou num decréscimo do rácio de transformação para 14%, face aos 15% registados no ano anterior. O Banco pretende inverter esta tendência através da adopção de mecanismos que permitam acelerar a capacidade de concessão de crédito em moeda nacional.

RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO



RÁCIO DE SOLVABILIDADE



O rácio de solvabilidade regulamentar, calculado de acordo com o Instrutivo n.º 02/2016, situava-se no final de 2017 em 33% que compara com 27% em 2016* mantendo-se significativamente acima do limite de solvabilidade de 10% exigido pelo Banco Nacional de Angola.

*valor apurado de acordo com o antigo normativo do BNA.



ANÁLISE E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

“O AUMENTO NO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO NA ORDEM DOS 116% E O EXCELENTE REFORÇO DA RENTABILIDADE DO BANCO NUM CENÁRIO MACROECONÓMICO DESAFIANTE SÃO UM REFLEXO DA SOLIDEZ DA ESTRUTURA FINANCEIRA DO BANCO BEM COMO DA SUA GESTÃO EXPERIENTE E ATENTA.

ADICIONALMENTE, SEM DESCURAR OS INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS E NECESSÁRIOS À MODERNIZAÇÃO DO BANCO E APOSTA NOS SEUS COLABORADORES, O CONTÍNUO ESFORÇO DO STANDARD BANK DE ANGOLA PARA AUMENTAR A EFICIÊNCIA DOS SEUS GASTOS JUNTAMENTE COM A MELHORIA OBSERVADA NO PRODUTO BANCÁRIO (+53%), TRADUZIRAM-SE NA REDUÇÃO DO RÁCIO DE *COST-TO-INCOME* EM 13% FACE AO ANO TRANSACTO.”

EDUARDO CLEMENTE
CHIEF FINANCIAL OFFICER

ANÁLISE DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

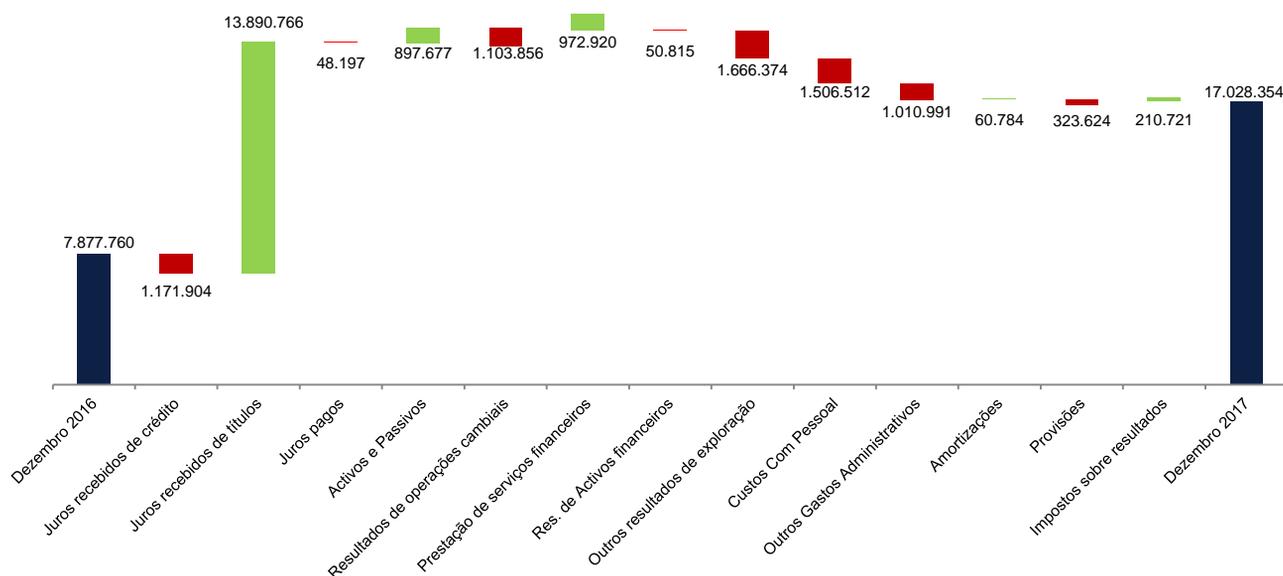
	UN: Milhares de AOA			UN: Milhares de USD		
	2017	2016	VARIAÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO
- Juros recebidos de crédito	5.200.543	6.372.447	-18%	31.499	38.851	-19%
- Juros recebidos de títulos	27.256.192	13.365.426	104%	165.089	81.487	103%
- Juros pagos	-3.641.379	-3.593.182	1%	-22.056	-21.907	1%
MARGEM FINANCEIRA	28.815.355	16.144.691	78%	174.533	98.431	77%
- Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	1.099.860	202.183	444%	6.662	1.233	440%
- Resultados de operações cambiais	2.718.234	3.822.090	-29%	16.464	23.302	-29%
- Resultados de prestação de serviços financeiros	4.193.958	3.221.038	30%	25.403	19.638	29%
- Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	5.110	55.925	-91%	31	341	-91%
- Outros resultados de exploração	-3.023.995	-1.357.621	123%	-18.316	-8.277	121%
PRODUTO BANCÁRIO	33.808.522	22.088.306	53%	204.776	134.667	52%
- Custos com pessoal	-9.567.724	-8.061.212	20%	-57.951	-49.148	20%
- Outros gastos administrativos	-5.275.097	-4.264.106	24%	-31.951	-25.997	23%
- Amortizações	-540.839	-601.623	-10%	-3.276	-3.668	-11%
- Provisões e imparidades	-1.148.940	-825.316	39%	-6.959	-5.032	38%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	17.275.922	8.336.049	107%	104.639	50.823	106%
- Impostos sobre resultados	-247.568	-458.289	-46%	-1.500	-2.794	-46%
RESULTADO LÍQUIDO	17.028.354	7.877.760	116%	103.140	48.029	115%

**SOLIDEZ, EXPERIÊNCIA E INOVAÇÃO
REFLECTEM A PERFORMANCE
DO BANCO.**

ANÁLISE DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

UN: Milhões de AOA



No final de 2017, o resultado líquido do Standard Bank de Angola cifrou-se em 17.028 milhões de AOA, reflectindo este montante um crescimento de 116% comparativamente com o montante de 7.877 milhões de AOA registado em 2016.

A análise à demonstração de resultados do Banco permite constatar que a margem financeira cresceu 78% e os resultados de prestação de serviços financeiros aumentaram 30% em 2017, o que se traduziu num aumento de 53% no produto bancário, atingindo este indicador um montante de 33.809 milhões de AOA.

Os custos com gastos administrativos apresentaram uma subida de 20% face ao ano homólogo, representando um crescimento abaixo da inflação (26%), evidenciando o esforço de optimização empreendido pelo Banco.

Em resultado da forte aposta do Banco nos seus Colaboradores e do investimento no seu desenvolvimento, os custos com pessoal registaram um aumento de 19% para 9.568 milhões de AOA. O ligeiro aumento do número de Colaboradores face ao exercício de 2016 também influenciou esta subida. Esta rubrica representa 62% do total dos custos do Standard Bank de Angola.

A gestão dos gastos do Banco continuou a ser, em 2017, alvo de especial atenção através do reforço do seu modelo de governação, tendo como resultado uma melhoria do *cost-to-income* para 46%



GASTOS ADMINISTRATIVOS:

Gastos necessários para a gestão e bom funcionamento do Banco (despesas predominantemente fixas e não variáveis).

ANÁLISE DE RESULTADOS

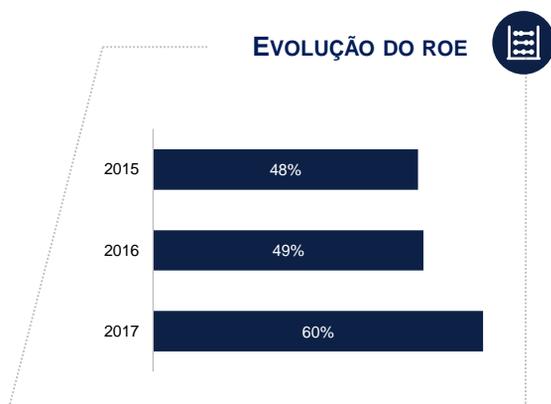
CONTRIBUIÇÃO PARA O ROE

RENTABILIDADE

O forte desempenho em 2017 traduziu-se num ROE de 60%, representando um aumento de 22% face a 2016, reforçando o estatuto do Standard Bank de Angola como um dos bancos com melhor rentabilidade dos seus capitais próprios.

Para este aumento contribuíram, maioritariamente, o aumento registado na margem financeira e a melhoria da eficiência nos gastos administrativos.

Este nível de rentabilidade, juntamente com um rácio de solvabilidade de 33%, reforça a solidez do Standard Bank de Angola. A capacidade de remunerar os seus accionistas e a constante adopção das melhores práticas de gestão de risco são também prova do bom funcionamento do Banco.



	2017	2016
- Margem financeira	102%	101%
- Resultados de negociações e ajustes ao justo valor	4%	3%
- Resultados de operações cambiais	10%	24%
- Resultados de prestação de serviços financeiros	15%	21%
- Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	0%
- Outros resultados de exploração	-8%	-8%
PRODUTO BANCÁRIO	120%	139%
- Gastos administrativos	-53%	-77%
- Amortizações	-2%	-4%
- Provisões	-4%	-5%
- Outros proveitos e custos operacionais	-	-
RESULTADOS OPERACIONAIS	61%	52%
- Resultado não operacional	-	-
- Imposto sobre resultados	-1%	-3%
RESULTADOS OPERACIONAIS	60%	50%

MARGEM FINANCEIRA E MARGEM COMPLEMENTAR

	UN: Milhares de AOA			UN: Milhares de USD		
	2017	2016	VARIAÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO
- Proveitos de aplicações de liquidez	838.487	218.875	238%	5.079	1.334	281%
- Proveitos de títulos e valores mobiliários	26.417.704	13.146.551	104%	165.089	80.152	103%
- Proveitos de créditos	5.200.543	6.372.447	-18%	31.499	38.851	-19%
- Proveitos de instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-	-
PROVEITOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS ACTIVOS	32.456.734	19.737.873	64%	196.588	120.337	63%
- Custos de depósitos	3.359.086	3.341.056	1%	22.056	20.370	1%
- Custos de outras captações	282.293	252.126	10%	1.680	1.537	9%
CUSTOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS	3.641.379	3.593.182	1%	22.056	21.907	1%
MARGEM FINANCEIRA	28.815.355	16.144.691	78%	174.533	98.430	77%

ANÁLISE DE RESULTADOS

MARGEM FINANCEIRA E COMPLEMENTAR

A capacidade do Banco em gerar maior volume de rendimentos resultou de dois factores: por um lado, a subida das taxas de juro de referência e, por outro, o aumento dos investimentos efectuados por via de optimização da gestão de liquidez do Banco. Neste sentido, a margem financeira do Banco aumentou 78% face ao valor de 2016, ascendendo a 28.815 milhões de AOA.

De assinalar, também, a evolução no custo com depósitos, com uma variação de 1% face a 2016.

O clima de estabilidade cambial verificado durante o período em análise retirou volatilidade à rubrica de resultados de operações cambiais tendo o Standard Bank de Angola adaptado a sua actuação às regulamentações em vigor. A redução de 29% neste é resultante das condicionantes de mercado verificadas em 2017.

No entanto, o posicionamento e rápida resposta do Banco, permitiram alcançar uma subida de 52% nas comissões por prestações de serviços financeiros.

Ao longo do período de 2017, a margem complementar registou 4.993 milhões de AOA, realçando o decréscimo face ao montante de 5.944 milhões de AOA em 2016, resultado do aumento do custos com outros resultados (123%), que resulta do Imposto sobre Aplicação de Capitais (IAC) suportado pelo Banco e registado em outros resultados.



MARGEM FINANCEIRA:

Resulta da diferença entre os juros auferidos das operações de crédito, e carteira de investimentos (calculados através da taxa de juro activa), e os juros pagos pelas despesas financeiras sobre os depósitos de Clientes e outros recursos obtidos (calculados através da taxa de juro passiva).



	UN: Milhares de AOA			UN: Milhares de USD		
	2017	2016	VARIAÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO
- Resultados de negociação*	3.823.204	4.080.198	-6%	23.309	24.876	-6%
- Resultados de prestação de serviços financeiros	4.193.958	3.221.038	30%	25.403	19.638	29%
- Outros resultados	-3.023.995	- 1.357.621	123%	-18.437	-8.277	123%
MARGEM COMPLEMENTAR	4.993.167	5.943.615	-16%	41.898	36.237	-16%

* Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados + Resultados de operações cambiais + Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

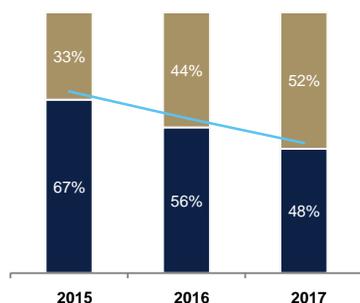
RESULTADOS DE NEGOCIAÇÃO



ANÁLISE DE RESULTADOS

MARGEM FINANCEIRA E COMPLEMENTAR

MARGEM COMPLEMENTAR



— Prestação de serviços financeiros
— Operações cambiais
— Margem complementar



MARGEM COMPLEMENTAR:

Resulta de operações diárias, com as comissões cobradas e pagas pela prestação de serviços financeiros.

RÁCIO ENTRE A MARGEM COMPLEMENTAR E PRODUTO BANCÁRIO

O peso das operações cambiais e das comissões apresenta, neste momento, um valor menor que o valor dos ganhos obtidos através de juros. Neste sentido, o rácio entre a margem complementar e o produto bancário diminuiu de 27% no exercício de 2016, para 15% em 2017.

27%



NO ANO DE 2016

15%



NO ANO DE 2017



PRODUTO BANCÁRIO:

Designa um agregado financeiro do sector bancário que corresponde aos ganhos conseguidos directamente com a actividade bancária. Este agregado resulta da soma da margem financeira com a margem complementar.

ANÁLISE DE RESULTADOS

CUSTOS

	UN: Milhares de AOA			UN: Milhares de USD		
	2017	2016	VARIAÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO
- Custos com pessoal	9.567.724	8.061.212	19%	57.951	49.147	18%
- Fornecimentos e serviços de terceiros	5.275.097	4.264.106	24%	31.951	25.997	23%
- Amortizações	540.839	601.623	-10%	3.276	3.668	-11%
CUSTOS DE ESTRUTURA	15.383.660	12.926.941	19%	93.178	78.813	18%
COST-TO-INCOME	46%	59%	-13%	46%	59%	-13%

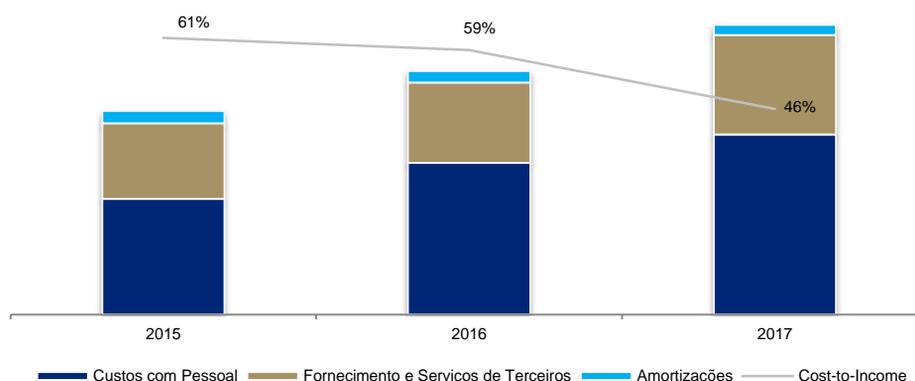
Cost-to-income não inclui Outros Custos Gerais que correspondem ao Imposto de Aplicação de Capitais (IAC)

Ao longo do exercício de 2017, o total dos custos de estrutura cresceram 19%, passando de 12.927 milhões de AOA em 2016 para 15.384 milhões de AOA em 2017. Este aumento explica-se, na sua maioria, pelos aumentos verificados nos custos com pessoal, fruto da grande aposta do Banco nos seus Colaboradores.

A aplicação de uma política de remunerações muito competitiva, combinada com o forte investimento na formação e no bem-estar dos Colaboradores, contribuíram para que o Standard Bank de Angola registasse em 2017 um total de custos com pessoal de 9.568 milhões de AOA. Este valor reflecte um aumento de 19% face ao valor do ano anterior e representa 62% do total dos custos do Standard Bank de Angola. Com o intuito de otimizar os seus custos, o Banco pretende adoptar diversas acções, nomeadamente a substituição de espaços arrendados, e a automatização de tarefas através de um processo que permitirá uma maior eficiência operacional e uma diminuição de custos e de perdas operacionais.

Adicionalmente, o esforço efectuado pelo Banco para aumentar a eficiência dos seus gastos, combinado com a melhoria observada no produto bancário traduziu-se numa redução do *cost-to-income* em 13%, passando de 59% em 2016 para 46% em 2017.

CUSTOS DE ESTRUTURA



ANÁLISE DE RESULTADOS

IMPOSTOS

Em linha com as práticas do Grupo Standard Bank, o Banco tem uma estratégia fiscal que delinea o quadro pelo qual as obrigações fiscais devem ser satisfeitas. O Standard Bank de Angola adopta uma abordagem prudente em matéria fiscal, com o objectivo de mitigar quaisquer consequências financeiras inesperadas e, naturalmente, proteger a sua reputação.

O Banco suportou um montante de 3,1 mil milhões de AOA, ao longo de 2017 no que respeita ao pagamento de impostos, comparado com os 1,7 mil milhões pagos no exercício de 2016.

Olhando para a distribuição dos diferentes impostos, verifica-se que o IAC é o imposto com maior peso neste montante, tendo sido pago um valor 2,6 mil milhões de AOA. De seguida, o montante da Segurança Social regista um peso significativo no montante total de impostos, tendo sido pago um valor 326.706 milhões de AOA.

Adicionalmente, Banco suportou impostos respeitantes ao Imposto de Selo (IS) sobre as comissões do Banco, Contribuição Especial dos invisíveis correntes, Imposto Predial Urbano (IPU) dos imóveis próprios e outros impostos.

De um modo geral, os montantes de impostos entregues ao Estado (suportados e retidos) pelo Banco registaram um crescimento significativo de 36% de 2016 para 2017, de 3.9 milhões de AOA para 5.3 milhões de AOA, tendo como principal motivo o crescimento da actividade do Banco mas também a sua preocupação em garantir o cumprimento das suas obrigações perante o Estado.



IMPOSTOS:

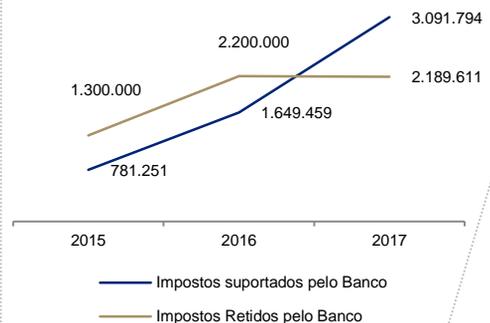
O imposto é a prestação estabelecida por lei a favor de uma entidade incumbida da prossecução de uma função pública, para a realização de fins públicos.

A tributação inclui tanto impostos directos sobre o rendimento obtido como impostos indirectos, nomeadamente o imposto retido.

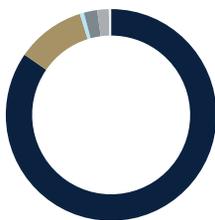


IMPOSTOS SUPORTADOS VS RETIDOS

UN: Milhares de AOA



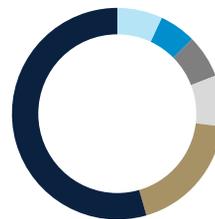
IMPOSTOS SUPORTADOS



- Imposto sobre a Aplicação de Capitais
- Segurança Social
- Contribuição Especial
- Imposto Consumo
- Outros Impostos
- Imposto Predial Urbano



IMPOSTOS RETIDOS



- Imposto Predial Urbano
- Segurança Social
- Imposto Industrial
- Imposto Selo
- Imposto sobre a Aplicação de Capitais
- Imposto sobre o Rendimento do Trabalho

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício de 2017, no valor de 17.028.354 milhares de AOA terá a seguinte aplicação:

RESERVA LEGAL: 1.702.835 MILHARES DE AOA,
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS: 4.257.089
MILHARES DE AOA, À QUAL O CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO NÃO SE OPÕE, UMA VEZ QUE FOI
ASSIM DECIDIDO, EM UNÍSSONO, PELOS
ACCIONISTAS

RESULTADOS TRANSITADOS:
11.068.430 MILHARES DE AOA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARECERES



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO 2017 E 2016

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE KWANZAS (AOA), EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO

(UN: Milhares de AOA)

BALANÇO	Notas	31/12/2017	31/12/2016
ACTIVO			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	68.955.622	163.445.642
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	40.310.094	23.994.889
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	6	-	20.758.102
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	8.576.461	9.944.275
Activos financeiros disponíveis para venda	8	79.422.026	73.074.604
Investimentos detidos até à maturidade	9	78.802.143	20.310.120
Crédito a Clientes	10	35.070.318	50.231.258
Activos não correntes detidos para venda	11	1.332.934	1.494.234
Outros activos tangíveis	12	2.261.823	2.211.374
Activos intangíveis	13	712.576	374.038
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	14	49.910	44.290
Activos por impostos correntes	15	186.704	100.159
Activos por impostos diferidos	15	-	387.735
Outros activos	16	2.143.781	1.433.990
TOTAL DE ACTIVO		317.824.392	367.804.710
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	17	733.524	708.032
Recursos de Clientes e outros empréstimos	18	265.657.775	337.729.460
Provisões	19	889.384	402.188
Passivos por impostos correntes	15	1.369.883	493.891
Passivos subordinados	20	5.050.620	5.045.386
OUTROS PASSIVOS	21	6.264.929	4.792.476
TOTAL DO PASSIVO		279.966.115	349.171.433
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Social	23	9.530.007	9.530.007
Reservas de reavaliação	22	(615.229)	(2.810.854)
Outras reservas e resultados transitados	22	11.915.145	4.036.364
Resultado líquido		17.028.354	7.877.760
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		37.858.277	18.633.277
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		317.824.392	367.804.710

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2017 E 2016

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE KWANZAS (AOA), EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO

(UN: Milhares de AOA)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Notas	2017	2016
Juros e rendimentos similares	25	32.456.734	19.737.873
Juros e encargos similares	25	(3.641.379)	(3.593.182)
MARGEM FINANCEIRA		28.815.355	16.144.691
Rendimentos de serviços e comissões	26	5.077.013	3.828.415
Encargos com serviços e comissões	26	(883.055)	(607.377)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	27	1.099.860	202.183
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	28	5.110	55.925
Resultados cambiais	29	2.718.234	3.822.090
Outros resultados de exploração	30	(3.023.995)	(1.357.621)
PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA		33.808.522	22.088.306
Custos com pessoal	31	(9.567.724)	(8.061.212)
Fornecimentos e serviços de terceiros	32	(5.275.097)	(4.264.106)
Depreciações e amortizações do exercício	12 e 13	(540.839)	(601.623)
Provisões líquidas de anulações	19	(320.153)	4.980
Imparidade para crédito a Clientes líquida de reversões e recuperações	10	(739.959)	(835.250)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	16	(88.828)	4.954
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		17.275.922	8.336.049
Impostos sobre os resultados	15	(247.568)	(458.289)
RESULTADO LÍQUIDO		17.028.354	7.877.760
Número médio de acções ordinárias emitidas		1.000.000	1.000.000
Resultados por acção básico (em kwanzas)	33	17.028	7.878
Resultados por acção diluído (em kwanzas)	33	17.028	7.878

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO 2017 E 2016

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE KWANZAS (AOA), EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO

(UN: Milhares de AOA)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	Notas	31/12/2017	31/12/2016
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		17.028.354	7.877.760
Outro rendimento integral do exercício			
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados			
Activos financeiros disponíveis para venda	15 e 22		
Variações no justo valor		2.335.785	(2.513.192)
Impacto fiscal		(140.160)	-
		2.195.625	(2.513.192)
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO		19.223.979	5.364.568

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO 2017 E 2016

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE KWANZAS (AOA), EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO

(UN: Milhares de AOA)

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	Capital Social	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados			Resultado líquido	Total do capital próprio	
			Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas			Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 PROFORMA	9.530.007	(297.662)	-	(1.236.537)	4,527	(1.232.010)	5.237.566	13.237.901
Outro rendimento integral:								
Alterações de justo valor	-	(2.513.192)	-	-	-	-	-	(2.513.192)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	7.877.760	7.877.760
TOTAL DE RENDIMENTO INTEGRAL NO EXERCÍCIO	-	(2.513.192)	-	-	-	-	7.877.760	5.364.568
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	9.530.007	(2.810.854)	748.012	3.285.717	2.635	4.036.364	7.877.760	18.633.277
Outro rendimento integral:								
Alterações de justo valor	-	2.195.625	-	-	-	-	-	2.195.625
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	17.028.354	17.028.354
TOTAL DE RENDIMENTO INTEGRAL NO EXERCÍCIO	-	2.195.625	-	-	-	-	17.028.354	19.223.979
Constituição de reservas	-	-	787.776	7.089.984	-	7.877.760	(7.877.760)	-
Outros movimentos	-	-	-	2.898	(1.877)	1.021	-	1.021
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	9.530.007	(615.229)	1.535.788	10.378.599	758	11.915.145	17.028.354	37.858.277

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO 2017 E 2016

MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE KWANZAS (AOA), EXCEPTO QUANDO EXPRESSAMENTE INDICADO

(UN: Milhares de AOA)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	Notas	31/12/2017	31/12/2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos		28.958.637	20.447.722
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos		(4.187.812)	(4.296.221)
Pagamentos a empregados e fornecedores		(14.842.821)	(12.325.318)
Outros resultados		(305.761)	2.464.469
FLUXOS DE CAIXA ANTES DAS ALTERAÇÕES NOS ACTIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS		9.622.243	6.290.652
(Aumentos)/Diminuições de activos operacionais:			
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito		20.737.875	(9.912.675)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		2.195.312	(1.919.442)
Activos financeiros disponíveis para venda		(2.909.506)	15.853.691
Investimentos detidos até à maturidade		(53.045.194)	(19.998.228)
Crédito a Clientes		15.149.004	965.173
Outros activos		(435.009)	(2.907.083)
FLUXO LÍQUIDO PROVENIENTE DOS ACTIVOS OPERACIONAIS		(18.307.518)	(17.918.564)
Recursos de Clientes e outros empréstimos		(71.704.337)	62.607.507
Outros passivos		2.835.641	704.820
FLUXO LÍQUIDO PROVENIENTE DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		(68.868.696)	63.312.327
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento		(77.553.971)	51.684.415
CAIXA LÍQUIDA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		(77.553.971)	51.684.415
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de outros activos tangíveis, líquidas de alienações		(204.975)	(273.888)
Aquisições de activos intangíveis, líquidas de alienações		(415.869)	(43.668)
CAIXA LÍQUIDA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		(620.844)	(317.556)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos e compras		-	-
CAIXA LÍQUIDA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes		(78.174.815)	51.366.859
Caixa e seus equivalentes no início do período		187.440.531	136.073.672
Efeitos da variação cambial em caixa e seus equivalentes		-	-
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO		109.265.716	187.440.531
CAIXA E EQUIVALENTES ENGLOBA:			
Caixa	4	2.904.184	3.315.394
Disponibilidades em bancos centrais	4	52.539.058	73.092.734
Disponibilidades em bancos centrais de natureza obrigatória	4	13.512.380	87.037.514
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	40.310.094	23.994.889
TOTAL		109.265.716	187.440.531

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

NOTA 1 – NOTA INTRODUTÓRIA

O Standard Bank de Angola, S.A. (doravante também designado por “Banco” ou “SBA”), é um Banco de capitais privados com sede no Condomínio Belas Business Park, Edifício Cuando Cubango, 8º andar, Talatona, Angola. O Banco foi autorizado a operar pelo BNA em 9 de Março de 2010, tendo iniciado a sua actividade operacional em 27 de Setembro de 2010.

O Banco tem como objectivo o exercício da actividade bancária nos termos permitidos por lei, que inclui a obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no BNA, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

No que se refere à estrutura accionista e conforme detalhado na Nota 23, o Banco é detido maioritariamente pelo Standard Bank da África do Sul em 51%. Na Nota 34 encontram-se detalhados os principais saldos e transacções com accionistas e outras entidades relacionadas.

Em Dezembro de 2017 e 2016, o Banco terminou o ano com 18 e 19 agências abertas, respectivamente.

NOTA 2 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

BASES DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do disposto no Aviso n.º 06/2016 de 22 de Junho, do BNA, as demonstrações financeiras do Standard Bank de Angola, S.A. são preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores. As demonstrações financeiras do Standard Bank de Angola, S.A. agora apresentadas reportam-se aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016. As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de AOA, arredondado ao milhar mais próximo. Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados e activos financeiros disponíveis para venda. Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os câmbios de AOA face às divisas relevantes para a actividade do Banco eram os seguintes:

	2017	2016
USD	165.924	165.903
EUR	185.400	185.379

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 1 de Março de 2018, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.1 TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (AOA) à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos financeiros disponíveis para venda.

2.2 CRÉDITO A CLIENTES

O crédito a Clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao Cliente. O crédito a Clientes é inicialmente registado ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos/proveitos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva destes instrumentos financeiros reconhecidos na margem financeira. A componente de juros é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de balanço, sendo os respectivos proveitos periodificados em resultados, ao longo da vida das operações de crédito, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos, salvo as situações em que apresentam incumprimento superior a 90 dias, sendo o reconhecimento dos juros suspenso até à sua regularização (Nota 2.13). Adicionalmente são periodificadas, pelo prazo da vida das operações, na margem de crédito as comissões cobradas relacionadas com as operações de crédito.

O crédito a Clientes é reconhecido em balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido, ou (iv) quando não existem perspectivas realistas da recuperação dos créditos, numa perspectiva, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, sendo os mesmos abatidos ao activo.

2.2.1 IMPARIDADE

A política do Banco consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num exercício posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre Clientes, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, poderá ser classificada como carteira com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre Clientes, que possam ser estimados de forma fiável.

De acordo com a IAS 39 o cálculo das perdas por imparidade divide a carteira de crédito em dois grandes blocos: 2.2.1.1 Análise individual e 2.2.1.2 Análise colectiva.

2.2.1.1 ANÁLISE INDIVIDUAL

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Banco avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade.

Na determinação das perdas por imparidade, em termos individuais, são considerados os seguintes factores:

- a exposição total de cada Cliente junto do Banco e a existência de crédito vencido;
- a viabilidade económico-financieira do negócio do Cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- a deterioração significativa no *rating* do Cliente;
- o património do Cliente em situações de liquidação ou falência;
- a existência de credores privilegiados;
- o montante e os prazos de recuperação estimados; e
- outros factores.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro contratual de cada operação e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas por imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

2.2.1.2 ANÁLISE COLECTIVA

Os créditos para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade são agrupados tendo por base características de risco semelhantes, com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite ao Banco o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerá em períodos futuros.

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva são calculadas através de duas perspectivas:

- Para grupos homogéneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou
- Em relação a perdas incorridas mas não identificadas (IBNR) em créditos para os quais não existe evidência objectiva de imparidade.

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

- Experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- Conhecimento das actuais envolventes económicas e creditícia e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e
- Período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

2.2.1.2.1 SEGMENTAÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO PARA ANÁLISE COLECTIVA

De acordo com a IAS 39, os Clientes não individualmente significativos são incluídos em segmentos homogéneos com risco de crédito semelhante, tendo em conta o modelo de gestão do Banco, e sujeitos à determinação de imparidade em base colectiva. Desta forma, pretende-se assegurar que, para efeitos de análise destas exposições e determinação dos parâmetros de risco, as mesmas apresentam características de risco semelhantes.

Relativamente à segmentação de exposições para efeitos de cálculo dos parâmetros de risco, o Banco decidiu realizar a mesma com base em dois vectores, nomeadamente, segmentação com base no tipo de Cliente e produto (populações homogéneas) e *buckets* de risco. Os Clientes/operações são classificados em cada momento temporal com base nesses dois vectores, sendo os mesmos a base para a posterior estimativa dos parâmetros de risco por segmento.

A carteira de crédito do Banco, para efeitos da análise colectiva, é segmentada tendo em consideração o segmento do Cliente, de acordo com os seguintes critérios:

- PBB: *Personal Banking (PB)*, *Business Banking (BB)*, *High Net worth Individual (HNI)*;
- CIB.

2.2.1.3 INDÍCIOS DE IMPARIDADE

De acordo com as IFRS, relativamente a um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros são incorridas perdas por imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de imparidade, como resultado de um ou mais acontecimentos que ocorreram após o reconhecimento inicial do activo e se esse acontecimento de perda tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou do grupo de activos financeiros, que possa ser fiavelmente estimado.

As instituições devem assegurar a identificação tempestiva das perdas incorridas e o respectivo reconhecimento contabilístico da imparidade associada, adoptando indícios de imparidade conservadores e apropriados a cada segmento de crédito. Desta forma, o Banco efectuou uma análise do perfil da sua carteira de crédito de forma a identificar os factores mais relevantes para a identificação de situações de degradação da situação creditícia dos seus Clientes.

2.2.1.3.1 INDÍCIOS DE IMPARIDADE PRIMÁRIOS

Na identificação dos indícios de imparidade que são relevantes para a sua carteira, o Banco definiu um conjunto de factores baseados em informação que está residente nos sistemas de informação e que, por isso, podem ser detectados através de processos automáticos.

O Banco considerou, de acordo com a sua capacidade de extracção de informação, como indícios de imparidade primários os seguintes:

Indício	Critério de entrada
Incumprimento	Cliente com pelo menos uma operação de crédito com atraso nos pagamentos superiores a 30 (trinta) dias junto da Instituição
Descobertos não autorizados	Existência de descobertos não autorizados, descobertos autorizados utilizados acima do limite formalmente contratualizado com os Clientes ou operações de crédito renováveis utilizadas de forma permanente em, pelo menos, 95% do limite inicialmente contratualizado nos últimos 12 (doze) meses
Redução da classificação interna de risco	Cliente com redução significativa da classificação interna de risco
Reestruturações por dificuldades financeiras	Cliente com pelo menos uma operação de crédito reestruturado por dificuldades financeiras nos últimos 12 (doze) meses, ou com perspectiva / pedido de reestruturação de crédito

2.2.1.3.2 INDÍCIOS DE IMPARIDADE COMPLEMENTARES

De forma a poder identificar um conjunto mais alargado de indícios de imparidade o Banco definiu um processo através do qual são identificados, de forma regular, um conjunto de factores para os Clientes significativos e que não apresentam indícios de imparidade primários. Esses indícios encontram-se descritos como segue:

Indício	Critério de entrada
CIRC	Cliente com pelo menos uma operação de crédito no sistema financeiro com atraso superior a 90 (noventa) dias, capital e juros abatidos/anulados ou em situação de contencioso, que represente mais de 2% das responsabilidades do Cliente junto do sistema financeiro, de acordo com a informação disponível na CIRC
Contencioso	Cliente com pelo menos uma operação de crédito em situação de contencioso nos últimos 5 (cinco) anos
Cheques devolvidos	Cliente com cheques devolvidos no sistema financeiro, disponível na CIRC
Dívidas fiscais e/ou à Segurança Social	Conhecimento por parte da instituição de existência de dívidas fiscais e/ou Segurança Social
Desemprego e/ou doença prolongada	Conhecimento por parte da instituição de situações de desemprego ou doença prolongada
Penhora de contas bancárias	Cliente com penhora de contas bancárias
Insolvência	Cliente com expectativa de insolvência ou objecto de processo de recuperação/reorganização financeira e/ou operacional
Decréscimo do valor da garantia	Crédito com decréscimo material do valor da garantia real (superior a 20%), quando tal resulte num rácio financiamento-garantia superior a 80% (no que se refere especificamente a operações de crédito associadas a projectos imobiliários)
Desaparecimento ou quebra significativa num mercado	Desaparecimento ou quebra significativa num mercado relevante para o mutuário
Decréscimo na estimativa dos fluxos de caixa futuros	Dados objectivos que apontam para um decréscimo mensurável na estimativa dos fluxos de caixa futuros, associados a uma exposição ou grupo de exposições

2.2.1.4 CRITÉRIOS DE MATERIALIDADE

De acordo com os requisitos definidos pela IAS 39 uma entidade deve avaliar primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente para activos financeiros que sejam individualmente significativos, devendo ser analisadas individualmente as exposições que sejam significativas face ao perfil e à dimensão da carteira de crédito.

De forma a identificar as exposições individualmente significativas o Banco definiu o montante de capitais próprios da instituição como o referencial para a identificação de exposições significativas. Os critérios definidos pelo Banco para a identificação de Clientes ou grupos económicos individualmente significativos foram os seguintes:

- i. Exposições sem indícios de imparidade superiores a 0,5% dos capitais próprios; e
- ii. Exposições com indícios de imparidade superiores a 0,1% dos capitais próprios.

O montante global de exposição de cada Cliente / grupo económico considera a aplicação de factores de conversão para as exposições extrapatrimoniais.

2.2.1.5 DEFINIÇÃO DE CLASSES DE RISCO

No âmbito da determinação das perdas por imparidade para créditos analisados em base colectiva, o Banco efectua a classificação das exposições nas seguintes classes de risco:

- i. "Carteira de crédito Normal": empréstimos que estão a decorrer dentro dos prazos expectáveis e nunca foram reestruturados / modificados devido a dificuldades financeiras do Cliente ou empréstimos que nunca entraram em incumprimento;
- ii. "Carteira de crédito Curado (Cliente curado)": empréstimos que entraram em incumprimento e foram curados (actualmente em vigor) devido à capacidade do Cliente em realizar o reembolso integral e restabelecer o *status* de desempenho;
- iii. "Carteira de crédito reestruturado (reestruturado)": empréstimos com prazos originais que foram reestruturados ou modificados pelo Banco devido a dificuldades financeiras dos Clientes, resultando no Cliente ser capaz de fornecer o reembolso total no cumprimento dos termos modificados / reestruturados do contrato.

2.2.1.6 PERÍODO DE EMERGÊNCIA

O processo de cálculo do parâmetro de risco de probabilidade de incumprimento (PD) tem por base a segmentação definida pelo Banco, sendo que cada segmento representa um grupo homogéneo de Clientes/operações. É necessário assegurar que cada segmento de cálculo de PD é homogéneo face aos seus Clientes e heterogéneo entre si. Desta forma é possível assegurar que o risco é gerido de forma homogénea nos diversos segmentos da carteira, logo dois Clientes com perfis de risco idênticos terão probabilidades de incumprimento idênticas.

O apuramento de imparidade para perdas incorridas mas não reportadas, depende da definição do período de emergência, que corresponde ao período de tempo entre o evento de incumprimento e a observação desse incumprimento pelo Banco.

O Banco assumiu como período de emergência um período de 12 meses.

2.2.1.7 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE COLATERAIS

A avaliação das garantias é assegurada de forma regular, para que o Banco disponha de informação actualizada sobre o valor destes instrumentos e, conseqüentemente, da sua capacidade de mitigação do risco das operações de crédito. Os sistemas operacionais do Banco, geram relatórios que permitem monitorizar as datas nas quais deverão ser executadas as reavaliações de colaterais.

2.2.1.7.1 FASE DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

No âmbito das condições de aprovação das operações de crédito, sempre que é definida a necessidade de obter uma garantia por parte do Cliente, caso a tipologia da garantia ou colateral identificada implique um pedido de avaliação para a definição e validação do seu valor, o Banco solicita avaliação da garantia junto das empresas de avaliação externa, devidamente certificadas.

2.2.1.7.2 FASE DE ACOMPANHAMENTO DE CRÉDITO

Relativamente ao processo de reavaliação periódica de colaterais, tendo por base os requisitos do Aviso n.º 10/2014 emitido pelo BNA, nomeadamente no que respeita aos critérios que foram definidos para a realização de uma nova avaliação dos colaterais hipotecários, foi definido que o Banco será responsável pela identificação das garantias que são sujeitas a reavaliação e desencadeia o respectivo processo junto de avaliadores externos.

2.2.1.7.3 FASE DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

Sempre que relevante no âmbito do processo de recuperação de crédito, e de forma a determinar o montante recuperável do crédito através da execução das garantias existentes ou para suportar uma operação de reestruturação de crédito, o Banco pode solicitar a reavaliação das garantias associadas aos empréstimos, sempre que tiver um incumprimento acima de 90 dias.

O valor de avaliação de cada tipo de garantia é determinado tendo por base as especificidades de cada um destes instrumentos, considerando os seguintes critérios:

(i) Imóveis

O valor de avaliação é considerado como valor garantido, o valor mínimo entre o valor de avaliação e o montante máximo de hipoteca, ao qual é previamente subtraído o montante de outras hipotecas não pertencentes ao Banco e com prioridade sobre o mesmo, sempre que essa informação estiver disponível.

De acordo com o Aviso n.º 10/2014, emitido em Dezembro de 2014 pelo BNA, sobre as garantias aceites para fins prudenciais, os direitos sobre propriedade imobiliária devem ser objecto de reavaliação, no mínimo, de 2 em 2 anos, sempre que a posição em risco represente:

- Um montante igual ou superior a 1% do total da carteira de crédito da instituição ou igual ou superior a 100.000.000 AOA; ou
- Situações de crédito vencido há mais de 90 dias e/ou outros indícios materiais de imparidade desde que a última data de avaliação seja superior a 6 meses; ou
- Situações em que sejam identificadas alterações de outra natureza nas condições de mercado com um potencial impacto relevante no valor dos activos imobiliários e/ou num grupo ou mais de activos imobiliários com características semelhantes.

Os valores e datas de avaliação das garantias são registados no sistema de gestão de colaterais.

(ii) Penhor de Depósitos a Prazo

O valor da garantia será o valor nominal do depósito, bem como os respectivos juros (caso se encontrem igualmente penhorados).

(iii) Outras Garantias Recebidas

Relativamente a outras garantias recebidas, designadamente penhores de equipamentos, de marcas e de obras de arte, é considerado o valor de mercado determinado com base numa avaliação actualizada, com uma antiguidade inferior a 1 ano, a ser realizada por uma entidade idónea e com competência específica tendo em conta a natureza particular de cada garantia recebida. É condição necessária para a avaliação desta tipologia de garantias, a validação da propriedade, salvaguarda e condições de funcionamento dos bens subjacentes.

As eventuais excepções a esta regra são sujeitas a julgamento profissional, e são aplicados descontos ajustados à natureza específica dos activos.

No caso de não existir uma avaliação da garantia, ou não se conseguir garantir a propriedade e salvaguarda dos bens, o valor da garantia recebida não é considerado para efeitos de apuramento de perdas por imparidade.

Tendo em conta as dificuldades subjacentes a uma correcta e criteriosa avaliação deste tipo de garantias recebidas, o Banco tem optado por seguir uma abordagem conservadora e não as considerar enquanto mitigadores de risco de crédito.

2.2.1.8 REVERSÃO DE IMPARIDADE

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminuir, e a diminuição puder ser objectivamente relacionada com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida. A quantia da reversão é reconhecida nos resultados do exercício.

2.2.2 CRÉDITOS ABATIDOS AO ACTIVO

A anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspectiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos. Essa anulação é efectuada pela utilização de perdas de imparidade correspondendo a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

2.2.3 CARTAS DE CRÉDITO

O Banco reclassifica para Crédito a Clientes, por contrapartida de Outros Passivos, todas as cartas de crédito para as quais já tenha recebido toda a documentação de suporte necessária para proceder aos pagamentos contratualmente definidos, uma vez que a partir desse momento a responsabilidade dos pagamentos passa a ser efectiva. Assim existe um registo do passivo do Banco na rubrica Outros Passivos (Nota 21), por contrapartida da responsabilidade do Cliente para com o Banco na rubrica de Crédito (Nota 10).

2.2.4 CRÉDITO TITULADO

Os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado e que o Banco não tenha a intenção de venda imediata nem num futuro próximo são classificados nesta categoria.

O Banco apresenta nesta categoria, para além do crédito concedido, obrigações não cotadas. Os activos financeiros aqui reconhecidos são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade.

2.3 OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.3.1 CLASSIFICAÇÃO

O Banco reconhece contas a receber e a pagar, depósitos, títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros instrumentos financeiros são reconhecidos na data da transacção, que é o momento a partir do qual o Banco se torna parte integrante do contrato e são classificados considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as categorias descritas seguidamente.

Um activo ou passivo financeiro é inicialmente mensurado no balanço do Standard Bank de Angola, S.A. ao justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis à aquisição ou emissão, excepto se forem itens registados ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos como gastos do exercício.

De acordo com a IFRS13, entende-se por justo valor o preço que seria recebido pela venda de um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção efectuada entre participantes no mercado à data da mensuração. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transacção.

2.3.1.1 ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

2.3.1.1.1 DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os activos financeiros detidos para negociação, são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de activos, normalmente de títulos ou derivados, em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo.

A avaliação destes activos é efectuada diariamente com base no justo valor, tendo em consideração o risco de crédito próprio, e das contrapartes das operações. No caso das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de alteração de justo valor são reconhecidos em resultados.

As operações de derivados são sujeitas a análise de risco de crédito, sendo o respectivo valor ajustado por contrapartida de prejuízos em operações financeiras.

2.3.1.1.2 DESIGNADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

A designação de activos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*fair value option*) pode ser realizada desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- i. os activos ou passivos financeiros são geridos, avaliados e reportados internamente ao seu justo valor;
- ii. a designação elimina ou reduz significativamente o *mismatch* contabilístico das transacções; ou
- iii. os activos ou passivos financeiros contêm derivados embutidos que alteram significativamente os fluxos de caixa dos contratos originais (*host contracts*).

Os activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados no momento inicial, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira com base na taxa de juro efectiva de cada transacção, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

2.3.1.2 INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Nesta categoria são reconhecidos activos financeiros não derivados, nomeadamente títulos de rendimento fixo de curto prazo, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Banco tem a intenção e capacidade de os manter no seu balanço até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de activos financeiros. Estes activos financeiros são reconhecidos ao custo amortizado no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva. O juro é calculado através do método da taxa de juro efectiva e reconhecido em margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará o Banco a reclassificar integralmente esta carteira para activos financeiros disponíveis para venda e ficará durante dois anos impossibilitado de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

2.3.1.3 ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

São activos financeiros não derivados que: (i) o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções e posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que os activos sejam alienados ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados.

Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" da demonstração dos resultados. A flutuação cambial dos títulos de dívida em moeda estrangeira são registados na demonstração de resultados. Para os instrumentos de capital, por se tratarem de activos não monetários, a flutuação cambial é reconhecida na Reserva de justo valor (Capitais próprios), como uma componente integrante do respectivo justo valor.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva na margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável.

2.3.1.4 CONTAS A RECEBER

Os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado e que o Banco não tenha a intenção de venda imediata, nem num futuro próximo, podem ser classificados nesta categoria.

O Banco apresenta nesta categoria, para além do crédito concedido, obrigações não cotadas com a finalidade de cumprimento das reservas mínimas obrigatórias em moeda estrangeira estabelecidas pelo BNA.

Os activos financeiros aqui reconhecidos são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os juros, periodificados pelo prazo das operações são reconhecidos em margem financeira.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

2.3.1.5 PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento financeiro é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de uma liquidação a ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou outro activo financeiro, independente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de Clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os juros são periodificados pelo prazo das operações e reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados no momento em que ocorrem.

O Banco classifica os seus passivos financeiros que não garantias e compromissos, mensurados ao custo amortizado, sendo divulgado nestas notas anexas às demonstrações financeiras o apuramento do justo valor destes passivos.

2.3.2 RECONHECIMENTO INICIAL E MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE

2.3.2.1 CUSTO AMORTIZADO

O custo amortizado de um activo ou passivo financeiro é o montante pelo qual um activo ou passivo financeiro é reconhecido inicialmente, deduzido de recebimentos de capital, acrescido ou deduzido de amortizações acumuladas, decorrentes da diferença entre o valor inicialmente reconhecido e o montante na maturidade, menos as reduções decorrentes de perdas por imparidade.

2.3.2.2 MENSURAÇÃO AO JUSTO VALOR

O justo valor é o preço que seria recebido ao vender um activo, ou pago para transferir um passivo, numa transacção corrente entre participantes de mercado à data da mensuração ou, na sua ausência, o mercado mais vantajoso a que o Banco tem acesso para efectuar a transacção aquela data. O justo valor de um passivo também reflecte o risco de crédito do próprio Banco.

Quando disponível, o justo valor de um investimento é mensurado utilizando a sua cotação de mercado num mercado activo para aquele instrumento. Um mercado é considerado activo se houver frequência e volume de transacções suficientes de forma a que exista uma cotação de preços numa base constante.

Se não houver cotação num mercado activo, o Banco utiliza técnicas de valorização que maximizem a utilização de dados de mercado observáveis e minimizem a utilização de dados não observáveis em mercado. A técnica de valorização escolhida incorpora todos os factores que um participante no mercado levaria em consideração para calcular um preço para a transacção.

2.3.2.3 IDENTIFICAÇÃO E MENSURAÇÃO DE IMPARIDADE

Adicionalmente à análise de imparidade sobre os créditos a Clientes, em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade para todos os restantes activos financeiros que não estejam registados ao justo valor através de resultados.

Em conformidade com o IAS 39, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para os títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.3.3 TRANSFERÊNCIAS ENTRE CATEGORIAS

O Banco apenas procederá à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa de juro efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa de juro efectiva.

2.3.4 DESRECONHECIMENTO

O Banco desreconhece os seus activos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos financeiros foram transferidos ou na qual o Banco nem transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios e não mantém controlo dos activos financeiros.

O Banco procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados, extintos ou expirados.

2.4 OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

2.4.1 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

2.4.2 CUSTOS SUBSEQUENTES

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.4.3 AMORTIZAÇÕES

Os terrenos não são amortizados. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de anos
IMÓVEIS DE SERVIÇO PRÓPRIO	50
OBRAS EM IMÓVEIS ARRENDADOS	4 A 7
EQUIPAMENTO	
Mobiliário e material	4 a 8
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Equipamento informático / ATM	3 a 6
Material de transporte	3 a 4
Equipamento de segurança	4 a 15

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, a IAS 36 – Imparidade de activos, exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.5 ACTIVOS INTANGÍVEIS

2.5.1 SOFTWARE

Os custos incorridos com a aquisição e software a terceiras entidades são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados linearmente pelo período da vida útil estimado de 3 a 5 anos.

2.5.2 ENCARGOS COM PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Até à presente data, o Banco não reconheceu quaisquer activos intangíveis gerados internamente.

2.5.3 CERTIFICADOS ESCOLARES

Os custos incorridos com a aquisição dos certificados escolares são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes certificados geram e continuarão a gerar benefícios económicos, e têm uma vida útil indefinida pelo que não são amortizados.

2.6 EMPRÉSTIMO DE TÍTULOS E TRANSAÇÕES COM ACORDO DE RECOMPRA

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.3. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a Clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa de juro efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou Clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa de juro efectiva.

2.7 INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS, E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Os investimentos em filiais e associadas são contabilizados nas demonstrações financeiras do Banco ao seu custo histórico deduzido de quaisquer perdas por imparidade.

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Banco. O Banco controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Banco exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Banco detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Banco não possui influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Banco é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transacções materiais entre o Banco e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão; e
- fornecimento de informação técnica essencial.

2.7.1 IMPARIDADE

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado sempre que existam sinais de evidência de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subseqüentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

2.8 ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (IFRS 5)

O Banco classifica em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem (Nota 11).

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas por peritos externos.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

2.9 LOCAÇÕES

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras, ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.10 IMPOSTOS SOBRE LUCROS (IAS 12)

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

2.10.1 IMPOSTO CORRENTE

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Com a publicação da Lei n.º 19/2014 que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2015, o Imposto Industrial é objecto de liquidação provisória numa única prestação a ser efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a Imposto sobre Aplicação de Capitais (IAC), independentemente da existência de matéria colectável no exercício.

2.10.2 IMPOSTO DIFERIDO

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do *goodwill*, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Banco procede, conforme estabelecido na IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

2.11 BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

2.11.1 REMUNERAÇÃO VARIÁVEL PAGA AOS COLABORADORES E ADMINISTRADORES

O Banco atribui remunerações variáveis aos seus Colaboradores e Administradores em resultado do seu desempenho (prémios de desempenho). Compete ao Comité de Gestão de Capital Humano fixar os respectivos critérios de alocação a cada Colaborador e Administrador, respectivamente, sempre que a mesma seja atribuída. A remuneração variável atribuída aos Colaboradores e Administradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito, apesar do seu pagamento ocorrer apenas no exercício seguinte (Nota 21).

2.11.2 PROVISÃO PARA FÉRIAS E SUBSÍDIO DE FÉRIAS

A Lei Geral do Trabalho (LGT) determina que o montante de subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, o Banco releva contabilisticamente no exercício os valores relativos a férias e subsídio de férias pagáveis no ano seguinte, e férias não gozadas pagáveis em caso de saída do Colaborador (Nota 21).

2.12 PROVISÕES (IAS 37)

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, provisões correspondentes ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

2.13 RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (Nota 25), de acordo com os prazos das operações subjacentes, à excepção dos juros de activos financeiros disponíveis para venda e investimentos detidos até à maturidade, que são reconhecidos de acordo como método da taxa de juro efectiva.

Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva de activos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira (Nota 25) assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados ou ao custo amortizado.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Banco inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido, o Banco suspende o reconhecimento de proveitos a partir dos 90 dias de atraso e até ao momento em que o Cliente regularize a situação, por se considerar, no âmbito da IAS 18 – Rédito, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a activos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de *fair value option*, a componente de juro é reconhecida em juros e rendimentos similares ou em juros e encargos similares (Nota 25). Com referência a 31 de Dezembro de 2017, o Banco não tem estas operações.

2.14 RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões (Nota 26) são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- i) quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- ii) quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira (Nota 25).

2.15 RESULTADOS DE ACTIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS E DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os resultados de activos avaliados ao justo valor através de resultados (Nota 27) incluem os ganhos e perdas gerados por activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, nomeadamente das carteiras de negociação e de outros activos e passivos ao justo valor através de resultados, incluindo derivados embutidos e dividendos associados a estas carteiras. As variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura e dos instrumentos cobertos, quando aplicável a relações de cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas. O Banco não tem contabilidade de cobertura.

Os resultados de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 28) incluem as valias nas vendas de activos financeiros disponíveis para venda.

2.16 GARANTIAS FINANCEIRAS E COMPROMISSOS

Garantias financeiras (Nota 24) são contratos que obrigam o Banco a efectuar pagamentos específicos de forma a reembolsar o detentor por uma perda incorrida em virtude de um devedor falhar o cumprimento de um pagamento. Compromissos (Nota 24) são compromissos firmes com o objectivo de fornecer crédito ao abrigo de condições pré-determinadas.

Passivos que decorrem de garantias financeiras, ou compromissos dados para fornecer um empréstimo a uma taxa de juro abaixo do valor de mercado, são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo o justo valor inicial amortizado durante o período de vida útil da garantia ou compromisso. Subsequentemente o passivo é registado ao mais alto entre o valor amortizado e o valor presente de qualquer pagamento expectável para liquidar.

2.17 RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção básicos (Nota 33) são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são apresentadas nesta Nota, tendo como objectivo melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 anexa às demonstrações financeiras.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1 IMPARIDADE DOS ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O Banco determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor, ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Banco recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito, considera-se como indicador da existência de imparidade nos títulos de dívida sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*), os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Banco.

3.2 JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS E OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3 PERDAS POR IMPARIDADE EM CRÉDITO A CLIENTES

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na Nota 2.2.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associados a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Banco.

3.4 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E IMPOSTOS DIFERIDOS

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

A AGT tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco durante um período de cinco anos. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

NOTA 4 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

A rubrica de caixa e disponibilidades em bancos centrais é composta por:

(UN: Milhares de AOA)

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	2.904.184	3.315.394
Disponibilidades em bancos centrais	66.051.438	160.130.248
BNA	66.051.438	160.130.248
	68.955.622	163.445.642

A rubrica Disponibilidades no BNA inclui depósitos de carácter obrigatório, no montante de 52.539.058 milhares de AOA (31 de Dezembro de 2016: 73.092.734 milhares de AOA), que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de reservas mínimas obrigatórias. De acordo com o Instrutivo n.º 06/2017 do BNA, de 1 de Dezembro de 2017, as reservas mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no BNA, são apuradas de acordo com a seguinte tabela:

		Moeda Nacional	Moeda estrangeira
Taxas sobre Base de Incidência			
Governo Central, Governos Locais e Administradores Municipais	Apuramento diário	50%/75%	100%
	Outros sectores	21%	15%*

* 80% deste saldo deve ser através de obrigações do tesouro em USD (Nota 10)

O cumprimento das reservas mínimas obrigatórias, para um dado período de observação semanal (Outros Sectores), é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco durante o referido período. Em 31 de Dezembro de 2017, o montante de exigibilidades totais (Governo Central, Governos Locais, Administrações Locais e Outros Sectores) ascende a 62.042.931 milhares de AOA (2016: 92.358.380 milhares de AOA). Para o cumprimento das reservas mínimas em moeda estrangeira, a legislação aplicável em 2017 considera elegíveis até 80% as obrigações do tesouro em moeda estrangeira pertencentes à carteira própria registada no SIGMA emitidas a partir de 2015. Para o cumprimento das reservas mínimas em moeda nacional, são elegíveis também até ao limite de 80% os créditos em moeda nacional concedidos a projectos dos sectores da agricultura, pecuária, silvicultura e pescas, desde que sejam de maturidade superior ou igual a 24 meses.

Em 31 de Dezembro de 2017 estes saldos ascendem a 9.503.873 milhares de AOA (2016:19.265.645 milhares de AOA), sendo apenas relacionados com títulos do tesouro. A diminuição destes saldos face a 2016 está relacionada com o facto da legislação aplicável em 2016 considerar também títulos do tesouro em moeda nacional como elegíveis para o cumprimento de reserva em moeda nacional.

NOTA 5 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O saldo da rubrica disponibilidades em outras instituições de crédito é composto, quanto à sua natureza, como segue:

(UN: Milhares de AOA)

	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Outras disponibilidades	47.151	7.225
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	40.262.943	23.987.664
	40.310.094	23.994.889

NOTA 6 – APLICAÇÕES EM BANCOS CENTRAIS E EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, é analisada como segue:

(UN: Milhares de AOA)

	31/12/2017	31/12/2016
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO ESTRANGEIRO		
Aplicações de muito curto prazo	-	20.758.102
		20.758.102

Em 31 de Dezembro de 2016, as aplicações em instituições de crédito no estrangeiro de muito curto prazo correspondem a depósitos *overnight* com o Standard Bank de África do Sul e Standard Bank de *Isle of Man* (Nota 34), com uma taxa de juro média de 0,91%.

NOTA 7 – ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica activos financeiros ao justo valor através de resultados apresenta os seguintes valores:

(UN: Milhares de AOA)

31/12/2017	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio / Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS TÍTULOS									
- Obrigações do tesouro	AOA	USD	6,25%	12.560.911	7.595.097	123.685	(20.507)	(19.581)	7.678.694
- Bilhetes do tesouro	AOA	n.a.	21,6%	1.001.956	897.767	-	-	-	897.767
				13.562.867	8.492.864	123.685	(20.507)	(19.581)	8.576.461

(UN: Milhares de AOA)

31/12/2016	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio / Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS TÍTULOS									
- Obrigações do tesouro	AOA	USD	6,25%	6.409.477	6.251.815	28.375	67.716	16.594	6.364.500
- Bilhetes do tesouro	AOA	n.a.	20,4%	4.000.000	3.362.705	-	279.449	(62.379)	3.579.775
				10.409.477	9.614.520	28.375	347.165	(45.785)	9.944.275

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados encontram-se mensurados ao justo valor de acordo com o nível 2, em conformidade com o disposto na IFRS 13 (Nota 35).

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o escalonamento dos activos financeiros ao justo valor através de resultados por prazos de maturidade é como segue:

(UN: Milhares de AOA)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos	15.995	4.538.585	4.021.881	8.576.461
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	15.995	4.538.585	4.021.881	8.576.461
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos	-	3.985.269	5.959.006	9.944.275
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	-	3.985.269	5.959.006	9.944.275

NOTA 8 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é analisada como segue:

(UN: Milhares de AOA)

31/12/2017	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio / desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA									
- Bilhetes do tesouro	AOA	n.a.	22,82%	69.847.000	58.666.761	-	5.809.936	542.222	65.018.919
- Obrigações do tesouro	AOA	Taxa fixa	7,25%	18.000.000	13.491.719	56.168	2.012.730	(1.157.451)	14.403.107
				87.847.000	72.158.480	56.168	7.822.666	(615.229)	79.422.026

(UN: Milhares de AOA)

31/12/2016	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio / desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA									
- Bilhetes do tesouro	AOA	n.a.	19,25%	65.748.699	56.430.088	-	3.512.447	(1.134.640)	58.807.895
- Obrigações do tesouro	AOA	Taxa fixa	7,25%	20.000.000	15.469.330	94.936	838.645	(2.136.202)	14.266.709
				85.748.699	71.899.418	94.936	4.351.092	(3.270.842)	73.074.604

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.2.3, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 35.

O modelo de valorização do justo valor da carteira de activos financeiros disponíveis para venda considera como taxa de desconto as correspondentes às últimas emissões dos bilhetes de tesouro a 364 dias verificadas em 2017 para a totalidade da carteira de bilhetes de tesouro e obrigações emitidas em kwanzas (excluindo obrigações indexadas ao dólar). Consequentemente, a variação na reserva de justo valor em 31 de Dezembro de 2017 é explicada pelo aumento das taxas dos bilhetes do tesouro (Nota 35).

Os activos financeiros disponíveis para venda encontram-se mensurados ao justo valor de acordo com o nível 2, em conformidade com o disposto na IFRS 13 (Nota 35).

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

(UN: Milhares de AOA)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos	20.186.841	44.832.077	14.403.108	79.422.026
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	20.186.841	44.832.077	14.403.108	79.422.026
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos	16.208.364	44.594.756	12.271.484	73.074.604
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	16.208.364	44.594.756	12.271.484	73.074.604

NOTA 9 – INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica investimentos detidos até à maturidade apresenta os seguintes valores:

(UN: Milhares de AOA)

31/12/2017	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio / Desconto	Valor de Balanço
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE								
- Bilhetes do tesouro	AOA	n.a.	23,89%	76.302.500	61.667.162	-	5.375.333	67.042.495
- Obrigações do tesouro em moeda nacional	AOA	Taxa fixa	12,25%	14.000.000	11.376.260	215.221	168.167	11.759.648
				90.302.500	73.043.422	215.221	5.543.500	78.802.143

(UN: Milhares de AOA)

31/12/2016	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio / Desconto	Valor de Balanço
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE								
- Bilhetes do tesouro	AOA	n.a.	22,12%	23.258.000	19.998.228	-	311.892	20.310.120
				23.258.000	19.998.228	-	311.892	20.310.120

O justo valor da carteira de investimentos detidos até à maturidade encontra-se apresentado na Nota 35.

O Banco avaliou com referência a 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016 a existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de investimentos detidos até à maturidade, não tendo verificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade por prazos de vencimento é como segue:

(UN: Milhares de AOA)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Total
Bilhetes do tesouro de emissores públicos nacionais	7.973.320	59.069.175	-	67.042.495
Obrigações do tesouro de emissores públicos nacionais	-	-	11.759.648	11.759.648
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	7.973.320	59.069.175	11.759.648	78.802.143
Bilhetes do tesouro de emissores públicos nacionais	5.064.912	15.245.208	-	20.310.120
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	5.064.912	15.245.208	-	20.310.120

NOTA 10 – CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é analisada como segue:

(UN: Milhares de AOA)

	31/12/2017	31/12/2016
CRÉDITO INTERNO		
A empresas	30.577.344	42.218.113
Empréstimos	12.458.784	17.092.263
Obrigações do tesouro	10.523.845	10.522.513
Descobertos	7.088.703	13.465.284
Leasing	156.004	352.690
Cartas de crédito	350.008	785.363
A particulares	4.629.751	7.974.930
Habituação	669.079	925.972
Consumo e outros	3.960.672	7.048.958
	35.207.095	50.193.043
CRÉDITO E JUROS VENCIDOS		
Até 3 meses	547.504	515.696
De 3 meses a 1 ano	672.597	1.202.612
De 1 a 3 anos	120.385	183.461
	1.340.486	1.901.769
	36.547.581	52.094.812
PERDAS POR IMPARIDADE	(1.477.263)	(1.863.554)
	35.070.318	50.231.258

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o Banco classificou em Crédito a Clientes as obrigações do tesouro em USD, remuneradas a uma taxa de 5%, com maturidade em 10 de Dezembro de 2022, que têm como objectivo o cumprimento das reservas obrigatórias em moeda estrangeira (Nota 4).

Adicionalmente classificou em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 nesta rubrica, por contrapartida de Outros Passivos, as cartas de crédito cuja documentação para proceder aos pagamentos contratualmente definidos foi recebida na totalidade, uma vez que a partir desse momento a responsabilidade dos pagamentos passa a ser efectiva.

O escalonamento do crédito a Clientes por prazos de vencimento, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, é como segue:

(UN: Milhares de AOA)

	31/12/2017	31/12/2016
Até 3 meses	6.132.019	4.323.999
De 3 meses a um ano	3.475.645	11.552.494
De um a cinco anos	25.801.069	21.519.837
Mais de cinco anos	892.387	12.402.598
Duração indeterminada	246.461	2.295.884
	36.547.581	52.094.812

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo foram os seguintes:

(UN: Milhares de AOA)

	31/12/2017	31/12/2016
SALDO INICIAL	1.863.554	1.793.092
Dotações	1.309.393	1.588.436
Utilizações (Nota 24)	(1.126.250)	(816.166)
Reversões	(569.434)	(753.186)
Transferências	-	51.084
Diferenças de câmbio e outras	-	294
SALDO FINAL	1.477.263	1.863.554

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Utilizações corresponde aos créditos desreconhecidos do balanço (abatidos ao activo).

A distribuição do crédito a Clientes por tipo de taxa é como segue:

(UN: Milhares de AOA)

	31/12/2017	31/12/2016
Taxa fixa	18.187.590	23.314.103
Taxa variável	18.359.991	28.780.709
	36.547.581	52.094.812

O detalhe das exposições e imparidade do crédito concedido a Clientes constituída por segmento e por intervalo de dias de atraso é como segue:

(UN: Milhares de AOA)

Segmento	Exposição 31/12/2017					Imparidade 31/12/2017			
	Exposição total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Grandes Empresas e Banca de Investimento	27.856.849	27.856.849	256.947	-	-	-	250.655	250.655	-
Pequenas e Médias Empresas	3.147.835	2.720.495	48.514	72.333	427.339	322.825	116.968	47.726	69.242
Particulares	5.542.897	4.629.751	9.869	9.672	913.147	24.275	1.109.640	286.088	823.552
TOTAL	36.547.581	35.207.095	315.330	82.005	1.340.486	347.100	1.477.263	584.469	892.794

(UN: Milhares de AOA)

Segmento	Exposição 31/12/2016					Imparidade 31/12/2016			
	Exposição total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Grandes Empresas e Banca de Investimento	39.880.643	39.880.643	-	-	-	-	358.639	358.639	-
Pequenas e Médias Empresas	3.053.473	2.337.469	28.657	-	716.004	445.394	247.578	48.632	198.946
Particulares	9.160.696	7.974.931	4.227	2.982	1.185.765	43.855	1.257.337	473.284	784.053
TOTAL	52.094.812	50.193.043	32.884	2.982	1.901.769	489.249	1.863.554	880.555	982.999

(UN: Milhares de AOA)

SEGMENTO	Exposição 31/12/2017								Imparidade 31/12/2017					
	Crédito em cumprimento				Crédito em incumprimento				Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento			
	Exposição total	Sem indícios	Com indícios	Sub-total	Dias de atraso < 30 dias de atraso		Dias de atraso entre 30 e 90 dias de atraso	Dias de atraso <= 90 dias de atraso	Dias de atraso > 90 dias de atraso	Imparidade total	Dias de atraso < 30 dias de atraso	Dias de atraso entre 30 e 90 dias de atraso	Dias de atraso <= 90 dias de atraso	Dias de atraso > 90 dias de atraso
Grandes Empresas e Banca de Investimento	27.856.849	27.856.849	-	27.856.849	-	-	-	-	250.655	250.655	-	-	-	
Pequenas e Médias Empresas	3.147.835	2.022.597	697.898	2.720.495	-	380.457	46.883	116.968	47.726	-	-	42.419	26.823	
Particulares	5.542.897	4.289.711	121.414	4.411.125	218.626	167.046	746.100	1.109.640	206.719	79.369	163.636	659.916		
TOTAL	36.547.581	34.169.157	819.312	34.988.469	218.626	547.503	792.983	1.477.263	505.100	79.369	206.055	686.739		

(UN: Milhares de AOA)

SEGMENTO	Exposição 31/12/2016								Imparidade 31/12/2016					
	Crédito em cumprimento				Crédito em incumprimento				Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento			
	Exposição total	Sem indícios	Com indícios	Sub-total	Dias de atraso < 30 dias de atraso		Dias de atraso entre 30 e 90 dias de atraso	Dias de atraso <= 90 dias de atraso	Dias de atraso > 90 dias de atraso	Imparidade total	Dias de atraso < 30 dias de atraso	Dias de atraso entre 30 e 90 dias de atraso	Dias de atraso <= 90 dias de atraso	Dias de atraso > 90 dias de atraso
Grandes Empresas e Banca de Investimento	39.880.643	36.130.931	3.444.521	39.575.452	305.191	-	-	-	358.639	343.841	14.798	-	-	
Pequenas e Médias Empresas	3.053.473	1.804.827	527.574	2.332.401	5.068	489.524	226.480	247.578	45.876	2.756	102.042	96.904		
Particulares	9.160.696	7.323.295	134.254	7.457.549	517.382	26.172	1.159.593	1.257.337	311.163	162.121	17.340	766.713		
TOTAL	52.094.812	45.259.053	4.106.349	49.365.402	827.641	515.696	1.386.073	1.863.554	700.880	179.675	119.382	863.617		

O detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de concessão das operações relativas a 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

(UN: Milhares de AOA)

Ano de concessão	31/12/2017								
	Grandes Empresas e Banca de Investimento			Pequenas e Médias Empresas			Particulares		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2012 e anteriores	5	3.831.384	47.561	2	550.247	14.961	112	28.764	1.762
2013	2	5.287.662	16.608	21	453.651	2.858	799	538.273	220.400
2014	24	6.572.798	168.700	55	304.170	55.733	2.976	1.581.610	442.985
2015	3	10.951.908	8.636	18	31.479	230	4.160	1.544.238	330.214
2016	4	789.826	7.268	21	635.295	2.779	506	731.449	59.135
2017	2	423.271	1.882	22	1.172.993	40.407	2.151	1.118.563	55.144
TOTAL	40	27.856.849	250.655	139	3.147.835	116.968	10.704	5.542.897	1.109.640

(UN: Milhares de AOA)

Ano de concessão	31/12/2016								
	Grandes Empresas e Banca de Investimento			Pequenas e Médias Empresas			Particulares		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2011 e anteriores	6	7.708.834	144.537	-	-	-	35	2.398	506
2012	2	678.243	13.572	2	551.542	10.527	296	34.075	10.543
2013	15	9.795.616	52.576	23	820.894	44.059	2.502	1.560.319	215.736
2014	33	8.644.980	115.050	54	281.354	92.361	3.898	3.984.660	610.321
2015	5	10.978.448	20.136	20	203.589	40.924	4.247	2.569.969	351.230
2016	15	2.074.522	12.768	67	1.196.094	59.707	493	1.009.275	69.001
TOTAL	76	39.880.643	358.639	166	3.053.473	247.578	11.471	9.160.696	1.257.337

O detalhe do montante de exposição bruta de crédito e do montante de imparidade constituída para as exposições analisadas individual e colectivamente, por segmento e sector de actividade é como segue:

1. Por segmento

(UN: Milhares de AOA)

31/12/2017	Grandes Empresas e Banca de Investimento		Pequenas e Médias Empresas		Particulares		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	27.856.849	250.655	881.510	56.799	149.895	151.149	28.888.254	458.603
Imparidade colectiva	-	-	2.266.325	60.169	5.393.002	958.491	7.659.327	1.018.660
Imparidade IBNR	-	-	1.869.433	33.346	4.173.119	164.348	6.042.552	197.694
TOTAL	27.856.849	250.655	3.147.835	116.968	5.542.897	1.109.640	36.547.581	1.477.263

(UN: Milhares de AOA)

31/12/2016	Grandes Empresas e Banca de Investimento		Pequenas e Médias Empresas		Particulares		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	39.880.643	358.639	2.612.475	139.577	171.284	11.720	42.664.402	509.936
Imparidade colectiva	-	-	440.998	108.001	8.989.412	1.245.617	9.430.410	1.353.618
Imparidade IBNR	-	-	305.498	22.004	6.890.390	238.405	7.195.888	260.409
TOTAL	39.880.643	358.639	3.053.473	247.578	9.160.696	1.257.337	52.094.812	1.863.554

2. Por sector de actividade

(UN: Milhares de AOA)

31/12/2017	Administração central		Comércio por grosso		Construção		Indústria extractiva		Particulares		Outras		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	13.985.030	-	3.950.345	204.451	1.266.478	16.794	6.872.719	63.165	149.895	151.149	2.663.788	23.045	28.888.255	458.604
Imparidade colectiva	-	-	750.626	43.084	-	-	-	-	5.393.002	958.491	1.515.698	17.084	7.659.326	1.018.659
Imparidade de IBNR	-	-	491.845	16.261	-	-	-	-	4.173.119	164.348	1.377.589	17.084	6.042.553	197.693
TOTAL	13.985.030	-	4.700.971	247.535	1.266.478	16.794	6.872.719	63.165	5.542.897	1.109.640	4.179.486	40.129	36.547.581	1.477.263

(UN: Milhares de AOA)

31/12/2017	Administração central		Comércio por grosso		Construção		Indústria extractiva		Particulares		Outras		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	15.959.489	-	8.245.008	203.558	2.326.217	87.118	9.374.227	80.139	171.284	11.720	6.588.177	127.401	42.664.402	509.936
Imparidade colectiva	-	-	228.494	65.485	-	-	-	-	8.989.412	1.245.617	212.504	42.516	9.430.410	1.353.618
Imparidade de IBNR	-	-	150.029	16.747	-	-	-	-	6.890.390	238.405	155.469	5.257	7.195.888	260.409
TOTAL	15.959.489	-	8.473.502	269.043	2.326.217	87.118	9.374.227	80.139	9.160.696	1.257.337	6.800.681	169.917	52.094.812	1.863.554

Em termos de geografia, a totalidade do crédito concedido é em Angola. O detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada é como segue:

(UN: Milhares de AOA)

Medida aplicada	31/12/2017								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento					
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	5	10.420	5.699	7	309.967	10.387	12	320.387	16.086
Conversão de produtos	0	0	0	1	26.945	15.061	1	26.945	15.061
Consolidação de produtos	2	71.585	12.660	4	10.188	7.160	6	81.773	19.820
TOTAL	7	82.005	18.359	12	347.100	32.608	19	429.105	50.967

(UN: Milhares de AOA)

Medida aplicada	31/12/2016								
	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento					
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	2	2.982	1.217	16	489.249	110.553	18	492.231	111.770
TOTAL	2	2.982	1.217	16	489.249	110.553	18	492.231	111.770

Os movimentos de entradas e saídas na carteira de créditos reestruturados são como segue:

(UN: Milhares de AOA)

	31/12/2017	31/12/2016
SALDO INICIAL DA CARTEIRA DE CRÉDITOS REESTRUTURADOS (BRUTO DE IMPARIDADE)	492.231	200.827
Créditos reestruturados no período	415.446	431.250
Juros corridos da carteira de créditos reestruturados	8.801	3.256
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(109.858)	(71.293)
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	(315.331)	(32.884)
Créditos reestruturados abatidos ao activo	(62.184)	(38.925)
SALDO FINAL DA CARTEIRA DE CRÉDITOS REESTRUTURADOS (BRUTO DE IMPARIDADE)	429.105	492.231

O detalhe do justo valor das garantias subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de empresas, construção e promoção imobiliária e habitação é como segue:

(UN: Milhares de AOA)

Justo valor	31/12/2017											
	Empresas				Construção e promoção imobiliária				Habitação			
	Imovéis		Outras garantias reais		Imovéis		Outras garantias reais		Imovéis		Outras garantias reais	
	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante
< 50 MAOA	2	42.493	3	472.475	-	-	21	23.800	3	93.287	1	43.683
>= 50 MAOA e < 100 MAOA	2	167.267	1	91.107	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 100 MAOA e < 500 MAOA	1	200.000	5	445.006	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 500 MAOA e < 1.000 MAOA	4	1.292.670	4	1.400.482	1	774.200	1	825.000	-	-	-	-
>= 1.000 MAOA e < 2.000 MAOA	11	3.683.038	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 2.000 MAOA e < 5.000 MAOA	-	-	4	13.802.739	-	-	1	2.047	-	-	-	-
>= 5.000 MAOA	-	-	1	6.147.645	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	20	5.385.468	17	22.359.454	1	774.200	23	850.847	3	93.287	1	43.683

(UN: Milhares de AOA)

Justo valor	31/12/2016											
	Empresas				Construção e promoção imobiliária				Habitação			
	Imovéis		Outras garantias reais		Imovéis		Outras garantias reais		Imovéis		Outras garantias reais	
	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante
< 50 MAOA	37	272.146	9	253.312	-	-	-	-	3	93.287	1	39.485
>= 50 MAOA e < 100 MAOA	9	699.251	5	351.961	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 100 MAOA e < 500 MAOA	3	664.836	3	500.124	-	-	-	-	-	-	1	121.340
>= 500 MAOA e < 1.000 MAOA	3	2.340.548	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 1.000 MAOA e < 2.000 MAOA	-	-	3	4.480.870	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 2.000 MAOA e < 5.000 MAOA	-	-	1	3.318.060	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 5.000 MAOA	-	-	1	6.636.120	-	-	1	3.318.060	-	-	-	-
TOTAL	52	3.976.781	22	15.540.447	0	0	1	3.318.060	3	93.287	2	160.825

O rácio financiamento-garantia dos segmentos de empresas, construção e promoção imobiliária e habitação é como segue:

(UN: Milhares de AOA)

31/12/2017					
Segmento / Rácio	Número de imóveis	Número de outras garantias reais	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
Empresas					
Sem garantia associada	-	-	11.246.601	104.515	66.832
< 50%	16	1	1.569.669	295.880	22.751
>=75% e < 100%	2	-	70.628	26.945	27.169
>= 100%	2	15	16.421.025	-	234.074
Construção e promoção imobiliária					
Sem garantia associada	-	-	814.605	-	8.261
>= 100%	1	3	451.873	-	8.533
Habitação					
Sem garantia associada	-	-	629.445	149.895	155.642
< 50%	3	-	26.782	-	96
>= 100%	-	1	12.853	-	33
TOTAL	24	20	31.243.481	577.235	523.391

(UN: Milhares de AOA)

31/12/2017					
Segmento / Rácio	Número de imóveis	Número de outras garantias reais	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento	Imparidade
Empresas					
Sem garantia associada	-	-	10.984.111	293.865	336.533
>=75% e < 100%	-	1	7.824.763	-	66.871
>= 100%	52	21	5.123.533	422.139	115.695
Construção e promoção imobiliária					
Sem garantia associada	-	-	2.076.757	-	82.129
>= 100%	-	1	249.460	-	4.989
Habitação					
Sem garantia associada	-	-	751.420	-	35.623
>= 100%	3	2	175.198	-	6.053
TOTAL	55	25	27.185.242	716.004	647.893

A distribuição da carteira de crédito medida por graus de risco internos é como segue:

(UN: Milhares de AOA)

Segmento	31/12/2017						
	Grau de risco Baixo			Grau de risco Médio		Grau de risco Elevado	
	A	B	C	D	E	F	G
Grandes Empresas e Banca de Investimento	13.985.030	13.871.819	0	0	0	0	0
Pequenas e Médias Empresas	0	2.720.495	0	380.457	0	0	46.883
Particulares	0	4.413.256	149.423	234.118	167.740	73.702	504.658
TOTAL	13.985.030	21.005.570	149.423	614.575	167.740	73.702	551.541

(UN: Milhares de AOA)

Segmento	31/12/2016						
	Grau de risco Baixo			Grau de risco Médio		Grau de risco Elevado	
	A	B	C	D	E	F	G
Grandes Empresas e Banca de Investimento	15.959.489	23.921.155	0	0	0	0	0
Pequenas e Médias Empresas	0	2.255.927	0	181.047	0	41.786	574.712
Particulares	0	7.412.580	399.470	122.605	352.359	137.384	736.298
TOTAL	15.959.489	33.589.662	399.470	303.652	352.359	179.170	1.311.010

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os níveis de risco internos de A a G apresentados na tabela acima estão de acordo com a classificação do Instrutivo n.º 09/2015 do BNA sobre a metodologia para a constituição de provisões. Este instrutivo ainda é aplicável para efeitos dos rácios prudenciais.

A divulgação dos factores de risco associados ao modelo de imparidade por segmento é como segue:

Segmento	Imparidade 31/12/2017				Imparidade 31/12/2016			
	Probabilidade de incumprimento (%)			Perda dado o incumprimento (%)	Probabilidade de incumprimento (%)			Perda dado o incumprimento (%)
	< 30 dias sem indícios	< 30 dias com indícios	Entre 30 e 90 dias		< 30 dias sem indícios	< 30 dias com indícios	Entre 30 e 90 dias	
Grandes Empresas e Banca de Investimento	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Pequenas e Médias Empresas	8%	37%	N/A	15%	8%	42%	76%	65%
Particulares	7%	14%	72%	72%	5%	17%	61%	65%

NOTA 11 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica activos não correntes detidos para venda em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é analisada como segue:

(UN: Milhares de AOA)

	31/12/2017	31/12/2016
Activos tangíveis não correntes detidos para venda		
Imóveis	1.332.934	1.494.234
	1.332.934	1.494.234

Os valores apresentados referem-se a um imóvel recebido em dação em Dezembro de 2015. O valor de mercado para este imóvel, à data de Janeiro 2016, obtido através de entidades externas independentes é significativamente superior ao valor contabilístico.

Em 2017 foi assinado um contrato de promessa de compra e venda relativamente a este imóvel, tendo o Banco recebido a um sinal no valor de 161.300 milhares de AOA. O restante pagamento será recebido no dia da escritura pública definitiva de compra e venda entre as Partes.

O movimento dos activos não correntes detidos para venda durante o exercício de 2017 e 2016 foi como segue:

(UN: Milhares de AOA)

	31/12/2017	31/12/2016
SALDO INICIAL	1.494.234	-
Entradas		1.494.331
Contrato promessa de Compra e Venda	(161.300)	-
Outros movimentos	-	(97)
SALDO FINAL	1.332.934	1.494.234

NOTA 12 –OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

(UN: Milhares de AOA)

	31/12/2016	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	31/12/2017
CUSTOS					
IMÓVEIS					
De serviço próprio	919.783	-	-		919.783
Obras em imóveis arrendados	1.251.880	21.899	(8.279)	-	1.265.500
	2.171.663	21.899	(8.279)	-	2.185.283
EQUIPAMENTO					
Equipamento informático	743.148	428.564	(171.428)	209.884	1.210.168
Mobiliário e material	631.213	17.164	(85.462)	-	562.915
Máquinas e ferramentas	448.885	15.650	(41.929)	-	422.606
Material de transporte	131.014	60.301	(23.441)	-	167.874
Outros	2.259	-	(121)	-	2.138
	1.956.519	521.679	(322.381)	209.884	2.365.701
IMOBILIZADO EM CURSO					
Obras em imóveis arrendados	-	7.932	-	-	7.932
Equipamento	117.368	69.814	(18.344)	(85.313)	83.525
Outros	138.373	-	(13.802)	(124.571)	-
	255.741	77.746	(32.146)	(209.884)	91.457
	4.383.923	621.324	(362.806)	-	4.642.441
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
IMÓVEIS					
De serviço próprio	(44.945)	(15.974)	-	-	(60.919)
Obras em imóveis arrendados	(973.486)	(120.918)	4.911	-	(1.089.493)
	(1.018.431)	(136.892)	4.911	-	(1.150.412)
EQUIPAMENTO					
Equipamento informático	(552.378)	(193.977)	157.592	-	(588.763)
Mobiliário e material	(321.888)	(55.756)	44.045	-	(333.599)
Máquinas e ferramentas	(187.484)	(50.615)	25.430	-	(212.669)
Material de transporte	(91.656)	(26.118)	23.441	-	(94.333)
Outros	(712)	(233)	103	-	(842)
	(1.154.118)	(326.699)	250.611	-	(1.230.206)
	(2.172.549)	(463.591)	255.522	-	(2.380.618)
	2.211.374	157.733	(107.284)	-	2.261.823

Em 31 de Dezembro de 2017, as aquisições de equipamento informático estão maioritariamente relacionadas com servidores adquiridos para armazenamento de informação.

Os abates registados em 2017 correspondem a viaturas do Banco vendidas e outros activos abatidos de acordo com a contagem de imobilizado executada durante o ano.

(UN: Milhares de AOA)

	31/12/2015 Proforma	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	31/12/2016
CUSTOS					
IMÓVEIS					
De serviço próprio	919.568	215	-	-	919.783
Obras em imóveis arrendados	1.191.748	60.745	(44.719)	44.106	1.251.880
	2.111.316	60.960	(44.719)	44.106	2.171.663
EQUIPAMENTO					
Equipamento informático	651.600	104.567	(13.030)	11	743.148
Mobiliário e material	610.704	15.979	(12.621)	17.151	631.213
Máquinas e ferramentas	440.408	9.219	(731)	(11)	448.885
Material de transporte	103.943	33.735	(6.664)	-	131.014
Outros	2.259	-	-	-	2.259
	1.808.914	163.500	(33.046)	17.151	1.956.519
ACTIVOS TANGÍVEIS EM CURSO					
Obras em imóveis arrendados	46.308	-	(2.202)	(44.106)	-
Equipamento	17.364	117.155	-	(17.151)	117.368
Outros	111.490	138.373	(111.490)	-	138.373
	175.162	255.528	(113.692)	(61.257)	255.741
	4.095.392	479.988	(191.457)	-	4.383.923
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
IMÓVEIS					
De serviço próprio	(28.971)	(15.974)	-	-	(44.945)
Obras em imóveis arrendados	(773.034)	(237.111)	36.659	-	(973.486)
	(802.005)	(253.085)	36.659	-	(1.018.431)
EQUIPAMENTO					
Equipamento informático	(450.469)	(114.830)	12.932	(11)	(552.378)
Mobiliário e material	(245.725)	(81.903)	5.740	-	(321.888)
Máquinas e ferramentas	(131.966)	(56.060)	531	11	(187.484)
Material de transporte	(75.634)	(22.686)	6.664	-	(91.656)
Outros	(475)	(237)	-	-	(712)
	(904.269)	(275.716)	25.867	-	(1.154.118)
	(1.706.274)	(528.801)	62.526	-	(2.172.549)
	2.389.118	(48.813)	(128.931)	-	2.211.374

Em 31 de Dezembro de 2016, os abates na rubrica de obras em imóveis arrendados estão relacionados com agências encerradas em 2016. Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica de activos tangíveis em curso inclui *hardware* adquirido em 2016 mas cuja entrada em funcionamento deverá ocorrer em 2017. Em 31 de Dezembro de 2016, a alienação no valor 111.490 milhares de AOA na rubrica de activos tangíveis em curso – outros corresponde a uma reclassificação para activos intangíveis, nomeadamente para a rubrica de sistema de tratamento automática de dados.

NOTA 13 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

(UN: Milhares de AOA)

	31/12/2016	Aquisições / dotações	31/12/2017
Activos intangíveis			
Adquiridos a terceiros			
Sistema de tratamento automático de dados	565.067	133.214	698.281
Certificados escolares	80.083	-	80.083
Activos intangíveis em curso	-	282.655	282.655
	645.150	415.869	1.061.019
Amortização acumulada			
Sistema de tratamento automático de dados	(271.112)	(77.331)	(348.443)
	(271.112)	(77.331)	(348.443)
	374.038	338.538	712.576

Em 31 de Dezembro de 2017, as aquisições de activos intangíveis em curso estão relacionadas maioritariamente com o projecto de melhoria do *internet banking*.

(UN: Milhares de AOA)

	31/12/2015	Aquisições / dotações	31/12/2016
Activos intangíveis			
Adquiridos a terceiros			
Sistema de tratamento automático de dados	409.909	155.158	565.067
Certificados escolares	80.083	-	80.083
	489.992	155.158	645.150
Amortização acumulada			
Sistema de tratamento automático de dados	(198.290)	(72.822)	(271.112)
	(198.290)	(72.822)	(271.112)
	291.702	82.336	374.038

NOTA 14 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica inclui a participação do Banco no capital da EMIS, com sede em Luanda, a qual se encontra valorizada pelo custo de aquisição uma vez que o Banco detém uma participação inferior a 10% do capital votante. Adicionalmente inclui as participações acessórias remuneradas em moeda estrangeira e não remuneradas em moeda nacional.

As participações acessórias remuneradas em moeda estrangeira vencem juros semestralmente à taxa Libor em vigor acrescida de um *spread* de 3%, não tendo prazo de reembolso definido.

A EMIS foi constituída em Angola com a função de gestão dos meios electrónicos de pagamentos e serviços completos.

Durante os exercícios de 2017 e 2016 esta entidade não distribuiu dividendos. Adicionalmente, à data de emissão deste relatório ainda não se encontravam disponíveis as contas desta participada, referentes ao exercício de 2016 e 2017.

(UN: Milhares de AOA)

	2017		2016			
	Nº de acções	Participação directa no capital	Custo da participação	Nº de acções	Participação directa no capital	Custo da participação
Participação no capital			17.927			16.609
Prémio de emissão			6.252			6.252
Prestações acessórias em moeda nacional não remuneradas			7.148			-
Prestações acessórias em moeda estrangeira remuneradas			18.583			10.451
Prestação acessória especial não remunerada			-			10.978
EMIS – EMPRESA INTERBANCÁRIA DE SERVIÇOS	17.927	1,97%	49.910	17.927	1,97%	44.290

De acordo com o mapa de movimento abaixo, durante o ano de 2017, o Banco actualizou o valor em kwanzas do capital em conformidade com a decisão da Assembleia Geral Ordinária da EMIS de 15 de Junho de 2012. Adicionalmente, o Banco actualizou o valor das prestações acessórias remuneradas em moeda estrangeira em conformidade com o câmbio médio em vigor no final do ano. A variação cambial destas actualizações foi de 9.450 milhares de AOA.

As prestações acessórias em moeda nacional não remuneradas, no valor de 7.148 milhares de AOA foram realizadas em 2017 e as prestações acessórias especiais não remuneradas relacionadas com as STC no valor de 10.978 milhares de AOA foram abatidas ao balanço pelo facto das respectivas facturas das STC já estarem totalmente emitidas.

(UN: Milhares de AOA)

	31/12/2017	31/12/2016
SALDO INICIAL	44.290	44.290
Dotações	7.148	-
Reversões	(10.978)	-
Variação cambial	9.450	-
SALDO FINAL	49.910	44.290

NOTA 15 – IMPOSTOS

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A tributação dos seus rendimentos é efectuada à taxa de 30%, nos termos do nº1 do artigo 64º da Lei n.º 19/2014 de 22 de Outubro.

Entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2017 o novo regime fiscal de tributação autónoma. A partir da referida data, encontram-se sujeitas a tributação autónoma as seguintes realidades:

Natureza	Taxa
Custos indevidamente documentados	2%
Custos não documentados	4%
Custos incorridos com despesas confidenciais	30% / 50%(*)

* Aplicação da taxa agravada de 50% nas circunstâncias em que estas despesas originem um custo ou proveito na esfera de um sujeito passivo isento ou não sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial.

Importa salientar que a análise do cumprimento dos requisitos documentais deverá ser realizada em articulação com as disposições do Regime Jurídico das Facturas e Documentos Equivalentes, aprovado pela Lei n.º 149/2013, de 1 de Outubro.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 podem ser analisados como segue:

(UN: Milhares de AOA)

	Activo		Passivo	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Instrumentos financeiros	-	140.167	-	-
Crédito a Clientes (comissões)	-	85.898	-	-
Provisões e Imparidades	-	159.734	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	-	1.936	-	-
ACTIVO / (PASSIVO) POR IMPOSTO DIFERIDO	-	387.735	-	-

O Banco avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base a expectativa de lucros fiscais futuros tributáveis. Em 2017 foram anulados os impostos diferidos activos, uma vez que o Banco considera existir uma elevada incerteza na recuperabilidade dos referidos prejuízos fiscais. Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas

(UN: Milhares de AOA)

	31/12/2017	31/12/2016
SALDO INICIAL	387.735	846.025
Reconhecido em resultados	(247.568)	(458.289)
Reconhecido em outras reservas	(140.160)	-
Varição cambial e outros	(7)	(1)
SALDO NO FINAL (ACTIVO / PASSIVO)	-	387.735

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os exercícios de 2017 e 2016 teve as seguintes origens:

(UN: Milhares de AOA)

	31/12/2017		31/12/2016	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Crédito a Clientes (comissões)	85.898	-	43.787	-
Provisões e Imparidades	159.734	-	(11.195)	-
Prejuízos fiscais reportáveis	1.936	-	425.697	-
IMPOSTOS DIFERIDOS	247.568	-	458.289	-
IMPOSTOS CORRENTES	-	-	-	-
TOTAL DE IMPOSTO RECONHECIDO	247.568	-	458.289	-

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

(UN: Milhares de AOA)

	31/12/2017		31/12/2016	
	%	Valor	%	Valor
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		17.275.922		8.336.049
Imposto apurado com base na taxa de imposto	30,0%	5.182.777	30,0%	2.500.815
Benefícios fiscais em rendimento de títulos	-34,7%	(5.992.254)	-35,9%	(2.994.052)
(Proveitos) / Custos não dedutíveis	1,5%	257.218	1,5%	121.464
Reversão de Imposto diferido activo sobre prejuízos fiscais	0,0%	1.936	5,1%	425.697
Imposto de Aplicação de Capitais	4,5%	785.023	4,3%	358.586
Outros	0,1%	12.868	0,5%	45.779
IMPOSTO DO EXERCÍCIO	1,4%	247.568	5,5%	458.289

Os rendimentos de títulos da dívida pública resultantes de obrigações do tesouro e de bilhetes do tesouro emitidos pelo Estado Angolano, até 31 de Dezembro de 2011, estão sujeitos a tributação em IAC, conforme definido na alínea k) do nº1 do artigo 9º do Decreto Legislativo Presidencial nº2/2014 de 20 de Outubro.

De acordo com o disposto no artigo 47º do Código do Imposto Industrial (Lei n.º 19/2014, de 22 de Outubro) na determinação da matéria tributável deduzir-se-ão os rendimentos sujeitos a IAC.

Desta forma, na determinação do lucro tributável para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, tais rendimentos foram deduzidos ao lucro tributável.

O gasto apurado com a liquidação de IAC não é fiscalmente aceite para o apuramento da matéria colectável, conforme disposto na alínea a) do nº1 do artigo 18º do Código de Imposto Industrial.

Em 2017 o Banco procedeu à anulação de impostos diferidos activos, resultantes de prejuízos fiscais apurados no exercício de 2014, cujo valor ascendia aos 6.453 milhões de AOA dado ter chegado ao fim o período previsto para a sua dedução à matéria colectável, conforme regulamentado no número 1 do artigo 48º do Código de Imposto Industrial.

A Autoridade Tributária tem a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. O Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

Não foram registados quaisquer impostos diferidos activos, uma vez que o Banco considera existir uma elevada incerteza na recuperabilidade dos referidos prejuízos fiscais. O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis é analisado como segue:

(UN: Milhares de AOA)

Ano	Base	Imposto	Ano de caducidade
2016	3.260.855.042	(978.256.513)	2019

O detalhe dos activos por impostos correntes é analisado como segue:

(UN: Milhares de AOA)

	31/12/2017	31/12/2016
Liquidações provisórias	186.352	99.765
Retenções na fonte	352	394
SALDO	186.704	100.159

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica liquidações provisórias corresponde à liquidação provisória obrigatória efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a IAC (Nota 2.10.1).

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Passivos por impostos correntes, no montante de 1.369.883 milhares de AOA e 493.891 milhares de AOA, respectivamente, diz respeito ao valor do acréscimo de custos com IAC a liquidar pelo Banco das obrigações do tesouro e bilhetes do tesouro em carteira.

NOTA 16 – OUTROS ACTIVOS

A rubrica Outros activos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é analisada como segue:

(UN: Milhares de AOA)

	31/12/2017	31/12/2016
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	648.008	-
Outros activos	571.632	470.058
Despesas com custo diferido	428.239	454.771
Proveitos a receber	404.457	56.078
Outros devedores	379.046	589.082
Outras operações a regularizar	2.227	65.001
	2.433.609	1.634.990
Perdas por imparidade	(289.828)	(201.000)
	2.143.781	1.433.990

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica de Operações sobre valores mobiliários a regularizar inclui obrigações do tesouro indexadas ao USD vendidas a Clientes nos últimos dias do mês de Dezembro de 2017 mas apenas a liquidar no dia 3 de Janeiro de 2018.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Outros activos inclui respectivamente 385.062 milhares e 353.173 milhares de AOA, relativos ao ajustamento de justo valor dos créditos concedidos a Colaboradores.

A rubrica Despesas com custo diferido inclui em 31 de Dezembro de 2017 219.374 milhares de AOA referente ao seguro de saúde do Banco (2016: 189.101 milhares de AOA) e 62.671 milhares de AOA referentes a rendas de agências (2016: 143.746 milhares de AOA).

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica Proveitos a receber inclui 399.315 milhares de AOA de comissões recebidas por arrecadação de impostos a recuperar da Administração Geral Tributária (AGT) (2016:46.082 milhares de AOA).

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica Outros devedores inclui 128.291 milhares de AOA relativos a adiantamentos a fornecedores que aguardavam a realização do serviço (2016: 293.899 milhares de AOA). Estes valores incluem, em ambos os períodos, um adiantamento a um fornecedor em 2012 no valor de 25.371 milhares de AOA que se encontra em litígio, estando este valor totalmente provisionado.

Adicionalmente, a rubrica de Outros devedores inclui 94.598 milhares de AOA (2016: 160.060 milhares de AOA) relacionados com adiantamentos a Colaboradores do subsídio de transporte e alojamento. Inclui ainda os custos associados com a escritura do imóvel recebido em dação (Nota 11), no valor de 84.951 milhares de AOA (2015: 63.354 milhares de AOA). Este valor encontra-se totalmente provisionado.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de outras operações a regularizar inclui operações de compra e venda de moeda a aguardar liquidação financeira, tendo as mesmas sido liquidadas nos primeiros dias de 2018 e 2017, respectivamente.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Outros activos são apresentados como segue:

(UN: Milhares de AOA)

	31/12/2016	Dotações	Reversões	31/12/2017
Perdas por imparidade (Activo)				
PERDAS POR IMPARIDADE NOS OUTROS ACTIVOS	201.000	202.629	(113.801)	289.828

(UN: Milhares de AOA)

	31/12/2015 Proforma	Dotações	Reversões	31/12/2016
Perdas por imparidade (Activo)				
PERDAS POR IMPARIDADE NOS OUTROS ACTIVOS	205.954	14.876	(19.830)	201.000

Em 31 de Dezembro de 2017, as perdas por imparidade em Outros activos incluem 168.071 milhares de AOA associados ao imóvel recebido em dação (Nota 11) (2016: 131.583 milhares de AOA). Adicionalmente incluem 25.371 milhares de AOA em ambos os períodos referentes a um litígio com um fornecedor.

NOTA 17 – RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito é apresentada como segue:

(UN: Milhares de AOA)

	31/12/2017	31/12/2016
RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO		
Valores pendentes de contagem	342.742	368.427
Outras operações pendentes de liquidação	354.072	214.959
Cheques visados e bancários	34.010	105.392
Outros recursos	2.700	19.254
	733.524	708.032

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Valores pendentes de contagem regista os sacos de notas que entraram nas agências mas que ainda não foram contados e reclassificados para as contas de depósitos de Clientes.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Outras operações pendentes de liquidação inclui as utilizações dos cartões de débito de Clientes a liquidar no dia seguinte.

A totalidade dos Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 tem maturidade até 3 meses, com excepção dos Cheques visados e bancários que tem maturidade até 6 meses.

NOTA 18 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

O saldo da rubrica recursos de Clientes e outros empréstimos é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(UN: Milhares de AOA)	
	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos à ordem	196.947.299	187.756.003
Depósitos a prazo	65.800.791	59.864.170
Depósitos recebidos como colateral	2.909.685	90.109.287
	265.657.775	337.729.460

Em 31 de Dezembro de 2017, o valor na rubrica Depósitos recebidos como colateral é referente na totalidade a montantes cativos para garantia de crédito concedido e cartas de crédito (2016: 2.810.403 milhares de AOA).

Em 31 de Dezembro de 2016, a rubrica Depósitos recebidos como colateral inclui adicionalmente 87.298.884 milhares de AOA referentes a recursos em moeda nacional para cobertura de solicitações de Clientes para compra de moeda estrangeira. Em 31 de Dezembro de 2017, com a entrada em vigor do Instrutivo n.º 05/2017 de 1 de Dezembro, estes valores cativos foram desmobilizados na totalidade para depósitos à ordem.

O escalonamento dos recursos de Clientes e outros empréstimos por prazos de vencimento, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, é como segue:

	(UN: Milhares de AOA)	
	31/12/2017	31/12/2016
EXIGÍVEL À VISTA	199.856.984	277.865.290
EXIGÍVEL A PRAZO	65.800.791	59.864.170
Até 3 meses	40.543.789	53.834.327
De 3 meses a um ano	25.255.838	6.012.958
De um a cinco anos	1.164	16.885
	265.657.775	337.729.460

Em 31 de Dezembro de 2017, os depósitos a prazo são remunerados a uma taxa média de 3,05% (31 de Dezembro de 2016:1,78%).

NOTA 19 – PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

(UN: Milhares de AOA)

	31/12/2016	Dotações	Reversões	Utilizações	Variação cambial	Transferências	31/12/2017
Provisões (Passivo)							
Outras provisões para riscos e encargos	311.496	500.465	(144.511)	(109.776)	24	276.795	834.493
Provisões para garantias e compromissos assumidos (Nota 24)	90.692	28.629	(64.430)	-	-	-	54.891
	402.188	529.094	(208.941)	(109.776)	24	276.795	889.384

(UN: Milhares de AOA)

	31/12/2015 Proforma	Dotações	Reversões	Utilizações	Variação cambial	Transferências	31/12/2016
Provisões (Passivo)							
Outras provisões para riscos e encargos	296.666	100.201	(85.371)	-	-	-	311.496
Provisões para garantias e compromissos assumidos (Nota 24)	161.586	221.506	(241.316)	-	-	(51.084)	90.692
	458.252	321.707	(326.687)	-	-	(51.084)	402.188

O saldo da rubrica de provisões visa a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da actividade do Banco, sendo revistas em cada data de reporte de forma a reflectir a melhor estimativa do montante e respectiva probabilidade de pagamento.

Em 31 de Dezembro de 2017, as Outras provisões para riscos e encargos incluem 541.798 milhares de AOA (2016: 173.745 milhares de AOA) de provisões para responsabilidades eventuais com reformas, de acordo com a Lei n.º 02/2000 e com os artigos 218º e 262º da LGT (Nota 2.11). Em 2015 foi publicada a Lei n.º 07/2015 (LGT) que veio revogar a Lei n.º 02/2000 e que deixou de prever a necessidade de constituição de provisões para responsabilidades eventuais com reformas. O Banco encontra-se a analisar de que forma irá reverter este montante em benefícios aos Colaboradores.

Em 31 de Dezembro de 2017, esta rubrica inclui adicionalmente 92.675 milhares de AOA relativos a contingências fiscais, correspondendo ao mesmo montante de 2016, e 79.544 milhares de AOA (2016: 14.000 milhares de AOA) relativo a contingências judiciais. As provisões relacionadas com falhas operacionais no processamento de instruções de Clientes e na liquidação de operações de créditos e depósitos, que em 2016 totalizavam 31.077 milhares de AOA, foram revertidas durante o ano de 2017.

NOTA 20 – PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica é analisada como segue:

Empresa emitente	Designação	Moeda	Data de emissão	Valor de Emissão (em USD)	Valor de Balanço		Taxa de juro	Maturidade
					31/12/2017	31/12/2016		
Standard Bank South Africa, SA	Dívida subordinada	USD	23/04/2013	30.000	5.050.620	5.045.386	Libor + 3,6% (4,6% a partir do 5º ano)	22/05/2023 (possibilidade de reembolso antecipado a partir do 5º ano)

O movimento ocorrido durante o exercício de 2017, na rubrica de Passivos subordinados, no valor de 5.234 milhares de AOA está relacionado com juro corrido em balanço e variação cambial.

NOTA 21 – OUTROS PASSIVOS

A rubrica Outros passivos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é analisada como segue:

	(UN: Milhares de AOA)	
	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações com pessoal (Nota 2.11.3)	2.099.169	1.725.621
Saldos com entidades relacionadas	1.889.087	532.658
Custos administrativos e de comercialização a pagar	1.562.594	1.151.833
Cartas de crédito (Nota 10)	350.008	785.363
Encargos fiscais a pagar – retidos de terceiros	165.764	348.807
Fornecedores	47.719	107.605
Contribuição para a Segurança Social	38.909	32.820
Comissões por operações extrapatrimoniais	-	23.889
Outras comissões a diferir	52.346	-
Custos por compra e venda de moedas estrangeiras	23.345	64
Outros	35.988	83.816
	6.264.929	4.792.476

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica Obrigações com pessoal inclui os custos a pagar com férias e subsídio de férias dos Colaboradores e férias não gozadas pagáveis em caso de saída do Colaborador. Inclui adicionalmente o acréscimo de custos do prémio anual de produtividade do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os saldos com entidades relacionadas incluem essencialmente a comissão de *franchising* a pagar e custos incorridos com pessoal do Grupo Standard Bank cedido ao SBA.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica Custos administrativos e de comercialização a pagar diz respeito a acréscimo de custos com fornecimentos de terceiros, não facturados.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica de Fornecedores inclui os valores a pagar a fornecedores, cujo custo foi reconhecido nos exercícios respectivos.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica compra e venda de moedas estrangeiras regista operações de compra e venda de moeda por liquidar regista operações de compra e venda de moeda a aguardar liquidação financeira, tendo as mesmas sido liquidadas nos primeiros dias de 2018 e 2017, respectivamente.

NOTA 22 – RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

As reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas de imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica foram os seguintes:

(UN: Milhares de AOA)

	Reservas de reavaliação		
	Activos financeiros disponíveis para venda	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 PROFORMA	(437.822)	140.160	(297.662)
Alterações de justo valor	(2.513.192)	-	(2.513.192)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	(2.951.014)	140.160	(2.810.854)
Alterações de justo valor	2.335.785	-	2.335.785
Impostos diferidos reconhecidos no período em reservas (Nota 15)	-	(140.160)	(140.160)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	(615.229)	-	(615.229)

OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

(UN: Milhares de AOA)

	Outras Reservas e Resultados Transitados			
	Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas	Total outras reservas e Resultados Transitados
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 PROFORMA	-	(1.334.334)	102.324	(1.232.010)
Constituição de reservas	748.012	4.620.051	-	5.368.063
Outros movimentos	-	-	(99.689)	(99.689)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	748.012	3.285.717	2.635	4.036.364
Constituição de reservas	787.776	7.089.984	-	7.877.760
Outros movimentos	-	2.898	(1.877)	1.021
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	1.535.788	10.378.599	758	11.915.145

Em 31 de Dezembro de 2017, a reserva legal no montante de 1.535.788 milhares de AOA (2016: 748.012 milhares de AOA) só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o Capital.

A legislação angolana aplicável exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do seu capital social.

Em 31 de Dezembro de 2017, o valor das opções sobre acções é de 758 milhares de AOA (2016: 2.635 milhares de AOA).

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica Outros movimentos inclui movimentos relacionados com o valor das opções sobre acções. Em 31 de Dezembro de 2016, esta rubrica inclui o movimento de transição relacionado com a aplicação da taxa de juro efectiva à carteira de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda.

NOTA 23 – CAPITAL SOCIAL

ACÇÕES ORDINÁRIAS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o capital social do Banco, no valor de 9.530.007 milhares de AOA, encontrava-se representado por 1.000.000 acções ordinárias, totalmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas, nomeadamente:

	Nº de acções	Valor nominal em milhares de kwanzas	% Capital Social	
			31/12/2017	31/12/2016
<i>Standard Bank Group Limited</i>	509.996	4.860.265	51%	51%
AAA Activos, Lda.	490.000	4.669.703	49%	49%
Outros accionistas	4	39	0,00040%	0,00040%
	1.000.000	9.530.007	100%	100%

NOTA 24 – RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Esta rubrica é apresentada como segue:

(UN: Milhares de AOA)

	31/12/2017	31/12/2016
RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS		
Garantias recebidas	29.527.340	18.996.860
RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS		
Garantias prestadas	1.387.044	8.113.186
Cartas de crédito	1.150.913	1.034.188
Limites de crédito não utilizados	9.109.150	8.116.678
	11.647.107	17.264.052
RESPONSABILIDADES POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
Depósito e guarda de valores	231.742.292	107.348.852
OPERAÇÕES CAMBIAIS		
Compras de moedas estrangeiras a liquidar	1.064.161	2.792.606
Vendas de moedas estrangeiras a liquidar	(1.073.486)	(2.766.009)
	(9.325)	26.597
VALOR ACTUAL DOS CRÉDITOS		
Créditos mantidos no activo	36.547.581	52.094.812
Créditos transferidos para prejuízo (Nota 10)	2.351.905	1.225.655
	38.899.486	53.320.467

As garantias prestadas são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

As cartas de crédito são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus Clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas. As cartas de crédito são registadas no balanço a partir do momento em que toda a documentação é recebida pelo Banco. Os limites de crédito não utilizados são na sua totalidade irrevogáveis e, de forma geral, são contratados por prazos fixos de um ano. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os Clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do Cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Responsabilidades perante terceiros estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas tal como descrito na política contabilística descrita na Nota 2.2 a exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Banco na eventualidade de incumprimento pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais. Em 2017 e 2016, as provisões para prestação de garantias e compromissos assumidos ascendiam a 54.891 milhares de AOA e 90.692 milhares, de AOA respectivamente (Nota 19).

NOTA 25 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

(UN: Milhares de AOA)

	2017			2016		
	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos / passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos / passivos ao custo amortizado e activos disponíveis para venda	De activos / passivos ao justo valor através de resultados	Total
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES						
Juros de créditos a Clientes	5.200.543	-	5.200.543	6.372.447	-	6.372.447
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	332.162	332.162	-	931.353	931.353
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	838.487	-	838.487	163.242	-	163.242
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	17.010.902	-	17.010.902	11.903.306	-	11.903.306
Juros de investimentos detidos até à maturidade	9.074.640	-	9.074.640	311.892	-	311.892
Outros juros e proveitos similares	-	-	-	55.633	-	55.633
	32.124.572	332.162	32.456.734	18.806.520	931.353	19.737.873
JUROS E ENCARGOS SIMILARES						
Juros de recursos de Clientes	3.359.086	-	3.359.086	3.341.056	-	3.341.056
Juros de passivos subordinados	277.346	-	277.346	247.944	-	247.944
JUROS DE CAPTAÇÕES DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO						
Juros de derivados	4.947	-	4.947	-	-	-
	-	-	-	-	4.182	4.182
	3.641.379	-	3.641.379	3.589.000	4.182	3.593.182
MARGEM FINANCEIRA	28.483.193	332.162	28.815.355	15.217.520	927.171	16.144.691

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica de juros de crédito a Clientes inclui o montante de 48.148 milhares de AOA (2016: 130.198 milhares de AOA) relativos a proveitos de crédito com sinais de imparidade (análise individual e colectiva).

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica de juros de crédito a Clientes inclui o montante de 196.113 milhares de AOA (2016: 136.813 milhares de AOA) relativo a comissões contabilizadas de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

NOTA 26 – RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

(UN: Milhares de AOA)

	2017	2016
RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES		
Por transferências	1.186.515	1.005.756
Por operações de crédito	844.358	755.164
Por manutenção de conta	597.221	556.114
Por levantamentos	571.941	344.079
Por créditos documentários	537.858	167.753
Por outros serviços bancários prestados	426.275	211.957
Por compensação electrónica	346.872	218.293
Por transporte de valores	276.031	173.404
Por mediação	145.127	64.172
Por garantias prestadas	71.442	200.954
Por consultoria financeira	64.304	115.225
Por emissão de cheques	8.865	14.927
Outras	204	617
	5.077.013	3.828.415
ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES		
Por serviços bancários prestados por terceiros	467.275	269.563
Por transporte de valores	338.813	266.331
Por limites não utilizados	41.717	71.169
Outras	35.250	314
	883.055	607.377
	4.193.958	3.221.038

NOTA 27 – RESULTADOS DE ACTIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

(UN: Milhares de AOA)

	2017			2016		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO						
De emissores públicos	1.134.520	(34.660)	1.099.860	260.749	(58.566)	202.183
	1.134.520	(34.660)	1.099.860	260.749	(58.566)	202.183

NOTA 28 – RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

(UN: Milhares de AOA)

	2017			2016		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO						
De emissores públicos	5.110	-	5.110	55.925	-	55.925
	5.110	-	5.110	55.925	-	55.925

NOTA 29 – RESULTADOS CAMBIAIS

O valor desta rubrica é composto por:

(UN: Milhares de AOA)

	2017	2016
Resultados de operações de compra e venda de moeda	1.978.156	3.098.120
Resultados de reavaliação de activos e passivos	740.078	723.970
	2.718.234	3.822.090

NOTA 30 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

(UN: Milhares de AOA)

	2017	2016
OUTROS PROVEITOS / (CUSTOS) DE EXPLORAÇÃO		
Impostos directos e indirectos	(2.750.505)	(1.257.451)
Perdas operacionais	(143.106)	(41.627)
Penalidades aplicadas por entidades reguladoras	-	(34.028)
Outras perdas em outros activos tangíveis	(8.393)	(16.345)
Outros custos de exploração	(88.221)	(15.661)
Quotizações e donativos	(8.723)	(1.833)
Outros proveitos de exploração	53.953	9.324
	(3.023.995)	(1.357.621)

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Impostos directos e indirectos inclui o valor total de IAC suportado pelo Banco no montante de 2.616.742 milhares de AOA e 1.195.286 milhares de AOA, respectivamente.

NOTA 31 – CUSTOS COM PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

(UN: Milhares de AOA)

	2017	2016
Salários e subsídios	6.757.482	5.854.316
Bónus de performance	1.717.922	1 313 012
Encargos sociais obrigatórios	325.568	257.054
Outros	72.033	33.139
CUSTOS DIRECTOS	8.873.005	7.457.521
CUSTOS INDIRECTOS	694.719	603.691
TOTAL	9.567.724	8.061.212

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Salários e subsídios inclui diversos subsídios atribuídos aos Colaboradores, nomeadamente, subsídio de alojamento, subsídio de transporte, subsídio de férias e mês de férias, no montante de 1.207.993 e 1.330.202 milhares de AOA, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o número de trabalhadores do Banco corresponde a 571 e 565, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 os Colaboradores dividiam-se nas seguintes categorias profissionais:

	2017	2016
Administradores executivos	1	3
Director	24	20
Coordenador	165	164
Técnico	364	362
Administrativo	17	16
	571	565

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as remunerações e outros benefícios associados aos órgãos sociais do Banco detalham-se como segue:

(UN: Milhares de AOA)

	Conselho de Administração			Conselho Fiscal	Comissão Executiva	Total
	Administradores executivos	Membros não executivos	Total			
31 DE DEZEMBRO DE 2017						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	68.578	10.217	78.795	7.800	366.235	452.830
Remunerações variáveis	63.953	4.633	68.586	3.865	45.160	117.611
SUBTOTAL	132.531	14.850	147.381	11.665	411.395	570.441
Benefícios e outros encargos sociais	46.558	-	46.558	-	10.888	57.446
TOTAL	179.089	14.850	193.939	11.665	422.283	627.887
31 DE DEZEMBRO DE 2016						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	96.947	-	96.947	-	214.569	311.516
Remunerações variáveis	87.979	16.076	104.055	11.818	33.089	148.962
SUBTOTAL	184.926	16.076	201.002	11.818	247.658	460.478
Benefícios e outros encargos sociais	33.235	-	33.235	-	8.024	41.259
TOTAL	218.161	16.076	234.237	11.818	255.682	501.737

NOTA 32 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS

O valor desta rubrica é composto por:

(UN: Milhares de AOA)

	2017	2016
Comissão de franchising e outros custos com o Grupo	1.465.357	919.797
Alugueres	843.818	1.016.521
Auditorias, Consultorias e Outros Serviços	804.219	594.736
Segurança, Conservação e Reparação	724.130	564.694
Comunicações	448.695	392.097
Transporte, Deslocações e Alojamentos	312.975	249.229
Publicações, Publicidade e Propaganda	252.246	180.939
Seguros	102.776	99.478
Materiais diversos	105.095	79.406
Água e Energia	102.585	63.886
Outros Fornecimentos de Terceiros	113.201	103.323
	5.275.097	4.264.106

No exercício de 2017, os honorários dos auditores externos foram de 56.133 milhares de AOA (2016: 50.621 milhares de AOA).

Os vencimentos das rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional (rendas de agências) não canceláveis são como segue:

(UN: Milhares de AOA)

	2017	2016
Até um ano	245.945	139.214
De um a cinco anos	-	2.269.499
Mais de cinco anos	-	-
	245.945	2.408.713

A diminuição face a 2016 está relacionada com a renegociação dos contratos com inclusão de cláusulas de possibilidade de cancelamento entre os 60 e os 90 dias.

NOTA 33 – RESULTADOS POR ACÇÃO**RESULTADOS POR ACÇÃO BÁSICOS**

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

(UN: Milhares de AOA)

	2017	2016
Resultado líquido	17.028.354	7.877.760
Número médio de acções ordinárias em circulação	1.000.000	1.000.000
RESULTADO POR ACÇÃO BÁSICO	17,028	7,878

RESULTADOS POR ACÇÃO DILUÍDOS

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido do Banco.

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos.

NOTA 34 – TRANSACÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transacções do Banco com partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resume-se como segue:

(UN: Milhares de AOA)

BALANÇO	2017			2016		
	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais
ACTIVO						
DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	37.020.961	-	-	21.154.009	-
<i>Standard Bank Mauricias</i>	-	4.394	-	-	7.639	-
<i>Stanbic Ibc Bank Plc</i>	-	1.722	-	-	1.735	-
<i>Standard Bank Namibia</i>	-	181	-	-	1.637	-
APLICAÇÕES EM BANCOS CENTRAIS E EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO						
<i>Standard Bank Isle of Man</i>	-	-	-	-	8.295.689	-
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	-	-	-	12.462.413	-
CRÉDITO A CLIENTES						
Cartões de crédito	-	-	-	-	-	110
Descoberto	-	-	467	-	-	-
OUTROS ACTIVOS						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	35.780	-	-	32.167	-
TOTAL	-	37.063.038	467	-	41.955.289	110
PASSIVO						
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS						
<i>AAA Activos, Lda</i>	140.822	-	-	15.771	-	-
<i>AAA Seguros, SA</i>	-	388	-	-	3.673.346	-
OUTROS	772.920	-	48	444.961	-	11.675
PASSIVOS SUBORDINADOS						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	5.050.620	-	-	5.045.386	-
OUTROS PASSIVOS						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	1.926.928	-	-	872.189	-
<i>Standard Bank Isle of Man</i>	-	100.458	-	-	69.343	-
<i>Standard Bank London</i>	-	34.814	-	-	36.061	-
TOTAL	913.742	7.113.208	48	460.732	9.696.325	11.675

(UN: Milhares de AOA)

RESULTADOS	2017			2016		
	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES						
<i>Standard Bank Isle of Man</i>	-	13.833	-	-	12.435	-
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	591.081	-	-	103.794	-
JUROS E ENCARGOS SIMILARES						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	(277.346)	-	-	(247.944)	-
RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	16.946	-	-	-	-
<i>Standard Bank Isle of Man</i>	-	(41.518)	-	-	(70.573)	-
RESULTADOS CAMBIAIS						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	1.495	-	-	643	-
CUSTOS COM O PESSOAL						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	(42.145)	-	-	(45.740)	-
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	(1.465.357)	-	-	(919.797)	-
<i>AAA Activos, Lda</i>	(103.575)	-	-	(99.761)	-	-
TOTAL	(103.575)	(1.203.011)	-	(99.761)	(1.167.182)	-

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da gestão do Banco pode ser analisado na Nota 31 Custos com pessoal.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

NOTA 35 – JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas consideram as operações mais recentemente concedidas pelo Banco.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros.

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Banco é apresentado como segue:

(UN: Milhares de AOA)

	Valorizados ao Justo Valor				Total Valor de Balanço	Justo valor
	Custo amortizado	Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado (Nível 3)		
31 DE DEZEMBRO DE 2017						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	68.955.622	-	-	-	68.955.622	68.955.622
Disponibilidades em outras instituições de crédito	40.310.094	-	-	-	40.310.094	40.310.094
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	8.576.461	-	8.576.461	8.576.461
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	79.422.026	-	79.422.026	79.422.026
Investimentos detidos até à maturidade	78.802.143	-	-	-	78.802.143	78.965.991
Crédito a Clientes	35.070.318	-	-	-	35.070.318	34.527.689
ACTIVOS FINANCEIROS	223.138.177	-	87.998.487	-	311.136.664	310.757.883
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	733.524	-	-	-	733.524	733.524
Recursos de Clientes e outros empréstimos	265.657.775	-	-	-	265.657.775	266.975.307
Passivos subordinados	5.050.620	-	-	-	5.050.620	5.235.657
PASSIVOS FINANCEIROS	271.441.919	-	-	-	271.441.919	272.944.488

(UN: Milhares de AOA)

	Valorizados ao Justo Valor				Total Valor de Balanço	Justo valor
	Custo amortizado	Cotações de mercado (Nível 1)	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado (Nível 2)	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado (Nível 3)		
31 DE DEZEMBRO DE 2016						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	163.445.642	-	-	-	163.445.642	163.445.642
Disponibilidades em outras instituições de crédito	23.994.889	-	-	-	23.994.889	23.994.889
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	20.758.102	-	-	-	20.758.102	20.758.102
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	9.944.275	-	9.944.275	9.944.275
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	73.074.604	-	73.074.604	73.074.604
Investimentos detidos até à maturidade	20.310.120	-	-	-	20.310.120	20.288.680
Crédito a Clientes	50.231.258	-	-	-	50.231.258	49.739.151
ACTIVOS FINANCEIROS	278.740.011	-	83.018.879	-	361.758.890	361.245.343
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	708.032	-	-	-	708.032	708.032
Recursos de Clientes e outros empréstimos	337.729.460	-	-	-	337.729.460	337.104.346
Passivos subordinados	5.045.386	-	-	-	5.045.386	5.156.404
PASSIVOS FINANCEIROS	343.482.878	-	-	-	343.482.878	342.968.782

O Banco utiliza a seguinte hierarquia de justo valor, com três níveis na valorização de instrumentos financeiros (activos ou passivos), a qual reflecte o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transacções em mercados activos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado activo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para os quais o acesso existe;

Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados activos, sejam dados directos (preços, taxas, spreads...) ou indirectos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida; e,

Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados activos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos *inputs* utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

O Banco considera um mercado activo para um dado instrumento financeiro, na data de mensuração, dependendo do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade;
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade;

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado activo;
- Se existe um mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado activo, com a excepção da condição de volumes de negociação; e,
- O valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS, DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E APLICAÇÕES EM BANCOS CENTRAIS E EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Estes activos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO, PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO, ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA E OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado (*Bid-price*), sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

As taxas de juro de mercado para o AOA são apuradas com base nas taxas de juro dos bilhetes do tesouro para as várias maturidades.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos standard considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

CRÉDITO A CLIENTES

O justo valor do crédito a Clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O justo valor destes passivos é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Estes passivos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas praticadas para os depósitos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

PASSIVOS SUBORDINADOS

O justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Relativamente às taxas de câmbio, o Banco utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

NOTA 36 – BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR SEGMENTO

Em 31 de Dezembro de 2017, o balanço por segmento é apresentado como segue:

(UN: Milhares de AOA)

BALANÇO	2017		
	Pequenas e Médias Empresas e Particulares	Grandes Empresas e Banca de Investimento	Total
ACTIVO			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.688.995	67 266 627	68 955 622
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	40 310 094	40 310 094
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	8.576.461	8.576.461
Activos financeiros disponíveis para venda	-	79.422.026	79.422.026
Investimentos detidos até à maturidade	-	78.802.143	78.802.143
Crédito a Clientes	7.498.219	27.572.099	35.070.318
Activos não correntes detidos para venda	-	1.332.934	1.332.934
Outros activos tangíveis	2.100.569	161.254	2.261.823
Activos intangíveis	552.402	160.174	712.576
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	49.910	49.910
Activos por impostos correntes	117.379	69.325	186.704
Outros activos	1.857.159	286.622	2.143.781
TOTAL DE ACTIVO	13.814.723	304.009.669	317.824.392
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	580.276	153.248	733.524
Recursos de Clientes e outros empréstimos	48.831.032	216.826.743	265.657.775
Provisões	500.696	388.688	889.384
Passivos por impostos correntes	821.930	547.953	1.369.883
Passivos subordinados	1.092.612	3.958.008	5.050.620
Outros passivos	(40.631.127)	46.896.056	6.264.929
TOTAL DO PASSIVO	11.195.419	268.770.696	279.966.115
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Social	1.906.002	7.624.005	9.530.007
Reservas de reavaliação	(123.046)	(492.183)	(615.229)
Outras reservas e resultados transitados	2.259.983	9.655.162	11.915.145
Resultado líquido	(1.423.635)	18.451.989	17.028.354
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	2.619.304	35.238.973	37.858.277
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	13.814.723	304.009.669	317.824.392

Em 2017, a demonstração de resultados por segmento é apresentada como segue:

(UN: Milhares de AOA)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2017		
	Pequenas e Médias Empresas e Particulares	Grandes Empresas e Banca de Investimento	Total
Juros e rendimentos similares	2.201.409	30.255.325	32.456.734
Juros e encargos similares	(128.950)	(3.512.429)	(3.641.379)
MARGEM FINANCEIRA	2.072.459	26.742.896	28.815.355
Rendimentos de serviços e comissões	4.418.734	658.279	5.077.013
Encargos com serviços e comissões	-	(883.055)	(883.055)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	-	1.099.860	1.099.860
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	5.110	5.110
Resultados cambiais	-	2.718.234	2.718.234
Outros resultados de exploração	1.316.556	(4.340.551)	(3.023.995)
PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA	7.807.749	26.000.773	33.808.522
Custos com pessoal	(5.588.419)	(3.979.305)	(9.567.724)
Fornecimentos e serviços de terceiros	(2.039.772)	(3.235.325)	(5.275.097)
Depreciações e amortizações do exercício	(416.111)	(124.728)	(540.839)
Provisões líquidas de anulações	(168.034)	(240.947)	(408.981)
Imparidade para crédito a Clientes líquida de reversões e recuperações	(815.614)	75.655	(739.959)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	(1.220.201)	18.496.123	17.275.922
Impostos sobre os resultados	(203.434)	(44.134)	(247.568)
RESULTADO LÍQUIDO	(1.423.635)	18.451.989	17.028.354

NOTA 37 – GESTÃO DE RISCOS DE ACTIVIDADE

O Banco está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A gestão dos riscos é efectuada de forma centralizada em relação aos riscos específicos de cada negócio.

A política de gestão de risco do Banco visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros - crédito, mercado, liquidez e operacional - a que se encontra sujeita a actividade do Banco.

PRINCIPAIS CATEGORIAS DE RISCO

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza de recuperação do investimento e do seu retorno, por incapacidade quer de um devedor (e do seu garante, se existir), provocando deste modo uma perda financeira para o credor. O risco de crédito encontra-se patente em títulos de dívida ou outros saldos a receber.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades. Assim, o risco de mercado engloba o risco de taxa de juro, cambial e outros riscos de preço.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Banco cumprir com as suas obrigações associadas a passivos financeiros a cada data de vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de acesso ao financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores habitualmente praticados em mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

ORGANIZAÇÃO INTERNA

O Standard Bank Angola encara a gestão dos riscos como elemento central da visão e estratégia da Instituição. Assim, o modelo de gestão do risco é independente das áreas geradoras do risco e apresenta mecanismos de decisão e controlo directamente dependentes do Conselho de Administração.

A gestão dos riscos é da competência do Conselho de Administração e dos seus comités. O Conselho de Administração é o órgão responsável pela estratégia do risco na instituição apoiando-se em comités que têm como principais funções o aconselhamento do Órgão de Administração no que respeita à estratégia de gestão do risco e à supervisão da actuação da função de gestão do risco conforme prevista pelo BNA.

O Conselho de Administração delega na Comissão Executiva a gestão corrente dos riscos. Ao nível da Comissão Executiva o pelouro da gestão do risco é da competência do Presidente da Comissão Executiva.

A função de gestão do risco é exercida de forma autónoma e independente pela Direcção de Risco destinada a identificar, avaliar, monitorizar, controlar e prestar informações de todos os riscos relevantes da actividade desenvolvida pela Instituição.

Para o Standard Bank de Angola a gestão do risco é também uma forma de otimizar o uso do capital e a selecção das melhores oportunidades de negócio, ponderando a relação entre o risco e o retorno para melhor responder às necessidades dos Clientes e maximizar a criação de valor para os nossos accionistas.

Assim, e seguindo as melhores práticas internacionais o Modelo de Gestão do Risco obedece ao princípio das “Três Linhas de Defesa”, tendo subjacente a atribuição de responsabilidades aos diversos intervenientes na gestão do risco, e define de forma clara a delegação de poderes e os canais de comunicação que estão formalizados nas políticas do Banco.

A responsabilidade pela gestão do risco dentro de cada linha de actuação encontra-se no nível funcional e dos comités do Conselho de Administração. Estas linhas de defesa garantem a segregação de funções e independência do modelo. As três linhas de actuação são descritas de seguida:

GESTÃO DAS UNIDADES DE NEGÓCIO E DE SUPORTE

O principal responsável pela gestão do risco do Banco. A apreciação, avaliação e mensuração de riscos é um processo contínuo que está integrado nas actividades quotidianas do negócio. Este processo inclui a implementação de estrutura de gestão do risco, identificação de problemas e tomada de medidas correctivas sempre que necessário.

GESTÃO DO RISCO

As funções de gestão do risco do Banco são primariamente responsáveis pela definição da estrutura de gestão do risco e políticas, proporcionando a supervisão e informação independente para a gestão executiva através do Comité de Gestão de Risco de Crédito e do Comité de Gestão de Activos e Passivos.

As funções de gestão do risco das unidades de negócios visam implementar o modelo de gestão do risco, aprovar os limites de aceitação de risco dentro de mandatos específicos e fornecer uma visão geral da eficácia da gestão do risco pela primeira linha de defesa.

AUDITORIA INTERNA

Fornecer uma avaliação independente da adequação e eficácia do Sistema de Controlo Interno do Banco, do quadro global de gestão do risco, através da aprovação de um Plano de Auditoria anual e consequente emissão de relatórios para o Conselho de Administração e seus comités.

AVALIAÇÃO DE RISCOS

RISCO DE CRÉDITO

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. O processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de Clientes Particulares e de *rating* para o segmento de Empresas.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Banco ao risco de crédito:

(UN: Milhares de AOA)

	31/12/2017		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
PATRIMONIAIS	-		-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	8.576.461	-	8.576.461
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	79.422.026	-	79.422.026
Investimentos detidos até à maturidade (Nota 9)	78.802.143	-	78.802.143
Crédito a Clientes (Nota 10)	36.547.581	(1.477.263)	35.070.318
	203.348.211	(1.477.263)	201.870.948
EXTRAPATRIMONIAIS			
Garantias prestadas (Nota 24)	1.387.044	(13.870)	1.373.174
Cartas de crédito (Nota 24)	1.150.913	(15.009)	1.135.904
Limites não utilizados (Nota 24)	9.109.150	(26.012)	9.083.138
	11.647.107	(54.891)	11.592.216
TOTAL	214.995.318	(1.532.154)	213.463.164

(UN: Milhares de AOA)

	31/12/2016		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
PATRIMONIAIS	-		-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	9.944.275	-	9.944.275
Activos financeiros disponíveis para venda	73.074.604	-	73.074.604
Investimentos detidos até à maturidade	20.310.120	-	20.310.120
Crédito a Clientes	52.094.812	(1.863.554)	50.231.258
	155.423.811	(1.863.554)	153.560.257
EXTRAPATRIMONIAIS			
Garantias prestadas	8.113.186	(63.529)	8.049.657
Cartas de crédito	1.034.188	(3.639)	1.030.549
Limites não utilizados	8.116.678	(23.524)	8.093.154
	17.264.052	(90.692)	17.173.360
TOTAL	172.687.863	(1.954.246)	170.733.617

Relativamente ao nível da qualidade do risco de crédito dos activos financeiros, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

(UN: Milhares de AOA)

	Origem do rating	Nível de rating	2017		
			Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
Patrimoniais	Rating interno	A	180.785.660	-	180.785.660
		B	21.005.570	(505.967)	20.499.603
		C	149.423	(35.829)	113.594
		D	614.575	(248.727)	365.848
		E	167.740	(123.040)	44.700
		F	73.702	(53.265)	20.437
		G	551.541	(510.435)	41.106
TOTAL			203.348.211	(1.477.263)	201.870.948

(UN: Milhares de AOA)

	Origem do rating	Nível de rating	2016		
			Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
Patrimoniais	Rating interno	A	119.288.488	-	119.288.488
		B	33.589.662	(707.709)	32.881.953
		C	399.470	(88.215)	311.255
		D	303.652	(114.115)	189.537
		E	352.359	(219.091)	133.268
		F	179.170	(117.401)	61.769
		G	1.311.010	(617.023)	693.987
TOTAL			155.423.811	(1.863.554)	153.560.257

Os níveis de risco internos de A a G apresentados na tabela acima estão de acordo com a classificação do Instrutivo n.º 09/2015 do BNA sobre a metodologia para a constituição de provisões. Este instrutivo ainda é aplicável para efeitos dos rácios prudenciais.

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontra-se apresentada como segue:

(UN: Milhares de AOA)

31/12/2017

	Crédito a Clientes		Responsabilidade perante terceiros	Exposição total	Peso relativo	Imparidade	
	Vincendo	Vencido				Valor	Imparidade / Exposição total
EMPRESAS							
Administração central	180.785.660	-	-	180.785.660	84%	-	0%
Actividades financeiras	-	-	954.850	954.850	0%	(9.549)	1%
Comércio por grosso e a retalho	4.273.632	427.339	2.439.298	7.140.269	3%	(256.715)	4%
Indústria extractiva	6.872.719	-	90.446	6.963.165	3%	(64.069)	1%
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	966.270	-	1.790.934	2.757.204	1%	(18.067)	1%
Construção	1.266.469	-	334.495	1.600.964	1%	(18.599)	1%
Indústrias transformadoras	713.842	-	1.914.737	2.628.579	1%	(10.540)	0%
Indústrias alimentares e de bebidas	501.808	-	1.655.016	2.156.824	1,0%	(13.440)	1%
Transportes, armazenagem e comunicações	1.993.089	-	1.635.283	3.628.372	1,7%	(21.453)	1%
Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos	4.485	-	824.991	829.476	0,39%	(1.654)	0%
PARTICULARES							
Consumo	3.715.826	736.331	3.350	4.455.507	2%	(943.076)	21%
Habituação	669.079	149.895	-	818.974	0%	(155.771)	19%
Outros fins	244.846	26.921	3.707	275.474	0%	(19.221)	7%
TOTAL	202.007.725	1.340.486	11.647.107	214.995.318	100%	(1.532.154)	1%

(UN: Milhares de AOA)

31/12/2016

	Crédito a Clientes		Responsabilidade perante terceiros	Exposição total	Peso relativo	Imparidade	
	Vincendo	Vencido				Valor	Imparidade / Exposição total
EMPRESAS							
Administração central	119.288.488	-	-	119.288.488	69%	-	0%
Actividades financeiras	-	-	5.403.869	5.403.869	3%	(57.760)	1%
Comércio por grosso e a retalho	11.208.772	662.349	7.701.201	19.572.322	11%	(350.278)	2%
Indústria extractiva	9.374.227	-	-	9.374.227	5%	(80.139)	1%
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	2.448.253	-	983.140	3.431.393	2%	(52.575)	2%
Construção	2.326.217	-	1.591.200	3.917.417	2%	(88.145)	2%
Indústrias transformadoras	648.360	-	464.899	1.113.259	1%	(9.190)	1%
Indústrias alimentares e de bebidas	203.022	-	324.894	527.916	0,3%	(3.403)	1%
Transportes, armazenagem e comunicações	2.908	53.654	331.331	387.893	0,2%	(39.805)	10%
Actividades informáticas e conexas	37.486	-	-	37.486	0,0%	(1.264)	3%
Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos	8.136	-	-	8.136	0,00%	(745)	9%
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	1.243	-	-	1.243	0,001%	(42)	3%
PARTICULARES							
Consumo	6.626.409	1.182.197	444.117	8.252.723	3%	(1.202.830)	15%
Habituação	925.972	-	-	925.972	1%	(41.664)	4%
Outros fins	422.549	3.569	19.401	445.519	0%	(26.406)	6%
TOTAL	153.522.042	1.901.769	17.264.052	172.687.863	100%	(1.954.246)	1%

A concentração geográfica do risco de crédito em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é de 100% em Angola, com excepção das aplicações de liquidez de 2016 que são com o Grupo Standard Bank (África do Sul e Isle of Man). Para efeitos de redução do risco de crédito são relevantes as garantias reais hipotecárias e os colaterais financeiros, que permitam alterar o LGD do Cliente. Em termos de redução directa, estão contempladas as operações de crédito colateralizadas por cauções financeiras, nomeadamente, depósitos, obrigações do Estado Angolano entre outras similares.

Relativamente às garantias reais hipotecárias, as avaliações dos bens são realizadas por avaliadores independentes ou por unidade de estrutura da própria instituição, independente da área comercial. A reavaliação dos bens é efectuada pela realização de avaliações no local, por técnico avaliador externo, de acordo com as melhores práticas adoptadas no mercado.

O Modelo de Cálculo das Perdas por Imparidade da Carteira de Crédito do Banco encontra-se implementado desde Dezembro de 2016, regendo-se pelos princípios gerais definidos na IAS 39, bem como pelas orientações e iterações de implementação das IAS/ IFRS junto do BNA, por forma a alinhar o processo de cálculo com as melhores práticas internacionais.

O modelo de imparidade do Banco começa por segmentar os Clientes da carteira de crédito em grupos distintos, consoante a existência de sinais de imparidade (que contemplam informação interna e externa) e a dimensão do conjunto de exposições de cada grupo económico/ Cliente:

- Individualmente Significativos: são sujeitos a análise individual Clientes ou Grupos Económicos que preencham, pelo menos, um dos seguintes requisitos:
 - Exposição superior a 0.1% do montante dos capitais próprios do Banco, com sinais de imparidade;
 - Exposição superior a 0.5% do montante dos capitais próprios do Banco, sem sinais de imparidade.
- Populações Homogéneas com sinais de imparidade: Clientes ou Grupos Económicos que não preenchem os critérios para serem Individualmente Significativos e que apresentam pelo menos um sinal de imparidade.
- Populações Homogéneas sem sinais de imparidade: Clientes ou Grupos Económicos que não preenchem os critérios para serem Individualmente Significativos e que não apresentam nenhum sinal de imparidade.

Consoante o grupo em que sejam classificados os Clientes, as operações são tratadas através de Análise em Base Individual, ou de Análise em Base Colectiva.

Para cada um dos Clientes/créditos activos são verificados um conjunto de sinais de imparidade, que contemplam informação interna e externa que, por sua vez, agravam os valores de imparidade na medida em que representam um agravamento do risco de incumprimento.

De referir que o crédito reestruturado é um sinal de imparidade pelo que a carteira de créditos marcados como reestruturados está incluída nos créditos com sinais de imparidade.

No grupo das populações homogéneas, as exposições dos Clientes estão sujeitas a análise em base colectiva. O cálculo do valor da imparidade para os créditos dos Clientes pertencentes às populações homogéneas resulta do produto da exposição EAD (*Exposure at Default*), deduzida de colaterais financeiros sem risco pelos seguintes parâmetros de risco:

- PD (probabilidade de incumprimento): corresponde a estimativas internas de incumprimento, baseadas nas classificações de risco associadas às operações/Clientes, segmento e respectivos sinais de imparidade/estados do crédito (caso existam). Caso o crédito se encontre em situação de *default* ou *cross-default*, a PD corresponde a 100%;
- LGD (perda em caso de incumprimento): corresponde a estimativas internas de perda, que variam consoante o segmento, se tem ou não garantia real, LTV (*loan-to-value*) e antiguidade do *default*, tendo por base a experiência histórica de recuperação de créditos que entraram em incumprimento.

No grupo dos Clientes individualmente significativos, as exposições dos Clientes estão sujeitas a análise em base individual. Esta análise incide sobre a qualidade creditícia do devedor, bem como sobre as expectativas de recuperação de crédito, atendendo designadamente aos colaterais, garantias existentes, informação financeira histórica e previsões (orçamentos e estimativas).

O valor de imparidade para os Clientes Individualmente Significativos é apurado através do método de *discounted cash-flows*, ou seja, o valor de imparidade corresponde à diferença entre o valor do crédito e o somatório dos *cash-flows* esperados relativos às diversas operações do Cliente, actualizados segundo as taxas de juro de cada operação.

RISCO DE MERCADO

No que respeita à informação e análise de risco de mercado é assegurado o reporte regular sobre as carteiras de activos financeiros. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco. Estão igualmente definidos diferentes limites de exposição por Emitente, por tipo/classe de activo e nível de qualidade de crédito (rating). São ainda definidos limites de *Stop Loss* e *Loss Trigger* para as posições detidas para negociação e em disponíveis para venda.

A análise de sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros a variações das taxas de câmbio à data de 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é apresentada como segue:

(UN: Milhares de AOA)

	2017					
	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%
MOEDA						
Dólares dos Estados Unidos da América	(906.230)	(453.115)	(226.557)	226.557	453.115	906.230
Euros	(279.854)	(139.927)	(69.963)	69.963	139.927	279.854
Outras moedas	(7.941)	(3.971)	(1.985)	1.985	3.971	7.941
TOTAL	(1.194.025)	(597.013)	(298.505)	298.505	597.013	1.194.025

(UN: Milhares de AOA)

	2016					
	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%
MOEDA						
Dólares dos Estados Unidos da América	(870.638)	(435.319)	(217.660)	217.660	435.319	870.638
Euros	(429.063)	(214.532)	(107.266)	107.266	214.532	429.063
Outras moedas	(34.891)	(17.446)	(8.723)	8.723	17.446	34.891
TOTAL	(1.334.592)	(667.297)	(333.649)	333.649	667.2967	1.334.592

O resultado do teste de *stress* apresentado corresponde ao impacto esperado (antes de impostos) nos capitais próprios, incluindo interesses minoritários.

RISCO DE TAXA DE JURO

O Banco reporta o risco de taxa de juro na carteira bancária ao BNA de acordo com o Aviso n.º 08/2016 publicado em 16 de Maio de 2016. O referido aviso define uma periodicidade semestral para os bancos reportarem o risco de taxa de juro na carteira bancária ao BNA.

O BNA estabelece, através do Aviso n.º 08/2016, um choque instantâneo de 2% nas taxas de juro que resulta num movimento paralelo da curva de rendimentos na mesma magnitude estimando-se o impacto sobre o valor actual dos fluxos de caixa e sobre a margem de juros.

Com base nas características financeiras de cada contrato é feita a projecção dos fluxos de caixa esperados de acordo com as datas de refixação de taxa de juro ou maturidade contratual, observando eventuais pressupostos comportamentais considerados para a refixação de taxa de juro para os activos e passivos que, apesar de estarem sujeitos ao risco de taxa de juro, não tenham maturidade contratual definida e para os contratos de crédito de taxa fixa que disponham de uma cláusula que permite ao Banco alterar a taxa de juro sempre que as condições do mercado justificarem.

De acordo com o mesmo aviso, os bancos deverão avaliar o nível de exposição ao risco de taxa de juro numa base contínua e, no prazo de um dia útil, informar ao BNA sempre que de acordo com o choque realizado, exista uma redução potencial do seu valor económico igual ou superior a 20% dos seus fundos próprios regulamentares.

Uma análise separada é necessária sempre que os elementos expostos ao risco de taxa de juro denominados numa moeda estrangeira representem mais do que 5% da carteira bancária, de acordo com o aviso. Nestes casos, os bancos devem apresentar uma análise e prestação de informação específica para esta moeda.

O risco de taxa de juro na carteira bancária do Standard Bank de Angola referente a 31 de Dezembro de 2017 foi reportado ao BNA como segue:

Moeda Nacional (AOA)

(UN: AOA)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa – Impacto na Situação Líquida							
Moeda nacional							
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (A)	Posição de Ponderação (B)
			(+)	(-)			
À vista – 1 mês	-	17.780.176.678			(17.780.176.678)	0,08%	(14.224.141)
1 – 3 meses	43.424.704.476	16.939.805.961			26.484.898.515	0,32%	84.751.675
3 – 6 meses	28.291.804.678	16.672.843.131			11.618.961.547	0,72%	83.656.523
6 – 12 meses	76.475.850.817	7.506.146.471			68.969.704.346	1,43%	986.266.772
1 – 2 anos	14.403.107.877	1.009.367.950			13.393.739.927	2,77%	371.006.596
2 – 3 anos	11.083.564.228	421.132			11.083.143.096	4,49%	497.633.125
3 – 4 anos	-	-			-	6,14%	-
4 – 5 anos	-	-			-	7,71%	-
5 – 7 anos	-	-			-	10,15%	-
7 – 10 anos	-	-			-	13,26%	-
10 – 15 anos	-	-			-	18,84%	-
15 – 20 anos	-	-			-	22,43%	-
> 20 anos	-	-			-	26,03%	-
TOTAL (C) :							2.009.090.550
173.679.032.076		(59.908.761.323)			113.770.270.753		
						Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro	2.009.090.550
						Fundos próprios regulamentares	23.464.456.829
						Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares	8,56%

Moeda Nacional (AOA)

(UN: AOA)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa – Impacto na Margem de Juros							
Moeda nacional							
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (F)	Posição de Ponderação (G)
			(+)	(-)			
À vista	-	-				2,00%	-
À vista – 1 mês	-	(17.780.176.678)			(17.780.176.678)	1,92%	(341.379.392)
1 – 2 meses	35.311.531.187	(13.029.717.072)			22.281.814.115	1,75%	389.931.747
2 – 3 meses	8.113.173.289	(3.910.088.889)			4.203.084.400	1,58%	66.408.734
3 – 4 meses	18.995.097.660	692.949.705			18.302.147.956	1,42%	259.890.501
4 – 5 meses	5.623.048.945	1.555.917.355			4.067.131.590	1,25%	50.839.145
5 – 6 meses	3.673.658.073	14.423.976.072			(10.750.317.998)	1,08%	(116.103.434)
6 – 7 meses	18.485.687.576	69.262.562			18.416.425.014	0,92%	169.431.110
7 – 8 meses	10.058.332.912	83.891.359			9.974.441.552	0,75%	74.808.312
8 – 9 meses	21.426.315.986	2.051.726.746			19.374.589.240	0,58%	112.372.618
9 – 10 meses	12.807.100.210	194.850.519			12.612.249.691	0,42%	52.971.449
10 – 11 meses	11.895.947.935	56.796.019			11.839.149.916	0,25%	29.597.875
11 – 12 meses	1.802.466.198	5.049.617.266			(3.247.151.068)	0,08%	(2.597.721)
	148.192.359.970	(58.896.972.241)					
					Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro até um ano		746.170.942
					Margem de juros		27.480.215.915
					Impacto Acumulado dos Instrumentos Sensíveis à Taxa de Juro até um ano em percentagem da MJ		2,72%

Moeda Estrangeira (USD)

(UN: AOA)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa – Impacto na Situação Líquida							
Moeda Estrangeira							
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (A)	Posição de Ponderação (B)
			Extra-Patrimoniais				
			(+)	(-)			
À vista – 1 mês	6.946.466.114	14.114.041.793			(7.167.575.679)	0,08%	(5.734.061)
1 – 3 meses	3.642.130.709	502.337.019			(3.139.793.690)	0,32%	(10.047.340)
3 – 6 meses	-	5.102.142.803			(5.102.142.803)	0,72%	(36.735.428)
6 – 12 meses	-	4.980.237			(4.980.237)	1,43%	(71.217)
1 – 2 anos	-	-			-	2,77%	-
2 – 3 anos	-	-			-	4,49%	-
3 – 4 anos	-	-			-	6,14%	-
4 – 5 anos	-	-			-	7,71%	-
5 – 7 anos	10.523.844.924	-			10.523.844.924	10,15%	1.068.170.260
7 – 10 anos	-	-			-	13,26%	-
10 – 15 anos	-	-			-	18,84%	-
15 – 20 anos	-	-			-	22,43%	-
> 20 anos	-	-			-	26,03%	-
	21.112.441.748	(19.723.501.852)			(1.388.939.895)	TOTAL (C) :	1.035.676.894
						Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro	1.035.676.894
						Fundos Próprios Regulamentares	23.464.456.829
						Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares	4,41%

Moeda Estrangeira (USD)

(UN: AOA)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa – Impacto na Margem de Juros							
Moeda Estrangeira							
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (F)	Posição de Ponderação (G)
			(+)	(-)			
À vista	-	-			-	2,00%	-
À vista – 1 mês	6.946.466.114	14.114.041.793			(7.167.575.679)	1,92%	(137.617.453)
1 – 2 meses	151.151.673	498.509.670			(347.357.996)	1,75%	(6.078.765)
2 – 3 meses	3.490.979.036	3.827.349			3.487.151.687	1,58%	55.096.997
3 – 4 meses	-	5.067.337.648			(5.067.337.648)	1,42%	(71.956.195)
4 – 5 meses	-	34.805.156			(34.805.156)	1,25%	(435.064)
5 – 6 meses	-	-			-	1,08%	-
6 – 7 meses	-	-			-	0,92%	-
7 – 8 meses	-	-			-	0,75%	-
8 – 9 meses	-	-			-	0,58%	-
9 – 10 meses	-	4.980.237			(4.980.237)	0,42%	(20.917)
10 – 11 meses	-	-			-	0,25%	-
11 – 12 meses	-	-			-	0,08%	-
	10.588.596.823	(19.723.501.852)					
					Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro até um ano		(161.011.397)
					Margem de juros		1.344.925.753
					Impacto Acumulado dos Instrumentos Sensíveis à Taxa de Juro até um ano em percentagem da MJ		-11,97%

Por sua vez, o risco de taxa de juro na carteira bancária referente a 31 de Dezembro de 2016 ao BNA foi reportado da seguinte forma:

Moeda Nacional (AOA)

(UN: AOA)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa – Impacto na Situação Líquida							
Moeda nacional							
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (A)	Posição de Ponderação (B)
			(+)	(-)			
À vista – 1 mês	3.541.120.360	(48.301.447.452)			(44.760.327.092)	0,08%	(35.808.262)
1 – 3 meses	58.903.692.614	(39.084.603.679)			19.819.088.935	0,32%	63.421.085
3 – 6 meses	22.964.286.107	(24.209.235.418)			(1.244.949.311)	0,72%	(8.963.635)
6 – 12 meses	35.011.645.774	(27.392.592.958)			7.619.052.816	1,43%	108.952.455
1 – 2 anos	-	(33.513.166.876)			(33.513.166.876)	2,77%	(928.314.722)
2 – 3 anos	12.271.483.351	(3.609.779.852)			8.661.703.498	4,49%	388.910.487
3 – 4 anos	-	-			-	6,14%	-
4 – 5 anos	-	-			-	7,71%	-
5 – 7 anos	-	-			-	10,15%	-
7 – 10 anos	-	-			-	13,26%	-
10 – 15 anos	-	-			-	18,84%	-
15 – 20 anos	-	-			-	22,43%	-
> 20 anos	-	-			-	26,03%	-
	132.692.228.205	(176.110.826.236)			43.418.598.031	TOTAL (C) :	(411.802.592)
					Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro		(411.802.592)
					Fundos próprios regulamentares		25.792.794.847
					Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares		-2%

Moeda Nacional (AOA)

(UN: AOA)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa – Impacto na Margem de Juros								
Moeda nacional								
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (F)	Posição de Ponderação (G)	
			(+)	(-)				
À vista	-	-			-	2,00%	-	
À vista – 1 mês	3.541.120.360	(21.569.388.119)			(18.028.267.759)	1,92%	(346.142.741)	
1 – 2 meses	56.972.999.110	(20.044.264.165)			36.928.734.945	1,75%	646.252.862	
2 – 3 meses	1.930.693.504	(224.030.491)			1.706.663.013	1,58%	26.965.276	
3 – 4 meses	3.723.544.462	(145.390.985)			3.578.153.477	1,42%	50.809.779	
4 – 5 meses	19.240.741.645	(3.803.824.385)			15.436.917.259	1,25%	192.961.466	
5 – 6 meses	-	(1.036.394.927)			(1.036.394.927)	1,08%	(11.193.065)	
6 – 7 meses	-	(21.273.120)			(21.273.120)	0,92%	(195.713)	
7 – 8 meses	4.008.177.501	(40.418.690)			3.967.758.811	0,75%	29.758.191	
8 – 9 meses	10.527.356.021	(32.485.139)			10.494.870.882	0,58%	60.870.251	
9 – 10 meses	9.490.784.843	(51.196.852)			9.439.587.991	0,42%	39.646.270	
10 – 11 meses	10.985.327.410	(280.014.471)			10.705.312.939	0,25%	26.763.282	
11 – 12 meses	-	(12.026.684)			(12.026.684)	0,08%	(9.621)	
	120.420.744.854	(47.260.708.029)						
							Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro até um ano	716.486.236
							Margem de juros	13.481.405.335
							Impacto Acumulado dos Instrumentos Sensíveis à Taxa de Juro até um ano em percentagem da MJ	5%

Moeda Estrangeira (USD)

(UN: AOA)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa – Impacto na Situação Líquida							
Moeda Estrangeira							
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (A)	Posição de Ponderação (B)
			Extra-Patrimoniais (+)	(-)			
À vista – 1 mês	22.330.023.475	(20.100.520.872)			2.229.502.603	0,08%	1.783.602
1 – 3 meses	13.707.164.691	(19.347.119.041)			(5.639.954.350)	0,32%	(18.047.854)
3 – 6 meses	-	(5.409.561.874)			(5.409.561.874)	0,72%	(38.948.845)
6 – 12 meses	-	(7.456.805.490)			(7.456.805.490)	1,43%	(106.632.319)
1 – 2 anos	-	(10.273.513.574)			(10.273.513.574)	2,77%	(284.576.326)
2 – 3 anos	-	(6.830.998.958)			(6.830.998.958)	4,49%	(306.711.853)
3 – 4 anos	-	(5.484.512.246)			(5.484.512.246)	6,14%	(336.749.052)
4 – 5 anos	-	(3.409.333.749)			(3.409.333.749)	7,71%	(262.859.632)
5 – 7 anos	10.522.512.985	-			10.522.512.985	10,15%	1.068.035.068
7 – 10 anos	-	-			-	13,26%	-
10 – 15 anos	-	-			-	18,84%	-
15 – 20 anos	-	-			-	22,43%	-
> 20 anos	-	-			-	26,03%	-
	46.559.701.151	78.312.365.803			31.752.664.652	TOTAL (C) :	(284.707.211)
						Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro	(284.707.211)
						Fundos Próprios Regulamentares	25.792.794.847
						Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares	-1%

Moeda Estrangeira (USD)

(UN: AOA)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa – Impacto na Margem de Juros								
Moeda Estrangeira								
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (F)	Posição de Ponderação (G)	
			Extra-Patrimoniais (+)	(-)				
À vista	-	-			-	2,00%	-	
À vista – 1 mês	22.330.023.475	(12.872.338.541)			9.457.684.934	1,92%	181.587.551	
1 – 2 meses	5.804.894.780	(9.213.919.966)			(3.409.025.186)	1,75%	(59.657.941)	
2 – 3 meses	7.902.269.911	(5.045.386.321)			2.856.883.590	1,58%	45.138.761	
3 – 4 meses	-	(205.757.786)			(205.757.786)	1,42%	(2.921.761)	
4 – 5 meses	-	(4.197.421)			(4.197.421)	1,25%	(52.468)	
5 – 6 meses	-	(1.658.177)			(1.658.177)	1,08%	(17.908)	
6 – 7 meses	-	(2.141.406)			(2.141.406)	0,92%	(19.701)	
7 – 8 meses	-	-			-	0,75%	-	
8 – 9 meses	-	-			-	0,58%	-	
9 – 10 meses	-	(166.151.855)			(166.151.855)	0,42%	(697.838)	
10 – 11 meses	-	-			-	0,25%	-	
11 – 12 meses	-	-			-	0,08%	-	
	36.037.188.167	(27.511.551.474)						
							Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro até um ano	163.358.695
							Margem de juros	1.714.324.369
							Impacto Acumulado dos Instrumentos Sensíveis à Taxa de Juro até um ano em percentagem da MJ	10%

Segundo as tabelas acima, é possível constatar que nos dois períodos, nomeadamente 2016 e 2017, o impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro nos fundos próprios regulamentares do Banco esteve dentro do limite de 20% tanto em moeda nacional como em moeda estrangeira, neste caso o dólar americano (por ser a única moeda estrangeira cujos elementos expostos ao risco de taxa de juro representam mais de 5% da carteira bancária). Para além do requisito de reporte de risco de taxa de juro na carteira bancária ao BNA, o Banco deve também reportar, ao ALCO local e do Grupo, métricas internas de risco de taxa de juro na carteira bancária e para efeitos de consolidação por parte do Grupo Standard Bank, o Banco deve reportar o risco de taxa de juro de acordo com os requisitos do regulador sul-africano (SARB) que tem Basileia III como base.

De acordo com os requisitos do regulador sul-africano, os fluxos de caixa esperados dos activos e passivos são agrupados na respectiva banda temporal tendo em conta a data de refixação (para os instrumentos de taxa variável) ou maturidade contratual (para os instrumentos de taxa fixa) e isto permite determinar os gaps de taxa de juro para cada uma das bandas temporais.

Esta análise é efectuada de forma consolidada tendo em conta o balanço total do Banco sendo que não há necessidade de se efectuar uma análise separa por moeda.

Os quadros seguintes reflectem os gaps de taxa de juro reportados ao Grupo Standard Bank para efeitos de consolidação junto SARB, com referência aos períodos de 31 de Dezembro de 2017 e 2016:

(UN: Milhares de AOA)

2017

	Datas de refixação / Datas de maturidade								Total
	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
ACTIVOS									
	68.197.222	23.858.223	25.683.272	70.921.474	24.925.979	-	10.535.131	93.703.091	317.824.392
PASSIVOS E FUNDOS PRÓPRIOS									
	219.338.443	17.261.320	21.758.365	8.445.441	1.151	-	-	51.019.672	317.824.392
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	(151.141.221)	6.596.903	3.924.907	62.476.033	24.924.828	-	10.535.131	42.683.419	-

(UN: Milhares de AOA)

2016

	Datas de refixação / Datas de maturidade								Total
	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
ACTIVOS									
	68.247.805	20.593.965	23.645.164	35.514.977	19.661.938	74.612	11.423.381	188.642.868	367.804.710
PASSIVOS E FUNDOS PRÓPRIOS									
	16.562.055	37.034.802	10.404.145	623.682	16.484	-	-	303.163.542	367.804.710
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	51.685.750	(16.440.837)	13.241.019	34.891.295	19.645.454	74.612	11.423.381	(114.520.674)	-

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Banco, para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

(UN: Milhares de AOA)

	2017			2016		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
APLICAÇÕES						
Crédito a Clientes	42.650.788	5.200.543	12,19%	50.834.227	6.372.447	12,54%
Disponibilidades	148.353.124	-	-	161.757.102	-	-
Carteira de Títulos	135.064.815	26.417.704	19,56%	98.498.362	13.146.551	13,35%
Aplicações interbancárias	10.379.051	838.487	8,08%	15.791.693	218.875	1,39%
TOTAL APLICAÇÕES	336.447.778	32.456.734		326.881.384	19.737.873	
RECURSOS						
Depósitos de Clientes	301.693.618	3.359.086	1,11%	306.755.464	3.341.056	1,09%
Outros recursos	2.956.616	282.293	9,55%	5.029.497	247.944	4,93%
TOTAL RECURSOS	304.650.234	3.641.379		311.784.961	3.589.000	
MARGEM FINANCEIRA		28.815.355			16.148.873	

A repartição dos activos e passivos, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, por moeda, é analisado como segue:

(UN: Milhares de AOA)

	2017					2016				
	AOA	USD	EUR	Outros	Total	AOA	USD	EUR	Outros	Total
ACTIVO										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	59.012.868	9.746.216	155.972	40.566	68.955.622	153.010.146	10.169.973	223.802	41.721	163.445.642
Disponibilidades em outras instituições de crédito	47.147	35.902.862	3.619.514	740.571	40.310.094	7.225	20.385.467	2.865.897	736.300	23.994.889
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	20.758.102	-	-	20.758.102
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	897.767	7.678.694	-	-	8.576.461	3.579.775	6.364.500	-	-	9.944.275
Activos financeiros disponíveis para venda	79.422.026	-	-	-	79.422.026	73.074.604	-	-	-	73.074.604
Investimentos detidos até à maturidade	78.802.143	-	-	-	78.802.143	20.310.120	-	-	-	20.310.120
Crédito a Clientes	13.607.868	21.112.442	350.008	-	35.070.318	23.792.761	26.064.734	373.763	-	50.231.258
Activos não correntes detidos para venda	1.332.934	-	-	-	1.332.934	1.494.234	-	-	-	1.494.234
Outros activos tangíveis	2.261.823	-	-	-	2.261.823	2.211.374	-	-	-	2.211.374
Activos intangíveis	712.576	-	-	-	712.576	374.038	-	-	-	374.038
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	49.910	-	-	-	49.910	44.290	-	-	-	44.290
Activos por impostos correntes	186.704	-	-	-	186.704	100.159	-	-	-	100.159
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	387.735	-	-	-	387.735
Outros activos	1.435.353	675.767	11.170	21.491	2.143.781	1.382.728	30.611	5.068	15.583	1.433.990
TOTAL DE ACTIVO	237.769.119	75.115.981	4.136.664	802.628	317.824.392	279.769.189	83.773.387	3.468.530	793.604	367.804.710

(UN: Milhares de AOA)

	2017					2016				
	AOA	USD	EUR	Outros	Total	AOA	USD	EUR	Outros	Total
PASSIVO										
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(731.620)	(207)	(1.659)	(38)	(733.524)	(524.526)	(10.783)	(1.502)	(171.221)	(708.032)
Recursos de Clientes e outros empréstimos	(198.296.802)	(64.987.602)	(2.330.088)	(43.283)	(265.657.775)	(263.444.852)	(73.266.979)	(930.760)	(86.869)	(337.729.460)
Provisões	(889.384)	-	-	-	(889.384)	(402.188)	-	-	-	(402.188)
Passivos por impostos correntes	(1.369.883)	-	-	-	(1.369.883)	(493.891)	-	-	-	(493.891)
Passivos subordinados	-	(5.050.620)	-	-	(5.050.620)	-	(5.045.386)	-	-	(5.045.386)
Outros passivos	(4.593.277)	(546.403)	(405.649)	(719.600)	(6.264.929)	(2.943.419)	(1.097.047)	(390.952)	(361.058)	(4.792.476)
TOTAL DO PASSIVO	(205.880.966)	(70.584.832)	(2.737.396)	(762.921)	(279.966.115)	(267.808.876)	(79.420.195)	(1.323.214)	(619.148)	(349.171.433)
ACTIVO / (PASSIVO) LÍQUIDO	31.888.153	4.531.149	1.399.268	39.707	37.858.277	11.960.313	4.353.192	2.145.316	174.456	18.633.277

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Activos financeiros ao justo valor através de resultados apresenta na coluna USD os títulos em kwanzas indexados a Dólares Norte Americanos.

RISCO DE LIQUIDEZ

O Banco reporta o risco de liquidez ao BNA de acordo com o Instrutivo n.º 19/2016 publicado em 30 de Agosto de 2016. Segundo o referido instrutivo, as instituições financeiras devem remeter ao BNA informação individual sobre a distribuição das suas posições do balanço e extrapatrimoniais, por bandas temporais, através de mapas de liquidez devidamente preenchidos e com os cálculos do rácio de liquidez e de observação.

Deste modo, as instituições financeiras devem remeter, em base individual, os seguintes mapas de liquidez:

- Mapa considerando apenas os fluxos de caixa em todas as moedas;
- Mapa considerando apenas os fluxos de caixa em moeda nacional; e
- Mapa considerando os fluxos de caixa em moedas estrangeiras significativas para as instituições, de forma individual. Uma moeda estrangeira deve ser considerada significativa quando o activo denominado na mesma corresponde a mais do que 25% do total do activo da instituição.

De acordo com o referido instrutivo, as instituições financeiras devem manter um rácio de liquidez (razão entre os total dos activos líquidos e as saídas líquidas de caixa) em moeda nacional e para todas as moedas igual ou superior a 100% enquanto o rácio de liquidez em moeda estrangeira não deve ser inferior a 150%. Os mapas de liquidez em moeda nacional e estrangeira devem ser submetidos ao BNA com uma periodicidade quinzenal enquanto o mapa de liquidez que considera os fluxos de caixa em todas as moedas deve ser submetido mensalmente a aquela instituição. Pelo facto de o rácio de liquidez ter sido reportado pela primeira vez ao BNA em Fevereiro de 2017, não foi possível fazer uma comparação com o período homólogo de 2016.

Deste modo, serão apresentados os rácios de liquidez com referência a Junho e Dezembro de 2017. O Standard Bank de Angola reportou o rácio de liquidez referente a 31 de Dezembro de 2017 ao BNA como segue:

Moeda estrangeira

(UN: Milhares de AOA)

2017 (DEZ)	Total 1	Total Ponderado 2
Rácio de Liquidez (LCR)		
TOTAL DOS ACTIVOS LÍQUIDOS DE ALTA QUALIDADE - A	225.813.498	154.546.538
Activos Líquidos de Alta Qualidade do Nível 1	83.279.579	83.279.579
Activos Líquidos de Alta Qualidade do Nível 2	142.533.919	71.266.959
TOTAL DAS SAÍDAS DE CAIXA - B	156.053.355	59.148.886
Depósitos à ordem	144.269.470	53.164.695
Depósitos a prazo	9.107.560	3.307.866
Outros depósitos	2.676.325	2.676.325
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com Banco Central	-	-
Outras Saídas Esperadas	-	-
TOTAL DAS ENTRADAS DE CAIXA - C	708.722	354.361
Créditos	708.722	354.361
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com o Banco Central	-	-
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Outras Entradas de Caixa	-	-
TOTAL SAÍDAS LÍQUIDAS DE CAIXA (ITEM B MENOS MIN (ITEM C, 75% DO ITEM B)) - D	155.344.634	58.794.526
RÁCIO DE LIQUIDEZ (ITEM A DIVIDIDO PELO ITEM D, EXPRESSO EM PERCENTAGEM)		263%

Moeda estrangeira

(UN: Milhares de AOA)

2017 (DEZ)	Total 1	Total Ponderado 2
Rácio de Liquidez (LCR)		
TOTAL DOS ACTIVOS LÍQUIDOS DE ALTA QUALIDADE - A	45.649.078	45.649.078
Activos Líquidos de Alta Qualidade do Nível 1	9.746.216	9.746.216
Activos Líquidos de Alta Qualidade do Nível 2	35.902.862	35.902.862
TOTAL DAS SAÍDAS DE CAIXA - B	64.429.699	25.197.351
Depósitos à ordem	50.218.951	19.373.155
Depósitos a prazo	13.977.388	5.590.836
Outros depósitos	233.360	233.360
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Operações no mercado monetário interfinanceiro – com o Banco Central	-	-
Outras Saídas Esperadas	-	-
TOTAL DAS ENTRADAS DE CAIXA - C	11	5
Créditos	11	5
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com o Banco Central	-	-
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Outras Entradas de Caixa	-	-
TOTAL SAÍDAS LÍQUIDAS DE CAIXA (ITEM B MENOS MIN [ITEM C, 75% DO ITEM B]) - D	64.429.688	25.197.345
RÁCIO DE LIQUIDEZ (ITEM A DIVIDIDO PELO ITEM D, EXPRESSO EM PERCENTAGEM)		181%

Todas as moedas

(UN: Milhares de AOA)

2017 (DEZ)	Total 1	Total Ponderado 2
Rácio de Liquidez (LCR)		
TOTAL DOS ACTIVOS LÍQUIDOS DE ALTA QUALIDADE - A	276.019.194	204.752.235
Activos Líquidos de Alta Qualidade do Nível 1	93.222.333	93.222.333
Activos Líquidos de Alta Qualidade do Nível 2	182.796.861	111.529.902
TOTAL DAS SAÍDAS DE CAIXA - B	222.746.059	84.808.347
Depósitos à ordem	196.751.426	72.999.960
Depósitos a prazo	23.084.948	8.898.702
Outros depósitos	2.909.685	2.909.685
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com o Banco Central	-	-
Outras Saídas Esperadas	-	-
TOTAL DAS ENTRADAS DE CAIXA - C	708.732	354.366
Créditos	708.732	354.366
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com o Banco Central	-	-
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Outras Entradas de Caixa	-	-
TOTAL SAÍDAS LÍQUIDAS DE CAIXA (ITEM B MENOS MIN (ITEM C, 75% DO ITEM B)) - D	222.037.327	84.453.981
RÁCIO DE LIQUIDEZ (ITEM A DIVIDIDO PELO ITEM D, EXPRESSO EM PERCENTAGEM)		242%

Por sua vez, o rácio de liquidez do Standard Bank de Angola referente a 30 de Junho de 2017 foi reportado ao BNA como segue:

Moeda nacional

(UN: Milhares de AOA)

2017 (JUN)	Total 1	Total Ponderado 2
Rácio de Liquidez (LCR)		
TOTAL DOS ACTIVOS LÍQUIDOS DE ALTA QUALIDADE - A	278.694.656	243.002.886
Activos Líquidos de Alta Qualidade do Nível 1	207.311.117	207.311.117
Activos Líquidos de Alta Qualidade do Nível 2	71.383.539	35.691.769
TOTAL DAS SAÍDAS DE CAIXA - B	240.138.318	151.210.079
Depósitos à ordem	132.774.234	49.311.714
Depósitos a prazo	9.002.607	3.536.888
Outros depósitos	98.361.477	98.361.477
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Operações no mercado monetário interfinanceiro – com o Banco Central	-	-
Outras Saídas Esperadas	-	-
TOTAL DAS ENTRADAS DE CAIXA - C	4.827.496	4.414.589
Créditos	825.812	412.906
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com o Banco Central	4.001.683	4.001.683
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Outras Entradas de Caixa	-	-
TOTAL SAÍDAS LÍQUIDAS DE CAIXA (ITEM B MENOS MIN [ITEM C, 75% DO ITEM B]) - D	235.310.822	146.795.490
RÁCIO DE LIQUIDEZ (ITEM A DIVIDIDO PELO ITEM D, EXPRESSO EM PERCENTAGEM)		166%

Moeda estrangeira

(UN: Milhares de AOA)

2017 (JUN)	Total 1	Total Ponderado 2
Rácio de Liquidez (LCR)		
TOTAL DOS ACTIVOS LÍQUIDOS DE ALTA QUALIDADE - A	32.675.444	32.675.444
Activos Líquidos de Alta Qualidade do Nível 1	11.078.659	11.078.659
Activos Líquidos de Alta Qualidade do Nível 2	21.596.785	21.596.785
TOTAL DAS SAÍDAS DE CAIXA - B	44.922.897	17.511.839
Depósitos à ordem	35.633.470	13.709.047
Depósitos a prazo	9.143.564	3.656.928
Outros depósitos	145.864	145.864
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Operações no mercado monetário interfinanceiro – com o Banco Central	-	-
Outras Saídas Esperadas	-	-
TOTAL DAS ENTRADAS DE CAIXA - C	678.551	339.275
Créditos	678.551	339.275
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com o Banco Central	-	-
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Outras Entradas de Caixa	-	-
TOTAL SAÍDAS LÍQUIDAS DE CAIXA (ITEM B MENOS MIN [ITEM C, 75% DO ITEM B]) - D	44.244.346	17.172.563
RÁCIO DE LIQUIDEZ (ITEM A DIVIDIDO PELO ITEM D, EXPRESSO EM PERCENTAGEM)		190%

Todas as moedas

(UN: Milhares de AOA)

2017 (JUN)	Total 1	Total Ponderado 2
Rácio de Liquidez (LCR)		
TOTAL DOS ACTIVOS LÍQUIDOS DE ALTA QUALIDADE - A	313.297.877	277.606.108
Activos Líquidos de Alta Qualidade do Nível 1	218.625.127	218.625.127
Activos Líquidos de Alta Qualidade do Nível 2	94.672.750	58.980.981
TOTAL DAS SAÍDAS DE CAIXA - B	287.054.546	169.086.683
Depósitos à ordem	170.401.034	63.385.526
Depósitos a prazo	18.146.171	7.193.816
Outros depósitos	98.507.341	98.507.341
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com o Banco Central	-	-
Outras Saídas Esperadas	-	-
TOTAL DAS ENTRADAS DE CAIXA - C	5.506.047	4.753.865
Créditos	1.504.363	752.182
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com o Banco Central	4.001.683	4.001.683
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	-
Outras Entradas de Caixa	-	-
TOTAL SAÍDAS LÍQUIDAS DE CAIXA (ITEM B MENOS MIN [ITEM C, 75% DO ITEM B]) - D	281.548.500	164.332.818
RÁCIO DE LIQUIDEZ (ITEM A DIVIDIDO PELO ITEM D, EXPRESSO EM PORCENTAGEM)		169%

De acordo com as tabelas acima, o Banco tem cumprido com o limite mínimo do BNA para o cumprimento do rácio de liquidez em moeda nacional, moeda estrangeira (dólar americano) e todas as moedas.

Para além de reportar o risco de liquidez ao BNA, o Standard Bank de Angola, deve também fazer uma avaliação do risco de liquidez através de métricas internas definidas pelo ALCO que também estabelece limites de tolerância e alertas de apetência ao risco para cada uma dessas métricas. Este controlo é reforçado com a execução mensal de análises de sensibilidade, com o objectivo de caracterizar o perfil de risco do Banco e assegurar que as suas obrigações num cenário de crise de liquidez são cumpridas.

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado diariamente, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de controlo e para acompanhamento e apoio à tomada de decisão pelo ALCO.

Sem prejuízo das medidas de risco de liquidez reportadas ao BNA e das medidas internas reportadas ao ALCO local e ao do Grupo, o Banco deve também, para efeitos de consolidação por parte do Grupo Standard Bank, reportar as medidas de risco de liquidez de acordo com os requisitos do SARB, que tem como base Basileia III.

O relatório de risco de liquidez com base nos requisitos do regulador sul-africano inclui duas secções referentes ao risco de liquidez, nomeadamente a secção que reflecte os gaps estruturais de liquidez do Banco de acordo com as abordagens contratual e comportamental; e a secção onde é apresentado o rácio de liquidez (LCR) consolidado do Banco.

A avaliação da situação de liquidez com base nos gaps estruturais de liquidez é efectuada, em particular, com base nos fluxos de caixa futuros estimados para vários horizontes temporais, tendo em conta o balanço do Banco, determinando-se assim o gap de liquidez acumulado para vários horizontes temporais.

O gap contratual de liquidez difere do gap comportamental (BAU) de liquidez fundamentalmente na forma como os perfis de maturidade dos activos e passivos sem maturidade contratual são definidos, sendo que os perfis de maturidade dos activos e passivos com maturidade contratual não diferem em ambas abordagens e é sempre de acordo com a maturidade contratual.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o gap contratual de liquidez do Banco de acordo com as regras do SARB apresentava a seguinte estrutura:

(UN: Milhares de AOA)

							2017
							Prazos residuais contratuais
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contratual	Total
ACTIVOS	64.687.573	100.390	19.505.055	8.072.517	222.506.864	2.951.993	317.824.392
PASSIVOS E FUNDOS PRÓPRIOS	214.801.276	8.381.555	13.494.357	3.900.802	38.029.754	39.216.648	317.824.392
GAP DE LIQUIDEZ	(150.113.703)	(8.281.165)	6.010.698	4.171.715	184.477.110	(36.264.655)	-
GAP ACUMULADO DE LIQUIDEZ	(150.113.703)	(158.394.868)	(152.384.170)	(148.212.455)	36.264.655	-	-

(UN: Milhares de AOA)

							2016
							Prazos residuais contratuais
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contratual	Total
ACTIVOS	129.223.365	20.860.983	3.067.145	19.320.301	192.910.529	2.422.387	367.804.710
PASSIVOS E FUNDOS PRÓPRIOS	278.768.455	15.718.046	7.915.754	29.281.746	15.544.706	20.576.003	367.804.710
GAP DE LIQUIDEZ	(149.545.090)	5.142.937	(4.848.609)	(9.961.445)	177.365.823	(18.153.616)	-
GAP ACUMULADO DE LIQUIDEZ	(149.545.090)	(144.402.153)	(149.250.762)	(159.212.207)	18.153.616	-	-

Por sua vez, os gaps comportamentais de liquidez de acordo com as regras do SARB a 31 de Dezembro de 2017 e 2016 apresentavam a seguinte estrutura:

(UN: Milhares de AOA)

	2017						Total
	À vista	Até 1 mês	Prazos residuais contratuais			Não Contratual	
			Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses		
ACTIVOS	188.050.349	16.462.006	12.717.007	6.913.699	90.729.336	2.951.995	317.824.392
PASSIVOS E FUNDOS PRÓPRIOS	21.431.031	38.006.231	28.877.243	15.484.102	174.809.135	39.216.650	317.824.392
GAP DE LIQUIDEZ	166.619.318	(21.544.225)	(16.160.236)	(8.570.403)	(84.079.799)	(36.264.655)	-
GAP ACUMULADO DE LIQUIDEZ	166.619.318	145.075.093	128.914.857	120.344.454	36.264.655	-	-

(UN: Milhares de AOA)

	2016						Total
	À vista	Até 1 mês	Prazos residuais contratuais			Não Contratual	
			Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses		
ACTIVOS	152.808.796	45.941.123	13.879.612	20.676.359	132.076.432	2.422.388	367.804.710
PASSIVOS E FUNDOS PRÓPRIOS	14.124.885	56.936.296	31.063.380	46.956.472	198.147.674	20.576.003	367.804.710
GAP DE LIQUIDEZ	138.683.911	(10.995.173)	(17.183.768)	(26.280.113)	(66.071.242)	(18.153.615)	-
GAP ACUMULADO DE LIQUIDEZ	138.683.911	127.688.738	110.504.970	84.224.857	18.153.615	-	-

Após análise das tabelas acima pode-se constatar que os gaps comportamentais são mais favoráveis que os gaps contratuais sendo que isto deve-se à forma que os perfis de maturidade dos activos e passivos são definidos em ambas as abordagens. A abordagem contratual classifica todos os depósitos não contratuais, tal como as contas a ordem e poupança, na faixa temporal a vista e a abordagem comportamental tem em consideração a estabilidade destes depósitos não contratuais para definir o seu perfil de maturidade através de uma análise de volatilidade dos mesmos, com base num modelo estatístico.

GESTÃO DE CAPITAL E RÁCIO DE SOLVABILIDADE

Durante o ano de 2016, e considerando as melhores práticas internacionais, o BNA estabeleceu novas categorias de risco consideradas no cômputo do rácio de solvabilidade regulamentar e redefiniu as características de instrumentos financeiros considerados no apuramento dos fundos próprios regulamentares. Foram publicados novos avisos e instrutivos sobre esta matéria que revogaram as anteriores normas regulamentares.

A entrada em vigor destes avisos e instrutivos foi em 15 de Junho de 2016, que corresponde à data da publicação. Os bancos tiveram 18 meses para adaptação, tendo reportado mensalmente durante o ano 2017 os resultados da aplicação desta nova legislação ao BNA, sendo que a adopção efectiva foi a 31 de Dezembro de 2017. O requisito mínimo do Rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR) manteve-se nos 10%.

Os Fundos Próprios regulamentares compreendem:

Fundos Próprios de Base – compreendem (i) o Capital Social realizado; (ii) reserva para registo do valor da actualização monetária do capital social realizado; (iii) resultados transitados de exercícios anteriores; (iv) reservas legais, estatutárias e outras reservas provenientes de resultados não distribuídos, ou constituídas para o aumento de capital, (v) resultado líquido do exercício auditado, (vi) resultados latentes negativos relativos à reavaliação dos títulos disponíveis para venda e às operações de cobertura de fluxos de caixa e de investimentos no exterior e (vii) activos/passivos por impostos diferidos na medida em que estejam associados a perdas/ganhos que contem como elemento negativo/positivo dos fundos próprios de base.

Fundos Próprios Complementares – compreendem (i) acções preferenciais remíveis; (ii) fundos e provisões genéricas; (iii) reservas provenientes da realização dos imóveis de uso próprio; (iv) dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida; e (v) outros valores autorizados pelo BNA.

Deduções – Compreendem: (i) acções da própria instituição objecto de recompra; (ii) acções preferenciais remíveis e com dividendos fixos e cumulativos; (iii) empréstimos concedidos com natureza de capital; (iv) empréstimos concedidos com natureza de capital; (v) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais; (vi) goodwill (trespasse); (vii) outros activos incorpóreos líquidos das amortizações; (viii) outros valores, por determinação do BNA.

O Aviso do BNA n.º 09/2016 estabelece que para efeitos de cálculo do Rácio de Solvabilidade Regulamentar, o excesso verificado no limite de exposição ao risco por Cliente deve ser deduzido dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR).

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital do Banco para 31 de Dezembro de 2017 e 2016 apresenta-se como segue, tendo em conta a alteração da legislação referida:

(UN: Milhares de AOA)

		2017	2016
Activos ponderados pelo risco	A	-	82.978.201
Risco de câmbio e ouro	B	-	1.421.057
Risco de crédito e risco de crédito de contraparte	C	3.760.419	-
Risco mercado e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação	D	573.060	-
Risco operacional	E	2.714.441	-
TOTAL	F = A + B + C + D + E	7.047.920	84.399.258
Fundos Próprios			
Base	G	20.117.347	21.025.884
Complementares	H	5.050.620	5.045.386
	I = G + H	25.167.967	26.071.270
Excesso aos limites prudenciais aos grandes riscos	J	(1.703.510)	-
FUNDOS PRÓPRIOS REGULAMENTARES	K = I + J	23.464.457	26.071.270
Rácio de Solvabilidade	L = M + N	33,3%	26,8%
Nível I	M = (G+J) / (F/10%)	26,1%	21,6%
Nível II	N = H / (F/10%)	7,2%	5,2%

NOTA 38 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB que entraram em vigor e que o Banco aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

- Em 19 de Janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de activos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas.
- Em 29 de Janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de Janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas.
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de Dezembro de 2016 introduzem alterações à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma), com data efectiva em, ou após, 1 de Janeiro de 2017.

Nenhuma destas modificações tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de activos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de activos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos actuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos activos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de activos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um activo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em OCI, mantendo-se o rendimento de juros a afectar os resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um activo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias actualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”. A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com excepção desta alteração, a IFRS 9 na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais. A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o actual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI. No caso de o risco de crédito de um activo financeiro não ter aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito ter aumentado significativamente, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida. Uma vez verificando-se o evento de perda (o que actualmente se designa por “prova objectiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afectada directamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respectivo juro.

Em Julho de 2014, a IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A IFRS 9 entra em vigor para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018, com permissão para adopção antecipada.

Em Outubro de 2017, a IASB emitiu “Pagamentos Antecipados com Compensação Negativa” (modificações à IFRS 9). As modificações são efectivas para períodos anuais que se iniciem em 1 de Janeiro de 2019, com adopção antecipada permitida. O Banco irá aplicar a IFRS 9, como emitida a Julho de 2014, no período que se inicia em 1 de Janeiro de 2018.

De acordo com as avaliações efectuadas à data, o impacto total estimado da adopção da IFRS 9 no capital próprio do Banco com referência a 1 de Janeiro de 2018 é aproximadamente 145.675 milhares de AOA, representando:

- Redução dos resultados transitados de aproximadamente 1.303.126 milhares de AOA relacionados com requisitos de imparidade; e
- Reversão das reservas de reavaliação de aproximadamente 1.157.451 milhares de AOA relacionada com as alterações na classificação e mensuração, que não estejam relacionados com imparidade.

O Banco decidiu não apresentar em 2017 comparativos de 2016, pelo que a diferença dos valores de balanço de acordo com a IAS 39 e a IFRS 9 serão reconhecidos em resultados transitados em 1 de Janeiro de 2018.

CLASSIFICAÇÃO – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração para activos financeiros que reflecte o modelo de negócio utilizado na gestão do activo bem como as características dos seus *cash-flows*.

A IFRS 9 inclui 3 categorias principais de classificação de activos financeiros: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao justo valor com alterações no rendimento integral (FVOCI) e mensurados ao justo valor com alterações em resultados (FVTPL). Como consequência as categorias existentes na IAS 39 “*Held to Maturity*”, “*Loans and Receivables*” e “*Available for Sale*”, são eliminadas.

Um activo financeiro é mensurado ao custo amortizado se cumprir com as seguintes características, e não for designado ao FVTPL (utilização da *fair value option*):

- É detido num modelo de negócio cujo objectivo principal é a detenção de activos para recolha dos seus *cash-flows* contratuais; e
- Os *cash-flows* contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro (SPPI) do montante em dívida.

Um activo financeiro é mensurado ao FVOCI apenas se cumpre com as seguintes características, e não apenas designado ao FVTPL:

É detido num modelo de negócio em que o objectivo é a recolha dos seus *cash-flows* contratuais e a venda de activos financeiros; e

- Os *cash-flows* contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a SPPI do montante em dívida.

No reconhecimento inicial de um instrumento de capital que não é detido para negociação, o Banco pode irrevogavelmente designá-lo ao FVOCI. Esta designação é efectuada instrumento a instrumento. Todos os activos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou FVOCI são mensurados ao FVTPL. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, o Banco pode designar irrevogavelmente um activo financeiro que de outra forma cumpre os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao FVOCI, como FVTPL se a designação eliminar significativamente o *mismatch* contabilístico que de outra forma existiria (*fair value option*). Um activo financeiro é classificado numa destas categorias no reconhecimento inicial. No âmbito da IFRS 9, os derivados embutidos em activos financeiros não são separados para efeitos de classificação, e o instrumento híbrido é avaliado como um todo.

AVALIAÇÃO DO MODELO DE NEGÓCIO

O Banco fará uma avaliação do modelo de negócio ao nível de portefólio, o que reflecte a forma como os activos são geridos e de como a informação é disponibilizada aos órgãos de gestão. A informação a considerar nesta avaliação inclui:

- As políticas e objectivos estabelecidos para o portefólio e a operacionalidade prática dessas políticas, incluindo a forma como a estratégia da gestão se foca no recebimento de juros contratualizados, na manutenção de perfil específico de taxa de juro, no *match* entre os activos e os passivos que os financiam ou na realização de *cash-flows* através da venda de activos;
- A forma como a performance do portefólio é avaliada e reportada aos órgãos de gestão do Banco;
- A avaliação dos riscos que afectam a *performance* do modelo de negócio (e dos activos financeiros geridos no âmbito desse modelo de negócio) e a forma como estes riscos são geridos;
- A remuneração dos gestores do negócio – ex. em que medida a compensação depende do justo valor dos activos sob gestão ou dos *cash-flows* contratuais recebidos; e
- A frequência, volume e *timing* das vendas nos períodos anteriores, os motivos para as referidas vendas, e as expectativas sobre vendas futuras. Contudo, a informação sobre as vendas deverá ser considerada isoladamente, mas como parte de uma avaliação global da forma como o Banco estabelece objectivos de gestão dos activos financeiros e de como os *cash-flows* são obtidos.

Os activos financeiros que são detidos para negociação, e aqueles que são geridos e avaliados ao justo valor (*fair value option*), serão mensurados ao FVTPL, por não serem detidos nem para a recolha de *cash-flows* contratuais ou para recolha de *cash-flows* contratuais e venda de activos financeiros.

AVALIAÇÃO DOS CASH-FLOWS CONTRATUAIS NO QUE RESPEITA AO RECEBIMENTO EXCLUSIVO DE CAPITAL E JUROS (SPPI)

Nesta avaliação, “capital” é definido como o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial. “Juro” é definido como a contrapartida pelo valor temporal do dinheiro, o risco de crédito associado ao montante em dívida, outros riscos e custos associados à actividade (ex. risco de liquidez e custos administrativos), bem como uma margem de lucro.

Aquando da avaliação dos *cash-flows* contratuais no que respeita ao recebimento de capital e juro, o Banco considera os termos contratuais do instrumento, o que inclui a análise da existência de situações em que estes podem modificar o *timing* e o montante dos *cash-flows* para que não cumpram esta condição. Na avaliação, o Banco irá considerar:

- Eventos contingentes que irão modificar o *timing* e montante dos *cash-flows*;
- Características que resultam em alavancagem;
- Cláusulas de pagamento antecipado e de extensão da maturidade;
- Cláusulas que possam limitar o direito de reclamar os *cash-flows* em relação a activos específicos – ex. contratos com cláusulas que impedem o acesso a activos em caso de *default*; e
- Características que podem modificar a compensação pelo valor temporal do dinheiro – ex. reinicialização periódica das taxas de juro.

As taxas de juro em determinados empréstimos de retalho feitos pelo Banco são baseados em taxas *standard* variáveis (SVRs) estabelecidas ao critério do Banco. Os SVRs são geralmente baseados numa taxa do Banco Central de uma jurisdição específica incluindo um *spread* discricionário. Nestes casos, o Banco irá avaliar de que modo as características discricionárias são consistentes com o critério SPPI considerando um conjunto de factores, incluindo de que forma:

- Os devedores poderão antecipar os pagamentos sem penalidades significativas;
- A competição de mercado assegura que a taxa de juro é consistente entre bancos; e
- Estruturas de protecção regulatória ou de consumidor que requerem que o Banco trate os consumidores de forma justa.

Todos os empréstimos de retalho do Banco e certos empréstimos corporativos de taxa fixa contêm características que possibilitam a antecipação de pagamento.

Um contrato com possibilidade de pagamento antecipado é consistente com o critério SPPI, se o montante de pagamento antecipado representar montantes de principal e juro não pagos do montante de capital em dívida, que poderão incluir uma compensação razoável pela antecipação de pagamento.

Adicionalmente, um pagamento antecipado é consistente com o critério SPPI, se o activo financeiro for adquirido ou originado com um prémio ou desconto do seu valor par contratual, o pagamento antecipado representar o montante par do contrato adicionado do juro acrescido (mas não pago, que pode incluir uma compensação razoável pela antecipação de pagamento), e o justo valor do pagamento antecipado é insignificante no reconhecimento inicial.

AVALIAÇÃO DO IMPACTO

A norma tem impacto na classificação e mensuração dos activos financeiros detidos a 1 de Janeiro de 2018 da seguinte forma:

- Activos detidos para Negociação e Derivados detidos para gestão de risco, que são classificados como “*Held-for-Trading*” e mensurados ao FVTPL no âmbito da IAS 39, serão mensurados igualmente ao FVTPL no âmbito da IFRS 9.
- Crédito a Clientes e aplicações junto de Instituições Financeiras mensurados ao custo amortizado no âmbito da IAS 39, serão na sua generalidade mensurados ao custo amortizado no âmbito da IFRS 9.
- Investimentos em títulos detidos até à maturidade, mensurados ao custo amortizado no âmbito da IAS 39 serão na sua generalidade mensurados ao custo amortizado no âmbito da IFRS 9.
- Investimentos em títulos de Dívida que estão classificados como detidos para venda no âmbito da IAS 39 podem, no âmbito da IFRS 9, ser mensurados ao custo amortizado, FVOCI e FVTPL, dependendo de certas circunstâncias.
- Crédito a Clientes e títulos de investimento que são mensurados ao justo valor (*fair value option*) no âmbito da IAS 39 continuarão a ser mensurados ao FVTPL no âmbito da IFRS 9.
- Instrumentos de capital que são classificados como detidos para venda no âmbito da IAS 39 serão mensurados ao FVTPL no âmbito da IFRS 9.

O Banco estimou que, na adopção da IFRS 9, a 1 de Janeiro de 2018, o impacto dessas alterações (antes de impostos) correspondem a uma redução no capital próprio do Banco de aproximadamente 145.675 milhares de AOA.

IMPARIIDADE – ACTIVOS FINANCEIROS, EMPRÉSTIMOS E CONTRATOS DE GARANTIAS FINANCEIRAS

A IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” da IAS 39 por um modelo de antecipação “perda esperada”. Isto irá requerer decisões consideráveis na forma como as alterações nos factores económicos irão afectar os ECLs, que irão ser determinados numa base de ponderação de probabilidade.

O novo modelo de imparidade aplica-se ao seguinte conjunto de instrumentos financeiros que não se encontra mensurado ao FVTPL:

- Instrumentos Financeiros que são Instrumentos de Dívida;
- Contratos de *Leasing*; e
- Empréstimos e Contratos com Garantias Financeiras emitidos (anteriormente, a imparidade era estabelecida de acordo com a IAS 37 – Provisões, Passivos e Activos Contingentes).

No âmbito da IFRS 9, nenhuma imparidade é reconhecida em investimentos de capital.

A IFRS 9 requer que as perdas sejam reconhecidas num montante de ECLs de 12 meses ou ECLs para a totalidade da duração do contrato. ECLs para a totalidade do contrato, são os ECLs que resultam de todos os possíveis incumprimentos (*defaults*) durante a vida esperada de um instrumento financeiro, enquanto ECLs de 12 meses são a porção de ECLs que resultam dos eventos de incumprimento que são possíveis dentro dos 12 meses após a data de reporte.

O Banco irá reconhecer perdas esperadas num montante igual à totalidade dos ECLs, excepto nos seguintes casos, para o qual o montante reconhecido será de ECLs de 12 meses:

- Títulos de Investimento em Dívida que são determinados como detendo baixo risco de crédito à data de reporte. O Banco considera os títulos de dívida como detendo baixo risco de crédito, quando o seu rating de risco de crédito é equivalente à globalmente reconhecida definição de "Investment-Grade"; e
- Outros Investimentos Financeiros (que não contratos de *Leasing*) para o qual o risco de crédito não aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial.

Ajustamentos de perdas e valores a receber de *leasing* serão sempre mensurados num montante igual aos ECLs da totalidade da vida.

Os requisitos para imparidade da IFRS 9 são complexos e requerem julgamento pela gestão, estimativas e pressupostos, particularmente nas seguintes áreas, que são discutidas em detalhe mais abaixo:

- Verificação de quando o risco de crédito de um instrumento aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial; e
- Incorporação de informação prospectiva na mensuração dos ECLs.

MENSURAÇÃO DOS ECLs

Os ECLs são uma estimativa de probabilidade das perdas de crédito e serão mensurados da seguinte forma:

- Activos financeiros que não detêm imparidade de crédito na data de reporte: o valor actual (*present value*) de todos os fluxos não cumpridos – isto é a diferença entre os *cash-flows* devidos à entidade de acordo com o contrato e os *cash-flows* que o Banco espera receber;
- Activos financeiros que detêm imparidade de crédito à data de reporte: a diferença entre o valor bruto detido e o valor actual (*present value*) dos *cash-flows* estimados futuros;
- Disponibilidades de crédito não utilizadas: o valor actual (*present value*) da diferença entre os *cash-flows* contratuais que são devidos ao Banco se o empréstimo for pago na sua totalidade, e os *cash-flows* que o Banco espera efectivamente receber.

Activos financeiros que detêm imparidade são definidos na IFRS 9 de uma maneira semelhante à dos activos financeiros que se encontram com imparidade na IAS 39.

DEFINIÇÃO DE DEFAULT

No âmbito da IFRS 9, o Banco irá considerar os seus activos financeiros como estando em *default* quando:

- O devedor não irá ser capaz de pagar as suas obrigações de crédito na totalidade, sem recurso pelo Banco ao accionar as garantias detidas (no caso de existência das mesmas); ou
- O devedor encontra-se em incumprimento há pelo menos 90 dias de alguma obrigação material do contrato a realizar junto do Banco. Descobertos bancários são considerados em incumprimento assim que o Cliente se encontre em quebra de um limite comunicado, ou se foi comunicado de um limite que é inferior ao actual montante detido.

Na verificação de quando o devedor se encontra em incumprimento (*default*), o Banco irá considerar indicadores que são:

- Qualitativos: ex: quebras de cláusulas ou *covenants* contratuais;
- Quantitativos: ex: estado de incumprimento e o não pagamento de outra obrigação do mesmo emissor ao Banco;
- Baseados nos dados desenvolvidos internamente e obtido de recursos externos.

Os *inputs* da avaliação de quando um instrumento financeiro se encontra em *default*, e da sua significância, podem variar ao longo do tempo para reflectir modificações nas circunstâncias.

AUMENTO SIGNIFICATIVO DO RISCO DE CRÉDITO

No âmbito da IFRS 9, na determinação de que o risco de crédito (isto é risco de incumprimento) aumentou consideravelmente num instrumento financeiro desde o seu reconhecimento inicial, o Banco irá considerar informação razoável e suportável que é relevante e disponível sem grande custo ou esforço, incluindo tanto informação qualitativa como quantitativa, e a análise baseada na experiência histórica do Banco, análise técnica do crédito e informação prospectiva.

O Banco irá primeiramente identificar de que forma um aumento significativo do risco de crédito ocorreu para uma exposição comparando:

- a probabilidade de incumprimento (PD) para a restante vida do contrato à data de reporte; com
- a PD da restante vida do contrato para este ponto no tempo que foi estimado no reconhecimento inicial da exposição.

Avaliar se o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial de um instrumento financeiro requer a identificação da data de reconhecimento inicial do instrumento. Para certos instrumentos de crédito de carácter renovável (exemplo cartões de crédito e descobertos bancários), a data em que o crédito foi concedido pode ter sido há muito tempo atrás. A modificação dos termos contratuais de instrumentos financeiros pode também afectar a avaliação, que é discutida abaixo.

NÍVEIS DE RISCO DE CRÉDITO

O Banco irá alocar cada exposição a um determinado nível de risco de crédito com base numa variedade de dados que é determinada de forma preditiva do risco de incumprimento, e aplicando julgamento experimentado de crédito. O Banco irá usar esses níveis na identificação de riscos de crédito significativos no âmbito da IFRS 9. Os níveis de risco de crédito são definidos usando factores qualitativos e quantitativos que são indicadores do risco de incumprimento (*default*). Estes factores podem variar dependendo da natureza da exposição e do tipo de Cliente.

Os níveis de risco de crédito são definidos e calibrados para que o risco do incumprimento ocorrer aumente exponencialmente à medida que o risco de crédito se deteriora – exemplo: a diferença entre o risco de incumprimento e o risco de crédito nos níveis 1 e 2 é inferior à diferença entre os riscos de crédito nos níveis 2 e 3.

Cada exposição será alocada ao nível de risco de crédito no reconhecimento inicial, com base na informação disponível acerca do Cliente.

Exposições serão sujeitas a monitorização constante, que pode resultar em que uma exposição seja transferida para um nível de risco de crédito diferente.

ESTRUTURA TEMPORAL DA PD

Os níveis de risco de crédito serão um *input* primário para a determinação da estrutura temporal da PD nas exposições. O Banco irá recolher indicadores de performance e incumprimento acerca das suas exposições de risco de crédito com análise por identificador geográfico, por tipo de produto e Cliente, e por nível de risco de crédito. Para determinados portefólios, a informação obtida de agências de notação de crédito externas pode também ser utilizada.

O Banco irá utilizar modelos estatísticos para analisar os dados recolhidos, gerar estimativas da PD para o restante período de exposição, e de como é esperado que se modifique como resultado da passagem do tempo.

Esta análise irá incluir a identificação e calibração das relações entre as variações nas taxas de incumprimento e as variações nos principais factores macroeconómicos, bem como numa análise mais aprofundada do impacto de determinados factores (exemplo: experiência de reestruturações) no risco de incumprimento. Para a maioria das exposições, os indicadores macroeconómicos-chave irão previsivelmente incluir crescimento do PIB, taxas de juro de *benchmark* e os níveis de desemprego.

Para as exposições de indústrias específicas e regiões, a análise poderá ser estendida às correspondentes matérias primas e/ou preços do mercado imobiliário.

DETERMINAÇÃO DE AUMENTO SIGNIFICATIVO DE RISCO DE CRÉDITO

O Banco estabeleceu uma estrutura de abordagem que incorpora informação qualitativa e quantitativa para determinar quando o risco de crédito do instrumento financeiro particular aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. A estruturação é alinhada com a gestão do risco de crédito interno do Banco. O critério para determinar quando o risco de crédito aumentou significativamente variará entre portefólios e incluirá uma barreira baseada na delinquência do mesmo.

O Banco considerará que o risco de crédito de uma exposição particular terá aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial se houve um aumento significativo da probabilidade de incumprimento (*Probability of Default* - PD) da exposição na data do relato com a PD na data do reconhecimento inicial. Na mensuração dos aumentos de risco de crédito, os ECLs da vida remanescente são ajustados pelas variações na maturidade. Em certas circunstâncias, utilizando o julgamento de especialistas e, quando possível, experiência histórica relevante, o Banco deverá determinar que uma exposição terá sofrido um aumento significativo do risco de crédito se os factores qualitativos particulares assim o indicarem e se esses indicadores não puderem ser totalmente abrangidos pela análise quantitativa realizada numa base periódica.

Como barreira, e de acordo com o requerido pela IFRS 9, o Banco irá presumivelmente considerar que um aumento significativo no risco de crédito ocorre no máximo quando um activo se encontra em incumprimento após 30 dias de atraso. O Banco determinará os dias de atraso contando o número de dias decorridos desde a data de vencimento, em respeito da qual o pagamento total não se encontra recebido:

- O critério é capaz de identificar aumentos significativos no risco de crédito antes que uma exposição se encontre em incumprimento;
- O critério não se encontra alinhado com o momento do tempo em que o activo se verifica em atraso há 30 dias;
- O tempo médio entre a identificação e o aumento significativo do risco de crédito e incumprimento parece razoável;
- As exposições não são geralmente transferidas de forma directa da mensuração de ECL de 12 meses para imparidade de crédito;
- Não existem volatilidades indesejadas no ajustamento de perda, nas transferências de ECL de 12 meses para ECLs pela remanescente vida útil.

ACTIVOS FINANCEIROS MODIFICADOS

Os termos contratuais de um empréstimo podem ser modificados por um conjunto de razões, incluindo mudanças de condições de mercado, retenção de Clientes, e outros factores não directamente relacionados com uma actual ou potencial deterioração de crédito do Cliente. Um empréstimo existente no qual os termos tenham sido modificados deve ser desreconhecido, e o empréstimo renegociado, reconhecido como um novo empréstimo ao justo valor.

No âmbito da IFRS 9, quando os termos de um activo financeiro são modificados, e a modificação não resulta em desreconhecimento, a determinação de quando o risco de crédito do activo aumentou significativamente reflecte a comparação de:

- A PD da vida remanescente à data de reporte com base nos termos modificados; com
- A PD da vida remanescente estimada com base nos dados do reconhecimento inicial e nos termos originais do contrato.

O Banco renegoceia os empréstimos a Clientes em dificuldades financeiras (referido como "actividades de reestruturação") para maximizar a oportunidades de cobrança e minimizar o risco de incumprimento. No âmbito da Política de Reestruturação do Banco, a reestruturação é elegível numa base selectiva se, o devedor se encontrar actualmente em incumprimento ou se existe um risco elevado de incumprimento, exista evidência de que o devedor tenha efectuado todas as diligências para realizar os pagamentos nos termos do contrato original, e seja expectável que o devedor seja capaz de cumprir os termos revistos.

Os termos revistos normalmente incluem uma extensão da maturidade, uma modificação dos períodos de pagamento de juros e alterações aos termos das cláusulas contratuais (*covenants*) do empréstimo. Ambos os empréstimos, de retalho e empresas, são sujeitos à Política de Reestruturação. O Comité de Crédito do Banco revê regularmente reportes da actividade de reestruturação.

Para activos financeiros modificados como resultado da aplicação da Política de Reestruturação do Banco, a estimativa da PD reflectirá a forma como a modificação melhorou ou restaurou a capacidade do Banco para obter o pagamento de juros e principal, e a experiência passada da actividade de reestruturação em situações similares. Como parte do processo, o Banco avaliará a performance de pagamento do devedor de acordo com as modificações dos termos contratuais e considerará vários indicadores de comportamento.

Geralmente, a reestruturação é um indicador qualitativo de incumprimento e de imparidade de crédito, sendo as expectativas de reestruturação relevantes para o julgamento de onde existe um aumento de risco de crédito significativo. Após a reestruturação, o Cliente necessita demonstrar um bom comportamento de pagamentos durante um período de tempo antes da exposição ser considerada como já não estando em incumprimento ou com imparidade de crédito, ou a PD ser considerada como tendo diminuído de forma a que o ajustamento de crédito criado seja revertido e mensurado num montante igual à ECL de 12 meses.

INPUTS NA MENSURAÇÃO DOS ECLS

Os *inputs*-chave para a mensuração dos ECLS são previsivelmente as seguintes variáveis:

- PD;
- Perda dado o Incumprimento (*Loss Given Default* – LGD); e
- Exposição em Incumprimento (*Exposure at Default* – EAD).

Estes parâmetros derivarão de modelos estatísticos internos desenvolvidos, e outros dados históricos que derivam de modelos regulatórios. Serão ajustados para reflectir informação prospectiva como descrito abaixo.

As estimativas de PD são estimativas a uma determinada data, que serão calculadas com base num modelo de notações estatísticas, e obtidas utilizando ferramentas de notações criadas para as várias categorias de contrapartes e exposições. Estes modelos estatísticos serão baseados em dados compilados internamente, compreendendo tanto factores qualitativos como factores quantitativos. Onde se encontrarem disponíveis dados de mercado, estes podem também ser utilizados para obter a PD de grandes contrapartes *corporate*. Se uma contraparte ou exposição migrar entre classes de notação, então isto irá levar a uma mudança na estimativa da PD associada. As PDs serão estimadas considerando as maturidades contratuais das exposições e taxas de pagamento antecipado estimado.

A LGD é a magnitude da perda provável se existir incumprimento. O Banco estimará os parâmetros de LGD com base nas taxas de recuperação históricas de processos contra contrapartes em incumprimento. Os modelos de LGD considerarão a estrutura, o colateral, a senioridade da disputa, indústria da contraparte e custos de recuperação de qualquer colateral que integra o activo financeiro. Para empréstimos colateralizados por propriedades imobiliárias, rácios de *loan-to-value* (LTV) serão certamente um parâmetro-chave na determinação da LGD. As estimativas de LGD serão calibradas para diferentes cenários económicos e, para empréstimos imobiliários, de forma a reflectir possíveis mudanças nos preços das propriedades. Serão calculadas numa base de *cash-flows* não descontados utilizando a taxa de juro efectiva como o factor de desconto.

A EAD representa a exposição esperada na eventualidade de incumprimento. O Banco irá obter as EAD da exposição actual às contrapartes, e as mudanças potenciais para o montante nos termos do contrato, incluindo amortização, e pagamentos antecipados. A EAD dos activos financeiros será o valor bruto detido no incumprimento. Para compromissos de crédito e garantias financeiras, a EAD considerará o valor descontado, bem como os potenciais montantes futuros que poderão ser levantados ou amortizados no âmbito do contrato, os quais serão estimados com base na estimativa das observações históricas e a previsão prospectiva. Para determinados activos financeiros, o Banco irá determinar a EAD modelizando o conjunto de possíveis resultados de exposições em vários pontos no tempo utilizando diversos cenários e técnicas estatísticas.

Como descrito acima, e sujeito ao uso de um máximo da PD a 12 meses para activos financeiros para os quais o risco de crédito não aumentou de forma significativa, o Banco irá medir os ECLS considerando os riscos de incumprimento durante o período máximo contratual (incluindo qualquer opção de extensão da maturidade pelo devedor) durante o qual estará exposto ao risco de crédito, mesmo se, para efeitos de gestão de risco, o Banco considerar um período superior. O período máximo contratual estende-se à data na qual o Banco tem o direito a requerer o pagamento de um adiantamento ou a cancelar um empréstimo ou garantia.

Para empréstimos a descoberto de retalho, cartões de crédito e determinados regimes de créditos renovável *corporate*, que incluem tanto um empréstimo como uma componente de crédito não utilizado, o Banco mede os ECLs durante um período mais longo que o período contratual, se a capacidade contratual do Banco e a sua capacidade de exigir o pagamento, ou o cancelamento do compromisso ainda não utilizado, não se limitar à exposição de perdas de crédito do período de aviso contratual. Estes regimes de crédito não têm um limite de crédito fixo ou uma estrutura de amortizações e são geridos numa base colectiva. O Banco pode cancelar as facilidades de crédito com efeito imediato, mas esse direito contratual não é normalmente possível de efectuar numa situação de gestão do dia-a-dia, mas apenas quando o Banco toma conhecimento do aumento do risco de crédito do instrumento em si. Este período superior será estimado tendo em consideração as acções de gestão de risco de crédito que o Banco espera exercer e que servem para mitigar os ECLs. Isto inclui a redução dos limites e o cancelamento da facilidade de crédito.

Quando a modelização de um parâmetro é efectuada numa base colectiva, o instrumento financeiro será agrupado na base de risco de características comuns que incluem:

- Tipo de instrumento;
- Nível de risco de crédito;
- Tipo de colateral;
- Rácio LTV para Crédito à Habitação;
- Data de reconhecimento inicial;
- Período até à maturidade;
- Indústria; e
- Localização geográfica do devedor.

Os Bancos serão sujeitos a revisão regular para assegurar que as exposições dentro de um determinado Banco se mantêm apropriadamente homogéneas.

INFORMAÇÃO PROSPECTIVA

No âmbito da IFRS 9, o Banco incorpora informação prospectiva tanto na avaliação de se o risco de crédito de um instrumento aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, como na mensuração dos ECLs. O Banco irá formular um "cenário base" de perspectiva futura, das variáveis económicas relevantes e um conjunto representativo de outras possíveis projecções de cenários, com base nos conselhos do Comité de Gestão de Risco de Crédito (CRMC), de especialistas económicos, e uma variedade de considerações actuais e de projecção de informação externa. Este processo irá envolver o desenvolvimento de dois ou mais cenários económicos e a consideração das probabilidades relativas de cada desfecho. A informação externa deve incluir dados económicos e projecções publicadas por entidades governamentais e autoridades monetárias nos países nos quais o Banco desenvolve operações, organizações supranacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e o FMI, e analistas privados académicos e do sector seleccionados.

O cenário base representará o resultado mais provável e será alinhado com a informação utilizada pelo Banco para outros efeitos, tais como planeamento estratégico e orçamentação. Os restantes cenários representarão cenários de resultados mais optimistas ou pessimistas. O Banco irá levar a cabo testes de *stress* periódicos com *shocks* mais extremos para calibrar e determinar outros cenários representativos.

O Banco identificou e documentou *drivers*-chave de risco de crédito e perdas de crédito para cada portefólio de instrumentos financeiros e, utilizando uma análise dos dados históricos, foram estimadas relações entre as variáveis macroeconómicas e risco de crédito e perdas de crédito. Estes *drivers*-chave incluem taxas de juro, taxas de desemprego e projecções do PIB. As relações previsíveis entre os indicadores-chave, o incumprimento e as taxas de perdas nos diversos portefólios de activos financeiros foram desenvolvidos com base na análise de dados históricos sobre os últimos 10 a 15 anos.

Os cenários económicos utilizados serão aprovados pelo Comité de Gestão de Risco de Crédito (CRMC).

AVALIAÇÃO DO IMPACTO

O impacto mais significativo nas demonstrações financeiras do Banco da implementação da IFRS 9 é esperado que resulte dos novos requerimentos de imparidade. As perdas de imparidade irão aumentar e tornar-se mais voláteis para instrumentos financeiros abrangidos pelo modelo de imparidade da IFRS 9.

O Banco estimou que, na adopção da IFRS 9 a 1 de Janeiro de 2018, o impacto do aumento do ajustamento de perdas (antes de impostos) será de aproximadamente 1.303.126 milhares de AOA. Os ajustamentos de perdas em produtos não garantidos com vidas esperadas superiores, tais como descobertos bancários e cartões de crédito, serão os mais afectados pelos novos requisitos de imparidade.

CLASSIFICAÇÃO – PASSIVOS FINANCEIROS

A IFRS 9 mantém na sua maioria os requisitos existentes na IAS 39 para a classificação de Passivos Financeiros.

No âmbito da IAS 39 todas as variações de justo valor de passivos financeiros designados ao FVTPL (*fair value option*) são reconhecidos nos resultados, enquanto que no âmbito da IFRS 9 estas variações de Justo Valor serão apresentadas da seguinte forma:

- A variação no Justo Valor atribuível a variações do risco de crédito próprio será apresentada no OCI; e
- A restante variação no Justo Valor será apresentada em resultados.

MODIFICAÇÃO E DESRECONHECIMENTO DE CONTRATOS

A IFRS 9 incorpora os requisitos da IAS 39 para o desreconhecimento de activos e passivos financeiros sem alterações significativas.

No entanto, contém orientação específica para a contabilização quando a modificação de um instrumento financeiro não mensurado ao FVTPL não resulta em desreconhecimento.

No âmbito da IFRS 9, o Banco irá recalcular o valor bruto contabilístico do activo financeiro (ou o custo amortizado do passivo financeiro), descontando os *cash-flows* contratuais modificados à taxa de juro efectiva original, e reconhecer qualquer ajustamento como ganho ou perda em resultados resultante da modificação. De acordo com a IAS 39, o Banco não reconhecia qualquer ganho ou perda em resultados na modificação de passivos financeiros e de activos financeiros sem sinais de incumprimento que não resultassem desreconhecimento.

O Banco estima um impacto imaterial decorrente da adopção destes novos requisitos.

CONTABILIDADE DE COBERTURA

No momento da adopção da IFRS 9, o Banco pode escolher como política contabilística a continuação da aplicação dos requisitos de contabilidade de cobertura da IAS 39 em vez dos requisitos do Capítulo 6 da IFRS 9. O Banco não tem instrumentos financeiros de cobertura nas suas contas.

DIVULGAÇÕES

A IFRS 9 irá requerer um conjunto extenso de novas divulgações, nomeadamente no que respeita a contabilidade de cobertura, risco de crédito e imparidade.

TRANSIÇÃO

Alterações de políticas contabilísticas resultantes da aplicação da IFRS 9 serão genericamente aplicadas retrospectivamente, com excepção das que se seguem:

- O Banco escolherá adoptar a excepção que permite a não reexpressão da informação comparativa de períodos anteriores no que respeita a alterações de classificação e mensuração (incluindo imparidade). As diferenças nos valores de balanço de activos e passivos financeiros resultantes da adopção da IFRS 9 serão reconhecidos em Reservas e Resultados Transitados, a 1 de Janeiro de 2018.

- A seguinte avaliação deverá ser feita com base nos factos e circunstâncias que existiam à data da aplicação inicial:

- a determinação do modelo de negócio no qual o activo financeiro é detido.
- a designação e revogação de designações prévias de certos activos e passivos financeiros designados ao FVTPL.
- a designação de determinados instrumentos de capital que não sejam detidos para negociação como FVOCI.
- para passivos financeiros designados ao FVTPL (*fair value option*), avaliar se os efeitos da variação no risco de crédito próprio dos passivos financeiros no OCI, criaria ou aumentaria o *mismatch* em resultados.

Se um título de dívida apresentar baixo risco de crédito a 1 de Janeiro de 2018, o Banco determinará que o risco de crédito do activo não significativamente face ao reconhecimento inicial.

IFRS 15 – RÉDITO DE CONTRATOS COM CLIENTES

O IASB, emitiu, em 28 de Maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com Clientes. A IFRS 15 tem aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

A sua adopção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transacções de Troca Directa Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao Cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- i) No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o Cliente; ou
- ii) Ao longo do período, na medida em que retracta a performance da entidade.

O Banco não espera que ocorra alterações significativas na adopção da presente interpretação.

IFRS 16 - LOCAÇÕES

O IASB, emitiu, em 13 de Janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019. A sua adopção antecipada é permitida desde que adoptada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 – Locações.

A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras (para o locador – o Cliente do *leasing*), tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de activos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

O Banco ainda não procedeu a uma análise completa sobre os impactos da aplicação desta norma.

NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS MAS AINDA NÃO EFECTIVAS PARA O BANCO

IFRS 14 – CONTAS DIFERIDAS REGULATÓRIAS

O IASB emitiu em 30 de Janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adopta pela primeira vez as IFRS e tem actividade com tarifa regulada.

A presente norma não é aplicável ao Banco.

IFRIC 22 – TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA E CONTRAPRESTAÇÃO DE ADIANTAMENTOS

Foi emitida em 8 de Dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de activos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transacção para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do activo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o activo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

O Banco não espera que ocorra alterações significativas na adopção da presente interpretação.

IFRIC 23 – INCERTEZA SOBRE TRATAMENTO FISCAL DE IMPOSTO SOBRE RENDIMENTOS

Foi emitida em 7 de Junho de 2017 uma interpretação sobre como lidar, contabilisticamente, com incertezas sobre o tratamento fiscal de impostos sobre o rendimento, especialmente quando a legislação fiscal impõe que seja feito um pagamento às Autoridades no âmbito de uma disputa fiscal e a entidade tenciona recorrer do entendimento em questão que levou a fazer tal pagamento.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um activo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa.

Nesse contexto a entidade pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado.

IFRIC 23 é aplicada para os exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019 podendo ser adoptada antecipadamente.

O Banco não espera que ocorra alterações significativas na adopção da presente interpretação

OUTRAS ALTERAÇÕES

- Em 20 de Junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transacções com pagamentos baseados em acções;
- Em 8 de Dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de Janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40);
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de Dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da excepção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou *joint venture* ao justo valor);

• Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2017 introduzem alterações, com data efectiva para períodos que se iniciem em, ou após 1 de Janeiro de 2019, às normas IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimos geral qualquer empréstimo originalmente efectuado para desenvolver um activo quando este se torna apto para utilização ou venda).

O Banco não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

NOTA 39 – RELATO FINANCEIRO EM ECONOMIAS HIPERINFLACIONÁRIAS (IAS 29)

De acordo com a IAS 29, a hiperinflação é indicada por características do ambiente económico de um país que incluem, entre outros, as taxas de juro, a indexação dos salários, dos activos e dos preços, de um modo geral, a uma divisa, a substituição de poupanças em moeda nacional por moeda estrangeira e/ou a existência de uma taxa de inflação acumulada durante três anos consecutivos próxima ou acima de 100%.

Embora a inflação acumulada dos últimos três anos esteja próxima dessa barreira dos 100%, de acordo com o entendimento do BNA, não foram observadas as características do ambiente económico mencionadas no parágrafo anterior pelo que não estão reunidas as condições para classificar a economia angolana como hiperinflacionária, nos termos referidos pela Norma IAS 29, com referência a 31 de Dezembro de 2017.

Consequentemente, as demonstrações financeiras apresentadas neste Anexo não consideram a aplicação da IAS 29.

Ainda assim, o Banco apurou os impactos da IAS 29 no balanço e demonstração de resultados conforme informação apresentada abaixo, sendo o impacto negativo no resultado líquido de 4.084.357 milhares de AOA em 2017 e positivo no capital de 1.636.511 milhares de AOA em 2017.

(UN: Milhares de AOA)

BALANÇO	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017 IAS 29	01/01/2017 IAS 29	Impacto 2017
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	68.955.622	163.445.642	68.955.622	206.358.007	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	40.310.094	23.994.889	40.310.094	30.924.705	-
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	20.758.102	-	26.208.105	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	8.576.461	9.944.275	8.576.461	12.555.127	-
Activos financeiros disponíveis para venda	79.422.026	73.074.604	79.422.026	92.260.212	-
Investimentos detidos até à maturidade	78.802.143	20.310.120	78.802.143	25.642.506	-
Crédito a Clientes	35.070.318	50.231.258	35.070.318	63.419.386	-
Activos não correntes detidos para venda	1.332.934	1.494.234	1.332.934	1.886.543	-
Outros activos tangíveis	2.261.823	2.211.374	3.595.445	4.010.932	(1.333.622)
Activos intangíveis	712.576	374.038	897.196	573.539	(184.620)
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	49.910	44.290	49.910	55.918	-
Activos por impostos correntes	186.704	100.159	186.704	126.456	-
Activos por impostos diferidos	-	387.735	-	489.534	-
Outros activos	2.143.781	1.433.990	2.262.702	2.043.015	(118.921)
TOTAL DE ACTIVO	317.824.392	367.804.710	319.461.554	465.923.985	(1.637.162)
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO					
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	733.524	708.032	734.175	893.925	(651)
Recursos de Clientes e outros empréstimos	265.657.775	337.729.460	265.657.775	426.399.734	-
Provisões	889.384	402.188	889.384	507.782	-
Passivos por impostos correntes	1.369.883	493.891	1.369.883	623.561	-
Passivos subordinados	5.050.620	5.045.386	5.050.620	6.370.043	-
OUTROS PASSIVOS	6.264.929	4.792.476	6.264.929	6.065.049	-
TOTAL DO PASSIVO	279.966.115	349.171.433	279.966.766	440.860.094	(651)
CAPITAL PRÓPRIO					
Capital Social	9.530.007	9.530.007	24.254.441	24.254.441	(14.724.434)
Reservas de reavaliação	(615.229)	(2.810.854)	(776.756)	(3.548.839)	161.527
Outras reservas e resultados transitados	11.915.145	4.036.364	3.073.106	4.358.288	8.842.039
Resultado líquido	17.028.354	7.877.760	12.943.997	-	4.084.357
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	37.858.277	18.633.277	39.494.788	25.063.890	(1.636.511)
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	317.824.392	367.804.710	319.461.554	465.923.985	(1.637.162)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Notas	2017	2017 (IAS 29)	Impacto 2017
Juros e rendimentos similares	25	32.456.734	35.755.345	(3.298.611)
Juros e encargos similares	25	(3.641.379)	(4.011.456)	370.077
MARGEM FINANCEIRA		28.815.355	31.743.889	(2.928.534)
Rendimentos de serviços e comissões	26	5.077.013	5.592.995	(515.982)
Encargos com serviços e comissões	26	(883.055)	(972.801)	89.746
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	27	1.099.860	1.211.640	(111.780)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	28	5.110	5.629	(519)
Resultados cambiais	29	2.718.234	2.994.491	(276.257)
Outros resultados de exploração	30	(3.023.995)	(3.331.327)	307.332
PRODUTO DA ACTIVIDADE BANCÁRIA		33.808.522	37.244.517	(3.435.995)
Custos com pessoal	31	(9.567.724)	(10.540.102)	972.378
Fornecimentos e serviços de terceiros	32	(5.275.097)	(5.811.210)	536.113
Depreciações e amortizações do exercício	12 e 13	(540.839)	(595.805)	54.966
Provisões líquidas de anulações	19	(408.981)	(450.546)	41.565
Imparidade para crédito a Clientes líquida de reversões e recuperações	10	(739.959)	(815.162)	75.203
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	16	-	-	-
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		17.275.922	19.031.692	(1.755.770)
Impostos sobre os resultados	15	(247.568)	(272.729)	25.161
RESULTADO LÍQUIDO		17.028.354	18.758.963	(1.730.609)
Perda da posição não monetária		-	(5.814.966)	5.814.966
RESULTADO LÍQUIDO APÓS PERDA DA POSIÇÃO NÃO MONETÁRIA		17.028.354	12.943.997	4.084.357

NOTA 40 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2017 que justifiquem ajustamentos ou divulgação adicional nas Notas às demonstrações financeiras.

PARECER DO AUDITOR EXTERNO



KPMG Angola - Audit, Tax, Advisory, S.A.
 Edifício Moncada Prestige - Rua Assalto ao Quartel de Moncada 15 2º
 Luanda - Angola
 +244 227 28 01 01 | www.kpmg.co.ao

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

**Aos Accionistas do
 Standard Bank de Angola S.A.**

Introdução

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Standard Bank de Angola S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2017 que evidencia um total de 317.824.392 milhares de Kwanzas e um capital próprio de 37.858.277 milhares de Kwanzas, incluindo um resultado líquido de 17.028.354 milhares de Kwanzas, as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

KPMG Angola - Audit, Tax, Advisory, S.A., a firma angolana membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Angola - Audit, Tax, Advisory, S.A.
 Capital Social: 1.250.000 USD / 139.999.000 ANG
 Pessoa Colectiva N.º 5401178077

PARECER DO AUDITOR EXTERNO



4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

Bases para a Opinião com Reservas

6. Conforme descrito na Nota 39 às demonstrações financeiras, o Banco Nacional de Angola expressou uma interpretação de que não se encontram cumpridos a totalidade dos requisitos previstos na IAS 29 – Relato financeiro em economias hiperinflacionárias para que a economia Angolana seja considerada hiperinflacionária no exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e, conseqüentemente, a Administração do Banco decidiu não aplicar as disposições constantes naquela Norma às suas demonstrações financeiras naquela data. Em 31 de Dezembro de 2017, a taxa de inflação acumulada nos últimos três anos aproxima-se ou ultrapassa os 100%, dependendo do índice utilizado, existindo igualmente a expectativa de que continuará a exceder cumulativamente os 100% em 2018, o que é uma condição quantitativa objectiva que nos leva a considerar, para além da existência de outras condições previstas na IAS 29, que a moeda funcional das demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2017 corresponde à moeda de uma economia hiperinflacionária.

Nestas circunstâncias, o Banco, apesar de ter divulgado na Nota 39 a sua estimativa dos efeitos decorrentes daquela premissa e atendendo às disposições previstas naquela Norma, não apresentou as suas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017 incorporando esses efeitos. Desta forma, os activos não-monetários apresentados nas Demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017 encontram-se subavaliados em AKZ 1.637.162 milhares, os passivos não-monetários encontram-se subavaliados em AKZ 651 milhares, o resultado líquido do exercício encontra-se sobreavaliado em AKZ 4.084.357 milhares e o capital social, reservas e resultados transitados encontram-se subavaliados em AKZ 5.720.868 milhares.

PARECER DO AUDITOR EXTERNO



Opinião com Reservas

7. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito na secção "Bases para a Opinião com Reservas", as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Standard Bank de Angola S.A.** em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Luanda, 20 de Março de 2018

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'M. Inês Rebelo Filipe', written over a horizontal line.

KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.
Representada por
Maria Inês Rebelo Filipe
Perito Contabilista (Cédula n.º 20140081)

PARECER DO COMITÉ FISCAL

Standard Bank de Angola, SA.

Angola – Conselho Fiscal

**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relativo ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017**

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e sobre as Demonstrações Financeiras (Balanço, Demonstração de Resultados, respectivos anexos e notas), apresentadas pelo Conselho de Administração do Standard Bank de Angola e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADE

No cumprimento das suas funções, o Conselho Fiscal reuniu periodicamente com o Conselho de Administração, com a Comissão Executiva e com o Auditor Externo (a KPMG Angola), tendo acompanhado a actividade do Banco bem como obtido a informação e as explicações que, regularmente, foi solicitando sobre as actividades em curso.

O Conselho Fiscal reuniu com frequência com vários Directores do Banco, responsáveis, quer por áreas de negócio, quer de suporte e de controlo interno, tendo obtido dos mesmos a informação que periodicamente solicitou.

Em particular, o Conselho Fiscal pôde analisar as Demonstrações Financeiras relativas a 2017, sendo seu entendimento que as contas apresentadas satisfazem o que por lei e pelos estatutos do Banco é exigido.

No âmbito da sua actividade, o Conselho Fiscal tomou ainda conhecimento da não aplicação dos procedimentos relativos a IAS29, isto de acordo com a orientação do Banco Nacional de Angola, portanto da autoridade monetária e cambial do país.

PARECER

Considerando o exposto, o Conselho Fiscal do Standard Bank é da opinião que:

1. O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração da Mutações nos Fundos Próprios, Demonstração de Fluxos de Caixa e respectivos Anexos e Notas) relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, sejam aprovados;

PARECER DO COMITÉ FISCAL



2. Seja aprovada a proposta de Aplicação dos Resultados, num total de 17.028.354 Milhares de AOA, apresentada pelo Conselho de Administração, que é a seguinte:

- Reserva Legal: 1.702.835 Milhares de AOA, referente ao exercício de 2017;
- Distribuição de Dividendos: 4.257.089 Milhares de AOA, à qual o Conselho de Administração não se opõe, uma vez que foi assim decidido, em unísono, pelos Accionistas;
- Resultados Transitados: 11.068.430 Milhares de AOA.

O Conselho Fiscal exprime o seu reconhecimento e agradecimento ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco pela colaboração que foi dispensada.

Luanda, 15 de Março de 2018

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Sérgio Eduardo Sequeira Serrão".

Sérgio Eduardo Sequeira Serrão
Presidente do Conselho Fiscal

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Alberto Manuel Freitas da Silva".

Alberto Manuel Freitas da Silva
Vogal do Conselho Fiscal

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Miguel da Silva Alves".

Miguel da Silva Alves
Vogal do Conselho Fiscal